



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 150 QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 166ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.....	009
1.1 – ABERTURA.....	009
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	009
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	011
1.2.1.1 – Pareceres	
Nº 763/2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126/2014	011
Nº 764/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 799/2015.....	015
Nº 765/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 874/2015.....	018
Nº 766/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 895/2015.....	022
Nº 767/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 904/2015.....	026
Nº 768/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 905/2015.....	030
Nº 769/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 906/2015.....	033
Nº 770/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 910/2015.....	037
Nº 771/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 911/2015.....	041
Nº 772/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 912/2015.....	045
Nº 773/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 913/2015.....	048
Nº 774/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 914/2015.....	052
Nº 775/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 916/2015.....	055
Nº 776/2015, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 925/2015.....	059
Nºs 777 e 778/2015, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 700/2007	064
Nºs 779 e 780/2015, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 120/2015	097
Nºs 781 e 782/2015, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145/2012	110
Nº 783/2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271/2014	120
Nº 784/2015, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 156/2015	125
Nºs 785 e 786/2015, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 702/2011	132
1.2.1.2 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 126/2014.....	147
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 700/2007 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 129/2015-CDH)	147
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 145/2012; 271/2014; 156/2015; e 702/2011 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 130, 133, 135 e 139/2015-CDH)	147
1.2.1.3 – Requerimentos	
Nº 1.093/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Renan Thiago Alencar	152
Nº 1.094/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Ey-mar Gondim Pereira	156
Nº 1.095/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, de oitiva da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado nº 433/2015.....	159

Nº 1.096/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, de apreciação exclusiva do Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015 pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional	160
1.2.1.4 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 631/2015, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	161
Nº 632/2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas	171
Nº 633/2015, de autoria do Senador Waldemir Moka, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a exposição de produtos fumígenos nos locais de vendas.....	174
Nº 634/2015, de autoria do Senador Jorge Viana, que altera a Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, para tipificar criminalmente a invasão, com intuito de ocupação, de terras do Distrito Federal ou de terras de entidades distritais, destinadas à reforma agrária.....	176
Nº 635/2015, de autoria do Senador Douglas Cintra, que altera o Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre o oferecimento aos consumidores de data e turno de entrega de produtos e prestação de serviços.....	178
Nº 636/2015, de autoria do Senador Dário Berger, que dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares	181
Nº 637/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera os artigos 1º, 2º, 5º e 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e o inciso II do § 1º do artigo 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para introduzir modificações nos processos de registro e inspeção de bebidas e harmonizar competências entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre o tema	183
Nº 638/2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para incluir previsão de exercício de competências relativas a aeródromos através de convênios com órgãos estaduais	189
Nº 639/2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica	191
Nº 640/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em substituição ao Ato Declaratório Ambiental – ADA.....	195
Nº 641/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que denomina “Rodovia Bernardo Sayão” a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA	198
Nº 642/2015, de autoria do Senador Magno Malta, que estabelece regras a serem observadas pelos programas para incentivo à fidelidade de clientes.....	202
Nº 643/2015, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos a lesão corporal gravíssima, a lesão corporal seguida de morte e o homicídio, quando praticados em razão de briga de torcidas organizadas.....	205
1.2.1.5 – Comunicações	
Do Sr. Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, de renúncia, em caráter irrevogável, da condição de primeiro suplente do Senador Humberto Costa (Expediente s/n).....	207
Do Senador José Medeiros, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exª em missão no período de 17 a 19 do corrente (Memorando nº 12/2015)	208
Da Liderança do PT e do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Ofício nº 117/2015). Será feita a substituição solicitada....	208
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 676/2015 (Ofício nº 118/2015).....	210
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 677/2015 (Ofício nº 119/2015).....	211
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 680/2015 (Ofício nº 120/2015).....	212
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de cessão de duas vagas de suplente na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 677/2015 (Ofício nº 248/2015).....	213

Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de cessão de quatro vagas de suplente na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 676/2015 (Ofício nº 249/2015).....	214
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de cessão de três vagas de suplente na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 680/2015 (Ofício nº 250/2015).....	215
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 676/2015 (Ofício nº 376/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	216
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 677/2015 (Ofício nº 377/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	217
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 680/2015 (Ofício nº 378/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	218
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 690/2015 (Ofício nº 533/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	219
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 691/2015 (Ofício nº 536/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	220
Da Liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 677/2015 (Ofício nº 1.324/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	221
Da Liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 692/2015 (Ofício nº 1.325/2015).	222
1.2.1.6 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados	
Projeto de Lei da Câmara nº 134/2015 (nº 3.700/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de João Pedro Teixeira</i>	223
Projeto de Lei da Câmara nº 135/2015 (nº 6.371/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências</i>	224
Projeto de Lei da Câmara nº 136/2015 (nº 6.517/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>inscreve o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria</i>	225
Projeto de Lei da Câmara nº 137/2015 (nº 3.772/2000, na Câmara dos Deputados), que <i>altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado</i>	226
Projeto de Lei da Câmara nº 138/2015 (nº 5.284/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados</i>	228
Projeto de Lei da Câmara nº 139/2015 (nº 6.787/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre a obrigação de as operadoras de cartão de crédito ou débito disponibilizarem aos clientes de bares, restaurantes, hotéis e assemblhados fatura específica para gorjeta</i>	229
Projeto de Lei da Câmara nº 140/2015 (nº 1.920/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos</i>	230
Projeto de Lei da Câmara nº 141/2015 (nº 2.114/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera</i>	232
Projeto de Lei da Câmara nº 142/2015 (nº 2.862/2011, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre a substituição de aparelhos de telefonia celular defeituosos</i>	235
Substitutivo da Câmara nº 16/2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 517/2009 (nº 2.387/2011, na Câmara dos Deputados), do Senador Cristovam Buarque, que <i>altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências”, para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica</i>	236
Projeto de Decreto Legislativo nº 353/2015 (nº 695/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Beneficente Amigos do Rio Pau D’Arco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau D’Arco, Estado do Pará</i>	238

Projeto de Decreto Legislativo nº 354/2015 (nº 1.310/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável de Tailândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará</i>	239
Projeto de Decreto Legislativo nº 355/2015 (nº 1.646/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Portal do Jalapão - ADCPDJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins</i>	240
Projeto de Decreto Legislativo nº 356/2015 (nº 42/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Pequenos Produtores de Tocantínia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins</i>	241
Projeto de Decreto Legislativo nº 357/2015 (nº 69/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas</i>	242
Projeto de Decreto Legislativo nº 358/2015 (nº 75/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Terra de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia</i>	243
1.2.1.7 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 353 a 358/2015. <i>As matérias serão apreciadas terminativamente</i>	244
1.2.1.8 – Ofícios da Câmara dos Deputados	
Nº 557/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 493/2009 (nº 7.760/2010, na Câmara dos Deputados).....	244
Nº 558/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 43/2011 (nº 1.658/2011, na Câmara dos Deputados)	245
Nº 559/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 476/2008 (nº 4.134/2012, na Câmara dos Deputados).....	246
Nº 560/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 287/2010 (nº 4.770/2012, na Câmara dos Deputados).....	247
Nº 561/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 454/2003 (nº 6.813/2010, na Câmara dos Deputados).....	248
Nº 562/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 429/2012 (nº 6.700/2013, na Câmara dos Deputados).....	249
Nº 563/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 349/2007 (nº 4.733/2009, na Câmara dos Deputados).....	250
Nº 564/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 574/2007 (nº 2.726/2007, na Câmara dos Deputados).....	251
Nº 565/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 517/2003 (nº 6.468/2005, na Câmara dos Deputados).....	252
Nº 566/2015, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 237/2005 (nº 409/2007, na Câmara dos Deputados).....	253
1.2.1.9 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 11/2015-CN (nº 350/2015, na origem), que encaminha Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quarto bimestre do corrente. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	254
1.2.1.10 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores	
Nº 56/2015, na origem, em resposta ao Requerimento nº 662/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado	260
1.2.1.11 – Deliberações da Mesa do Senado Federal	
Aprovação do Requerimento nº 527/2015.....	260
Deferimento dos Requerimentos nºs 799, 874, 895, 904, 905, 906, 910, 911, 912, 913, 914, 916 e 925/2015.	260
Aprovação dos Requerimentos nºs 974, 992, 1.035, 1.036, 1.056 e 1.058/2015	260
1.2.1.12 – Encaminhamento de matéria	
Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 25/2014-Complementar à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Ofício nº 3/2015).....	260
1.2.2 – Oradores	
SENADOR ACIR GURGACZ – Preocupação com interrupções frequentes no fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia.....	262
SENADORA ANA AMÉLIA – Crítica à ineficiência do Estado e ao projeto de recriação da CPMF; e outros assuntos.	265
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Saudação ao Papa Francisco pelo papel desempenhado na reaproximação de Cuba com os Estados Unidos e nas negociações internacionais a respeito das mudanças climáticas.....	267

SENADOR TELMÁRIO MOTA – Registro do Dia do Agente de Trânsito, em 23 do corrente; e outros assuntos	269
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a possibilidade de fusão entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social; e outros assuntos.....	270
SENADOR JORGE VIANA – Preocupação com a repercussão da votação dos vetos na situação econômica do País; e outros assuntos.....	276
SENADOR LASIER MARTINS – Alerta para o crescente número de mortes em acidentes de trânsito, em especial de motociclistas; e outro assunto.....	282
SENADOR EDUARDO AMORIM – Críticas ao Governo Federal pela forma como tem enfrentado a crise que assola o País.....	285
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Insatisfação com a gestão do Governo Federal; e outros assuntos.....	288
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Indignação com a falta de uma verdadeira reforma administrativa no Governo e com a tentativa de instituição da CPMF.....	295
SENADOR PAULO BAUER – Esclarecimentos acerca do procedimento de votação dos vetos presidenciais e lamento pela manutenção de veto apostado a projeto de autoria de S. Ex ^a	296
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Informando que a pauta da Ordem do Dia está trancada devido a duas Medidas Provisórias.....	301
1.3.2 – Item 5 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que <i>acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente</i> . Transcorrida a quinta sessão de discussão em primeiro turno	301
1.3.3 – Item 6 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 104/2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que <i>acrescenta um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares</i> . Transcorrida a quarta sessão de discussão em primeiro turno	302
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
1.4.1 – Oradores	
SENADOR HUMBERTO COSTA – Satisfação pela manutenção dos vetos da Presidente da República em sessão do Congresso Nacional realizada ontem; e outro assunto.....	303
SENADOR PAULO PAIM – Registro, por ocasião do Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, de estatísticas sobre o tema e da necessidade de avanço na legislação e na execução de políticas públicas.....	307
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Críticas à intolerância no cenário político e à suposta atitude do Governo Federal de se eximir de sua responsabilidade quanto à crise econômica.....	310
SENADOR VALDIR RAUPP – Pedido de providências ao Ministério de Minas e Energia para evitar novos apagões em Rondônia e no Acre; e outro assunto.....	313
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Apoio a projeto de lei que regulamenta os jogos de azar, como forma de aumentar a arrecadação dos cofres públicos e modernizar a economia brasileira.....	315
SENADOR DOUGLAS CINTRA – Defesa de PEC subscrita por S. Ex ^a que estabelece a competência concorrente dos entes federados para legislar sobre concurso público.....	319
SENADOR WALTER PINHEIRO – Considerações sobre as expectativas não atendidas pela reforma política; e outro assunto.....	322
SENADOR ELMANO FÉRRER – Reflexões acerca das manifestações ocorridas em junho de 2013 e destaque à responsabilidade do Estado brasileiro em atender aos anseios da população; e outros assuntos.....	328
1.4.2 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Considerações sobre o confronto ocorrido entre a segurança da Assembleia Legislativa de Roraima e representantes de movimentos sociais ligados à questão da regularização fundiária.....	330
1.5 – ENCERRAMENTO.....	331
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	331
3 – PARECER	
Nº 59/2015-CN, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 676/2015 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 15/2015)	332
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	358
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	361
6 – LIDERANÇAS	362

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	364
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	382
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	392
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	440

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS	463
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	473

Ata da 166ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 23 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Gladson Cameli, Elmano Férrer, da Srª Vanessa Grazziotin e dos Srs. José Medeiros, Eduardo Amorim, Dário Berger e Walter Pinheiro.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 52 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

166ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 23/09/2015 07:00:00 até 23/09/2015 21:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PPS	MT	José Medeiros	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
-	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X

Compareceram 75 senadores.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECERES



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 763, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2014 (nº 6.164/2013, na Casa de origem), que *confere o título de Capital do Semiárido à cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte*.

RELATORA: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 126, de 2014 (Projeto de Lei nº 6.164, de 2013, na Casa de origem), de autoria da Deputada Sandra Rosado, que propõe seja *denominada Capital do Semiárido a cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte* (art. 1º). Na cláusula de vigência, o projeto de lei prevê que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, a autora da matéria defende a concessão do título à cidade de Mossoró, por sua importância econômica, social e cultural.

Na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.164, de 2013, foi aprovado pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal o PLC nº 126, de 2014, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Após a análise dessa Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Como bem enfatiza a autora da matéria, Mossoró é o maior Município em área e o segundo mais populoso do Estado do Rio Grande do Norte. É uma das principais cidades do interior nordestino e atualmente vive um intenso crescimento econômico e de infraestrutura.

Considerado um dos municípios de médio porte brasileiros mais atraentes para investimentos, Mossoró é um dos maiores municípios produtores em terra, de petróleo no país, como também de sal marinho. A fruticultura irrigada, voltada em grande parte para a exportação, também possui relevância na economia do estado, tendo um dos maiores PIB per capita da região.

A cidade também se destaca na cultura e no turismo. As festividades realizadas anualmente atraem uma enorme quantidade de turistas, como o Mossoró Cidade Junina, um dos maiores *arraiás* do Brasil, e o Auto da Liberdade, um dos maiores espetáculos brasileiros em palco ao ar livre. Também é em Mossoró onde está o campus central da Universidade Federal do Semiárido, a Ufersa, considerada a segunda melhor universidade do Rio Grande do Norte com o oferecimento de cursos que contribuem para o desenvolvimento das potencialidades da região.

Com clima característico do semiárido quente, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa de conferir a Mossoró o título de Capital do Semiárido. Tal homenagem, além do reconhecimento da importância da cidade, também se constituirá elemento fomentador do desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, compete igualmente a essa Comissão apreciar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 126, de 2014.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2014.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2015

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senadora FÁTIMA BEZERRA, Relatora



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 46ª Reunião, Ordinária, da CE

Data: 22 de setembro de 2015 (terça-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Ivo Cassol (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (S/Partido)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Wilder Moraes (PP)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO

PARECER Nº 764, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, do Senador Jorge Viana, sobre o Requerimento nº 799, de 2015, que *requer informações ao senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o projeto de construção da ferrovia bioceânica Peru-Brasil.*

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Por meio do Requerimento nº 799, de 2015, o Senador Jorge Viana propõe, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre o projeto de construção da Ferrovia Bioceânica, que ligará o Brasil ao Peru.

O autor do pedido relata que, por ocasião da última visita do primeiro-ministro da China ao Brasil, foi assinado um acordo trilateral envolvendo esses países e o Peru. Destaca que a ferrovia, quando concluída, representará uma opção de escoamento de produtos brasileiros rumo à Ásia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

II – ANÁLISE

A proposição encontra guarida na Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a

quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, inciso I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estabelecem condições para a apresentação desses requerimentos. As normas estabelecem que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa, vedada a inclusão de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

Os itens propostos pelo autor encontram-se de acordo com as determinações regimentais, além de se encontrarem amparados pelo poder fiscalizatório constitucional do Congresso Nacional quanto aos atos do Poder Executivo.

III – VOTO

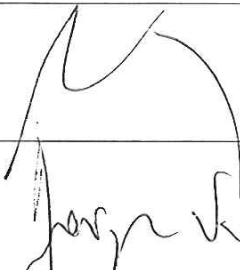

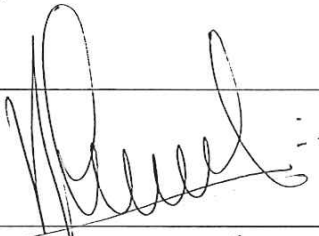
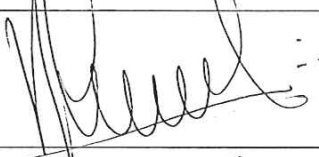


Em face do exposto, voto pela **aprovação** do Requerimento nº 799, de 2015.

Sala de Reuniões,


, Presidente

, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015
Patrícia de Oliveira Nobrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 765, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 874, de 2015, do Senador Omar Aziz, *que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, informações referentes ao Departamento de Polícia Federal (DPF).*

Relator: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador OMAR AZIZ, com base no art. 50, § 2º, da Carta Magna, combinado com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer as seguintes informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça referentes ao Departamento de Polícia Federal (DPF):

- 1. Listagem das unidades do DPF situadas na faixa de fronteira;*
- 2. Número de policiais federais, por cargo, e de servidores do Plano Especial de Cargos lotados em cada uma dessas unidades;*
- 3. Número de apreensões de armas (por tipo: revólveres, pistolas, fuzis etc.) e drogas (por tipo: kg de maconha, kg de cocaína etc.) realizadas por cada uma dessas unidades em 2013 e 2014;*
- 4. Breve explicação sobre a forma de emprego operacional do contingente policial do DPF na faixa de fronteira;*
- 5. Breve relato das principais dificuldades e necessidades do DPF na faixa de fronteira;*

6. Listagem das unidades do DPF que realizam atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre;

7. Número de policiais federais, por cargo, e de servidores do Plano Especial de Cargos lotados em cada uma dessas unidades;

8. Número de embarcações de que o DPF dispõe para realizar as atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre;

9. Breve explicação sobre a forma de emprego operacional do contingente policial do DPF nas atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre;

10. Breve relato das principais dificuldades e necessidades do DPF nas atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre.

Na Justificação, Sua Excelência lembra que *quase 17.000 km de fronteiras terrestres, que são palco de diversos crimes transnacionais, como o tráfico de armas, drogas e pessoas, o contrabando e o descaminho*. E destaca a importância das informações requeridas ao Senhor Ministro de Estado da Justiça para que possamos ter um diagnóstico da segurança pública na faixa de fronteira e do papel da Polícia Federal no combate aos delitos na região.

II – ANÁLISE

Inicialmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que requerimentos de informação têm previsão expressa no art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

Além do mais, constata-se que a proposição em questão submete-se ao disposto no inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece normas para a admissibilidade de requerimentos de informação a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República.

O requerimento de informações também está em consonância com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o assunto no âmbito do Senado Federal.

Finalmente, convém assinalar a importância de que o Senado Federal disponha das informações solicitadas no devido uso de suas prerrogativas constitucionais de fiscalizar e controlar a Administração pública, e propor leis para melhor lidar com os problemas de segurança pública no País.

III – VOTO


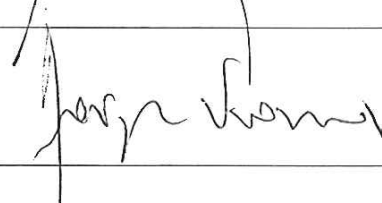
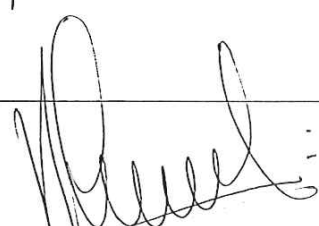
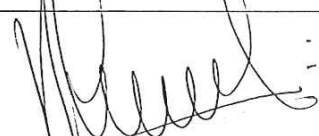

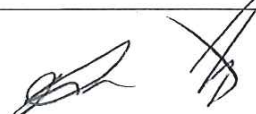
Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 874, de 2015.

Sala das Reuniões,

, Presidente

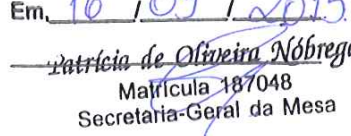
, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015


Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 766, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 895, de 2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que visa a obter do Ministro de Estado da Educação informações acerca do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 895, de 2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que tem por finalidade obter do Ministro de Estado da Educação informações, por ano, sobre a evolução do número de bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), discriminados por modalidade (coordenador institucional, coordenador de área, supervisor e estudante de licenciatura), no período de 2010 a 2015.

A solicitação inclui também as metas anuais de incorporação de novos bolsistas no Pibid, até 2018, conforme planejamento do Ministério da Educação (MEC), bem como o montante de recursos destinados ao Programa, entre 2014 e 2015, por exercício, com as respectivas fontes orçamentárias, além do montante de recursos contingenciados durante cada um dos exercícios supracitados.

Na justificação do RQS, aponta-se a falta de transparência acerca do efeito dos cortes orçamentários impostos ao MEC. Afirmar-se que isso se torna particularmente preocupante no caso do Pibid, que é um programa exitoso, quase uma unanimidade, e sobre o qual abundam especulações e denúncias na imprensa.

O requerimento é fundamentado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional e às suas Casas fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e da administração indireta. O art. 50, § 2º, da Constituição, por sua vez, dispõe que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, *importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.*

O art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf, submete esses requerimentos à decisão da Mesa do Senado Federal. Além disso, os incisos I e II do art. 216 do Risf admitem requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora, desde que não contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem. No mesmo sentido dispõe o Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações nesta Casa.

Constata-se que a proposição atende os requisitos constitucionais e regimentais, bem como os requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001.

Há, portanto, amparo constitucional e regimental à proposição ora examinada.

III – VOTO

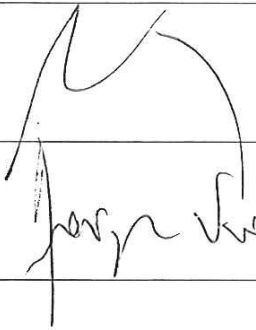

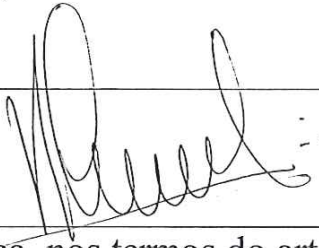
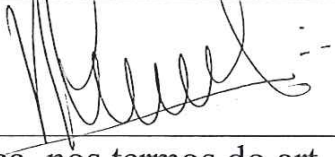
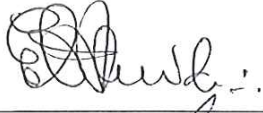

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 895, de 2015.

Sala de Reuniões,

, Presidente


, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015


Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 767, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o (RQS) nº 904, de 2015, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que *requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações acerca de leilão envolvendo sistema de transmissão da energia a ser gerada pela usina de Belo Monte.*

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

O Senador Aloysio Nunes Ferreira, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 904, de 2015, pelo qual requer informações relacionadas a matérias veiculadas na imprensa a respeito de possível veto à participação do Consórcio Xingu, formado por Furnas e Eletronorte, no leilão para contratação do segundo sistema de transmissão de energia a ser gerada pela usina hidroelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, e, resumidamente, formulou as seguintes questões:

1. A Eletrobras teria dado ordem para o Consórcio Xingu, formado por suas subsidiárias Furnas Centrais Elétricas e Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte, não dar lances no Leilão de Transmissão nº 007/2015? O Consórcio foi habilitado para participar no Leilão. Porque não deu lance?
2. Essa decisão do Consórcio Xingu tem relação com a Medida Provisória nº 579, de 2012? As empresas estatais do setor elétrico estão descapitalizadas? Qual o grau de

endividamento da Eletrobras e de suas subsidiárias? Qual a perspectiva de participação de empresas estatais em certames futuros?

3. Por que não endurecer os critérios de habilitação de empresas participantes nos leilões de transmissão, impedindo que empresas com atraso em obras participem de futuros leilões, ainda que isso implique em redução de concorrência?
4. O que o MME está fazendo para garantir que os contumazes atrasos de linhas de transmissão não voltem a se repetir com esse sistema? Que ações estão sendo feitas no sentido de que as licenças ambientais sejam tempestivamente liberadas? Na hipótese de atraso, o custo continuará a ser transferido para o consumidor final?

Na Justificação do Requerimento nº 904, de 2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira aponta que os atrasos na construção de linhas de transmissão causam graves prejuízos ao consumidor de energia elétrica, sendo necessário que o Poder Executivo preste esclarecimento a respeito das medidas que estão sendo tomadas para evitar esses atrasos contumazes.

Aduz também a necessidade de participação das empresas estatais no mercado concorrencial a fim de servirem de parâmetro para que as empresas privadas não extraiam rendas extras dos consumidores, inferindo que tal ausência pode ter se dado face ao profundo impacto acarretado pela Medida Provisória nº 579, de 2012.

Com base nos dados reportados, o Senador entende ser necessário que o Senado Federal solicite informações junto ao Ministério de Minas e Energia sobre a situação concorrencial das empresas estatais e a respeito das medidas tomadas para prevenir atrasos na entrega dos empreendimentos de construção de linhas de transmissão.

II – ANÁLISE

O requerimento sob análise tem previsão constitucional (art. 50, § 2º) e regimental (art. 216, I), além de estar amparado no inciso X do art. 49 da

Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo.

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 216, inciso I, especifica que esses pedidos serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa.

III – VOTO

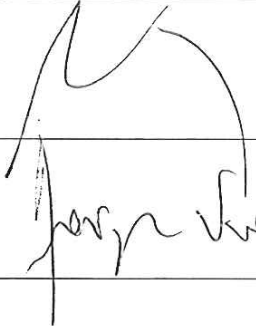
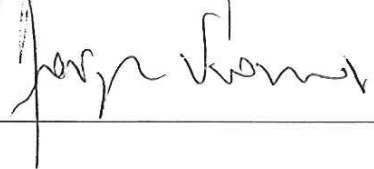
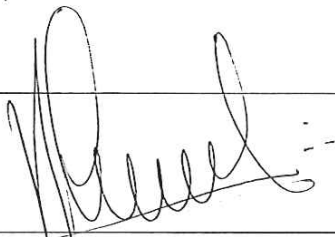
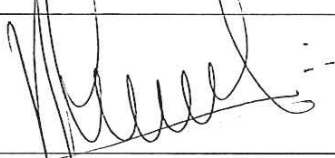


Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 904, de 2015.

Sala das Reuniões,


, Presidente

, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 768, DE 2015

Da MESA, sobre o Requerimento nº 905, de 2015, pelo qual o Senador Davi Alcolumbre requer à Ministra de Estado do Meio Ambiente informações relacionadas à criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

RELATOR: Senador **ZEZE PERRELLA**

I – RELATÓRIO

O Senador Davi Alcolumbre, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 905, de 2015, pelo qual solicita ao Ministério do Meio Ambiente todos os documentos relativos à criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, decorrente do Decreto sem número, de 22 de agosto de 2002, além de esclarecimentos sobre as seguintes indagações:

- “1. Na criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) foram respeitadas todas as exigências legais e regulamentares, em especial as do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002?
2. Quais foram os critérios utilizados pelo Poder Executivo para definir os limites do Parque?
3. Foram realizadas consultas públicas prévias com a população afetada para a criação do Parque? Quando e onde ocorreram? Em caso afirmativo, foram indicadas, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta?
4. À época da criação do Parque, foram previstas contrapartidas da União em relação aos Estados e Municípios para melhoria de serviços públicos e para o desenvolvimento econômico e social da população afetada? Quais contrapartidas foram concretizadas?
5. Foram desapropriadas todas as áreas particulares situadas nos limites do Parque? Em caso negativo, indicar quantas propriedades particulares pendentes de desapropriação e a estimativa da dimensão em hectares?

6. No âmbito do Plano de Manejo do PNMT, estão previstas metas para os Programas de Manejo de Proteção e Manejo do Meio Ambiente; de Articulação Institucional e Comunitária; de Educação Ambiental; de Visitação; de Pesquisa e Monitoramento Ambiental; de Administração; e de Consolidação Territorial? Na implementação desses Programas, quais das metas foram cumpridas no prazo e quais estão pendentes de cumprimento? Caso haja relatório que efetue esse cotejo, solicitamos que seja encaminhado a esta Casa.”

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações dirigidos a Ministro de Estado, conforme dispõe o art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O § 2º do art. 50 da Constituição Federal determina que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministros de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

III – VOTO

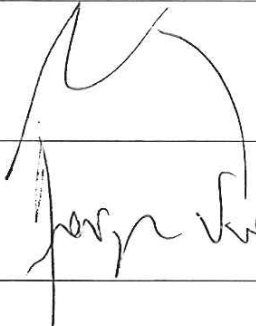
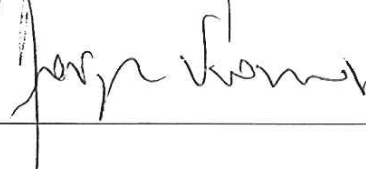
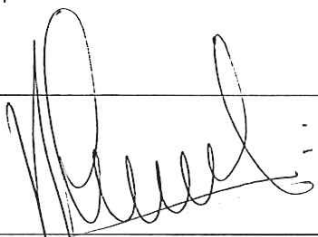
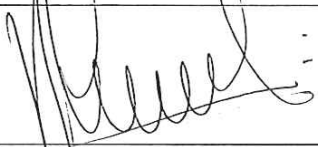


Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 905, de 2015.

Sala de Reuniões,

, Presidente

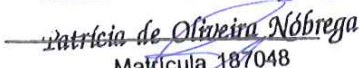
, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 16 / 09 / 2015


Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 769, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 906, de 2015, dos Senadores Davi Alcolumbre e Randolfe Rodrigues, que solicitam informações ao Ministro de Estado da Fazenda a respeito de patrocínios do Banco do Brasil S.A.

RELATOR: Senador **ZEZÉ PERRELA**

I – RELATÓRIO

Os Senadores DAVI ALCOLUMBRE E RANDOLFE RODRIGUES, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentaram o Requerimento nº 906, de 2015, no qual solicitam ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações:

- a) Quais os critérios usados para a concessão de patrocínio pelo Banco do Brasil S.A.?
- b) Qual a projeção de desembolso com patrocínios para o período 2015-2018?
- c) Quem/quais foram os beneficiados no período de 2010-2015? (Eventos, instituições, associações, federações, confederações, entre outros);
- d) Quais foram os valores autorizados pelo governo federal para a instituição financeira gastar, anualmente, com patrocínios? Qual foi o montante total da instituição financeira com patrocínios entre 2010 a 2015? (Favor discriminá-los ano a ano – por Estado e, dentro deste, por município);
- e) Do total disponibilizado pela instituição, qual o montante destinado para o Estado do Amapá? Quais foram os

eventos contemplados? Quais foram os valores destinados para cada evento no período compreendido entre 2010 e 2015?

Os autores não justificaram o requerimento afirmando apenas que se trata de requerimento com amparo constitucional.

Nos termos do art. 216, inciso III, do RISF e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

O Requerimento obedece ao disposto no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo.

A presente proposição está de acordo com o que dispõem os incisos I e II do art. 216 do RISF. Portanto, envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

Preliminarmente, devemos examinar se o requerimento trata de *informações sigilosas referentes a operações de instituição financeiras*, mediante o exame da Lei Complementar (LC) nº 105, de 2001, que *dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, e dá outras providências*, de modo a verificar se seria justificável o seu encaminhamento para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por se tratar de informações sobre operações passivas de instituição financeira, conforme dispõem os arts. 8º e 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

É condição para a deliberação do pedido no âmbito desta Mesa que as informações não se enquadrem no conceito de “informação sigilosa”. Conforme expresso no *caput* do art. 8º do Ato da Mesa nº 1, de 2001:

Art. 8º Quando abranger informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob

apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa.

.....
....

De acordo com o art. 1º da referida LC nº 105, de 2001, *as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados*, e os bancos de qualquer espécie são considerados instituições financeiras, para o efeito da referida lei complementar, conforme dispõem o § 1º e seu inciso I do citado art. 1º.

A nosso ver, as informações requeridas em tela não envolvem informações de caráter sigiloso, conforme definido no art. 1º da LC nº 105, de 2001, pois trata de operações de patrocínio a pessoas diversas de uma empresa estatal vinculada ao Ministério da Fazenda, cuja fiscalização é um dever do Congresso Nacional.

Ainda que seja uma instituição financeira, o Banco do Brasil S.A. deve obedecer ao princípio de publicidade de suas operações de patrocínio, que não se caracterizam como operações ativas ou passivas e de serviços, como previstas na Lei Complementar nº 105, de 2001.

III – VOTO


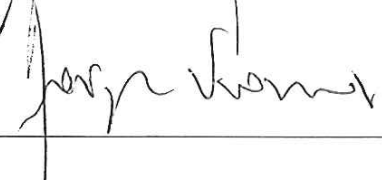

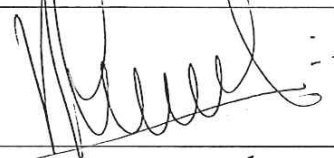


Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 906, de 2015.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 16 / 09 / 2015

— Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 770 , DE 2015

Da MESA, sobre o Requerimento nº 910, de 2015, pelo qual o Senador Otto Alencar requer informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

O Senador Otto Alencar, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 910, de 2015, pelo qual solicita ao Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), as seguintes informações:

- “1. Estrutura orgânica do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas;
2. Relatórios e atas de reuniões realizadas das atividades exercidas pelo Comitê Gestor do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
3. Resultados e estágio de execução das ações com relação às metas quantitativas e qualitativas de curto, médio e longo prazo considerando a divisão de responsabilidades e estrutura de pessoal responsável de todos os ministérios, autarquias e empresas envolvidas oficialmente na execução do programa desde seu início;
4. Os critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades, demonstrando que as propostas apresentadas valorizam a geração de emprego ou renda, reforçam a capacidade institucional e operacional das entidades com atuação na Bacia que resultaram em redução de gastos públicos com

internações hospitalares decorrentes de doenças de veiculação hídrica e a despoluição dos corpos d'água inseridos na bacia hidrográfica em processo de revitalização; e

5. Informações sobre os critérios técnicos de seleção dos empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Revitalização com vistas ao controle de poluição das águas subterrâneas por meio da implantação de sistemas coleta e tratamento de resíduos sólidos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.”

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações dirigidos a Ministro de Estado, conforme dispõe o art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O § 2º do art. 50 da Constituição Federal determina que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministros de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

Desse modo, consoante as normas regimentais, o Requerimento nº 910, de 2015, atende aos critérios relacionados à solicitação de informações necessárias à competência fiscalizadora do Senado Federal.

III – VOTO


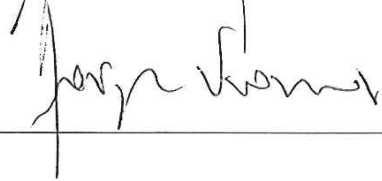
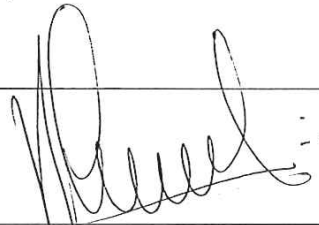
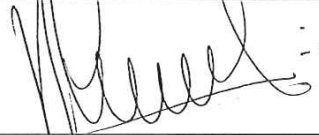


Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 910, de 2015.

Sala de Reuniões,

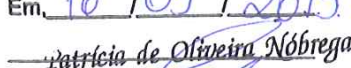
, Presidente

, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 771, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento (RQS) nº 911, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado como o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política aprovada por essa Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

RELATOR: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 911, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado como o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política aprovada por essa Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

As informações solicitadas são as seguintes:

1. Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográfica;

2. Relatórios de ações atribuídas ao Ministério das Cidades, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF;
3. Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF;
4. Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF;
5. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal atribui à Mesa do Senado Federal, nos termos do § 2º do art. 50, a competência para o encaminhamento de pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

As informações solicitadas dizem respeito ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, mas que conta com a participação do Ministério das Cidades, que executa ações orçamentárias relacionadas, direta ou indiretamente, com o PRSF.

A atuação da Comissão tem por fundamento a competência do Congresso Nacional para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, conforme dispõem o art. 49, X, da Constituição e o art. 90, IX, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), obedecendo, também, ao procedimento estabelecido pelo art. 96-B do RISF, incluído pela Resolução do Senado Federal (RSF) nº 44, de 2013.

O Requerimento atende ao disposto nos incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois é atinente à competência fiscalizadora desta Casa parlamentar e não contém pedido de providência,

consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Cumpre ressaltar, por fim, que o Requerimento nº 911, de 2015, atende ao disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, e que as informações solicitadas não são sigilosas.

III – VOTO


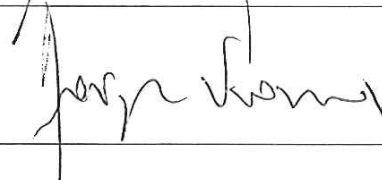
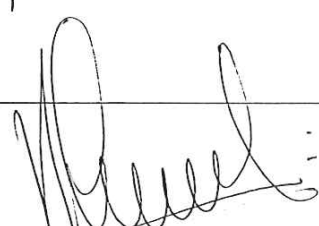


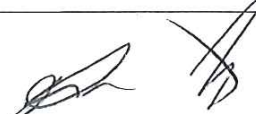
Diante do exposto, voto favoravelmente à admissibilidade do Requerimento nº 911, de 2015, e ao seu consequente encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado das Cidades.

Sala das Reuniões,

, Presidente

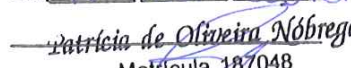
, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015


Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 772, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 912, de 2015, que solicita ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações acerca do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

RELATOR: Senador ELMANO FÉRRER

I – RELATÓRIO

Submete-se à Mesa do Senado Federal o Requerimento de Informações nº 912, de 2015, por meio do qual a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal solicita ao Ministro da Defesa, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 215, inciso I, alínea *a*, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), informações sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A iniciativa não é seguida de justificativa. No entanto, o requerente expõe como motivação a necessidade de obter subsídios para a avaliação da política pública referida pela CMA. Nesse sentido, o requerimento demanda “relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações executadas pelo Exército Brasileiro no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco e do Projeto de Integração do Rio São Francisco.”.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Registra-se primeiramente que o requerimento de informações tem previsão expressa no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e, portanto, não há vício formal de constitucionalidade.

O RISF, no seu art. 216, inciso I, determina que os requerimentos de informações a Ministros de Estado dependem de decisão da Mesa. Estabelece como admissível requerimento de informações que vise a esclarecer qualquer assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou que vise ao exercício da sua função fiscalizadora.

Por fim, o Requerimento nº 912, de 2015, está em consonância com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o assunto no âmbito do Senado Federal.

III – VOTO


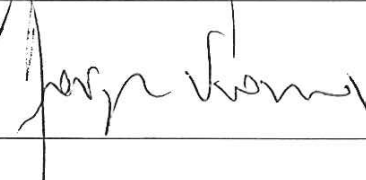
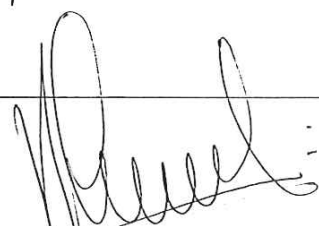
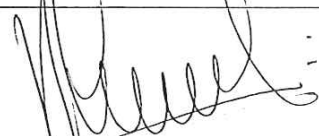


Em face do que se apresenta, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 912, de 2015.

Sala de Reuniões,

, Presidente

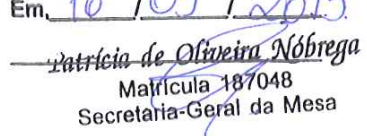
, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015


Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 773, DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 913, de 2015, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), nos termos que especifica.

RELATOR: Senador ELMANO FÉRRER

I – RELATÓRIO

Com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) encaminhou à Mesa o Requerimento nº 913, de 2015, no qual solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional as seguintes informações com o objetivo de subsidiar a avaliação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF):

1. Estrutura organizacional do Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas;
2. Relatórios de ações atribuídas ao Ministério da Integração Nacional, com especificações das ações já realizadas e suas fases no PRSF;
3. Histórico de recursos previstos, empenhados e pagos no PRSF;

4. Estágio das ações preparatórias, obras em andamento, concluídas e em operação no PRSF;
5. Relação de critérios técnicos utilizados para o estabelecimento de prioridades no PRSF;
6. Comprovação da sustentabilidade financeira, operacional e hídrica do PISF.

II – ANÁLISE

Cabe inicialmente destacar que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Ademais, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem encaminhar pedido de informações a ministros de Estado e a qualquer titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição.

Constata-se que o Requerimento nº 913, de 2015, está em consonância com a norma constitucional ora mencionada e com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, obedecendo aos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações a ministros de Estado.

Quanto ao disposto no inciso I do art. 216 do RISF, não há o que obstar, uma vez que a matéria se encontra entre aquelas em apreciação pelo Congresso Nacional.

Além disso, o Requerimento em análise coaduna-se com o disposto no art. 215, I, do RISF, dependendo somente de decisão da Mesa, por não se tratar de informações de natureza sigilosa.

Destaca-se, outrossim, que, com base na Resolução nº 44, de 2013, as Comissões Permanentes do Senado Federal elegeram, em março de 2015, temas de sua competência para serem avaliados. Nesse contexto, coube à CMA a análise do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o qual é estratégico para a sociedade e economia brasileiras.

Entendemos, portanto, que a proposição atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos escritos de informações a ministros de Estado e atende ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – VOTO



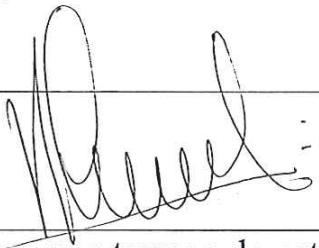
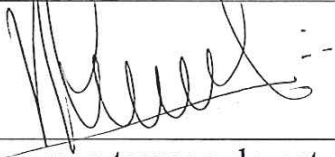

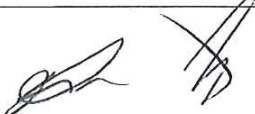
Diante do exposto, votamos pela admissibilidade e pelo consequente encaminhamento do Requerimento nº 913, de 2015, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional.

Sala de Reuniões,

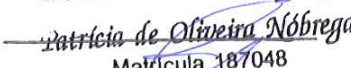
, Presidente

, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 16 / 09 / 2015
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 774 , DE 2015

Da MESA, sobre o Requerimento nº 914, de 2015, pelo qual o Senador Otto Alencar requer informações ao Ministro de Estado do Planejamento com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).

RELATOR: Senador ELMANO FÉRRER

I – RELATÓRIO

O Senador Otto Alencar, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 914, de 2015, pelo qual solicita ao Ministério do Planejamento, com o objetivo de subsidiar a avaliação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), as seguintes informações:

“Relatório com o histórico dos recursos investidos para projeto, obras, operação e manutenção e custeio de pessoal com o detalhamento do estágio atual e resultados quantitativos e qualitativos alcançados no curto e médio prazo, das ações referentes ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.”

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – ANÁLISE

Compete à Mesa decidir sobre requerimentos de informações dirigidos a Ministro de Estado, conforme dispõe o art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O § 2º do art. 50 da Constituição Federal determina que a Mesa do Senado Federal poderá encaminhar pedido escrito de informações a Ministros de Estado ou a qualquer titular de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. O art. 216 do RISF, que regulamenta o pedido de informações previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

Desse modo, consoante as normas regimentais, o Requerimento nº 914, de 2015, atende aos critérios relacionados à solicitação de informações necessárias à competência fiscalizadora do Senado Federal.

III – VOTO


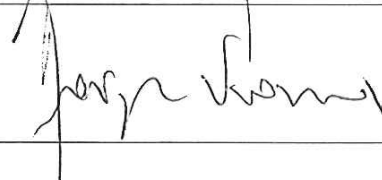
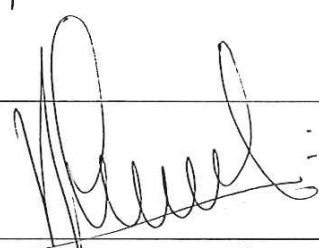
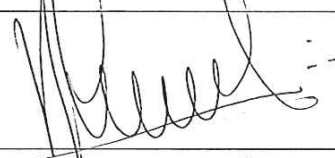


Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 914, de 2015.

Sala de Reuniões,

, Presidente

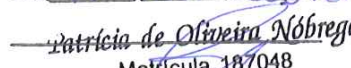
, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015


Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 775 DE 2015

Da MESA, sobre o Requerimento nº 916 de 2015, do Senador Ronaldo Caiado, que *requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde sobre o alcance do contingenciamento realizado pelo Poder Executivo no orçamento daquele Ministério.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 916 de 2015, do Senador Ronaldo Caiado, que tem por objetivo encaminhar ao Ministro de Estado da Saúde, Sr. Arthur Chioro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pedido de informações a respeito do contingenciamento realizado pelo Poder Executivo, que reduziu o limite de empenho e movimentação financeira do Ministério da Saúde no âmbito do orçamento da União para 2015.

Em especial, solicita informações sobre quais funcionais programáticas daquele Ministério foram afetadas pelo corte no orçamento, para identificar quais são as áreas mais carentes para o cumprimento da meta constitucional de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

II – ANÁLISE

O orçamento previsto para o Ministério da Saúde para 2015 é de R\$ 121 bilhões, conforme quadro a seguir, discriminado por identificador de resultado primário. Desse valor, cerca de R\$ 93 bilhões são despesas primárias obrigatórias, constantes do Anexo III da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (LDO para 2015), ou seja, são despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE - 2015 - AUTORIZADO
IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO**

Resultado - Lei (código/descriptor)	Autorizado
0 - FINANCEIRO	1.464.625.005,00
1 - PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	92.961.523.479,00
2 - PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	20.283.031.825,00
3 - PRIMÁRIO SEM IMPACTO FISCAL	1.370.567.000,00
6 - DESPESA DISCRICIONÁRIA E DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	5.027.201.414,00
TOTAL PARA 2015	121.106.948.723,00

Fonte: Siga-Siafi, 20/8/2015

Convém rememorar que a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, manteve, no âmbito da União, a previsão de que o valor a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde em um exercício tomasse por base “o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior” (base móvel), acrescida da “variação nominal do Produto Interno Bruto do ano anterior” (art. 5º da citada Lei). Essa forma de cálculo vigora até 2015. Para o orçamento de 2016, conforme inciso I do art. 2º da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, serão aplicados em ações e serviços públicos de saúde 13,2% da receita corrente líquida.

Assim, o montante mínimo projetado para ações e serviços públicos de saúde para este ano, segundo as estimativas de Produto Interno Bruto, é da ordem de R\$ 99,4 bilhões. Porém, após apreciação pelo Congresso Nacional, em função das emendas apresentadas, a Lei Orçamentária para 2015 reserva R\$ 110.992.960,00 no Identificador de Uso 6, que são recursos não destinados a contrapartida para identificar a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde de que trata a EC nº 29, de 2000. Tais recursos tem que ser, necessariamente, executados quando sua despesa for obrigatória.

De acordo com o cronograma mensal de desembolso estabelecido pelo Decreto nº 8.496, de 30 de junho de 2015, o limite global para empenho no Ministério da Saúde é de R\$ 88,9 bilhões, sendo apenas R\$ 76,4 bilhões de despesas obrigatórias (quando o valor obrigatório, conforme visto acima, é R\$ 93 bilhões), e R\$ 12,5 bilhões de despesas discricionárias. Verifica-se, assim, indícios de um contingenciamento em despesas obrigatórias, que não deveriam ser objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da LRF e da LDO 2015, de 18% do total previsto para o órgão na Lei Orçamentária, procedimento esse que, em princípio, vai de encontro ao disposto na legislação vigente. Também esse aspecto merece atenção,

circunstância a indicar a oportunidade do pedido de informações cuja formulação é vindicada mediante o requerimento em tela.

Vale lembrar que o art. 49, inciso X, da Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional e às suas Casas competência para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e da administração indireta. Já o art. 50, § 2º, da Constituição dispõe, mais objetivamente, reza que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

No mesmo sentido, os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF admitem requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora, desde que não contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem. E o art. 215, inciso I, alínea *a*, do RISF submete esses requerimentos à decisão da Mesa do Senado Federal.

Assim, a proposição se enquadra nos requisitos constitucionais e regimentais, e atende, também, aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa. Há, portanto, amparo constitucional e regimental para a proposição ora examinada.

III – VOTO



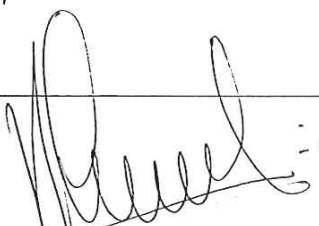
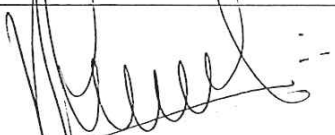

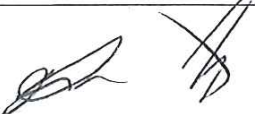
Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Requerimento nº 916 de 2015.

Sala das Reuniões,


, Presidente

, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa

PARECER Nº 776 , DE 2015

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 925, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as dívidas dos Estados e Municípios refinanciadas pela União.

RELATOR: Senador

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 925, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda, que solicita informações sobre as dívidas dos Estados e dos Municípios renegociadas, pela União, nos termos das Leis nºs 8.727, de 1993, e 9.496, de 1997, e das Medidas Provisórias nº 2.185-35 e 2.192-70, ambas de 2001, inclusive as referentes à dívida externa reestruturada.

Para tanto, requer sejam as informações fornecidas por Estado e por Município, detalhando-as por tipo, especificando:

1. Saldo devedor na data mais recente possível, identificando-se tal data e, do total, qual parcela se refere a resíduo, se houver;
2. Juros contratuais incidentes sobre a dívida;
3. Índice de correção monetária contratual;
4. Prazo contratual para amortização da dívida;
5. Número de prestações já pagas e a pagar;

6. Valor da última prestação mensal devida e projeção das prestações para os próximos doze meses, identificando-se a parcela que ultrapassa o limite de que trata o item 8 abaixo;

7. Prazo contratual para quitação de eventual resíduo ao final do prazo de amortização;

8. Limite máximo de comprometimento da receita líquida real do ente com o pagamento de prestação da dívida, em percentual e em valor;

9. Valor da Receita Líquida Real utilizada como parâmetro para o pagamento da última prestação da dívida paga, com a indicação da data de referência utilizada no cálculo da Receita Líquida Real.

Requer, ainda, que as informações sejam encaminhadas em meio eletrônico e em formato aberto, estruturadas em planilha eletrônica.

Como expresso na justificação do requerimento:

“O Ato do Presidente do Senado nº 8, de 2015, criou a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo (CEAPF). O endividamento dos entes subnacionais junto à União é um dos temas mais relevantes para a discussão das alternativas de revisão desse Pacto. É necessário analisar a trajetória futura da dívida e a capacidade de pagamento dos Estados e dos Municípios, à luz da atual crise das finanças públicas em todas as esferas de governo.”

II – ANÁLISE

O Requerimento nº 925, de 2015, é dirigido ao Ministro da Fazenda, atendendo, assim, o que preceitua o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

O requerimento está ainda de acordo com as condições expressas no Regimento Interno do Senado Federal quanto às hipóteses de cabimento da iniciativa, encontrando amparo, em particular, em seu art. 216, inciso I, que exige seja proposto para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora.

Como se sabe, a Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Além dessa função fiscalizadora, nos termos do seu art. 52, incisos V a IX, a Constituição Federal confere, de forma privativa, competência ao Senado Federal para controlar o processo de endividamento público.

As informações pretendidas contribuirão, assim também entendemos, para que a referida comissão do pacto federativo possa conhecer a real situação das dívidas estaduais e municipais refinanciadas pela União, possibilitando-a avaliar, com propriedade, seus efetivos e prováveis impactos sobre as finanças dos entes subnacionais e seu papel para a atual crise que as aflige.

Em particular, possibilitarão que seja dimensionada a influência dessa variável sobre o seu desempenho e alcance, assim como as possíveis distorções e inadequações geradas a partir de então, contribuindo, dessa maneira, para a proposição de correções legais que se fizerem necessárias.

Assim sendo, o requerimento em exame cumpre e atende as formalidades preliminares exigidas, condições essas imprescindíveis à sua admissibilidade, e não envolve matéria sujeita ao sigilo tributário ou bancário.

Dessa forma, no presente requerimento, as informações solicitadas não caracterizam natureza sigilosa, são condizentes com o exercício da função legislativa e fiscalizadora desta Casa, tendo, portanto, seu rito de tramitação e apreciação estipulado nos termos da Seção I, arts. 1º a 6º, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que confere à Mesa a decisão sobre seu deferimento, a partir de relatório oferecido pelo relator da matéria.

Por fim, entendemos desnecessária e invasiva a determinação contida no requerimento, para que as informações sejam fornecidas por meio eletrônico e em formato aberto, estruturadas em planilha eletrônica. Os procedimentos a serem adotados para o encaminhamento das informações solicitadas constituem ato próprio e privativo da Administração Pública, não cabendo ao Legislativo sugerir ou impor a maneira de procedê-los.

III – VOTO


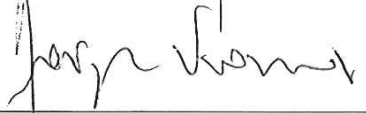
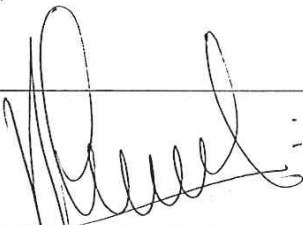
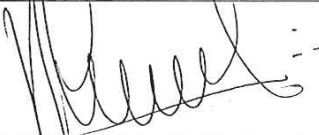

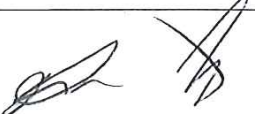
Opinamos, assim, pela admissibilidade do Requerimento nº 925, de 2015, e por seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões,

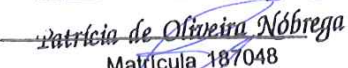
, Presidente

, Relator

6ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**16 de setembro de 2015****11:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	Licença, nos termos do art. 13, do RISF.
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	
Senador Douglas Cintra 4º Suplente de Secretário	

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16 / 09 / 2015
Patrícia de Oliveira Nóbrega
Matrícula 187048
Secretaria-Geral da Mesa



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 777, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, que *modifica a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (“Estatuto da Criança e do Adolescente”) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

RELATOR *AD HOC*: Senador **AUGUSTO BOTELHO**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 700, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

A proposição legislativa em tela objetiva caracterizar o que denominou *abandono moral* como ilícito civil e criminal. Para tanto conceituou a assistência moral devida aos filhos menores de dezoito anos como aquela que se dá pelo “convívio ou visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento” e, em especial, “a orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; a solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou dificuldade; e a presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente e possível de ser atendida.”

O Autor, em sua justificação, argumenta:

Ninguém está em condições de duvidar que o abandono moral por parte dos pais produz sérias e indeléveis consequências sobre a formação psicológica e social dos filhos.

Amor e afeto não se impõem por lei! Nossa iniciativa não tem essa pretensão. Queremos, tão-somente, esclarecer, de uma vez por

todas, que os pais têm o DEVER de acompanhar a formação dos filhos, orientá-los nos momentos mais importantes, prestar-lhes solidariedade e apoio nas situações de sofrimento e, na medida do possível, fazerem-se presentes quando o menor reclama espontaneamente a sua companhia.

.....

Portanto, embora consideremos que a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Civil contemplem a assistência moral, entendemos por bem estabelecer uma regra inequívoca que caracterize o abandono moral como conduta ilícita passível de reparação civil, além de repercussão penal.

Fique claro que a pensão alimentícia não esgota os deveres dos pais em relação a seus filhos. Seria uma leitura muito pobre da Constituição e do ECA. A relação entre pais e filhos não pode ser reduzida a uma dimensão monetária, de cifras. Os cuidados devidos às crianças e adolescentes compreendem atenção, presença e orientação.

O PLS foi distribuído, em 6 de dezembro de 2007, para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, competindo a esta última a decisão terminativa sobre a matéria.

O próprio autor propôs uma emenda ao projeto objetivando o seu aperfeiçoamento com a alteração do art. 1.589 do Código Civil, que trata dos direitos e deveres do pai em cuja guarda não estejam os filhos, propondo a substituição da expressão “poderá visitá-los e tê-los em sua companhia” por “deverá visitá-los e tê-los em sua companhia” (Emenda nº 01-CCJ).

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.187, de 2008, subscrito pelo Senador Marco Maciel, o PLS passou a tramitar em conjunto com outras treze proposições. Posteriormente, em razão da aprovação do Requerimento nº 448, de 2009, de nossa autoria, a proposição voltou a tramitar de maneira autônoma.

II – ANÁLISE

A matéria tratada pelo PLS nº 700, de 2007, está compreendida no campo da competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito civil e direito penal, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Também o seu autor possui legitimidade para iniciar o processo

legislativo, nos termos do art. 61, *caput*, da Carta Magna. Tampouco existem quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Passemos à análise do mérito.

Uma impropriedade que vislumbramos na proposição foi o emprego da expressão “abandono moral” para batizar o novo ilícito. É que embora não conste expressamente do Código Penal (CP), a doutrina e jurisprudência costumeiramente a empregam como *nomen juris* do crime previsto pelo art. 247 do CP, que é dirigido aos pais que permitam a frequência de menor em casa de jogo, casa de prostituição ou espetáculo ofensivo ao pudor, bem como a convivência com pessoa viciosa ou de má-vida e a prática da mendicância (cf. PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*, v. 02, 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 568).

A fim de evitar indevida confusão de institutos propomos o uso de “abandono afetivo” para designar a deficiente convivência da criança ou adolescente com seu genitor.

De fato, como indicado na justificação do presente Projeto de Lei do Senado, já se anotam as primeiras decisões judiciais, bem como o crescente interesse da academia sobre o tema.

Ainda assim, a questão continua polêmica e controvertida, razão pela qual entendemos excessiva a responsabilização penal de seus autores. Se o direito civil, através da competente indenização, se mostra adequado ao enfrentamento do abandono afetivo, não há porque se acionar também o direito penal, que deve ter preservado seu caráter de *ultima ratio*.

Com efeito, é preciso cautela e prudência para se analisar cada caso concreto. Não podemos esquecer que se por um pólo temos o fenômeno do abandono afetivo, de outro temos a manifestação da alienação parental. É que as separações dos casais, no mais das vezes, se processam num clima de ódio e vingança. Nestas circunstâncias a experiência cotidiana tem demonstrado que aquele que fica com a guarda isolada da criança, quase sempre cria óbices e dificuldades para que o pai, ou a mãe, que não detém a guarda, tenha acesso à criança. Comumente são transferidos à criança os sentimentos de ódio e vingança daquele que detém a sua guarda, de tal sorte que, em muitos casos é a própria criança que passa a não querer ver a mãe ou o pai, supostamente responsável pelas mazelas que a outra parte incute em sua

cabeça (cf. Melo, Nehemias Domingos de. *Abandono Moral: fundamentos da responsabilidade civil*. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6247>).

O projeto requer, ademais, reparos de técnica legislativa, apresentados nas emendas abaixo delineadas, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

III – VOTO

Esse o contexto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, com a Emenda nº 01-CCJ, além das seguintes, propostas pelo relator:

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, a seguinte redação:

“Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.”

EMENDA Nº 3 – CCJ

Substitua-se, nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, a expressão “assistência moral” por “assistência afetiva”.

EMENDA Nº 4 – CCJ

Substitua-se, no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de que trata o art. 2º

do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, a expressão “abandono moral” por “abandono afetivo”.

EMENDA Nº 5 – CCJ

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007. renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 6 – CCJ

Suprima-se do art. 2º do PLS nº 700, de 2007, a proposta de alteração do art. 24 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, mantendo-se a redação em vigor.

Sala da Comissão, 28 de abril de 2010

Senador **DEMÓSTENES TORRES**, Presidente

Senador **AUGUSTO BOTELHO**, Relator "ad hoc"



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

1

EMENDA n.º 01, de 2008 – CCJ
(Ao PLS n.º 700, de 2007)

COMISSÃO: CCJ

EMENDA N.º 01-003

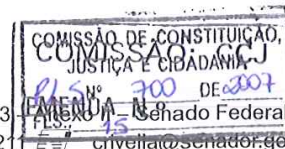
Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado n.º. 700, de 2007, que “*Modifica a Lei n.º. 8.069, de 13 de julho de 1990 (“Estatuto da Criança e do Adolescente”), para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.*”, um art. 4º, renumerando-se o atual para art. 5º:

“**Art. 4º.** O artigo 1.589 da Lei n.º. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “*institui o Código Civil*”, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 1.589.** O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, deverá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge ou companheiro, ou for fixado pelo juiz na decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos ou na sentença que decretar a separação ou o divórcio, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A proposta originária, para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, foi motivada pela crescente ocorrência de abandono injustificado dos filhos pelos pais, mormente como decorrência de separação do casal, de fato ou judicial, ou de divórcio.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

2

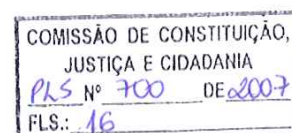
Já a redação proposta por esta Emenda visa dar maior precisão à redação do art. 1.589 do Código Civil, a qual, ao nosso sentir, não se coaduna com o comando do art. 227 da Constituição, da Lei nº. 8.069/1990 ("Estatuto da Criança e do Adolescente") e do próprio Código Civil, no que diz respeito aos deveres dos pais para com a prole.

Com efeito, o dispositivo em questão, ao dispor sobre a "regulamentação de visitas", prevê a *possibilidade* do "pai ou da mãe em cuja guarda não estejam os filhos" de "visitá-los e tê-los em sua companhia", em conformidade ao que ajustarem ou for fixado pelo juiz.

Ocorre, que tanto a Constituição como a Lei nº. 8.060/1990 e o próprio Código Civil impõem aos pais, não o direito, a *possibilidade*, mas o DEVER de cuidado e convivência com os filhos, vejamos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

3

Estatuto da Criança e do Adolescente

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Código Civil

“Art. 1.634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

.....
II - tê-los em sua companhia e guarda;
.....”

Até cogitamos substituir, em todos os dispositivos referentes ao tema, a expressão “*visitas*” por “*convívio*”, de forma a influenciar positivamente o inconsciente coletivo com uma idéia mais abrangente. Mas, qualquer que seja a expressão empregada, se não houver maturidade dos pais para se despirem de seus caprichos pessoais e assumirem suas responsabilidades como tais, de nada adiantaria tal alteração.

Daí, optamos por substituir no referido art. 1.589 do Código Civil a expressão “*poderá*” por “*deverá*” e, ainda, prever que decisão concessiva do afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal ou a sentença que decretar a separação ou o divórcio, deverá impor o regime de convívio com os filhos acordado pelas partes ou determinado pelo juiz.

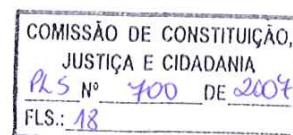


SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

Diante do exposto, por entender a presente Emenda, a par de promover aperfeiçoamento oportuno, conferirá maior efetividade à futura norma legal, concitamos aos Nobres Pares que a acolham.

Sala das Sessões, de março de 2008


Senador MARCELO CRIVELLA



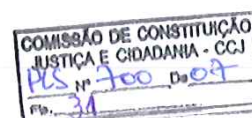
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 700 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/04/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>SENADOR DEMÓSTENES TORRES</u>	
RELATOR: "AD HOC": <u>SENADOR AUGUSTO BOTELHO</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
TIÃO VIANA	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
VAGO	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. HÉLIO COSTA
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
EDISON LOBÃO	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 22/04/2010





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 778, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, que *modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (“Estatuto da Criança e do Adolescente”) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 700, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que pretende modificar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal.

A primeira alteração é o acréscimo de dois parágrafos ao art. 4º do ECA, que trata de deveres gerais que têm a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público para com crianças e adolescentes. O acréscimo modula o comando do *caput* do art. 4º, na medida em que especificamente se dirige aos pais, e não apenas à “família”.

A proposição segue, alterando agora o art. 5º do ECA para acrescentar que a inobservância de direito fundamental previsto no Estatuto é “conduta ilícita”, isto é, ato contra a ordem jurídica, conforme definido pelos artigos 186 e 187 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). O texto destaca, especificamente, o “abandono moral” como ato ilícito. O efeito mais previsível da mudança proposta é o da responsabilização civil, com reparação pecuniária, dos pais que tiverem, injustificadamente, “abandonado moralmente” filhos.

Em seguida, e sempre no mesmo sentido, a proposição acrescenta ao *caput* do art. 22 do ECA, que elenca deveres dos pais para com os filhos, ditames de convivência e de assistência moral e material, como forma de assegurar efetividade ao comando constitucional a esse respeito (art. 227).

A mudança seguinte que o projeto traz é a troca da expressão “poder familiar” pela expressão “pátrio poder”. É sabido que essa alteração terminológica foi solução adequada a grandes problemas de tensão de gênero e de igualdade de papéis entre homens e mulheres. A expressão está presente em dezenas de outras passagens do ECA, que não são objeto da proposição. O projeto data de 2007, e a inclusão da expressão “poder familiar”, no ECA, é de 2009.

A seguir, o projeto acrescenta um dispositivo, o inciso IV, ao art. 56 do ECA, que incumbe os diretores de escola a comunicar casos de lesões de direitos ao Conselho Tutelar. Passam a ter também a incumbência de denunciar os casos de negligência, abuso ou abandono conforme as novas definições propostas, isto é, referentes ao abandono moral.

Em seguida, o projeto altera o art. 58 do ECA, que versa sobre os valores que deverão ser respeitados no processo educacional de crianças e adolescentes, para acrescentar as ideias de valores “morais, éticos” às já vigentes de valores culturais, artísticos e históricos, em conformidade com o sentido geral do projeto, que visa dar concretude ao *Princípio Constitucional da Proteção Integral* (art. 227).

A proposição altera ainda o parágrafo único do art. 129, referente às medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, apenas para determinar que a aplicação das medidas observe não somente o disposto nos arts. 23 e 24, mas também o disposto no art. 22, que o mesmo projeto tratou de alterar para incluir a convivência e a assistência material e moral entre as incumbências dos pais, em consonância com a doutrina da proteção integral estatuída pela Carta Cidadã (art. 227).

À frente, o projeto propõe alterar a redação do *caput* do art. 130 para incluir a ideia de “responsável” entre os que podem ser afastados da moradia comum. A redação proposta ao art. 130 também inclui a negligência como hipótese que enseja o afastamento do agressor ou responsável da moradia comum. Tais medidas se prestam a ocupar lacunas indesejáveis no ECA.

Por fim, o PLS nº 700, de 2007, acrescenta o art. 232-A ao ECA, para tipificar como crime o abandono moral, punível com detenção de um a seis meses.

Na justificção, o autor do projeto argumenta que “a Lei não tem o poder de alterar a consciência dos pais, mas pode prevenir e solucionar os casos intoleráveis de negligência para com os filhos”.

O projeto foi objeto de análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo sido por ela aprovado com a inclusão de seis emendas. O próprio autor fez uma emenda ao projeto, objetivando o seu aperfeiçoamento com a alteração do art. 1.589 do Código Civil, que trata dos direitos e deveres do pai em cuja guarda não estejam os filhos, propondo a substituição da expressão “poderá visitá-los e tê-los em sua companhia” por “deverá visitá-los e tê-los em sua companhia” (Emenda nº 01-CCJ). A segunda emenda refere-se à adequação da emenda; a terceira, à troca da expressão “assistência moral” por “assistência afetiva”; a quarta, à troca da expressão “abandono moral” por “abandono afetivo”; a quinta, à **supressão da proposta de inclusão de artigo no ECA que criminaliza o abandono**; e, por fim, a sexta emenda da CCJ suprime, do art. 2º do PLS nº 700, de 2007, a proposta de alteração do art. 24 da Lei nº 8.069, de 1990,

mantendo a redação em vigor quanto à perda e à suspensão do “poder familiar”, e não do “pátrio poder”.

Essas emendas resultaram do entendimento de que a expressão “abandono moral” não é a mais adequada para batizar o novo ilícito. De fato, “embora não conste expressamente do Código Penal (CP), a doutrina e a jurisprudência costumeiramente a empregam como *nomen juris* do crime previsto pelo art. 247 do CP”. A CCJ aprovou o seu Parecer atribuindo a essa conduta o nome jurídico de “abandono afetivo”, embora tenha decidido rejeitar a criminalização da conduta.

Vale lembrar que o referido dispositivo é dirigido aos pais que permitam a frequência de menor de 18 anos em casa de jogo, casa de prostituição ou espetáculo ofensivo ao pudor, bem como a convivência com pessoa viciosa ou de má vida e a prática da mendicância. Assim, a CCJ, com a finalidade de evitar indevida confusão de institutos, propôs o uso de “abandono afetivo” para designar a deficiente convivência da criança ou adolescente com seu genitor.

Também, a CCJ aprovou a retirada da menção ao art. 24 do ECA, por desnecessária. O atual texto do Estatuto é idêntico ao proposto no projeto que, por essa razão, foi retirado por meio de emenda aprovada naquele colegiado. Contudo, merece ser ressaltado que o PLS 700, de 2007, antecedeu a edição da Lei nº. 12.010, de 02 de agosto de 2009, que dentre outras alterações, substituiu a expressão “pátrio poder” por “poder familiar”, substituição essa que era objeto daquele dispositivo da proposição em exame.

Por fim, a CCJ suprimiu do projeto o novo art. 232-A, que seria acrescido ao ECA. Esse dispositivo previa a detenção de um a seis meses àquele que deixar, SEM JUSTA CAUSA, de prestar assistência moral ao filho menor de dezoito anos, prejudicando o desenvolvimento psicológico e social.

A decisão desta CDH tem caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Compartilho do entendimento da CCJ que considerou a matéria tratada no PLS nº 700, de 2007, isenta de quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material. A matéria está, sim, compreendida no campo da competência legislativa privativa da União para legislar sobre Direito Civil e Direito Penal, consoante dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, seu autor possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do *caput* do art. 61 da Carta Magna.

Cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, também, à proteção à infância e à juventude. Por essa razão, a apreciação do PLS nº 700, de 2007, neste colegiado é pertinente.

Cabe reiterar que a CCJ promoveu alterações no texto original do projeto que ora analisamos, para “evitar indevida confusão de institutos”, conforme alerta o parecer daquele colegiado. De fato, “abandono moral” já designa, em boa parte da jurisprudência e da doutrina, a conduta dos pais que permitem a frequência de menor em casa de jogo, casa de prostituição ou espetáculo ofensivo ao pudor, bem como a convivência com pessoa viciosa ou de má vida e a prática de mendicância.

Segundo avalio, as alterações propostas na CCJ são pertinentes, inclusive a adoção dos termos “abandono afetivo” e “assistência afetiva” no lugar de “abandono moral” e “assistência moral”.

Na avaliação do mérito, observo, primeiramente, que o art. 1.638, inciso II, do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) pune com a perda do poder familiar aquele que deixar o filho em abandono. Na prática, muitos juízes têm entendido esse abandono não apenas como o ato de deixar o filho sem assistência material, mas, também, como o DESCASO INTENCIONAL pela sua criação, crescimento e desenvolvimento. Merece registro, que a perda do poder familiar, lamentavelmente, se apresenta como prêmio a certos pais negligentes.

Contudo, a análise mais cuidadosa da matéria nos mostra que a caracterização do abandono afetivo como conduta ilícita ainda é bastante controversa, causando incerteza quanto à repressão a essa prática. Lembremos que, além do dever de guarda, os pais têm o dever, sempre que possível, de ter o filho em sua companhia (CF, art. 227), cumprindo uma

das funções familiares mais importantes para a formação da personalidade dos membros da família: a dedicação de atenção e afeto. E, mesmo sendo consenso que a paternidade não gera apenas deveres de assistência material, mas também de formação moral e afetiva, essa questão ainda não está regulada.

Dessa forma, apesar dos avanços trazidos pelo ECA, ainda faz-se necessário proteger nossas crianças e adolescentes contra o INTENCIONAL DESCASO AFETIVO, tão lesivo a sua formação.

Nesse contexto, consideramos que a responsabilidade dos pais pelos filhos não se resume exclusivamente ao dever de alimentar. Há, ainda, o dever dos pais de possibilitar a seus filhos o desenvolvimento humano pleno, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana. Assim, entendendo que a proposta corrige uma lacuna em nosso ordenamento jurídico e, por essa razão, é merecedora de nosso apoio.

Com efeito, a proposição de autoria do Senador MARCELO CRIVELLA tem o mérito de dar efetividade à Constituição Federal, que assim se pronuncia acerca dos deveres inerentes à paternidade:

“Art. 227. É DEVER DA FAMÍLIA, da sociedade e do Estado ASSEGURAR À CRIANÇA e ao adolescente, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à CONVIVÊNCIA FAMILIAR e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Dito isso, creio que a esperada conversão em lei da proposição em exame dará efetividade ao **“PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL”**, erigido pelo **ART. 226, § 7º DA CARTA CIDADÃ**. Muito embora o comando esteja insculpido em dispositivo que trata precipuamente do planejamento familiar, a expressão “paternidade responsável” tem mais de uma conotação.

Realmente, o dispositivo em apreço poderá ser entendido em relação à autonomia para decidir, responsável e conscientemente, sobre ter ou não filhos, assim como, quantos filhos as pessoas desejam ter. Mas

também **DEVE SER INTERPRETADO SOB O ASPECTO DA RESPONSABILIDADE DOS PAIS PARA COM OS FILHOS**, ou seja, o **dever parental**.

A esse respeito, oportuno trazer à colação a percuente análise do eminente **Ministro CARLOS AYRES BRITTO**, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre aquele dispositivo:

*“O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana opera de modo binário, o que propicia a base constitucional para que um casal de adultos recorrer a técnicas de reprodução assistida que incluam a fertilização artificial ou in vitro. De uma parte, para aquinhoar o casal com o direito público subjetivo à liberdade (preâmbulo da Constituição e seu art. 5º), aqui entendida como autonomia de vontade. De outra banda, para contemplar os porvindouros componentes da unidade familiar, se por eles optar o casal, com planejadas condições de **bem-estar e assistência físico-afetiva**.”.*
(ADIN 3.510; “A Constituição e o Supremo”; 3ª ed.; Secretaria de Documentação do STF; Brasília; 2010; pág. 1360)

Por abundância, merece registro que o Estado Brasileiro é signatário de compromissos firmados por consenso internacional, que em nosso ordenamento legal ganham *status* de Emenda Constitucional (art. 5º, § 3º), que também apontam para a necessidade de aprimoramento das normas legais assecuratórias dos direitos das nossas criança e adolescentes, inclusive um adotado há mais de meio século, vejamos:

Declaração dos Direitos da Criança

Adotada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil pelo Decreto nº. 99.710/1990

PRINCÍPIO 2º

A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral,

espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança.

.....

PRINCÍPIO 6º

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, a criança da tenra idade não será apartada da mãe. (...)

PRINCÍPIO 7º

(...)

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.

CONVENÇÃO DA ONU SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 1990

.....

ARTIGO 9

3. Os Estados Partes respeitarão o direito da criança que esteja separada de um ou de ambos os pais de manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, a menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança.

Importa lembrar que, hoje, qualquer relação parental em que haja sofrimento ou mágoa é passível de gerar pagamento de indenização. Inclusive, recentemente, para ser mais preciso, em maio de 2012, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fez uso dessa tese ao decidir que um pai deverá pagar indenização por danos morais decorrentes do abandono afetivo de sua filha. Essa decisão indica que os danos decorrentes das relações familiares não podem ser diferenciados dos ilícitos civis em geral. A relatora nesse processo no STJ, Ministra Nancy Andrighi, foi clara em sua decisão:

“Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar, que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos. O amor diz respeito à motivação, questão que refoge os lindes legais, situando-se, pela sua subjetividade e impossibilidade de precisa materialização, no universo meta-jurídico da filosofia, da psicologia ou da religião. O cuidado, distintamente, é tísado por elementos objetivos, distinguindo-se do amar pela possibilidade de verificação e comprovação de seu cumprimento, que exsurge da avaliação de ações concretas: presença; contatos, mesmo que não presenciais; ações voluntárias em favor da prole; comparações entre o tratamento dado aos demais filhos – quando existirem –, entre outras fórmulas possíveis que serão trazidas à apreciação do julgador, pelas partes. **Em suma, AMAR É FACULDADE, CUIDAR É DEVER.”**

Vencida a questão do mérito da proposta, insta registrar que, em relação à caracterização de ilícito penal do “abandono afetivo”, capítulo ante o parecer da CCJ, que a rejeitou. Entretanto, essa aquiescência se motiva mais por uma conveniência do que pela contrariedade a essa

tipificação. Percebo que a enorme resistência oposta poderá inviabilizar a aprovação do restante da proposta, razão pela qual acolho tal rejeição.

Há pouco o Superior Tribunal da Justiça (STJ) repelia o reconhecimento do direito à indenização ao filho **INJUSTIFICADAMENTE** abandonado pelos pais. Na mesma árida oportunidade a proposta em análise foi apresentada ao Senado Federal, o que acabou refletindo de forma negativa em sua tramitação. Hoje o STJ evoluiu, convencido de que ela é devida.

Daí, espero que, em breve, também se reconhecerá, o “Abandono Afetivo” ao lado do “Abandono Material” (Código Penal, art. 244) e do “Abandono Intelectual” (art. 246). Mas, por ora, convém que se se proceda ao menos os possíveis aperfeiçoamentos na legislação civil, muito embora isso não corresponda à toda extensão do dever decorrente da fixação do “princípio da paternidade responsável” na Carta Magna.

Assim, proponho manter suprimida a imposição de pena de um a seis meses de detenção para aqueles que deixarem, sem justa causa, de prestar assistência moral ao filho menor de dezoito anos.

Finalmente, julgo que a **Emenda nº 1 – CCJ**, que torna obrigatória a visita dos pais aos filhos, e também a convivência, **não merece prosperar** e, por essa razão, não deve ser acolhida por este colegiado.

III – VOTO

Em face do exposto, concluímos este relatório com voto pela **aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, com as **Emendas nºs. 2 a 6** adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sala da Comissão, 09 de setembro de 2015.

Senadora **ANGELA PORTELA**, Presidente Eventual

Senador **PAULO PAIM**, Relator



1

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 09/09/2015, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, rejeita a Emenda nº 1-CCJ e aprova as Emendas nºs 2 a 6-CCJ/CDH, em caráter terminativo, conforme Relatório do Senador Paulo Paim.

EMENDA Nº 2 – CCJ/CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, a seguinte redação:

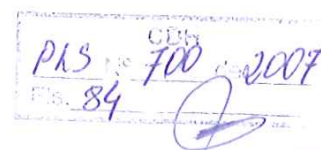
“Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.”

EMENDA Nº 3 – CCJ/CDH

Substitua-se, nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, a expressão “assistência moral” por “assistência afetiva”.

EMENDA Nº 4 – CCJ/CDH

Substitua-se, no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de que trata o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, a expressão “abandono moral” por “abandono afetivo”.





2

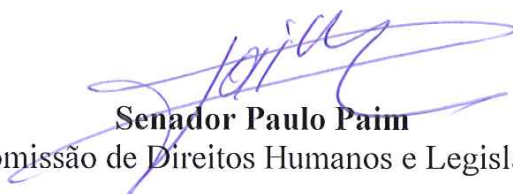
SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

EMENDA Nº 5 – CCJ/CDH

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 6 – CCJ/CDH

Suprima-se do art. 2º do PLS nº 700, de 2007, a proposta de alteração do art. 24 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, mantendo-se a redação em vigor.



Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

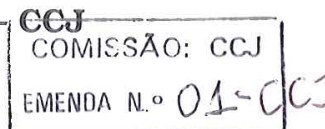




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

1

EMENDA nº. 01, de 2008
(Ao PLS nº. 700, de 2007)



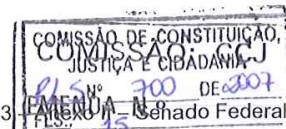
Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº. 700, de 2007, que *"Modifica a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 ("Estatuto da Criança e do Adolescente"), para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências."*, um art. 4º, renumerando-se o atual para art. 5º:

"Art. 4º. O artigo 1.589 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que *"institui o Código Civil"*, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, deverá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge ou companheiro, ou for fixado pelo juiz na decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos ou na sentença que decretar a separação ou o divórcio, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.' (NR)"

JUSTIFICAÇÃO

A proposta originária, para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, foi motivada pela crescente ocorrência de abandono injustificado dos filhos pelos pais, mormente como decorrência de separação do casal, de fato ou judicial, ou de divórcio.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

2

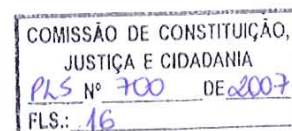
Já a redação proposta por esta Emenda visa dar maior precisão à redação do art. 1.589 do Código Civil, a qual, ao nosso sentir, não se coaduna com o comando do art. 227 da Constituição, da Lei nº. 8.069/1990 ("Estatuto da Criança e do Adolescente") e do próprio Código Civil, no que diz respeito aos deveres dos pais para com a prole.

Com efeito, o dispositivo em questão, ao dispor sobre a "regulamentação de visitas", prevê a *possibilidade* do "pai ou da mãe em cuja guarda não estejam os filhos" de "visitá-los e tê-los em sua companhia", em conformidade ao que ajustarem ou for fixado pelo juiz.

Ocorre, que tanto a Constituição como a Lei nº. 8.060/1990 e o próprio Código Civil impõem aos pais, não o direito, a *possibilidade*, mas o DEVER de cuidado e convivência com os filhos, vejamos:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

3

Estatuto da Criança e do Adolescente

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

Código Civil

“Art. 1.634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:

.....
II - tê-los em sua companhia e guarda;
.....”

Até cogitamos substituir, em todos os dispositivos referentes ao tema, a expressão “visitas” por “convívio”, de forma a influenciar positivamente o inconsciente coletivo com uma idéia mais abrangente. Mas, qualquer que seja a expressão empregada, se não houver maturidade dos pais para se despirem de seus caprichos pessoais e assumirem suas responsabilidades como tais, de nada adiantaria tal alteração.

Daí, optamos por substituir no referido art. 1.589 do Código Civil a expressão “poderá” por “deverá” e, ainda, prever que decisão concessiva do afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal ou a sentença que decretar a separação ou o divórcio, deverá impor o regime de convívio com os filhos acordado pelas partes ou determinado pelo juiz.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCELO CRIVELLA

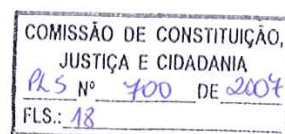
4

Diante do exposto, por entender a presente Emenda, a par de promover aperfeiçoamento oportuno, conferirá maior efetividade à futura norma legal, concitamos aos Nobres Pares que a acolham.

Sala das Sessões, de março de 2008



Senador MARCELO CRIVELLA





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 700, DE 2007**

Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerado o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 4º

§ 1º

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, seja por convívio, seja por visitação periódica, que permitam o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento.

§ 3º Para efeitos desta Lei, compreende-se por assistência afetiva devida aos filhos menores de dezoito anos:

I – a orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais;



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

II – a solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou dificuldade;

III – a presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente e possível de ser atendida. (NR)”

Art. 2º Os arts. 5º, 22, 24, 56, 58, 129 e 130 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 5º**

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou adolescente previsto nesta Lei, incluindo os casos de abandono afetivo. (NR)”

“**Art. 22.** Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda, convivência, assistência material e moral e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais (NR).”

“**Art. 56.**

IV – negligência, abuso ou abandono na forma prevista nos arts. 4º e 5º desta Lei. (NR)”

“**Art. 58.** No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, morais, éticos, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura. (NR)”

“**Art. 129.** São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 22, 23 e 24. (NR)”

“**Art. 130.** Verificada a hipótese de maus-tratos, negligência, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou



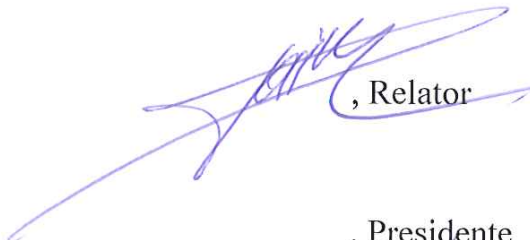
5

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

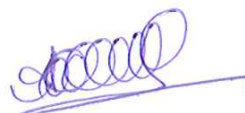
responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor ou responsável da moradia comum. (NR)”

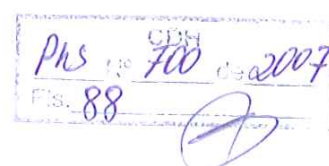
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

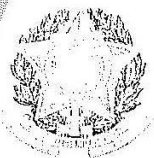
Sala da Comissão, em 9 de setembro de 2015.


, Relator

, Presidente







SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, de 2007

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 78ª REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Ângela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Conizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSE)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CCJ ao PLS 700/2007.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)(RELATOR)		X		1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)		X	
ANGELA PORTELA (PT)				3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		X	
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)		X		2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)		X	
ROSE DE FREITAS (PMDB)		X		3. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		X		1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)		X	
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)		X	

Quórum: 10

Votação: TOTAL 9 SIM 0 NÃO 9 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 09/09/2015

Senadora ANGELA PORTELA
Presidente Eventual

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 2 a 6-CCJ/CDH ao PLS 700/2007.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)(RELATOR)	X			1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)	X		
ANGELA PORTELA (PT)				3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	X		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)	X		
ROSE DE FREITAS (PMDB)	X			3. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)	X		
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	X		

Quórum: 10
Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 09/09/2015

Senadora ANGELA PORTELA
Presidente Eventual

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 700/2007.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)(RELATOR)	X			1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)	X		
ANGELA PORTELA (PT)				3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	X		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)	X		
ROSE DE FREITAS (PMDB)	X			3. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)	X		
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	X		

Quórum: 10
Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2, EM 09/09/2015

Senadora ANGELA PORTELA
Presidente Eventual

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 779, DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015 (nº 2.343/2015, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo*.

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Relator “ad hoc”: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tramitando em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 120, de 2015, de autoria da Presidente da República, que *altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo*. O referido PLC foi distribuído também à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na qual teve como Relator este que subscreve.

Acompanha a proposta encaminhada pela Presidente da República, a Exposição de Motivos (EM) nº 62/2015, do Ministro de Estado da Defesa, na qual se assinala que *o desenvolvimento acelerado do setor marítimo nacional requer profissionais compatíveis, em quantidades sem precedente e qualidade condicionada por rígidos padrões internacionais, o que tem exigido da Marinha um grande esforço, não apenas para prepará-los adequadamente, mas para entregá-los ao mercado de trabalho contínua e oportunamente*.

Na Exposição de Motivos observa-se, ainda, que o fato *de os alunos das Escolas de Formação de Oficiais para a Marinha Mercante (EFOMM), durante todo o curso de formação, serem submetidos aos*

rigores de uma escola militar e da vida castrense e serem militares da ativa, para todos os fins, até o final do curso, quando passam à condição de Reservistas Navais, faz com que o Ensino Profissional Marítimo experimente situação muito semelhante à vivida pelo ensino naval em geral.

O aspecto mais importante do Projeto de Lei, destaca a Exposição de Motivos, diz respeito à inserção, em dispositivo legal, dos requisitos de idade, uma vez que o assunto até então era objeto de regulamentação nos editais dos concursos para as escolas de formação, o que frequentemente ensejava ações judiciais questionando as restrições etárias fixadas. A esse respeito, assinala o Ministro de Estado da Defesa:

“Quanto às exigências inseridas no presente projeto de lei, cabe salientar que, em meio a necessidades de cunho geral, coerentes com o que está sendo proposto para a alteração da Lei de Ensino na Marinha, na Lei do Ensino Profissional Marítimo avulta em importância o quesito idade, pelo fato de este estar intimamente correlacionado à expectativa de carreira desses profissionais e a dura rotina de trabalho a que estarão submetidos a bordo de navios no mar, que deles irá exigir preparo físico e psicológico bem acima do padrão médio de outras atividades laborais.”

Assim, o Projeto altera uma série de dispositivos da Lei nº 7.573, de 1986. O art. 1º da referida Lei passa a prever que o Ensino Profissional Marítimo, de responsabilidade do Comando da Marinha, tem por objetivo *o preparo técnico-profissional do pessoal para a Marinha Mercante e para atividades correlatas, além de desenvolver o conhecimento no domínio da Tecnologia Marítima e das Ciências Náuticas.*

Também sofre alteração o art. 4º do mencionado diploma legislativo, estabelecendo-se que *o processo de ensino poderá ser realizado tanto na modalidade presencial quanto a distância, em consonância com os princípios estabelecidos para a educação nacional.*

O art. 6º também é modificado, a fim de incumbir ao Comando da Marinha a manutenção do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, com os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, instituído pelo Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969.

Já o art. 10 da Lei nº 7.573, de 1986, passa a determinar que os níveis de ensino das diferentes modalidades de cursos do Ensino Profissional Marítimo deverão ser estabelecidos em regulamentação específica, de forma compatível com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB)]. Também houve a revogação dos incisos I, II e III e do parágrafo único do artigo referido.

O art. 12, por sua vez, prevê que os currículos dos cursos de Ensino Profissional Marítimo deverão ser aprovados pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha.

Além das modificações citadas, a proposição acrescenta à Lei os arts. 12-A e 12-B.

O art. 12-A apresenta os requisitos básicos para ingresso nos cursos das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, a saber: ser brasileiro nato, ressalvado o ingresso de estrangeiro em intercâmbio autorizado pelo Comando da Marinha (inciso I); estar quite com as obrigações militares e eleitorais, quando cabível (inciso II); comprovar a conclusão de curso de ensino médio completo, em instituição oficialmente reconhecida, até a data da matrícula no curso (inciso III); ter sido aprovado em teste de aptidão física, de acordo com os critérios e índices mínimos estabelecidos pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha (inciso IV); ter sido aprovado em avaliação psicológica, quando cabível, realizada com o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com o curso, a condição de militar e o trabalho para o qual é voltado o curso (inciso V); ter sido aprovado em inspeção de saúde, segundo critérios e padrões definidos pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha (inciso VI); e possuir, no dia 1º de janeiro do ano do início do curso, a idade mínima de 17 e a máxima de 23 anos (inciso VII).

O art. 12-B dispõe que os requisitos para ingresso nos cursos do Ensino Profissional Marítimo, de responsabilidade do Comando da Marinha, nos quais os alunos não detenham a condição de militar durante o

curso, serão estabelecidos pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha.

O projeto modifica também o art. 14 da Lei nº 7.573, de 1986, que passa a determinar que a orientação normativa, a supervisão funcional e a fiscalização específica das organizações navais e das instituições “extra-Marinha” credenciadas para o Ensino Profissional Marítimo cabem à Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha, órgão central do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, sem prejuízo das atribuições e subordinações previstas na Estrutura Regimental do Comando da Marinha e em outras normas.

À Lei citada anteriormente deverá ainda ser incluído o art. 16-A, para prever que o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acerca do preenchimento de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, não se aplica aos marítimos exercendo atividades embarcadas, por serem estes submetidos às exigências contidas em convenções e acordos internacionais ratificados pelo Brasil.

Finalmente, altera-se o art. 18, a fim de prever que militares da reserva remunerada e profissionais especializados possam exercer atividades de instrução do Ensino Profissional Marítimo.

O art. 2º do projeto traz a cláusula de vigência, que deverá ser imediata, enquanto o art. 3º revoga o parágrafo único do art. 10 da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – ANÁLISE

O Ensino Profissional Marítimo, de responsabilidade do Comando da Marinha, tem por objetivo *habilitar e qualificar pessoal para a Marinha Mercante e atividades correlatas, bem como desenvolver o conhecimento no domínio da Tecnologia e das Ciências Náuticas*. Abrange *estabelecimento e organizações navais, criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a utilização de seus recursos humanos e materiais*.

O projeto apresentado pelo Poder Executivo está de acordo com o art. 84, inciso V, *a*, da Constituição Federal (CF), que prevê competência privativa do Presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

Uma vez que os alunos das escolas de formação equiparam-se aos militares, a proposição atende também ao art. 142, § 3º, inciso X, da CF, o qual prevê que a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. É, portanto, constitucional e legal.

No mérito, sob a perspectiva de Relações Exteriores e Defesa Nacional, entendemos como de extrema importância o fomento à formação de quadros para a Marinha Mercante brasileira. Nesse sentido, convém destacar o papel da Marinha do Brasil capitaneando esse processo e formando quadros qualificados. E, como assinalamos no Relatório apresentado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em um país como o Brasil, de dimensões continentais, com extenso litoral e com mais de 90% do volume de comércio exterior processado por via marítima, a Marinha Mercante é de suma importância.

Assim, realizar as tarefas a ela atribuídas demanda consistente formação e contínua atualização do pessoal aquaviário que compõe as tripulações dos navios mercantes, dos barcos pesqueiros e das embarcações que operam nos rios e águas interiores. Assim, é pertinente e necessário dispor de mecanismos legais que garantam a efetividade das ações educativas empreendidas pelo Sistema de Ensino Profissional Marítimo, motivo pelo qual acreditamos que o projeto pode dar significativa contribuição ao País.

Portanto, sob a ótica das Relações Exteriores e da Defesa nacional, o Projeto merece acolhida, e as alterações na Lei propostas certamente contribuirão para a promoção do Brasil no cenário internacional.

Finalmente, conforme propusemos na Comissão de Educação, sugerimos, a título de aperfeiçoamento da redação, nos termos do inciso III

do art. 3º da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que os itens de revogação se agrupem no art. 3º da proposição.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CRE

Dê-se a seguinte redação ao art. 10 da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015:

"Art. 10. Os níveis de ensino das diferentes modalidades de cursos do Ensino Profissional Marítimo serão estabelecidos na regulamentação desta Lei e deverão ser compatíveis com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996." (NR)

EMENDA Nº 2 – CRE

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015:

“Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II e III, bem como o parágrafo único do art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015.”

Sala da Comissão, 17 de setembro de 2015

Senador LASIER MARTINS, Presidente eventual

Senador LASIER MARTINS, Relator “ad hoc”



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 33ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 17 de setembro de 2015 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Lasier Martins (PDT)	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Edison Lobão (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Serra (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Magno Malta (PR)	2. Wellington Fagundes (PR)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 780, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015 (nº 2.343/2015, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo.*

RELATOR: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 120, de 2015, de iniciativa do Poder Executivo.

O art. 1º do projeto altera uma série de dispositivos da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo. Assim, o art. 1º da referida Lei passa a prever que o Ensino Profissional Marítimo, de responsabilidade do Comando da Marinha, tem por objetivo o preparo técnico-profissional do pessoal para a Marinha Mercante e para atividades correlatas, além de desenvolver o conhecimento no domínio da Tecnologia Marítima e das Ciências Náuticas.

O art. 4º da Lei nº 7.573/1986, por sua vez, passa a determinar que o processo de ensino poderá ser realizado tanto na modalidade presencial quanto a distância, em consonância com os princípios estabelecidos para a educação nacional.

O art. 6º da citada Lei também deverá ser modificado, a fim de incumbir ao Comando da Marinha a manutenção do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, com os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, instituído pelo Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969.

O art. 10, modificado pelo projeto em tela, passa a determinar que os níveis de ensino das diferentes modalidades de cursos do Ensino Profissional Marítimo deverão ser estabelecidos em regulamentação

específica, de forma compatível com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB). Também houve a revogação dos incisos I, II e III e do parágrafo único do artigo citado.

O art. 12, por sua vez, prevê que os currículos dos cursos de Ensino Profissional Marítimo deverão ser aprovados pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha.

Além das modificações citadas, a proposição acrescenta à Lei os arts. 12-A e 12-B.

O art. 12-A apresenta os requisitos básicos para ingresso nos cursos das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, a saber: ser brasileiro nato, ressalvado o ingresso de estrangeiro em intercâmbio autorizado pelo Comando da Marinha (inciso I); estar quite com as obrigações militares e eleitorais, quando cabível (inciso II); comprovar a conclusão de curso de ensino médio completo, em instituição oficialmente reconhecida, até a data da matrícula no curso (inciso III); ter sido aprovado em teste de aptidão física, de acordo com os critérios e índices mínimos estabelecidos pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha (inciso IV); ter sido aprovado em avaliação psicológica, quando cabível, realizada com o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com o curso, a condição de militar e o trabalho para o qual é voltado o curso (inciso V); ter sido aprovado em inspeção de saúde, segundo critérios e padrões definidos pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha (inciso VI); e possuir, no dia 1º de janeiro do ano do início do curso, a idade mínima de 17 e a máxima de 23 anos (inciso VII).

O art. 12-B dispõe que os requisitos para ingresso nos cursos do Ensino Profissional Marítimo, de responsabilidade do Comando da Marinha, nos quais os alunos não detenham a condição de militar durante o curso, serão estabelecidos pela Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha.

O projeto em tela modifica também o art. 14 da Lei nº 7.573/1986, que passa a determinar que a orientação normativa, a

supervisão funcional e a fiscalização específica das organizações navais e das instituições extra Marinha credenciadas para o Ensino Profissional Marítimo cabem à Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha, órgão central do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, sem prejuízo das atribuições e subordinações previstas na Estrutura Regimental do Comando da Marinha e em outras normas.

À Lei citada anteriormente deverá ainda ser incluído o art. 16-A, para prever que o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acerca do preenchimento de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, não se aplica aos marítimos exercendo atividades embarcadas, por serem estes submetidos às exigências contidas em convenções e acordos internacionais ratificados pelo Brasil.

Finalmente, altera-se o art. 18, a fim de prever que militares da reserva remunerada e profissionais especializados possam exercer atividades de instrução do Ensino Profissional Marítimo.

O art. 2º do projeto traz a cláusula de vigência, que deverá ser imediata.

O art. 3º revoga o parágrafo único do art. 10 da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986.

A tramitação do projeto em tela ocorre em regime de urgência constitucional, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal. A matéria, após aprovação na Câmara dos Deputados, foi encaminhada ao Senado Federal e distribuída para apreciação simultânea da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e da Comissão de Educação (CE), podendo receber emendas somente na CRE, pelo prazo único de 5 dias úteis.

II – ANÁLISE

O PLC nº 120, de 2015, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da CE, consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que prevê, dentre as competências desta Comissão, a de opinar a respeito de normas gerais sobre educação e instituições educativas, bem como sobre

formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e outros temas correlatos.

O projeto em tela, apresentado pelo Poder Executivo, também está de acordo com o art. 84, inciso V, *a*, da Constituição Federal (CF), que prevê competência privativa do Presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

A proposição atende também ao art. 142, § 3º, inciso X, da CF, o qual prevê que a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

No aspecto educacional, o PLC nº 120, de 2015, coaduna-se ao disposto no art. 83 da LDB, que atribui a lei específica o ensino militar, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. Além disso, a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino da Marinha, prevê, em seu art. 25, que o Ensino Profissional Marítimo, destinado ao preparo técnico-profissional do pessoal a ser empregado pela Marinha Mercante é de responsabilidade da Marinha e objeto de legislação específica

Cumpramos observar ainda que, num país como o Brasil, de dimensões continentais, com extenso litoral e com mais de 90% do volume de comércio exterior processado por via marítima, a Marinha Mercante é de suma importância. Realizar as tarefas a ela atribuídas, por sua vez, demanda consistente formação e contínua atualização do pessoal aquaviário que compõe as tripulações dos navios mercantes, dos barcos pesqueiros e das embarcações que operam nos rios e águas interiores. Assim, é pertinente e necessário dispor de mecanismos legais que garantam a efetividade das ações educativas empreendidas pelo Sistema de Ensino Profissional Marítimo, motivo pelo qual acreditamos que o projeto pode dar significativa contribuição ao País.

Sugerimos, a título de aperfeiçoamento da redação, nos termos do inciso III do art. 3º da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que os itens de revogação se agrupem no art. 3º da proposição.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 3 – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 10 da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015:

"Art. 10. Os níveis de ensino das diferentes modalidades de cursos do Ensino Profissional Marítimo serão estabelecidos na regulamentação desta Lei e deverão ser compatíveis com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996." (NR)

EMENDA Nº 4 - CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015:

“Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II e III, bem como o parágrafo único do art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015.”

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2015

Senador ROMÁRIO, Presidente

Senador ANTONIO ANASTASIA, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 46ª Reunião, Ordinária, da CE

Data: 22 de setembro de 2015 (terça-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO
Angela Portela (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	3. Zeze Perrella (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	4. Walter Pinheiro (PT)
Lasier Martins (PDT)	5. Telmário Mota (PDT)
Paulo Paim (PT)	6. Lindbergh Farias (PT)
Ivo Cassol (PP)	7. Ciro Nogueira (PP)
Gladson Cameli (PP)	8. Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Hélio José (PSD)
Otto Alencar (PSD)	5. Marta Suplicy (S/Partido)
Dário Berger (PMDB)	6. VAGO
Jader Barbalho (PMDB)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Wilder Moraes (PP)	2. Ronaldo Caiado (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Antonio Anastasia (PSDB)	4. Ataídes Oliveira (PSDB)
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Romário (PSB)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Roberto Rocha (PSB)	3. Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Douglas Cintra (PTB)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 781, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012, da Senadora Ana Rita, que *altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel “na planta” solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.*

Relator AD Hoc: Senador José Pimentel
RELATORA: Senadora ANGELA PORTELA

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 145, de 2012, da Senadora Ana Rita, que *altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel “na planta” solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.*

A proposição é composta de dois artigos.

O art. 1º acrescenta o art. 15-A no Capítulo V da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que *estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*, com a seguinte redação:

Art. 15-A. É facultado ao adquirente de imóvel “na planta” solicitar ao incorporador que promova a construção de sua unidade autônoma segundo as normas técnicas de acessibilidade da ABNT para atendimento de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. É vedado ao incorporador condicionar o atendimento da solicitação ao pagamento de qualquer valor excedente ao preço da unidade ordinária.

O art. 2º determina que a lei que resultar da proposição entrará em vigor um ano após a sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor argumenta que a construção de edificações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida está regulamentada pela ABNT em detalhes na norma NBR 9050/2004, que trata de “acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, a qual estabelece os parâmetros fundamentais para tornar as edificações universalmente acessíveis.

Afirma que é extremamente difícil e custoso promover a adaptação de imóveis construídos em desacordo com essas especificações e que essa situação acaba por reduzir enormemente o universo de imóveis suscetíveis de serem adquiridos por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o que resulta em perda de qualidade de vida para elas.

A fim de atenuar esse problema, a proposição introduz na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, artigo destinado a facultar ao adquirente de imóvel “na planta” solicitar ao incorporador que promova a construção de sua unidade autônoma segundo as normas de acessibilidade da ABNT. Para evitar qualquer tipo de discriminação, veda-se ao incorporador a cobrança de qualquer contrapartida adicional pelo atendimento da solicitação.

Finalmente, alerta para o fato de que uma das vantagens da aquisição de um imóvel na planta é exatamente a customização do produto segundo a preferência do cliente, destacando que a unidade projetada para ser acessível desde a sua origem propicia um conforto muito superior ao de uma adaptada e a um custo bastante inferior.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Após a análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto será submetido, em caráter terminativo, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

II – ANÁLISE

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme dispõe o art. 24, XIV, da Constituição, segundo o qual compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do disposto nos arts. 48 e 61 da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico, iii) possui o atributo da generalidade, iv) se afigura dotado de potencial coercitividade e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, vale lembrar que, em que pese a evolução promovida na legislação que trata da proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, especialmente com a edição da lei que o projeto pretende modificar, ainda há necessidade de avançar nesse tema.

Ao tratar da acessibilidade nos edifícios de uso privado, o art. 15 da Lei nº 10.098, de 2000, estabelece que caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Embora essa solução já represente um avanço em relação à legislação então vigente, a medida ora proposta aperfeiçoa ainda mais as normas que tratam da acessibilidade, já que assegura ao adquirente do imóvel que ainda será construído o direito de solicitar ao incorporador que construa a sua unidade segundo as normas de acessibilidade da ABNT, sem custo adicional.

Desse modo, confere-se ao portador de deficiência ou com mobilidade reduzida o direito de adquirir a sua unidade segundo as normas de acessibilidade em qualquer empreendimento, ainda que o percentual mínimo determinado pelo órgão federal competente já tenha sido alcançado.

Vale observar que a medida é perfeitamente exequível e que, de acordo com informações divulgadas na mídia, algumas incorporadoras já a adotam, independentemente de previsão legal específica nesse sentido.

III – VOTO

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, *20 de março de 2014*

Senador Vital do Rêgo, Presidente



, Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 145 DE 2012

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 03 / 2014, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Senador Vital do Rêgo</i>
RELATOR:	<i>Senador José Pimentel - Relator AD Hec.</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
GLEISI HOFFMANN	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. PAULO PAIM
EDUARDO SUPLICY	9. ANA RITA (autora)
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. VAGO
RICARDO FERRAÇO	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. CYRO MIRANDA
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PRB)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. CIDINHO SANTOS
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO



SENADO FEDERAL

PARECER N° 782, DE

2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2012, da Senadora Ana Rita, que *altera a Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 145, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. A iniciativa busca alterar a Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, *para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação, segundo as normas técnicas em vigor, para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.*

Na justificção, a autora do projeto argumenta que a construção de edificações para esse grupo social está regulamentada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em detalhes. Para a autora, entretanto, torna-se extremamente custoso promover a adaptação de imóveis já construídos em desacordo com tais especificações. Isso acarreta a redução de imóveis suscetíveis de serem adquiridos por pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, comprometendo-lhes a qualidade de vida.

A solução proposta consiste em facultar ao adquirente de imóvel em construção solicitar ao incorporador que promova a construção da sua unidade segundo as normas de acessibilidade da ABNT, sem cobrança de valores diferenciados em relação às unidades não acessíveis.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que a aprovou sem ressalvas, cabendo a deliberação de caráter terminativo a esta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, caso do PLS nº 145, de 2012.

Ademais, por força da distribuição do projeto a este Colegiado em caráter terminativo, também cabe à CDH pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade e regimentalidade da proposição, os quais consideramos plenamente satisfeitos.

No entanto, embora meritória, a proposição encerra um obstáculo relativo à juridicidade.

O PLS nº 145, de 2012, não inova o ordenamento jurídico, pois o tema da “acessibilidade em edifícios de uso privado” também é afeto à recém-publicada Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Com efeito, o art. 58 da referida lei prescreve que o projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, na forma regulamentar. No § 1º, o Estatuto determina que as construtoras e incorporadoras responsáveis pela construção desse tipo de edificação devem assegurar percentual mínimo de suas unidades internamente acessíveis, também de acordo com o regulamento. Por fim, o § 2º proíbe a cobrança de valores adicionais para a

aquisição de unidades internamente acessíveis construídas nos termos do dispositivo em referência.

Observamos que a normatização em vigor é até mais precisa que a proposta ora analisada, uma vez que a determinação para que as construtoras observem as normas de acessibilidade, contida no art. 58 da Lei nº 13.146, de 2015, é dotada de maior força coercitiva que a faculdade conferida ao adquirente do imóvel para solicitar as adaptações necessárias ao atendimento da demanda das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

De fato, uma solicitação particular não é o mesmo que uma exigência de caráter geral. Há que se ponderar qual a sanção a que as construtoras e incorporadoras estariam sujeitas, caso se recusassem a promover a adaptação da unidade autônoma de acordo com as normas da ABNT.

Dessa forma, a proposição também carece da nota de coercibilidade que deve estar presente nas normas jurídicas.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012.

Sala da Comissão, 09 de setembro de 2015.

Senador **MARCELO CRIVELLA**, Presidente Eventual

Senador **PAULO PAIM**, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 78ª REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT) (RELATOR)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB) (PRESIDENTE)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 145/2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)(RELATOR)		X		1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)		X	
ANGELA PORTELA (PT)		X		3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		X	
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)		X		2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)		X	
ROSE DE FREITAS (PMDB)		X		3. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		X		1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)		X	
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)			

Quórum: 10
Votação: TOTAL 9 SIM 0 NÃO 9 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2, EM 09/09/2015

Senador MARCELO CRIVELLA
Presidente Eventual

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 783, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014, do Senador Fleury, que *acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso.*

RELATORA: Senadora **REGINA SOUSA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 271, de 2014, de autoria do Senador Fleury. A iniciativa busca prever a inscrição da expressão “RESPEITE”, adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso.

Na justificativa, o autor do projeto argumenta ser necessário esclarecer e enfatizar o tipo de atitude que se espera da cidadania em locais ou circunstâncias assinaladas com o Símbolo Internacional de Acesso, uma vez que não seria automática a compreensão do alcance de seu significado.

Encaminhado exclusivamente a esta Comissão para que sobre ele se pronuncie em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e

integração social das pessoas com deficiência, caso do PLS nº 271, de 2014.

Ademais, por força da distribuição exclusiva do projeto a este Colegiado, também cabe à CDH pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, os quais consideramos plenamente satisfeitos.

Em relação ao mérito, registramos que o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) foi concebido para identificar serviços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos livres de barreiras arquitetônicas. Sua finalidade é informar que, naqueles locais, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida poderão locomover-se usufruindo de certo grau de independência.

O símbolo pertence ao domínio público, ou seja, pode ser utilizado independentemente do pagamento de qualquer taxa, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas pela organização internacional que o concebeu.

A política de uso do SIA compreende, entre outras regras, a vedação a mudanças ou adições, admitida a conjugação do símbolo com outros sinais ou textos destinados a identificar ou informar. Por óbvio, proíbe-se a exposição do símbolo com intuito diverso do de identificar, marcar ou assinalar uma rota para edifícios ou equipamentos acessíveis. Essa diretriz foi incorporada pela Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985.

Dessa forma, mostra-se louvável a preocupação do autor do projeto com a necessidade de que o símbolo não só informe, como também estimule o respeito de todos pelo direito de ir e vir das pessoas com deficiência.

No entanto, a aposição da expressão “RESPEITE” ao SIA terá o condão de desnaturar a sua finalidade de informar ou indicar um traço arquitetônico acessível, pois é nítido o caráter pedagógico daquele termo. Essa situação é incompatível com a política de uso do SIA.

Ademais, o projeto não estabelece uma padronização para o uso da expressão “RESPEITE”. De fato, as únicas exigências previstas são

relativas à utilização da caixa alta, à visibilidade – que não deixa de ser um critério subjetivo – e à contiguidade ao SIA.

A ausência dessa padronização acarretaria Brasil afora um número expressivo de variações da expressão, a julgar pela quantidade de tipos, tamanhos, cores, efeitos de fontes tipográficas disponíveis no mercado, na hipótese de aprovação da matéria. Aliás, haveria respaldo legal, inclusive, para o registro manuscrito da palavra “RESPEITE” junto ao símbolo.

Portanto, a sugestão, caso acolhida pelo Parlamento, tem potencial para acarretar efeito inverso ao pretendido e enfraquecer o uso de um símbolo mundialmente reconhecido a serviço das pessoas com deficiência.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014.

Sala da Comissão, 09 de setembro de 2015.

Senador **PAULO PAIM**, Presidente

Senadora **REGINA SOUSA**, Relatora



SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2014

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 78ª REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: [Assinatura]

RELATOR: [Assinatura]

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT) <i>(RELATORA)</i>	2. Ana Amélia (PP) <i>[Assinatura]</i>
Angela Portela (PT) <i>[Assinatura]</i>	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT) <i>[Assinatura]</i>
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD) <i>[Assinatura]</i>
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC) <i>[Assinatura]</i>
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 271/2014.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)				1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)(RELATOR)		X		2. ANA AMÉLIA (PP)		X	
ANGELA PORTELA (PT)		X		3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		X	
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)		X		2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)		X	
ROSE DE FREITAS (PMDB)				3. MARTA SUPLYCY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		X		1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)		X	
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)		X	

Quórum: 10
Votação: TOTAL 9 SIM 0 NÃO 9 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2, EM 09/09/2015

Senador PAULO PAIM
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISE, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 784, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015, do Senador José Medeiros, que *estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.*

RELATOR: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 156 de 2015, de autoria do Senador José Medeiros, tem a finalidade de assegurar às mães o direito de amamentar seus filhos de até 6 meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

O projeto estabelece que a mãe indicará acompanhante que será responsável pela guarda da criança durante a realização do concurso, devendo essa pessoa chegar ao local de prova até o horário estabelecido para o fechamento dos portões, para ficar com a criança em local reservado para a amamentação, próximo ao local de aplicação das provas.

A mãe terá direito de amamentar cada filho, se tiver mais de um, em intervalos de duas horas, por até trinta minutos para cada criança. O tempo despendido será compensado durante a realização da prova. Durante a amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal.

O exercício desse direito deverá ser garantido mediante prévia solicitação à instituição organizadora, que poderá fixar prazo, em edital, para essa manifestação.

A cláusula de vigência prevê entrada em vigor após decorridos 30 dias da publicação oficial.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na importância de garantir às mães o direito de participar de concursos públicos.

A proposição tramita em caráter terminativo perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Não identificamos vícios que afetem a constitucionalidade, a juridicidade ou a regimentalidade do PLS nº 156, de 2015.

É comum fulminar proposições semelhantes à ora analisada por vício de iniciativa, fundamentado na competência privativa da Presidência da República para apresentar proposições que disponham sobre o regime jurídico e o provimento de cargos dos servidores públicos da União. Não obstante, consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal apontada na justificação da matéria, observamos que a proposição dispõe sobre momento anterior ao ingresso na carreira pública, quando a mãe é candidata ao cargo, e não servidora. Não há, nesse caso, vício de iniciativa.

Com relação ao mérito, reconhecemos no PLS nº 156, de 2015, um reflexo do dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito, que podemos relacionar à amamentação, além de outros direitos também previstos no art. 227 da Constituição.

Além dos direitos expressamente garantidos na Constituição Federal, podemos remeter o respeito à relação entre lactante e lactente ao pilar mais básico da sociedade e da família, a uma esfera de intimidade entre mãe e filho que não se pode violar ou obstruir. A proposição reconhece e garante esse direito natural, sem descuidar da atenção que deve ser dada à segurança da realização de provas de concursos públicos. É nítida a preocupação em oferecer uma solução equilibrada, que não proíbe, mas condiciona a amamentação.

O limite de trinta minutos por filho, previsto na proposição, pode ser incompatível com o regime de amamentação em livre demanda, mas é uma acomodação mínima à necessidade dos organizadores do concurso público de prever um período razoável para a realização das provas. Do contrário, dificilmente poderiam organizar turnos de trabalho, reserva de locais de prova e logística para o transporte de materiais.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do senado nº 156, de 2015.

Sala da Comissão, 09 de setembro de 2015.

Senador **PAULO PAIM**, Presidente

Senador **EDUARDO AMORIM**, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2015

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 78ª REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC) (RELATOR)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 156/2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)				1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)	X		
ANGELA PORTELA (PT)	X			3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	X		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)	X		
ROSE DE FREITAS (PMDB)	X			3. MARTA SUPOLICY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)(RELATOR)	X		
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	X		

Quórum: 10

Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2, EM 09/09/2015

Senador PAULO PAIM
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 156, DE 2015**

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

Art. 2º É assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização de provas ou etapas avaliatórias em concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União, mediante prévia solicitação à instituição organizadora.

§ 1º Terá o direito previsto no *caput* a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização de prova ou etapa avaliativa de concurso público.

§ 2º A prova da idade será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante a sua realização.



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Art. 3º Deferida a solicitação do art. 2º, a mãe deverá, no dia da prova ou etapa avaliatória, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.

Parágrafo único. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões, ficando com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

Art. 4º A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

§ 1º Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal.

§ 2º O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período.

Art. 5º O direito previsto nesta lei deverá ser expresso no edital do concurso, estabelecendo-se prazo para que a mãe manifeste seu interesse em exercê-lo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 09 de setembro de 2015.

Senador **PAULO PAIM**, Presidente

Senador **EDUARDO AMORIM**, Relator



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 785, DE 2015

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.*

RELATOR: Senador **WELLINGTON DIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 702, de 2011, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, busca acrescentar dois parágrafos ao art. 82 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), que proíbe a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

O primeiro parágrafo a ser acrescentado impõe aos estabelecimentos hoteleiros o dever de alertar os prováveis hóspedes, quando da reserva ou venda antecipada da hospedagem, sobre a obrigatoriedade de apresentar – no ato do registro – documento que comprove a filiação ou, se for o caso, a autorização do pai, da mãe ou do responsável e o comprovante do vínculo legal destes com a criança ou o adolescente.

O segundo parágrafo, por seu turno, estabelece que o poder público veicule por cinco anos, nos meses de novembro e dezembro, campanha publicitária para divulgar o referido alerta.

Na justificação do projeto, a autora defende a necessidade de complementar o ECA com a adoção das medidas propostas para evitar conflitos entre os estabelecimentos hoteleiros e os pais ou responsável por criança ou adolescente que, muitas vezes, não trazem consigo o comprovante legal do vínculo e, por isso, não conseguem alojamento. Alega que a solução proposta, embora simples, atende aos interesses de todos os envolvidos.

Até o momento, nenhuma emenda foi oferecida ao projeto, que é submetido à deliberação deste Colegiado antes de seguir para o exame terminativo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

II – ANÁLISE

Está entre as competências da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme disposto no inciso VI do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar proposições relativas ao turismo, caso específico do projeto em exame. Assim, não há óbice regimental para a aprovação do PLS nº 702, de 2011.

Tampouco se vislumbram obstáculos jurídicos para sua conversão em lei, haja vista sua consonância com a legislação em vigor. Note-se que ele observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, pois assume a forma de norma modificadora, reportando-se ao ECA, lei responsável por disciplinar, entre outras questões, a hospedagem de crianças e adolescentes.

Aderindo à doutrina da proteção integral que inspirou a elaboração do Estatuto, o projeto considera e reforça a proibição de hospedar criança ou adolescente sem a companhia dos pais, do responsável legal ou de pessoa por eles autorizada, como prescreve o art. 82 do ECA.

Aprimora, contudo, a legislação estatutária com o acréscimo dos dois parágrafos já referidos. De fato, o primeiro deles oferece aos meios de hospedagem o amparo legal necessário para que exijam de seus clientes, no ato do registro de entrada, a apresentação dos documentos comprobatórios do vínculo existente entre eles e as crianças ou os adolescentes que os acompanham.

Sem tal amparo, os estabelecimentos podem parecer antipáticos ou preciosistas se fazem a exigência ou, se a deixam de lado, tornam-se omissos diante de sua obrigação constitucional de proteger crianças e adolescentes. Com sua inércia, quiçá concorrem para a violação dos direitos infantojuvenis e para a imposição das penas hoje prescritas no art. 250 do ECA (multa, interdição e até mesmo cassação da licença de funcionamento).

Ressalte-se, por oportuno, que a explicitação legal da exigência retromencionada constitui importante instrumento de certeza jurídica para o fluxo regular das famílias que fazem turismo no território brasileiro. Afinal, não se pode ignorar que a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, define como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana.

Ainda em conformidade com a lei, não se pode olvidar que o Plano Nacional de Turismo deve promover a incorporação dos jovens ao turismo interno, incentivando programas de desconto e facilitação de deslocamentos, hospedagem e fruição dos produtos turísticos. Importa lembrar, também, que os planos, programas e projetos das diversas áreas do governo federal devem incentivar o estabelecimento de critérios de segurança na utilização de serviços e equipamentos turísticos.

O segundo aperfeiçoamento – relativo à responsabilidade do poder público de veicular, durante cinco anos, campanhas publicitárias para divulgar a necessidade de comprovação do vínculo legal existente entre o hóspede adulto e a criança ou o adolescente que o acompanha – trará, pelo menos, dois ganhos específicos no campo da cidadania: de um lado, servirá para alertar a sociedade sobre a ocorrência do tráfico de pessoas, prática insidiosa que rouba a felicidade e a infância de vários brasileirinhos; do outro, materializará a lembrança de que é dever de todos colocar crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência e opressão.

Assim, pode-se afirmar que, à luz da Constituição, o projeto mostra-se apto a receber o aval do Senado. Em termos formais, ele preenche os requisitos exigidos pela Lei Maior: não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada de lei e versa sobre matéria que está no âmbito de competência legislativa da União e das atribuições dos membros do Congresso Nacional.

Trata, com efeito, da proteção à infância e à juventude e da promoção do turismo, em conformidade com a Lei Maior, notadamente o disposto no inciso XV do art. 24, no *caput* do art. 61 e no art. 180.

Igualmente em termos materiais, o disposto no PLS nº 702, de 2011, guarda absoluta harmonia com os preceitos da Carta Política em vigor. Ele respeita tanto a doutrina da proteção integral, que se funda na especial vulnerabilidade da criança e do adolescente por sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quanto a perspectiva do turismo como fator de desenvolvimento econômico e social.

Enfatize-se, por último, que a adoção das medidas propostas revela-se especialmente oportuna neste momento, véspera dos megaeventos programados para ter lugar no Brasil entre 2013 e 2016, os quais decerto provocarão o deslocamento de milhões de turistas, adultos e mirins. Daí porque se entende ter o projeto sob exame todos os méritos para ser convertido em lei.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011.

Sala da Comissão, em 20 de março de 2013

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**, Presidente

Senador **WELLINGTON DIAS**, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 05ª REUNIÃO, DE 20/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares

RELATOR: Senador Wellington Dias

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. João Capiberibe (PSB)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Ana Amélia (PP)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	4. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	5. VAGO
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
VAGO	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Lúcia Vânia (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sodré Santoro (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL	
	1. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 786, DE 2015

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.*

RELATOR: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 702, de 2011, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, sob o exame terminativo desta Comissão, visa ao acréscimo de dois parágrafos ao art. 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para proibir a hospedagem de criança ou de adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

O primeiro parágrafo determina que os estabelecimentos hoteleiros, quando da reserva ou venda antecipada da hospedagem, alertem os prováveis hóspedes sobre a obrigatoriedade de apresentarem – no ato do registro – documento que comprove a identidade e a filiação da criança ou do adolescente a ser hospedado em sua companhia, bem como comprovantes legalmente aceitos da autorização e da paternidade, maternidade ou responsabilidade legal atribuída ao acompanhante.

O segundo parágrafo, por sua vez, ordena que o poder público veicule, nos meses de novembro e dezembro, por cinco anos, campanha publicitária para divulgar a obrigatoriedade de que trata o § 1º.

Na justificação do projeto, a autora defende a necessidade de complementar o ECA com a adoção das medidas propostas para evitar conflitos entre os estabelecimentos hoteleiros e os pais ou responsável por criança ou adolescente que, muitas vezes, não trazem consigo o comprovante legal do vínculo e, por isso, não conseguem alojamento. Alega que a solução proposta, embora simples, atende aos interesses de todos os envolvidos: viajantes, hoteleiros e sociedade.

Submetido ao exame preliminar da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), o projeto foi aprovado sem reparos.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre proposições que versem sobre a proteção à infância e à juventude, caso específico do projeto em exame.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, a competência da União para legislar a respeito encontra-se respaldada pelo art. 24, XV, da Constituição Federal (CF).

Da mesma forma, mostra-se apropriada à veiculação do tema a escolha por um projeto de lei ordinária, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Quanto à juridicidade, igualmente a iniciativa encontra-se adequada.

Finalmente, quanto à competência, a proposição é também irretocável, uma vez que não veicula matéria de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF), nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, (arts. 49, 51 e 52, da CF).

Ultrapassadas essas etapas, registre-se que o projeto observa as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Ademais, tampouco há registro de que o Senado já tenha deliberado sobre a matéria nem de que haja outro projeto semelhante em tramitação nesta Casa, o que afasta as hipóteses de arguição de prejudicialidade ou de tramitação em conjunto.

Quanto ao mérito, a proposição harmoniza-se com os preceitos da doutrina da proteção integral, inspiradora do Estatuto, ao reforçar a proibição imposta aos estabelecimentos hoteleiros de hospedar criança ou adolescente sem a companhia dos pais, responsável legal ou pessoa por eles autorizada.

Na verdade, aprimora a legislação já existente, dotando os meios de hospedagem de expresso amparo legal para que exijam de seus clientes, no ato do registro de entrada no estabelecimento, a apresentação dos documentos comprobatórios do vínculo existente entre eles e as crianças ou os adolescentes que os acompanham.

Desse modo, provê certeza jurídica de que a comunicação, por força de lei, da documentação necessária atende ao dever constitucional de proteger crianças e adolescentes, em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, no intuito de salvaguardá-los de toda forma de negligência, exploração, violência e opressão.

Relativamente à veiculação de campanhas publicitárias sobre a necessidade de comprovação do vínculo legal existente entre os hóspedes adultos e seus acompanhantes menores de idade, o projeto é igualmente meritório, não só por evitar situações desagradáveis de hospedagens que não poderão se concretizar, gerando mal estar para todas as partes e influenciando negativamente o turismo, mas também por conscientizar a sociedade quanto à ocorrência do tráfico de pessoas e da exploração sexual infantojuvenil. Tais práticas, não obstante constituírem crimes, acontecem diariamente e comprometem a vida de várias crianças e adolescentes brasileiros.

Além disso, após a ocorrência de eventos esportivos de grande porte no Brasil em 2014, a proximidade de outros eventos de igual importância em 2016 torna oportuna e necessária a conversão do projeto em lei, à vista do estímulo ao turismo que costumam propiciar.

Neste ponto, entretanto, três ajustes precisam ser feitos no texto da proposição, com o fim de aprimorá-lo. O primeiro ajuste diz respeito à ementa, a qual merece ser reformulada, abarcando toda a matéria que se pretende regular. O segundo refere-se à reformulação de parte do texto, visando imprimir-lhe mais clareza, precisão e ordem lógica, tal qual prescreve o art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Assim, pela grande relevância da matéria em questão, o projeto deve explicitar a obrigação imposta aos estabelecimentos hoteleiros, que mitiga a regra proibitiva inscrita no *caput* do art. 82 do Estatuto.

Além disso, atendendo à ordem lógica do Estatuto, compete deslocar o comando referente às campanhas para o seu último capítulo, relativo às disposições finais e transitórias.

Esses ajustes se materializam nas três emendas a seguir apresentadas.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes.”

EMENDA Nº 2 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 82 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 82.**’

§ 1º Os hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres devem:

I – exigir dos hóspedes, no ato do registro de entrada, os documentos públicos necessários para comprovar a excepcionalidade referida no *caput* deste artigo;

II – informar, no momento da reserva ou da venda antecipada de hospedagem, sobre a exigência de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º A autorização a que se refere este artigo será concedida por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida.’ (NR)”

EMENDA Nº 3 – CDH

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, renumerando-se o atual como 3º:

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 265-A:

“**Art. 265-A.** O poder público veiculará, nos meses de novembro e dezembro, por cinco anos consecutivos, ampla campanha publicitária de conscientização sobre o disposto no art. 82.”

Sala da Comissão, 09 de setembro de 2015.

Senador **PAULO PAIM**, Presidente

Senador **EDUARDO AMORIM**, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 78ª REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Donizeti Nogueira (PT)	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PSD)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (S/Partido)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 702/2011.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)				1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)	X		
ANGELA PORTELA (PT)	X			3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	X		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)	X		
ROSE DE FREITAS (PMDB)	X			3. MARTA SUPLEY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)(RELATOR)	X		
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	X		

Quórum: 10
 Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0
 * Presidente não votou


 Senador PAULO PAIM
 Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2, EM 09/09/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH ao PLS 702/2011.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)				1. LINDBERGH FARIAS (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				2. ANA AMÉLIA (PP)	X		
ANGELA PORTELA (PT)	X			3. TELMÁRIO MOTA (PDT)			
FÁTIMA BEZERRA (PT)				4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	X		
DONIZETI NOGUEIRA (PT)				5. HUMBERTO COSTA (PT)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DÁRIO BERGER (PMDB)				1. SIMONE TEBET (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			2. SÉRGIO PETECÃO (PSD)	X		
ROSE DE FREITAS (PMDB)	X			3. MARTA SUPLICY (S/PARTIDO)			
OMAR AZIZ (PSD)				4. VAGO			
VALDIR RAUPP (PMDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)				2. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. VAGO			
CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				1. ROMÁRIO (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				2. JOSÉ MEDEIROS (PPS)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAGNO MALTA (PR)				1. EDUARDO AMORIM (PSC)(RELATOR)	X		
VICENTINHO ALVES (PR)				2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	X		

Quórum: 10

Votação: TOTAL 9 SIM 9 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 09/09/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Senador PAULO PAIM
Presidente



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 702, DE 2011**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 82 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82.

§ 1º Os hotéis, motéis, pensões ou estabelecimentos congêneres devem:

I – exigir dos hóspedes, no ato do registro de entrada, os documentos públicos necessários para comprovar a excepcionalidade referida no *caput* deste artigo;

II – informar, no momento da reserva ou da venda antecipada de hospedagem, sobre a exigência de que trata o inciso I deste parágrafo.

§ 2º A autorização a que se refere este artigo será concedida por meio de escritura pública ou de documento particular com firma reconhecida.” (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 265-A:

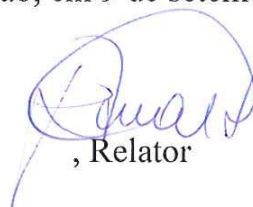


SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

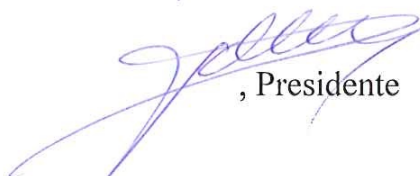
“**Art. 265-A.** O poder público veiculará, nos meses de novembro e dezembro, por cinco anos consecutivos, ampla campanha publicitária de conscientização sobre o disposto no art. 82.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de setembro de 2015.



, Relator



, Presidente

ABERTURA DE PRAZOS

O **Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2014**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nº 700, de 2007, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofícios nº 129, de 2015 - CDH**).

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 145, de 2012; 271, de 2014; 156, de 2015; e 702, de 2011, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofícios nºs 130, 133, 135 e 139, de 2015 - CDH**).

São os seguintes os ofícios:



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 129/15 - CDH

Brasília, 10 de setembro de 2015.

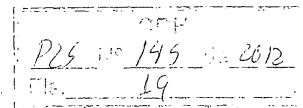
Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, rejeitou a Emenda nº 1-CCJ e aprovou as Emendas nºs 2 a 6-CCJ/CDH, em caráter terminativo. A proposição em apreço *“altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.”*

Atenciosamente,

A assinatura manuscrita de Senador Paulo Paim, com uma linha decorativa abaixo.
Senador Paulo Paim
Presidente



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 130/15 - CDH

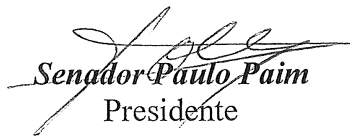
Brasília, 9 de setembro de 2015.

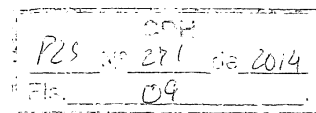
Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº145, de 2012, de autoria da Senadora Ana Rita. A proposição em apreço tinha a pretensão de *alterar a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.*

Atenciosamente,


Senador Paulo Paim
Presidente



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 133/15 - CDH

Brasília, 9 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

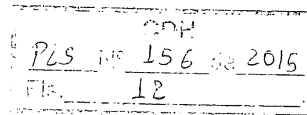
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014, de autoria do Senador Fleury. A proposição em apreço tinha a pretensão de *acrescentar parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso.*

Atenciosamente,

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 135/15 - CDH

Brasília, 10 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

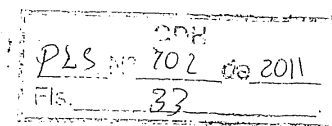
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015, de autoria do Senador José Medeiros. A proposição em apreço *estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.*

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim
Presidente



SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 139/15 - CDH

Brasília, 10 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado com o §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, e as Emendas nº1, 2 e 3-CDH. A proposição em apreço *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes.*

Atenciosamente,

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

REQUERIMENTOS**SENADO FEDERAL****REQUERIMENTO
Nº 1093, DE 2015**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Senhor Renan Thiago Alencar “Macaxeira”, Presidente da União da Juventude Socialista – UJS, pelos 31 anos de fundação da entidade. Requeiro, ainda, seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Rua 13 de maio 1016, bairro Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01327-000.

JUSTIFICAÇÃO

Em Brasília ainda era tempo da ditadura das fardas militares. Pelo país, a campanha das Diretas Já, mobilizando milhões de pessoas, fazia soprar o vento da redemocratização.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, centenas de jovens do país inteiro se encontraram no dia da juventude, 22 de setembro. O manifesto lido na tribuna anunciava: “Somos jovens operários, camponeses, estudantes, artistas e intelectuais. Buscamos o futuro e a liberdade, os direitos que nos são negados, a esperança banida, a vontade subjugada”. Aqui começa a história da União da Juventude Socialista.

Conscientes de que não bastavam somente as lutas cotidianas pela educação, por aumento de salários e por direitos imediatos, os mais de 600 jovens presentes afirmaram a necessidade de luta por um Brasil socialista. Apesar de muito jovens, já eram combatentes experimentados nas lutas estudantis, sindicais e populares.

Aldo Rebelo, ex-presidente da UNE, antes da leitura do manifesto “Em defesa da juventude e do socialismo”, propôs que o poeta abolicionista Castro Alves fosse eleito patrono da entidade e que o manifesto tivesse seus versos na abertura.

2

Depois de 20 anos de ditadura, a democracia retornava ao país. Não foi através das diretas, como queria o povo. Teve que ser através de Tancredo Neves e José Sarney, no Colégio Eleitoral.

A herança da ditadura para a juventude não era pequena. Não foi só com a falta de liberdade que os jovens foram castigados. O desemprego, a má qualidade de ensino, a elitização do acesso à cultura e ao esporte pesavam. Logo após sua fundação nacional, passaram a ocorrer lançamentos em vários estados. A direção nacional provisória, tendo Aldo Rebelo como coordenador geral, tratou de divulgar amplamente o manifesto e organizar atividades no país.

Foi no Ginásio de Esportes Tarumã, em Curitiba, que aconteceu o I Congresso Nacional da União da Juventude Socialista – UJS. Delegações dos estados chegavam trazendo animação e vontade de participar. O Congresso superou as expectativas. Rolaram debates, shows, teatro e muita confraternização. Ao final, foi aprovada a campanha nacional por “Emprego, esporte e cultura”. Nas delegações era forte a presença de jovens organizados nos bairros e cidades do interior.

Aldo Rebelo é eleito coordenador geral. A nova direção nacional dedica suas energias à organização das coordenações estaduais e de alguns núcleos e lança um jornal da campanha “emprego, esporte e cultura”. Em São Paulo, as atividades se concentravam entre os jovens da periferia das regiões Sul e Leste.

A sede nacional da entidade ficava na capital paulista, na rua da Abolição, na tradicional região do Bexiga. Ali passou a ser o local das reuniões e o ponto de encontro da moçada.

A cidade de Vitória, no Espírito Santo, sediou o II Congresso Nacional da UJS. Os trabalhos foram na Universidade Federal. Entre atividades esportivas e debates, os participantes trocavam experiências sobre a UJS e tocavam violão.

O Congresso foi marcado pelo debate sobre as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, convocada para aquele ano. Emprego, serviço militar e direito de voto aos 16 anos estão presentes em quase todos os discursos.

3

O Congresso registra um grande crescimento da participação de estudantes, principalmente secundaristas. Apolinário Rebelo, ex-presidente da UBES, é eleito Coordenador Geral da entidade.

Numa plenária nacional realizada em julho, no Colégio Caetano de Campos, na capital paulista, é debatido e aprovado o Programa da UJS, contendo propostas para a situação nacional e internacional, direitos políticos, direitos trabalhistas, educação, questão do menor, ecologia, serviço militar, drogas, mulheres, cultura, esporte, saúde, negros, índios, moradia, alimentação, transporte e turismo. Destacam-se as propostas de oposição ao governo Sarney, a defesa do voto para maiores de 16 anos e do serviço militar opcional para ambos os sexos.

Em 1988 o direito de votar aos 16 anos é uma vitória da UJS que com muita luta consegue articular apoio político e levar adiante a votação que garantiu a histórica conquista à juventude brasileira. A UJS exerceu grande protagonismo nas eleições municipais desse ano.

No ano de 2002, Luis Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil. No final do ano a UJS debateu a nova situação do país e colocou a questão do emprego como prioritária.

Foi em 2005 que a juventude brasileira barrou a tentativa de golpe da direita e da grande mídia. Uma onda de denúncias de corrupção atingiu membros do governo e do Congresso Nacional. Porém no dia 16 de agosto, a UJS aliada a diversos movimentos sociais coloca 30 mil pessoas em frente ao Congresso demonstrando que o povo não cederia às tentativas golpistas.

Como parte das comemorações do 25º aniversário, em 2009 a UJS lança a campanha “Canto a Esperança de um Mundo Novo”, que busca debater a grave crise do capitalismo, que acabava de eclodir tendo como epicentro os EUA, e retomar a ofensiva ideológica do campo revolucionário após a avalanche neoliberal apontando assim a necessidade de superar o sistema em crise.

Em 2010 para dar continuidade no projeto progressista, a UJS apoia a candidatura vitoriosa de Dilma Rousseff, eleita primeira mulher presidenta do Brasil.

A história da União da Juventude Socialista se confunde com a da jovem democracia brasileira e hoje, ao completar 31 anos de existência, a UJS continua firme na luta

4

em defesa da democracia e contra as reiteradas tentativas das forças reacionárias de desestabilização política e econômica do país.

O aguerrimento dos jovens socialistas da UJS reaviva a esperança neste período delicado pelo qual o Brasil enfrenta, de resistência às pautas conservadoras e de defesa da soberania nacional.

Vida longa à União da Juventude Socialista!

Sala das Sessões, em de setembro de 2015.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se.)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 1094, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao **Sr. EYMAR GONDIM PEREIRA**, pela outorga do título de Cidadão de Manaus, concedido pela Câmara Municipal de Manaus, bem como seja encaminhado o referido Voto ao seguinte endereço: Rua Luzia Contente nº 35, Bairro Kyssia II, Manaus/AM. CEP: 69.040-300.

JUSTIFICAÇÃO

A Câmara Municipal de Manaus concedeu, de forma justa, a honraria do Diploma de Cidadão de Manaus ao senhor Eymar Gondim Pereira pelos bons serviços prestados em ações de filantropia e ao esporte amazonense.

Eymar Gondim Pereira nasceu em Belém do Pará, no dia 31 de outubro de 1939, filho de Edgard Fernando de Miranda Pereira e Eunice Gondim Pereira.

Formado em Agrimensura pela Escola de Agrimensura do Pará em 1959 e Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará em dezembro de 1964.

Assumiu o cargo de Engenheiro da 1ª Comissão Especial de Estudos do Ministério de Minas e Energia em Belém do Pará, no dia 02 de janeiro de 1965 e no dia 28 de junho de 1965 foi nomeado Chefe da 2ª Comissão Especial de Estudos do Ministério de Minas e Energia em Manaus – Amazonas quando veio para Manaus para instalar, implantar e organizar o referido Ministério e em dezembro deste mesmo ano retornaria para Belém, mas aconteceu que foi transferido para Cuiabá – Mato Grosso. Nesse ínterim, já havia conhecido e se apaixonado pela jovem Hebe Vasconcellos de Miranda, sua atual esposa, com quem é casado há 47 (quarenta e sete) anos, e assim pediu exoneração do Ministério de Minas e Energia para ficar em Manaus, onde permanece até hoje. Constituiu família com Hebe de

2

Miranda Pereira com a qual possui três filhos: Virna de Miranda Pereira, Victor de Miranda Pereira (casado com Bárbara dos Santos Pereira e tendo uma filhinha Helena dos Santos Pereira) e Verner de Miranda Pereira.

Em Manaus exerceu as seguintes funções e cargos: Chefe da 2ª Comissão Especial de Estudos do Ministério de Minas e Energia; Engenheiro no Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas – DER/AM; Diretor da Diretoria Técnica de Transportes Aéreos e Fluviais da SVOP/AM; Diretor da Divisão de Construção e Conservação do Departamento de Obras Públicas da SVOP/AM; Diretor do Departamento de Obras Públicas do Amazonas da SVOP/AM; Secretário de Estado de Viação e Obras Públicas do Amazonas – SVOP/AM; Secretário de Estado de Produção Rural do Amazonas, em exercício; Representante do Governo do Estado do Amazonas na Comissão Executiva do Plano Diretor de Manaus – CEPLADI; Superintendente Adjunto da Superintendência de Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras do Amazonas – SUPLAN/AM; Superintendente de Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras do Amazonas.

Convidado pela Diretoria do Banco Nacional da Habilitação – BNH ocupou os seguintes cargos com jurisdição no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima: Chefe de Serviço da Diretoria da 11ª Região do BNH; Assessor Regional do BNH; Supervisor Regional de Operações Especiais do BNH; Gerente Adjunto do BNH em Manaus; Gerente Regional (Superintendente) do BNH até a sua absorção pela Caixa Econômica Federal. Presidente da Comissão da Equipe Técnica de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Cidade Nova; Presidente da Comissão de Obras para a Construção do Edifício Sede do BNH em Manaus (Praça da Saudade); Presidente da Comissão de Recuperação e Reconstrução do Conjunto Eldorado.

Na Caixa Econômica Federal no Amazonas; Gerente de Operações de Saneamento e Desenvolvimento Urbano com área de atuação no Amazonas, Rondônia e Roraima. Aposentado em 01 de junho de 1996.

Logo após a aposentadoria, convidado pelo então prefeito, Eduardo Braga, exerceu a função de Diretor do Departamento de Habitação do Impas, permanecendo ainda nas gestões seguintes do prefeito Alfredo Nascimento.

3

No Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/AM-RR, exerceu os seguintes cargos e funções: Conselheiro Regional Efetivo; Segundo Secretário; Primeiro Secretário; Vice-presidente; Presidente em exercício; Coordenador da Câmara de Engenharia Civil e Presidente da Comissão de Reformulação do Regimento Interno do CREA/AM-RR.

Na MÚTUA-AM – Caixa de Assistência dos Profissionais do CREAM, exerceu por dois mandatos eletivos consecutivos a função de Diretor Administrativo.

Fundador da Associação de Engenheiro e Arquitetos do Amazonas onde ocupou várias funções de Direção. No Sindicato dos Engenheiros do Estado do Amazonas – SENGE/AM é o associado fundador nº. 01.

NA FILANTROPIA: ocupou o cargo de Diretor do Educandário Gustavo Capanema; Diretor da APAE/Manaus e por três mandatos eletivos consecutivos a função de Presidente do Lions Clube de Manaus Centro. No Atlético Rio Negro Clube foi eleito e reeleito Presidente do Clube por dois mandatos consecutivos de três anos cada. No Lions Clube de Manaus Centro foi agraciado com a comenda de Amigo de Melvin Jones, a mais alta e importante de Lions Internacional.

Parabéns ao senhor Eymar Gondim Pereira por tão merecida homenagem, concedida pela Câmara Municipal de Manaus.

Sala das Sessões, em de setembro de 2015.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se.)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1095, DE 2015

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, sobre o PLS 433, de 2015, seja encaminhado, a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, tendo em vista a sua competência de mérito nos termos do Requerimento nº 935/15 aprovado em Sessão Plenária de 18/08/2015.

Sala das Sessões, 22 de Setembro de 2015.

Líder do PSDB

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

INCLUA-SE EM
ORDEM DO DIA
OPORTUNAMENTE.

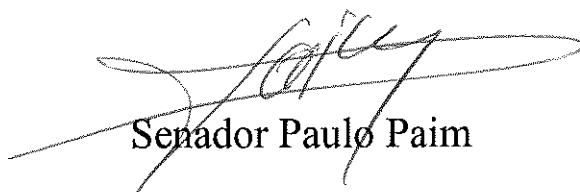
Fm 23 / 9 / 15

REQUERIMENTO Nº 1096, DE 2015

Emílio
Senador Emílio Ferra
3º Suplente

Requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalhos deles decorrentes, seja examinado exclusivamente pela Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 935, de 2015, destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil).

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 2015.


Senador Paulo Paim

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

PROJETOS DE LEI DO SENADO

**SENADO FEDERAL**
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 631, DE 2015

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O objetivo da presente Lei é assegurar e proteger a vida e o bem-estar dos animais em todo o território nacional.

§ 1º Ninguém deverá, por razões não justificáveis, causar dor, sofrimento ou lesão moral aos animais.

§ 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos animais das espécies classificadas como filo *Chordata*, subfilo *Vertebrata*, observada a legislação ambiental.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

I – garantir o acesso à informação sobre o bem-estar dos animais e o estímulo à conscientização e à educação para a guarda responsável;

II – combater os maus-tratos e toda forma de violência, crueldade e negligência praticadas contra os animais;

2

III – proteger os animais contra sofrimentos desnecessários, prolongados e evitáveis;

IV – promover a saúde dos animais com o objetivo de garantir a saúde da população humana e a melhoria da qualidade ambiental como parte da saúde pública.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I –filo *Chordata*: animais que possuem, como características exclusivas, ao menos na fase embrionária, a presença de notocorda, fendas branquiais na faringe e tubo nervoso dorsal único;

II – subfilo *Vertebrata*: animais cordados que têm, como características exclusivas, um encéfalo grande encerrado numa caixa craniana e uma coluna vertebral;

III – bem-estar animal: a promoção da saúde física e mental dos animais, de modo a lhes assegurar o provimento de suas necessidades naturais e liberdades.

CAPÍTULO II

DO DIREITO DOS ANIMAIS AO BEM-ESTAR

Art. 4º Todos os animais em território nacional serão tutelados pelo Estado e possuem direito à existência em um contexto de equilíbrio biológico e ambiental, de acordo com a diversidade das espécies, raças e indivíduos.

§ 1º A integridade física e mental e o bem-estar dos animais são considerados interesse difuso, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-los e de promover ações que garantam o direito estabelecido no *caput*, além de coibir práticas contrárias a esta Lei;

§2º Aos animais deve ser dispensada a dignidade de tratamento reservada aos seres sencientes;

§3º Os animais têm interesses individuais e coletivos, distintos dos interesses individuais e coletivos dos seres humanos, devendo a autoridade, no caso de colisão de

3

interesses, proceder a uma ponderação que não se confine a juízos de utilidade ou de funcionalização aos interesses individuais e coletivos dos seres humanos;

§4º Na ausência de disposição em contrário, os animais se beneficiam da proteção jurídica conferida às coisas e às pessoas jurídicas.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES EM RELAÇÃO À GUARDA DE ANIMAIS

Art. 5º Toda pessoa física ou jurídica que mantenha animal sob sua guarda ou seus cuidados deverá:

I – fornecer alimentação e abrigo adequados à espécie, à raça ou à idade do indivíduo;

II – garantir espaço adequado e apropriado para a manifestação do comportamento natural, individual ou coletivo, da espécie;

III – assegurar a inexistência de circunstâncias capazes de causar ansiedade, medo, estresse e angústia;

IV – empreender todos os esforços para o animal conviver ou ser alojado com outros da mesma espécie, dependendo das circunstâncias específicas e do comportamento da espécie;

V – prover cuidados e medicamentos sempre que for necessário e quando constatada dor ou doença.

CAPÍTULO IV

DA VEDAÇÃO AOS MAUS-TRATOS

Art. 6º São vedadas quaisquer formas de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais.

4

Parágrafo único. Consideram-se maus-tratos, sem prejuízo de outras condutas decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, direta ou indireta, expor o animal a perigo ou a danos diretos ou indiretos à vida, à saúde e ao seu bem-estar, causando-lhe dor, lesões ou sofrimento.

Art. 7º É proibido:

I – forçar um animal a realizar movimentos contrários à sua natureza ou além de sua capacidade física, individualmente considerada, exceto em situações de emergência;

II – usar substâncias químicas ou objetos, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico do animal explorado para a prática desportiva ou atividade laborativa, incluindo apresentações e eventos similares, exceto quando estritamente necessário e indolor para sua locomoção normal ou em situações de emergência;

III – abandonar animal sujeito a sua guarda ou deixá-lo a sua mercê em qualquer recinto, público ou privado, artificial ou natural, com a finalidade de se eximir das responsabilidades inerentes ao dever de guarda;

IV – abandonar animal domesticado ou criado em cativeiro, ainda que em sua posse precária, quando despreparado para se alimentar de maneira adequada;

V – submeter animal a treinamentos, eventos, circos, ações publicitárias, filmagens ou exposições que causem dor, sofrimento ou dano;

VI – vender ou comprar animal doente ou incapaz de sobreviver sem dor ou sofrimento, exceto para tratamento imediato;

VII – sujeitar animal a situações de risco de dor, sofrimento ou dano perante outro animal;

VIII – treinar animal para desenvolver comportamento agressivo contra sua própria espécie ou outra;

IX – forçar de qualquer maneira a alimentação do animal, exceto em benefício de sua própria saúde, ou ministrar-lhe alimentação inadequada ou com substâncias impróprias;

5

X – utilizar dispositivo para aplicação de descargas elétricas em animal para impedir seus movimentos ou forçá-lo a se movimentar, causando considerável dor, sofrimento ou dano.

CAPÍTULO V

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 8º Constitui infração à proteção e defesa do bem-estar dos animais toda ação ou omissão que importe em ato de abuso ou maus tratos, na inobservância de preceitos estabelecidos nesta Lei, especialmente nos arts. 6º e 7º desta Lei, ou na desobediência às determinações de caráter normativo dos órgãos e das autoridades administrativas competentes.

Art. 9º As infrações às disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como das normas, padrões e exigências técnicas, devem ser autuadas, a critério da autoridade competente prevista no art. 70, §1º, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, levando-se em conta:

I – a gravidade dos fatos, o sofrimento prolongado e as consequências para a saúde pública e do animal;

II – as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III – os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental;

§ 1º Responde pela infração quem, por ação ou omissão, de qualquer modo, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

§ 2º Responde pela infração cometida por menor ou pessoa incapaz o seu responsável legal ou quem, no momento do fato, detenha sua guarda, nos termos da legislação aplicável.

6

§ 3º São consideradas condições agravantes das condutas previstas neste artigo:

I – o agravamento do estado de saúde de animal doente, ferido, extenuado ou mutilado;

II – quando os atos de crueldade resultarem em morte do animal ou em lesão grave;

III – a reincidência em infrações previstas nesta Lei;

IV – a obtenção de vantagem pecuniária pelo agente responsável pelo cometimento da infração;

V – o emprego, pelo agente, de métodos cruéis no abate, na captura ou em animais em avançado período de prenhez;

VI – o abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental.

§ 4º São consideradas circunstâncias atenuantes das condutas previstas neste artigo:

I – o baixo grau de instrução ou de escolaridade do agente;

II – o arrependimento posterior, manifestado pela espontânea reparação do dano ao animal;

III – a infração ter sido cometida para proteger pessoa ou animal de dano iminente, não se tratando de estado de necessidade.

Art. 10. As infrações às disposições desta Lei, sem prejuízo das sanções de natureza cível ou penal cabíveis, devem ser punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes sanções:

7

I – advertência, ante a inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo;

II – prestação de serviços voltados à promoção do bem-estar animal e à preservação do meio ambiente, mediante a atribuição de tarefas não remuneradas a programas e projetos de proteção aos animais;

III – prestação pecuniária, consistente em contribuições financeiras a entidades ambientais ou de proteção aos animais;

IV – multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), observados os critérios do art. 9º, as repercussões coletivas do dano e a situação econômica do infrator;

V – apreensão do animal até que se corrija o motivo da infração;

VI – apreensão de instrumentos, aparelhos ou produtos, cujas utilizações estejam vedadas pela presente Lei ou tenham concorrido para o cometimento da infração;

VII – perda definitiva da guarda, posse ou propriedade do animal;

VIII – proibição de guarda, posse ou propriedade de animais.

§ 1º A pena prevista no inciso VII do *caput* deste artigo será aplicada em caso de infração considerada grave ou reincidente.

§ 2º O cometimento de nova infração pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura do auto de infração devidamente confirmado em julgamento, implica a aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento da mesma infração, ou em dobro, no caso de cometimento de infração distinta.

§ 3º A advertência não será aplicada às infrações graves, assim consideradas aquelas que resultem em lesão grave permanente ou mutilação ou morte do animal.

8

§ 4º É vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de três anos, contados do julgamento definitivo da última advertência ou de outra penalidade aplicada.

§ 5º As multas podem ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, nos termos e condições aceitas e aprovadas pelas autoridades competentes, se obrigar à adoção de medidas específicas para fazer cessar e corrigir a infração.

§ 6º Os animais dos infratores devem ser identificados imediatamente por autoridade competente, preferencialmente com microchipagem ou outra forma de identificação permanente, de modo a garantir a identificação individual para o monitoramento e melhorias no bem-estar do animal.

§ 7º Na hipótese do inciso V deste artigo, o animal será destinado a abrigo provisório, e o proprietário, quando identificado, será notificado e responsabilizado pelo custeio da manutenção do animal.

§8º Na hipótese do inciso VII deste artigo, o animal doméstico ou domesticado será destinado para adoção, por intermédio da autoridade competente, e os animais silvestres serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§9º Aplica-se ao procedimento administrativo a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 11. As sanções previstas nesta Lei serão aplicadas pelos órgãos executores competentes, sem prejuízo de correspondente responsabilização penal e pelo dever de reparar os danos.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

9

Art. 12. A legislação e as políticas públicas que produzam impacto sobre o bem-estar dos animais levarão em consideração o disposto nesta Lei.

Art. 13. Sem prejuízo da aplicação das penas previstas nesta Lei, os responsáveis pelos danos aos animais responderão, solidariamente, por sua indenização ou reparação integral, independentemente da existência de culpa.

Parágrafo único. Aplicam-se às ações de proteção e defesa do bem-estar dos animais previstos nesta Lei as normas do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, inclusive no que respeita ao inquérito civil.

Art. 14. O art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação :

“Art. 32. Praticar ato de abuso ou maus-tratos a animais domésticos, domesticados ou silvestres, nativos ou exóticos:

Pena – reclusão, de um a dois anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de metade se ocorre lesão grave permanente ou mutilação do animal.

§ 3º A pena é aumentada em dobro, caso ocorra morte do animal.”
(NR)

Art. 15. Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 prescreve em seu art. 225 o dever de o Poder Público proteger a fauna e a flora, havendo expressa menção à vedação, na forma da lei, de práticas que provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Encontra-se reconhecido, portanto, em nosso texto normativo constitucional, o valor intrínseco auferido aos animais, eis que atos cruéis não serão tolerados, de modo que todo o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social devem se pautar por esta premissa, indispensável a um desenvolvimento nacional sustentável.

10

Ocorre que a legislação infraconstitucional ainda não disciplinou um estatuto de proteção ao bem-estar dos animais, estabelecendo de forma clara e objetiva o direito à proteção à vida e ao bem-estar dos animais, bem como a vedação de práticas e atividades que se configurem como cruéis ou danosas.

Já é hora de o País possuir uma legislação que vede a dor, o sofrimento e a lesão moral aos animais. A Alemanha, a Áustria, Estados Unidos, apenas como exemplo, são países que já legislaram há muito tempo sobre a matéria. A sociedade tem se mostrado intolerante aos maus-tratos, a exemplo das discussões envolvendo o uso de animais em pesquisas científicas ou o mero utilitarismo e prazer dos humanos em ações que causam sofrimento e dano desnecessários aos animais, como foi o caso envolvendo a caça e morte do leão Cecil, no Zimbábwe, que comoveu o mundo.

Esta proposição visa assegurar a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal dos animais e a consideração da integridade física e mental como interesse difuso. Além disso, assegura tratamento aos animais como seres sencientes e regulamenta deveres em relação à guarda de animais.

Busca, ainda, suprir a lacuna legislativa ao tipificar maus –tratos e estabelecer vedações de atos e atividades consideradas cruéis, além de dispor sobre infrações e penalidades aos preceitos legais, com imposição de multa que varia entre duzentos e cinquenta a dez milhões de reais.

Por se tratar de um tema tão atual, relevante e demandar uma postura ética da sociedade, com alterações de comportamento urgentes, pedimos o apoio de nossos Nobres Pares para o seu aprimoramento e aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985 - LEI DOS INTERESSES DIFUSOS - 7347/85](#)

[Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - LEI DE CRIMES AMBIENTAIS - 9605/98](#)

[artigo 32](#)

[parágrafo 1º do artigo 70](#)

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 632, DE 2015

Altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 3º ”

.....

§ 2º Aplicam-se também às sociedades de grande porte, constituídas ou não sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativas à publicação de demonstrações financeiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, notou-se um movimento de profunda revisão da legislação societária brasileira, iniciado pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, e que se voltou principalmente ao desenvolvimento do mercado nacional de capitais, enquanto mecanismo de auto-financiamento das empresas.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, realizou importante contribuição a esse movimento de atualização da legislação societária, estabelecendo regras para as chamadas “sociedades de grande porte”, definidas como aquelas que – constituídas ou não sob a forma de sociedades por ações – tenham ativo superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

2

O referido diploma legal previu, em seu art. 3º, a aplicação às sociedades de grande porte das regras sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras constantes da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), além de estabelecer também a obrigatoriedade de realização de auditoria independente realizada por auditor registrado junto à Comissão de Valores Mobiliários.

Embora configure inegável avanço no sentido de proporcionar maior confiabilidade e rigidez à elaboração dos balanços das sociedades de grande porte, a Lei nº 11.638, de 2007, acabou por não prever a extensão a essas sociedades das disposições referentes à publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas. Assim, as únicas sociedades que se encontram hoje obrigadas a publicar suas demonstrações financeiras são as sociedades anônimas. As sociedades limitadas e as demais, ainda que de grande porte, podem optar por não realizar tal divulgação.

É extremamente relevante que a obrigação de publicação das demonstrações financeiras não decorra do tipo societário adotado pela empresa, mas sim do seu porte econômico, que indica de forma muito mais clara sua relevância para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a presente proposição resgata previsão constante de Anteprojeto de Lei elaborado pela Comissão de Valores Mobiliários para estabelecer que se aplicam às sociedades de grande porte as regras relativas à publicação de demonstrações existentes na Lei das Sociedades Anônimas. Com isso, busca-se promover a transparência e a publicidade empresarial dos grandes agentes econômicos, que é essencial para o bom funcionamento das economias de mercado.

Por entendermos que o Projeto trará importante contribuição para o desenvolvimento da legislação societária brasileira, rogamos o apoio dos Senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

3
LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 - Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras

Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Senador **VALDIR RAUPP**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976 - 6385/76](#)

[Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 - LEI DAS S/A - 6404/76](#)

[Lei nº 10.303, de 31 de Outubro de 2001 - 10303/01](#)

[Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007 - 11638/07](#)
[artigo 3º](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 633, DE 2015

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a exposição de produtos fumígenos nos locais de vendas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º É vedada, em todo o território nacional, a propaganda comercial de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, bem como a exposição dos referidos produtos nos locais de vendas, ressalvada a exibição da tabela de preços, que deve incluir o preço mínimo de venda no varejo de cigarros classificados no código 2402.20.00 da Tipi, vigente à época, conforme estabelecido pelo Poder Executivo.

.....
§ 8º Os produtos referidos no *caput*, desde que acompanhados das cláusulas de advertência a que se referem os §§ 2º, 3º e 4º, poderão ser expostos no interior dos estabelecimentos destinados especificamente à sua comercialização.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tabagismo é uma doença caracterizada pela dependência à nicotina, atingindo mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o tabagismo está relacionado a mais de cinquenta outras doenças, entre elas o câncer, a bronquite, o enfisema, a hipertensão arterial, o infarto do miocárdio e o acidente vascular cerebral, sendo a principal causa de morte evitável no mundo.

2

A maioria dos fumantes se torna dependente até o final da adolescência, pois o segmento jovem é mais vulnerável às estratégias da indústria tabagista para repor o seu mercado consumidor.

Assim, todos os esforços devem ser voltados para a prevenção e, especialmente, para a redução do acesso aos produtos de tabaco, principalmente em relação às crianças e aos jovens.

Nesse sentido, tomamos como parâmetro a Islândia, país que avançou bastante no controle do tabagismo, e onde existe uma norma que proíbe a exposição de cigarros nos pontos de venda. Graças a isso, estima-se que a taxa de fumantes entre jovens tenha diminuído em até 10% naquele país.

Atualmente, no Brasil, a lei permite a exposição dos referidos produtos nos locais de venda. Porém, consideramos que reduzir ainda mais a visibilidade do produto, e, portanto, o seu apelo comercial, pode ser uma medida eficaz para desencorajar os jovens a fumar.

Por conseguinte, a medida que ora propomos almeja reforçar mudanças de atitude e de comportamento, diminuindo a iniciação ao tabagismo e facilitando a cessação de fumar.

Sala das Sessões,

Senador **WALDEMIR MOKA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 9.294, de 15 de Julho de 1996 - LEI MURAD - 9294/96](#)
[artigo 3º](#)

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 634, DE 2015

Altera a Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, para tipificar criminalmente a invasão, com intuito de ocupação, de terras do Distrito Federal ou de terras de entidades distritais, destinadas à reforma agrária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 20 - Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

Pena: Detenção de 6 meses a 3 anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, com idêntico propósito, invadir terras de entidades federais, estaduais, distritais ou municipais, destinadas à Reforma Agrária.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Direito Penal, em respeito ao princípio da reserva legal, somente se aceita a utilização da analogia em relação a normas não incriminadoras. Nessas situações, diz-se que analogia é *in bonam partem*. Não se admite, portanto, a analogia *in malam partem*, ou seja, aquela em que uma lei semelhante é utilizada ao caso omissis em desfavor do réu, para criar crimes ou cominar penas.

2

A Lei nº 4.947, de 1966, em seu art. 20, criminaliza a invasão, com intuito de ocupação, de terras da União, dos Estados e dos Municípios, bem como de terras de entidades federais, estaduais e municipais, destinadas à reforma agrária. O Distrito Federal, contudo, não é elencado nos referidos tipos penais. Essa omissão gera insegurança jurídica, haja vista que não há consenso entre julgadores e demais operadores do direito quanto à tipicidade de tal conduta.

Exemplo desse dissenso pode ser verificado no julgamento da apelação criminal nº 2004.01.1.106264-3, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em que o juízo de primeiro grau condenou o réu pela invasão de terras do Distrito Federal, como base no art. 20 da Lei nº 4.947, de 1966, enquanto a 2ª Turma Criminal do referido Tribunal entendeu que *“o art. 20, da Lei 4.947/66 não se aplica às terras ou imóveis do Distrito Federal, mas, tão somente, à União, aos Estados e aos Municípios, e respectivas empresas, diante do princípio da legalidade, desdobrando-se na legalidade estrita”*.

Dessa forma, verifica-se que a correção da omissão legislativa constante do art. 20 da Lei nº 4.947, de 1966, é medida necessária e urgente.

Certos de que a presente proposição aperfeiçoará nossa legislação penal, conclamamos os nobres Senadores e Senadoras a aprová-la.

Sala das Sessões,

Senador **JORGE VIANA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 4.947, de 6 de Abril de 1966 - 4947/66](#)
[artigo 20](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 635, DE 2015

Altera o Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre o oferecimento aos consumidores de data e turno de entrega de produtos e prestação de serviços.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 35-A:

“Art. 35-A. O fornecedor de produtos ou o prestador de serviços que comercializar, juntamente com o produto ou serviço principal, o respectivo serviço de entrega poderá oferecer ao consumidor, no ato da contratação, dentro das possibilidades técnicas e operacionais da empresa, relação de datas e turnos disponíveis para o agendamento da entrega dos produtos ou da prestação dos serviços.

§ 1º Os valores adicionais cobrados do consumidor em razão das despesas necessárias à execução do agendamento de que trata o *caput* serão explicitados pelo fornecedor ou prestador no ato da contratação.

§ 2º No ato da finalização da contratação, o fornecedor ou prestador entregará ao consumidor, por escrito ou, no caso de comércio à distância, por mensagem eletrônica, documento de registro do pedido com as seguintes informações mínimas:

I – identificação do estabelecimento comercial, com razão social, nome fantasia, endereço, telefone e número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – descrição do produto a ser entregue ou do serviço a ser prestado;

III – endereço da entrega do produto ou da prestação do serviço;

IV – data e turno da entrega do produto ou da prestação do serviço, caso o consumidor tenha optado pela contratação do agendamento de que trata o *caput*, quando oferecido pela empresa;

§ 3º Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta Lei, o fornecedor de produtos ou o prestador de serviços que descumprir as

2

cláusulas do agendamento de que trata este artigo restituirá ao consumidor os valores adicionais de que trata o § 1º, quando o consumidor não optar por cancelar a contratação inteira.

§ 4º A não contratação do agendamento nos termos deste artigo não prejudica o disposto no inciso XII do art. 39 desta Lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As relações comerciais vêm apresentando um crescente dinamismo a cada dia que passa. Hoje é imperioso enfrentar a questão da entrega de produtos e serviços, principalmente quando contratados à distância, para maior conveniência do consumidor.

As cidades, especialmente as de maior porte, estão cada dia mais congestionadas e regradas por inúmeras normas de circulação viária. Nesse contexto, é fundamental haver a otimização da distribuição de mercadorias pelas empresas, de modo que elas possam, com menos viagens, atender a uma maior quantidade de consumidores, sem perda de qualidade.

Embora alguns consumidores residam em prédios com porteiros ou disponham de pessoas que podem, sem prejuízo de suas rotinas, receber mercadorias ou serviços de acordo com a grade de distribuição das empresas, a vida moderna impõe muitas vezes que todos os membros de determinadas famílias trabalhem fora, não sendo raras as situações em que o consumidor se vê obrigado a deixar de lado seus afazeres para aguardar a entrega de um produto ou serviço. Para esses, é essencial tutelar adequadamente seus interesses, prevendo um regramento legal que preveja que os fornecedores poderão disponibilizar uma modalidade de entrega agendada.

Não se deve olvidar, por outro lado, que a definição prévia de data e turno de entrega acarreta a necessidade de um planejamento logístico mais detalhado por parte das empresas, as quais provavelmente terão que abrir mão da realização de itinerários e horários de entrega mais econômicos, em prol do aumento do conforto e da comodidade do consumidor que desejar receber a mercadoria na data e turno ajustados.

Assim, a presente medida visa a modernizar nosso atual Código de Defesa do Consumidor, disciplinando os citados aspectos, que, hoje, decorridos vinte e cinco anos da aprovação da Lei, tornaram-se relevantes para as relações de consumo. Com isso, busca-se o aperfeiçoamento das normas consumeristas, em consonância com o espírito que norteou a redação inicial desse importante marco legal.

Ante o exposto, contamos com o apoio de nobres Pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.

4
LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá
outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Senador **DOUGLAS CINTRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90](#)

*(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em
decisão terminativa)*



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 636, DE 2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares, os produtos dietéticos devem ser expostos à venda em gôndola específica.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com esta iniciativa, pretendemos tornar obrigatória a destinação de gôndola exclusiva para produtos dietéticos expostos à venda em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares.

A nosso ver, a obrigatoriedade da disposição dos produtos dietéticos em gôndola específica nesses estabelecimentos beneficiará sobremaneira as pessoas com diabetes, as quais necessitam consumir esses produtos. A título de exemplificação, esses consumidores com prescrição de dieta especial adquirem adoçantes, geleias, biscoitos, laticínios em geral e um incontável número de produtos alimentícios com baixo teor de açúcar.

2

A disponibilização de gôndola exclusiva facilita sobremaneira o acesso dessas pessoas aos produtos que usualmente consomem, reduzindo o tempo para que encontrem o produto desejado e, com isso, assegurem a sua compra.

Consideramos recomendável fixar a *vacatio legis* de noventa dias, contados a partir da publicação da lei que decorrer desta proposição, a fim de permitir aos autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares a adequação às novas regras.

Por essas razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que apoia os consumidores de produtos dietéticos.

Sala das Sessões,

Senador **DÁRIO BERGER**

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 637, DE 2015

Altera os artigos 1º, 2º, 5º e 9º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, e o inciso II do § 1º do artigo 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para introduzir modificações nos processos de registro e inspeção de bebidas e harmonizar competências entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre o tema.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações, renomeando o parágrafo único do art. 1º como § 1º:

“**Art. 1º**

.....
.....
§ 2º A inspeção da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos, é de responsabilidade do respectivo estabelecimento, e poderá ser realizada por instituição privada credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou, por funcionário habilitado indicado pelo estabelecimento.

I – O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fiscalizará o trabalho realizado pelas instituições credenciadas ou funcionário indicado para a realização de inspeção, na forma do regulamento.

§ 3º - Nos casos previstos no § 3º do artigo 2º desta Lei, a inspeção da produção e do comércio de suco, em relação aos seus aspectos tecnológicos, é de responsabilidade do respectivo estabelecimento, e poderá ser realizada por instituição privada credenciada pelo órgão competente estadual ou distrital ou, por funcionário habilitado indicado pelo estabelecimento.

2

I – o órgão competente estadual ou distrital fiscalizará o trabalho realizado pelas instituições credenciadas ou funcionário indicado para a realização de inspeção, na forma do regulamento.” (NR)

“**Art. 2º** O cadastro, o registro, a padronização, a classificação e, ainda, a fiscalização da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos, competem ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou órgão estadual competente credenciado por esse Ministério, na forma do regulamento.

.....
.....

§ 1º O estabelecimento produtor ou fabricante, envasilhador ou engarrafador, padronizador, importador ou exportador, e atacadista deverá ser cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

I – O cadastro será realizado por meio eletrônico, seguindo as normas estabelecidas pelo órgão responsável pelo cadastro, que fará a fiscalização necessária à verificação da conformidade das informações prestadas no cadastro e a situação do estabelecimento.

§ 2º As bebidas deverão ser registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

I - as bebidas importadas ficam dispensadas do registro previsto no *caput* deste artigo;

II - o registro previsto neste § 2º deverá ocorrer no prazo de até quarenta e cinco dias contados da data do protocolo do pedido.

a) a contagem do prazo será suspensa caso o órgão titular do registro solicite por escrito e fundamentadamente, documentos ou informações adicionais, reiniciando a partir do atendimento da exigência, acrescidos trinta dias.

§ 3º O cadastro do estabelecimento, o registro, a regulamentação, a padronização, a classificação e, ainda, a fiscalização da produção e do comércio de suco, em relação aos seus aspectos tecnológicos, será realizado pelo órgão competente estadual ou distrital, sempre que a produção e a comercialização se restringirem ao território do ente federado que o registrou.

I - o estabelecimento cadastrado em órgão estadual ou distrital, para comercializar seus produtos em todo o território nacional deverá habilitar seu cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - para comercializar o produto registrado nos termos do § 3º deste artigo em território de outros entes federados, o titular do registro deverá habilitar o registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. (NR)

“Art. 5º

.....
.....

§ 6º Na produção de néctar de laranja, uva, manga e pêssago, fica proibida a adição de percentual inferior a 50% (m/m) (cinquenta por cento massa massa) da respectiva fruta.

I – o regulamento poderá estabelecer percentuais superiores aos estabelecidos neste § 6º.

§ 7º O néctar cuja quantidade mínima da polpa de fruta ou do suco de fruta ou de vegetal não tenha sido fixada em regulamento técnico específico e o néctar misto devem conter, no mínimo, 30% (m/m) (trinta por cento massa massa) da respectiva parte comestível do vegetal, ressalvado o caso de vegetal com acidez muito elevada ou sabor muito forte e, neste caso, o conteúdo da polpa de fruta ou do suco de fruta ou de vegetal não deve ser inferior a 20% (m/m) (vinte por cento massa massa).

I – o regulamento poderá estabelecer percentuais superiores aos estabelecidos neste § 7º.

§ 8º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá metodologia oficial para identificar a quantidade de fruta no néctar e no refresco.

§ 9º O fabricante de néctar e refresco deverá declarar o teor de açúcar na tabela nutricional do produto”. (NR)

“Art. 9º

.....
.....

VI – cassação do cadastro do estabelecimento cumulada ou não com a proibição de venda e publicidade do produto.” (NR)

Art 2º. O inciso II do § 1º do artigo 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....
.....

II - alimentos, inclusive bebidas nos seus aspectos bromatológicos e sanitários, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, após o veto do Presidente da República ao artigo 12 do texto, ficou com redação bastante acanhada que produziu um absurdo processo de deslegalização do gigantesco setor de bebidas no Brasil, transferindo sua normatização para regulamentos. Atualmente o setor, que representa mercado anual bilionário, sofre com a falta de segurança jurídica, pois os regulamentos podem ser modificados sem qualquer participação do Parlamento, sofre com a morosidade da burocracia, ensejando a oligopolização do setor, agravado pela falta de política para o segmento. O artigo 12 do texto original aprovado autorizava o Poder Executivo criar a Comissão Intersetorial de Bebidas, integrada pelo Poder Público e representantes de entidades civis interessadas com a finalidade de articular políticas e programas e orientar a Política Nacional para o setor de bebidas. Com o veto ao referido dispositivo, um órgão que poderia se constituir como filtro e freio ao excesso da burocracia e tornar a Lei, que é singela, em instrumento mais forte, acabou por prejudicar a normatização do segmento.

Com o objetivo de agregar inovações ao texto da Lei nº 8.918/1994, o projeto propõe que a inspeção da produção e do comércio de bebidas seja realizada pela iniciativa privada, sob a fiscalização do Poder Público. Diante dos instrumentos tecnológicos e dos meios de transporte e comunicação hoje disponíveis, não mais se justifica atuar com base no modelo operacional desenvolvido na década de 1940, consolidado em Decretos editados na era Vargas.

A atividade de inspeção, que requer uma observação detalhada das etapas da atividade, exige ser realizada por alguém integrado organicamente à atividade inspecionada, e não parece correto o contribuinte arcar com o pagamento de vencimentos de profissionais designados para a realização dessa atividade. A responsabilidade pela observância da manutenção da qualidade do produto, conforme determina a regulamentação técnica elaborada pelo Poder Público, é, efetivamente, do responsável pela produção. O Poder Público deve fiscalizar e impor as sanções devidas àquele que negligenciar a manutenção da qualidade exigida e o cumprimento das normas vigentes. A fiscalização, essa sim, deve ser realizada por órgão exterior ao serviço fiscalizado e, no caso, pelo Poder Público.

Além de racionalizar custo e mão de obra, a medida muito contribuirá para desenvolver, no âmbito privado, competências regionais para a realização do serviço de inspeção e sua integração com a atividade fiscalizadora do Estado.

Com a substituição do registro do estabelecimento pelo cadastro eletrônico, o Estado reduziria sua atuação no momento do registro de uma atividade econômica e ampliaria suas ações no campo da fiscalização. Teria condições de romper com a cultura cartorial do setor público. Atualmente, o Estado transforma o momento de autorização ou registro de uma

5

atividade ou produto em verdadeira corrida de obstáculos e, após autorizar e registrar esquece que o que garante de fato a qualidade e a segurança daquilo que o setor privado se comprometeu realizar não é o moroso e dispendioso processo de registro e autorização e sim a fiscalização efetiva e séria dos locais de produção daquilo que se registrou ou autorizou produzir.

O Brasil, reconhecido como grande produtor de frutas e com potencial para ampliar significativamente a produção, não possui uma política destinada a incentivar a indústria e o comércio do suco integral. A carga tributária incidente no suco, de aproximadamente 27,5% (apenas em ICMS, PIS e Cofins) constitui elemento proibitivo ao aumento do mercado de sucos, pois a mesma carga tributária incide nos néctares e refrescos, produtos nos quais a presença de suco integral é de 5% a 40% e, portanto, tem menor custo de produção.

Assim, grande parte da população brasileira, procurando por produtos de menor preço, acaba deixando de consumir suco de fruta integral, sabidamente mais saudável. Lamentavelmente, a elevada carga tributária, o alto custo de produção e as dificuldades burocráticas, transformam o suco de fruta integral em artigo de luxo no Brasil.

Com o objetivo de reduzir a distância entre o órgão regulador e o produtor, incentivar a produção e o comércio de suco, bem como permitir melhor administração das peculiaridades regionais, visto que em determinada região a prioridade é o suco de caju, em outra o de uva, em outra o de laranja, o projeto propõe que no caso dos sucos o registro, a padronização, a classificação e, ainda, a fiscalização da produção e do comércio de suco, em relação aos seus aspectos tecnológicos, será realizado pelo órgão competente estadual ou distrital, sempre que sua comercialização se restringir ao consumo no território do ente federado que o registrou. Exigindo a validação do registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento quando se pretender comercializar o produto em outros estados. Considerando o grau de amadurecimento do federalismo brasileiro, inaceitável o argumento de que apenas a União tem competência para administrar esse segmento. Além disso, porque não prestigiar a opção do empreendedor de produzir apenas para sua localidade ou seu Estado.

Além disso, uma estrutura normativa assim consolidada permite que governador de estado adote medidas de incentivo à produção e consumo de suco de fruta integral, inclusive lançando mão de incentivos para, por exemplo, promover o consumo de suco de fruta nas escolas, abrindo mercado para a produção de frutas regionais.

Outro ponto abordado pela proposta é o estabelecimento, em lei, de percentuais mínimos de suco de fruta que deve ser adicionado na composição do néctar. Com o objetivo de garantir ao consumidor que os percentuais hoje estabelecidos pelas normas técnicas não sofram recuo, o projeto propõe a consolidação dos atuais índices em lei, permitindo que norma técnica apenas aumente os percentuais estabelecidos em lei.

A Lei nº 9.782/1999 atribui competência à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa regulamentar, controlar e fiscalizar bebidas.

Já a Lei nº 8.918/1994 que disciplina a produção e o comércio de bebidas, atribui competência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para registrar, padronizar, a classificar e, ainda, a inspecionar e fiscalizar a produção e do comércio de

6

bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos. Essa mesma lei atribui à área da saúde a inspeção e a fiscalização de bebidas, nos seus aspectos bromatológicos e sanitários.

Diante dos comandos contidos nas duas leis acima mencionadas, o projeto propõe que a competência atribuída à Anvisa no setor de bebidas acompanhe o que é estabelecido pela Lei nº 8.918/1994, ficando restrita aos aspectos bromatológicos e sanitários.

Com o objetivo de agregar inovações à estrutura normativa aplicável à produção e comercialização de bebidas, especialmente de sucos, proponho este projeto de lei e conto com o apoio dos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.918, de 14 de Julho de 1994 - 8918/94](#)

[artigo 1º](#)

[artigo 2º](#)

[artigo 5º](#)

[artigo 9º](#)

[Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999 - 9782/99](#)

[inciso II do parágrafo 1º do artigo 8º](#)

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 638, DE 2015

Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que *cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências*, para incluir previsão de exercício de competências relativas a aeródromos através de convênios com órgãos estaduais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 8º**

§ 9º As competências previstas nos incisos XXII, XXIV, XXVI e XXVIII do *caput* deste artigo serão exercidas diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Aviação Civil foi criada pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para atuar como autoridade de aviação civil. Entre a suas competências relativas a aeródromos, estão as funções de emitir regras; regular e fiscalizar a infraestrutura aeroportuária; homologar, registrar, cadastrar os aeródromos; e conceder ou autorizar a exploração da infraestrutura aeroportuária.

2

A aviação civil vem mostrando um aumento significativo nos últimos anos, com uma média anual superior a 10% no decênio de 2004 a 2014. Apesar disso, só recentemente começaram os esforços para alavancar a aviação regional por meio de planos de incentivo ao desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária e das operações de transporte regular de passageiros.

No contexto de aceleração do crescimento da malha aeroportuária a partir de agora, entendemos que a concentração das atividades de homologação de aeródromos na ANAC se constitui em um gargalo que atrasa a entrada em operação de aeródromos de menor porte.

Por outro lado, não é justificável a sobrecarga das atividades de homologação na ANAC, quando se sabe que hoje existem diversas agências estaduais de regulação de serviços já estruturadas e operacionais. Tais agências recebem delegação para agir em diversas áreas, como por exemplo, possuem convênio de cooperação com a ANEEL, para atuar em fiscalização e apoio à regulação dos serviços e instalações de energia elétrica.

Assim, nosso projeto inclui na Lei de criação da ANAC, permissão para que esta agência possa delegar, por meio de convênio com órgãos estaduais, atividades de homologação de aeródromos.

Continua, entretanto, concentrada na agência nacional a competência para expedição de regulamentos, inclusive os critérios para delegação de competências.

Essa é proposta que ora apresentamos aos nobres colegas, e que entendemos merecer seu voto de aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **OTTO ALENCAR**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 11.182, de 27 de Setembro de 2005 - 11182/05](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 639, DE 2015

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os lucros ou dividendos distribuídos com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2016, pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a pessoas jurídicas ou físicas, domiciliadas no País ou no exterior, estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 1º O imposto descontado na forma deste artigo será:

I - considerado como antecipação do imposto devido na declaração de ajuste anual do beneficiário pessoa física;

II - considerado como antecipação compensável com o imposto de renda que a pessoa jurídica beneficiária, tributada com base no lucro real, tiver de recolher relativo à distribuição de lucros ou dividendos;

III - definitivo, nos demais casos.

§ 2º A compensação a que se refere o inciso II do § 1º poderá ser efetuada com o imposto de renda, que a pessoa jurídica tiver que recolher, relativo à retenção na fonte sobre a distribuição de lucros ou dividendos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior.

§ 3º A alíquota prevista no *caput* deste artigo será aquela fixada pelo art. 8º da Lei nº 9.779, de 10 de janeiro de 1999, no caso de o beneficiário ser residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação

2

favorecida ou ser também beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela de lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

§ 5º Não são dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por força do art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, estão isentos do Imposto de Renda (IR) os lucros e dividendos distribuídos pela pessoa jurídica a titular, sócio ou acionista, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica.

Essa isenção deu ensejo a planejamentos tributários nos quais a pessoa física cria uma empresa para fugir à tributação da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), cuja alíquota máxima é de 27,5%. É o caso de uma pessoa jurídica que tenha por atividade principal a administração, locação ou cessão de bens imóveis. Se a única atividade for locação de imóveis próprios, a pessoa jurídica estará livre do pagamento do Imposto sobre Operações de Qualquer Natureza (ISS), por ser considerada não incidente.

Como os aluguéis dos imóveis são considerados receitas da atividade principal da pessoa jurídica, no caso de opção pelo regime do lucro presumido, a maior tributação recairá sobre a empresa com lucro superior a R\$ 240.000,00 ao ano, hipótese em que incidirá o percentual de 14,53%¹ sobre a receita bruta, valor inferior à alíquota de 27,5% prevista na tabela progressiva do IRPF.

Quando a pessoa jurídica distribuir lucros e dividendos, o titular, sócio ou acionista, por força do citado art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, percebê-los-á como isentos de IRPF, desde que não excedam o valor do lucro presumido subtraído de todos os impostos e contribuições devidos pela pessoa jurídica (art. 141, § 2º, I, da Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014).

Para infirmar esse planejamento tributário, é necessário voltar a fazer incidir o imposto de renda na distribuição de lucros e dividendos, tal como previsto no art. 2º da Lei nº 8.849, de 28 de janeiro de 1994, vigente antes do advento do citado art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995.

¹ IRPJ: 32% X 25% = 8%; CSLL: 32% X 9% = 2,88%; PIS/Pasep : 0,65%; Cofins: 3%; Total: 14,53%.

3

Nesse diapasão, o projeto que ora submetemos ao crivo de nossos Pares submete à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 15%, os lucros e dividendos, pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

O IRRF será compensado: (i) com o devido na Declaração de Ajuste Anual da pessoa física; (ii) com o IR que a pessoa jurídica beneficiária tributada pelo lucro real tiver que recolher relativo à distribuição de lucros e dividendos no País ou no exterior. O IRRF será considerado definitivo nos demais casos.

A alíquota será de 25% se a pessoa física ou a pessoa jurídica beneficiária for residente ou domiciliada em País ou dependência que adote tributação favorecida (alíquota máxima do IR inferior a 17%) ou regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 ("paraíso fiscal").

A incidência do IR sobre os lucros e dividendos vigorou desde o início da cobrança do IR em 1926 até 31 de dezembro de 1995. O projeto restabelece o modelo que vigia antes da mencionada Lei nº 9.249, de 1995, com duas diferenças. A primeira está no tratamento ora conferido ao beneficiário pessoa física residente no País, que não ficará restrito à incidência exclusiva na fonte, uma vez que o Imposto de Renda Retido na Fonte será considerado antecipação do devido na declaração de ajuste anual, que se submete à tabela progressiva anual. E não pode ser diferente, pois a progressividade do IR é um princípio constitucional inscrito no art. 153, § 2º, I, e está associado aos princípios da capacidade contributiva e da pessoalidade explicitadas no art. 145, § 1º.

A segunda diferença é a majoração de 15% para 25% da alíquota do IRRF se o beneficiário (pessoa física ou pessoa jurídica) for residente ou domiciliado em paraíso fiscal. Cumpre-se a norma veiculada no art. 8º da Lei nº 9.779, de 19 de novembro de 1999, e, como bônus, diminui-se a assimetria com a tributação dos rendimentos do trabalho, com ou sem vínculo empregatício, e da prestação de serviços, pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 25% (art. 7º da mesma Lei).

Pedimos o apoio dos Pares à aprovação dessa matéria, essencial ao aprimoramento da legislação do Imposto de Renda.

Sala das Sessões,

Senador **OTTO ALENCAR**

LEGISLAÇÃO CITADA

4

[Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 - LEI DAS S/A - 6404/76](#)

[artigo 15](#)

[Lei nº 8.849, de 28 de Janeiro de 1994 - 8849/94](#)

[artigo 2º](#)

[Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - 9249/95](#)

[artigo 10](#)

[Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - 9430/96](#)

[artigo 24](#)

[artigo 24-](#)

[Lei nº 9.779, de 19 de Janeiro de 1999 - 9779/99](#)

[artigo 8º](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 640, DE 2015

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em substituição ao Ato Declaratório Ambiental – ADA.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“**Art. 29**
.....

§ 4º Fica o produtor rural autorizado a apresentar o CAR, de que trata o *caput*, para fins de apuração da área tributável prevista no § 1º, inciso II, do Artigo 10, da Lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural – ITR.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Instrução Normativa nº 5, de 25 de março de 2009, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ato Declaratório Ambiental (ADA) é documento de cadastro de áreas do imóvel rural junto ao Ibama e das áreas de interesse ambiental que o integram para fins de isenção do Imposto Territorial Rural.

O ADA é o instrumento legal que possibilita ao proprietário rural redução do Imposto Territorial Rural (ITR), em até 100%, sobre a área efetivamente protegida, quando declarar no Documento de Informação e Apuração (DIAT/ITR), as Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, áreas de

2

Interesse Ecológico, de Servidão Ambiental, cobertas por Floresta Nativa e áreas Alagadas para fins de Constituição de Reservatório de Usinas Hidrelétricas.

Já o Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pelo novo Código Florestal brasileiro instituído pela Lei nº 12.651/12, consiste em um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais no País.

Nesse contexto, o CAR é um cadastro das áreas dos imóveis rurais muito mais moderno e vinculado a um sistema nacional de cadastro ambiental (o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA). Ademais, a maioria das informações constantes do ADA também consta do CAR, o que torna possível a utilização do CAR para provimento das informações requeridas pelo ADA como medida adequada para facilitar a vida dos produtores rurais.

Assim, não faz sentido que o produtor rural seja obrigado a continuar realizando anualmente o ADA, uma vez que todas as informações necessárias à apuração do valor tributável do ITR estão a disposição do Ibama e da Receita Federal por meio do CAR.

Cientes de que, por algum período, alguns produtores rurais podem ainda ter dificuldades de inscrição no CAR, a proposta faculta ao produtor rural a possibilidade de apresentação do CAR em substituição ao ADA.

Ante o potencial do Projeto para melhoria da eficiência e redução de burocracia, rogamos apoio dos nobres Senadores para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[urn:lex:br:federal:lei:1912;12651](#)

[Lei nº 9.393, de 19 de Dezembro de 1996 - 9393/96](#)

[inciso II do artigo 10](#)

[parágrafo 1º do artigo 10](#)

[Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 - NOVO CÓDIGO FLORESTAL - 12651/12](#)

[artigo 29](#)

3

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 641, DE 2015

Denomina “Rodovia Bernardo Sayão” a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153, no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína – TO; a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Museu Nacional de Rodovias observando o disposto na Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, a ser construído no local de falecimento do Engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O engenheiro agrônomo Bernardo Sayão Carvalho Araújo foi designado pelo então presidente Juscelino Kubitschek para construir ligação entre Brasília e o Norte do país. Tragicamente, não pôde participar da inauguração da rodovia.

2

Nascido em 18 de junho de 1901, no Rio de Janeiro, Bernardo cresceu admirando o pai, João Carvalho de Araújo, diretor da Central do Brasil. Em 1923, formou-se pela Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (MG), onde já mostrava preocupação com a necessidade de desenvolvimento e integração da região central do Brasil ao resto do país. Desde jovem, sonhava em conhecer o Estado de Goiás. Acreditava que poderia contribuir de alguma forma para o florescimento da nova fronteira.

Foi escolhido por Getúlio Vargas em 1941 para comandar a fundação da Colônia Agrícola de Goiás como parte da Marcha para o Oeste. A antiga colônia deu origem a atual cidade de Ceres.

Homem a frente de seu tempo, Sayão criou escolas e áreas de proteção ambiental já naqueles primeiros anos da década de 40 do século passado. Por sua determinação apenas 50% da área da colônia poderia ser desmatado e utilizado para a produção agropecuária, o restante deveria ser mantido como área de reserva.

Em 1944, Bernardo Sayão concluiu os 142 quilômetros da estrada que passou a ligar a então Colônia Agrícola de Goiás à cidade de Anápolis. Dez anos mais tarde, foi eleito vice-governador do Estado de Goiás, com votação superior à do próprio governador eleito.

Ainda como Diretor da Colônia Agrícola de Goiás, Bernardo Sayão fez os primeiros esboços de uma rodovia ligando o Brasil central à região norte. A ousadia rendeu-lhe uma elogiosa matéria publicada na edição de dezembro de 1948 da revista norte-americana *Life*.

Em setembro de 1956, foi nomeado como um dos diretores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), criada por Juscelino Kubitschek de Oliveira com a finalidade de gerenciar e coordenar a construção de Brasília. Foi responsável pela construção da pista de pouso que permitiu, em outubro de 1956, a primeira visita de Juscelino ao local onde seria construída a nova Capital.

Sayão mudou-se com a família para Brasília, em 1957, estando, assim, entre os primeiros "candangos". Na época, a futura capital federal não passava de um grande canteiro de obras. Como diretor da Novacap, Sayão tinha direito de morar no Catetinho junto com o alto escalão, mas recusou o privilégio. Decidiu viver ao lado dos trabalhadores. Seu primeiro endereço em Brasília foi um barraco de madeira na Candangolândia.

Na direção da Novacap, Bernardo Sayão dedicou-se de corpo e alma, sem hesitações, ao trabalho da construção de Brasília e de suas vias de acesso até receber o chamado do presidente Juscelino Kubitschek para tocar o desafio de ligar o sul do Brasil à Amazônia.

Infelizmente, Sayão não pode ver sua missão concluída. Na tarde do dia 15 de janeiro de 1959, próximo à divisa entre os estados do Maranhão e Pará, onde hoje fica o município paraense de Dom Eliseu, Bernardo Sayão foi atingido por uma árvore durante uma inspeção de rotina às obras da rodovia. Foi transportado de helicóptero ainda com vida para o hospital mais próximo na cidade maranhense de Açailândia, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu antes de receber socorro médico.

A morte de Bernardo Sayão causou grande comoção no Brasil e, em especial,

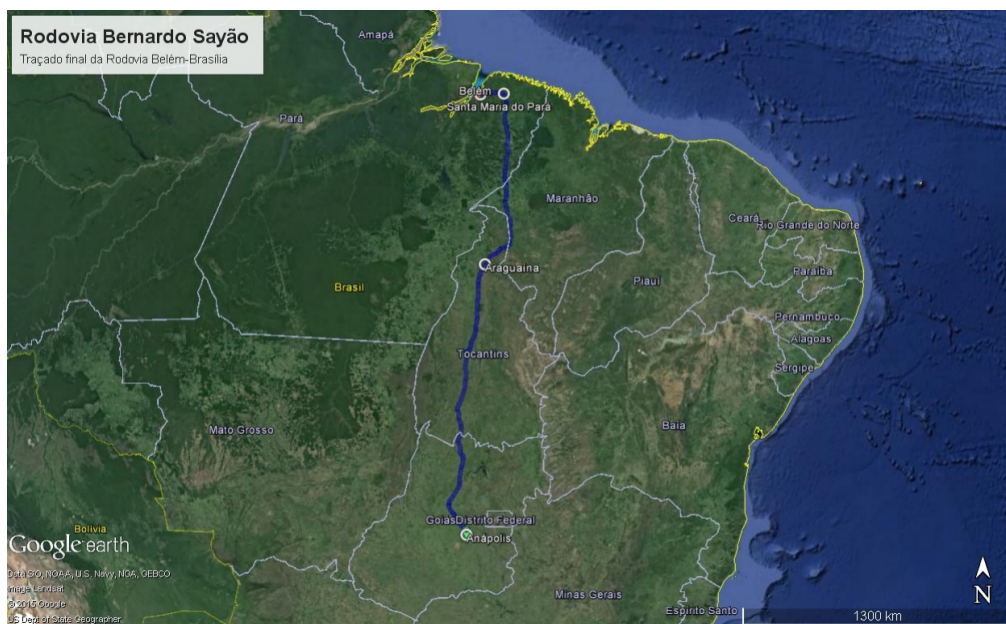


Figura 1: Proposta une trechos de diferentes rodovias para recriar o traçado original da ligação de Brasília a Belém projetado nos anos 50

entre os
trabalhadore
s e pioneiros

de Brasília. Tido como um herói nacional, Sayão foi o primeiro a ser sepultado no Campo da Esperança, em Brasília. O dia de seu enterro entrou para a história da capital como o único dia em que o canteiro de obras silenciou.

Quase todas as cidades que margeiam as rodovias BR-153, 010 e 316 nos trechos que ligam Brasília a Belém possuem ruas ou avenidas batizadas com o nome do engenheiro.

É necessário mencionar que em dezembro de 1960, o Presidente Juscelino deu a denominação de "Bernardo Sayão" à estrada que liga Belém a Brasília, compreendendo o trecho norte da Rodovia Transbrasiliana Belém - Porto Alegre por meio do Decreto nº 47.763.

O texto do decreto ressaltava os "relevantes serviços prestados por Bernardo Sayão, na construção da rodovia; sua excepcional ação pioneira; o exemplo de fé no Brasil e de trabalho heroico pelo engrandecimento nacional; e fato de o engenheiro ter morrido em plena luta pelos ideais que foram a razão de sua vida. Entretanto, o referido Decreto foi revogado por ato de Poder Executivo em 1991.

O projeto que proponho devolve o nome de Bernado Sayão à rodovia pela qual o engenheiro devotou sua vida e sua morte. O texto une trechos de diferentes rodovias

4

federais com o objetivo de devolver a unidade do traçado original da Rodovia Belém-Brasília ao mesmo tempo em que homenageia e reaviva a memória do grande herói nacional que foi Bernardo Sayão Carvalho Araújo.

Por essa razão, peço o apoio dos meus pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

(PT – TO)

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009 - 11904/09](#)

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 642, DE 2015

Estabelece regras a serem observadas pelos programas para incentivo à fidelidade de clientes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os programas para incentivo à fidelidade de clientes patrocinados por pessoa jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, na comercialização de produtos ou prestação de serviços devem obedecer ao disposto nesta Lei.

§ 1º Define-se como programa para incentivo à fidelidade de clientes todo contrato celebrado entre pessoa jurídica e consumidor, de acordo com o qual o consumidor acumula bonificações, tais como pontos ou milhas, ao consumir determinados produtos ou serviços, as quais podem posteriormente ser convertidas em descontos, parciais ou integrais, para aquisição de novos produtos ou serviços.

§ 2º Estão incluídos no escopo desta Lei os programas para incentivo à fidelidade de clientes estabelecidos sob a forma de programas de coalizão, mediante os quais se permite o acúmulo e resgate de bonificações em produtos e serviços de empresas de diferentes segmentos.

Art. 2º Ao consumidor que decidir participar de programa de incentivo à fidelidade de clientes deve ser dado conhecimento prévio do regulamento do programa.

§ 1º As cláusulas do regulamento do programa serão interpretadas da maneira mais favorável ao consumidor.

§ 2º Os consumidores deverão ser informados com no mínimo noventa dias de antecedência sobre qualquer alteração no regulamento do programa.

Art. 3º As bonificações acumuladas pelos consumidores nos programas para incentivo à fidelidade de clientes:

I – são pessoais e intransferíveis, salvo em caso de sucessão ou herança; e

2

II – não poderão ter prazo máximo de validade.

Parágrafo único. Nos casos previstos no inciso I deste artigo, a transferência das bonificações para conta em nome do herdeiro ou legatário se dará mediante a apresentação de título judicial ou extrajudicial hábil a tal fim.

Art. 4º O descumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Lei sujeita o infrator à aplicação das sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo único. A fiscalização do cumprimento desta Lei compete aos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais de proteção e defesa do consumidor, constituídos de acordo com a Lei nº 8.078, de 1990.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os primeiros programas de incentivo à fidelidade de clientes, popularmente conhecidos como programas de milhagem ou programas de fidelidade, foram criados pelas companhias de transporte aéreo. Atuando em um mercado extremamente competitivo, o objetivo inicial dessas empresas era recompensar os passageiros frequentes com descontos na compra de futuras passagens aéreas. Posteriormente, essa estratégia de fidelização de clientes se ampliou e se disseminou também por outros setores do mercado de varejo. Assim, hoje os diversos programas de fidelidade existentes permitem o acúmulo de bonificações não apenas em companhias aéreas, mas também em hotéis, cartões de crédito, lojas de departamento, livrarias, supermercados, restaurantes, postos de gasolina, entre outros. As bonificações podem ser convertidas em descontos na aquisição de passagens aéreas ou em uma ampla gama de produtos e serviços.

Ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, as bonificações acumuladas nos programas de fidelidade não constituem mera liberalidade ou brinde concedido ao consumidor como forma de agradecimento pela sua fidelidade. Ao aderir a um programa de fidelidade, há o estabelecimento de um negócio jurídico entre o consumidor e o fornecedor do produto ou serviço. De um lado, o consumidor tem a legítima expectativa de acumular bonificações com o objetivo de, ao final de determinado tempo, obter desconto na compra de determinado bem ou serviço. Do outro lado, a empresa instituidora do programa busca incentivar a fidelidade da sua base de clientes, aumentando assim os seus lucros.

Existem vários exemplos capazes de comprovar a onerosidade dos programas de fidelidade. No caso das passagens aéreas, é comum a comercialização de tarifas promocionais que não permitem o acúmulo de milhas, ou permitem apenas acúmulo reduzido de milhas, enquanto uma passagem da chamada “tarifa cheia”, para o mesmo voo, permite acúmulo maior de milhas, sendo também comercializada a valores substancialmente superiores. De maneira semelhante, o valor da anuidade de diferentes tipos de cartões de crédito tende a ser tanto maior quanto maior for a quantidade de milhas acumulada por cada real gasto.

3

Outra prova incontestável de que os programas de fidelidade se tornaram um grande negócio é que a maior empresa aérea brasileira segregou, a partir de 2009, em uma empresa independente a atividade operacional de cômputo de pontos, bem como a atividade de venda de pontos para parceiros comerciais. Posteriormente essa empresa independente, que hoje congrega uma ampla variedade de programas de fidelidade, passou a ter suas ações negociadas na BMF&Bovespa.

Contudo, embora o consumidor pague, ainda que indiretamente, pelo serviço de acúmulo e contagem de pontos ou milhas, muitas vezes vê frustradas suas expectativas ao tentar converter as bonificações em produtos ou serviços. Entre os principais problemas estão alterações frequentes no regulamento dos programas e o cancelamento das bonificações uma vez expirado o prazo de validade estabelecido pelo instituidor do programa. São regras estabelecidas de forma unilateral, capazes de trazer prejuízos substanciais ao consumidor. O presente projeto propõe sanar esses problemas ao estabelecer que as bonificações não poderão ter prazo máximo de validade e que qualquer alteração no regulamento do programa deverá ser informada com no mínimo noventa dias de antecedência.

Outra característica dos programas de fidelidade capaz de prejudicar os consumidores é o fato de os regulamentos usualmente considerarem as bonificações como pessoais e intransferíveis, prevendo o cancelamento da conta e do saldo existente em caso de falecimento do participante titular. Considerando que os saldos dessas contas possuem valor econômico, em certos casos bastante consideráveis, o projeto propõe prever a possibilidade de transmissão das bonificações em caso de sucessão ou herança, vedando assim o cancelamento da conta, de forma unilateral, pela empresa administradora do programa. Trata-se de medida justa, especialmente se considerarmos que os pontos ou milhas são adquiridos de forma onerosa.

Diante do exposto, rogamos o apoio dos nobres Pares a esta Proposição.

Sala das Sessões,

Senador **MAGNO MALTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90](#)
[artigo 56](#)

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 643, DE 2015

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos a lesão corporal gravíssima, a lesão corporal seguida de morte e o homicídio, quando praticados em razão de briga de torcidas organizadas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os incisos I e I-A do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, homicídio cometido em razão de briga de torcidas organizadas e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII);

I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas em razão de briga de torcidas organizadas ou contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

2

O Brasil é conhecido em todo mundo por ser um celeiro de craques de futebol, modalidade esportiva mais praticada e apreciada no País. Esse esporte, no entanto, não é apenas motivo de orgulho para os brasileiros, haja vista que, dentro e fora dos nossos estádios, são cada vez mais frequentes os casos de agressões violentas e mortes de torcedores, em razão de brigas de torcidas organizadas.

A violência relacionada aos jogos de futebol não é proveniente de torcedores comuns, formados em sua maior parte por famílias e pessoas de bem. São as torcidas organizadas que, em grande parte, fomentam essa violência, promovendo verdadeiras batalhas com torcidas adversárias. O resultado dessa barbárie é a prática de homicídios e agressões físicas gravíssimas, sobretudo entre torcedores jovens.

Segundo tese de doutorado divulgada pela USP, intitulada *Violência no futebol – Mortes de torcedores na Argentina e no Brasil*, a violência entre torcedores do futebol brasileiro aumentou expressivamente a partir dos anos 2000. Entre os anos de 1992 a 2012 foram registradas 133 mortes de torcedores, sendo que 73 desses óbitos ocorreram entre 2007 e 2011. Esse quadro sombrio colocou o Brasil como o país com mais mortes relacionadas ao esporte.

Não se pode mais tolerar comportamentos dessa natureza. É preciso punir com maior rigor os torcedores responsáveis por tamanha violência. Nesse sentido, propomos que o homicídio, a lesão corporal seguida de morte e a lesão corporal gravíssima, praticados em razão de brigas de torcidas organizadas, sejam considerados crimes hediondos.

Tendo esses legítimos objetivos por principal instrumento, esperamos conquistar o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **MAGNO MALTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 142](#)

[artigo 144](#)

[Lei nº 8.072, de 25 de Julho de 1990 - 8072/90](#)

[artigo 1º](#)

[inciso I do artigo 1º](#)

[inciso I- do artigo 1º](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

COMUNICAÇÕES

Exmo. Sr.

Presidente do Senado Federal

Senador Renan Calheiros

À Publicação
Em 23/09/2015

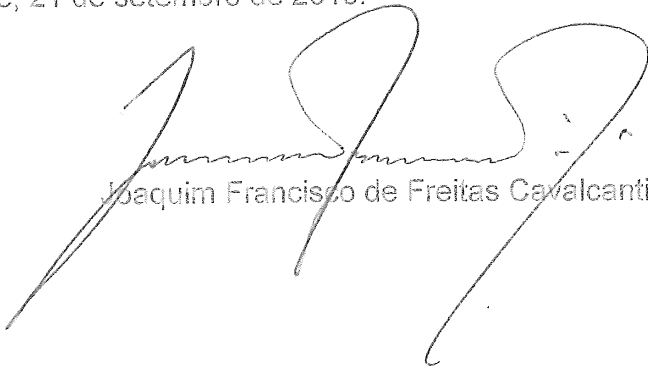


Eu, JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o número 004.582.874-15, no uso das minhas prerrogativas legais e amparado no artigo art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renuncio ao mandato de Primeiro Suplente do Senador Humberto Costa, de Pernambuco, com término em 2018.

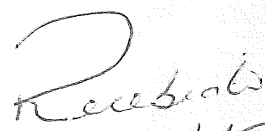
Solicito, ainda, de Vossa Excelência, que este Ofício seja lido em Plenário, cumprindo o que determina o Regimento Interno do desta Casa.

Atenciosamente,

Recife, 21 de setembro de 2015.



Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti



Recebido
22/09/15
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Memorando nº 12/2015, do Senador José Medeiros, referente ao Requerimento nº 865, de 2015, de missão, por meio do qual relata participação no “Encontro Anual do Painel Internacional de Parlamentares para a Liberdade Religiosa ou Crença”, em Nova York, EUA, entre os dias 17 a 19 de setembro de 2015.

O Requerimento vai ao Arquivo.



SENADO FEDERAL

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 117/2015 – GLDBAG

FAÇA A SUBSTITUIÇÃO
SOLICITADA

Em 1/10/2015

Numa

Brasília, 23 de setembro de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o **Senador Wilder Moraes** como titular da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em substituição ao **Senador Ivo Cassol**, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Humberto Costa

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

ORDEM DO DIA
terça-feira, 22 de setembro de 2015

116

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (PP)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

**SENADO FEDERAL****GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO****Ofício nº 118/2015 – GLDBAG****A Publicação**Em 23 / 09 / 15

Brasília, 23 de setembro de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **Angela Portela**, **Paulo Rocha**, **Donizeti Nogueira** e **Gleisi Hoffmann** como suplentes, para a composição da Comissão Mista de Exame da MP 676/2015, em vagas cedidas ao Bloco de Apoio ao Governo pelo Bloco da Maioria.

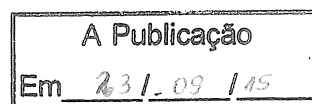
Senador Humberto Costa

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO



Ofício nº 119/2015 – GLDBAG

Brasília, 23 de setembro de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os **Senadores Angela Portela e Donizeti Nogueira** como suplentes, para a composição da Comissão Mista de Exame da MP 677/2015, em vagas cedidas ao Bloco de Apoio ao Governo pelo Bloco da Maioria.

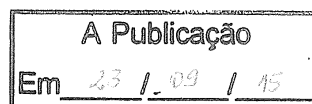
Senador Humberto Costa
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 120/2015 – GLDBAG



Brasília, 23 de setembro de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os **Senadores Angela Portela, Donizeti Nogueira e Gleisi Hoffmann** como suplentes, para a composição da Comissão Mista de Exame da MP 680/2015, em vagas cedidas ao Bloco de Apoio ao Governo pelo Bloco da Maioria.

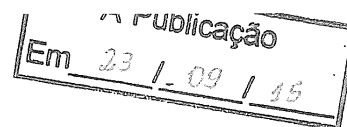
Senador Humberto Costa
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 248/2015




Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a cessão de 02 (duas) vagas de Suplentes do Bloco da Maioria (PMDB/PSD), na Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 677, de 2015**, que autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica, e altera a Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para o Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

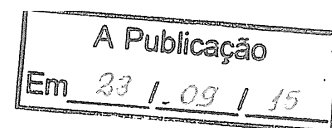


Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 249/2015



Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

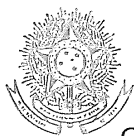
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a cessão de 04 (quatro) vagas de Suplentes do Bloco da Maioria (PMDB/PSD), na Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 676, de 2015**, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para o Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

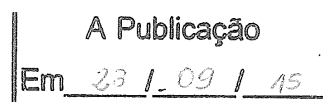


Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 250/2015



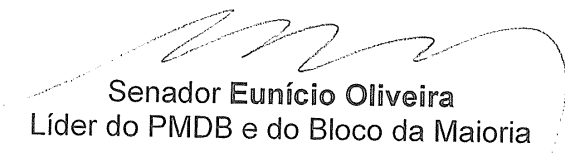
Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a cessão de 03 (TRÊS) vagas de Suplentes do Bloco da Maioria (PMDB/PSD), na Comissão Mista criada com a finalidade de analisar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 680, de 2015**, que institui o Programa de Proteção ao Emprego e dá outras providências, para o Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP).

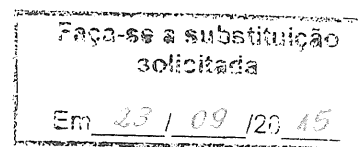
Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS



Ofício nº 376 -L-Democratas/15

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

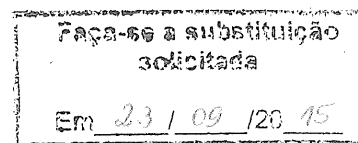
Indico a Vossa Excelência o Deputado **PAUDERNEY AVELINO** para integrar como membro **titular**, à Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 676**, de 17 de junho de 2015, que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social", em minha substituição.

Respeitosamente,


Deputado **MENDONÇA FILHO**
Líder do Democratas



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS**



Ofício nº 377-L-Democratas/15

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

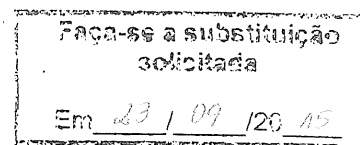
Indico a Vossa Excelência o Deputado **PAUDERNEY AVELINO** para integrar, como membro **suplente**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 677**, de 22 de junho de 2015, que "Autoriza a **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco** a participar do **Fundo de Energia do Nordeste**, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica, e altera a Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004", em substituição ao Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA**.

Respeitosamente,


Deputado **MENDONÇA FILHO**
Líder do Democratas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS



Ofício nº 378-L-Democratas/15

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

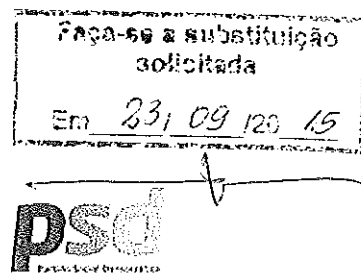
Indico a Vossa Excelência o Deputado **ALEXANDRE LEITE** para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 680**, de 6 de julho de 2015, que "Institui o **Programa de Proteção ao Emprego** e dá outras providências", em minha substituição.

Respeitosamente,


Deputado **MENDONÇA FILHO**
Líder do Democratas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 533/15/PSD

Brasília, 15 de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor.
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista

Senhor Presidente,

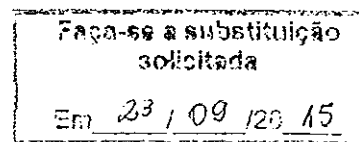
Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado **Rogério Rosso (PSD-DF)** pelo Deputado **Silas Câmara (PSD-AM)**, como TITULAR da Medida Provisória nº 690, de 2015, dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Atenciosamente,

Deputado Rogério Rosso
Líder do PSD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 536/15/PSD

Brasília, 21 de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor.
Senador **Renan Calheiros**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **Substituição de indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista**

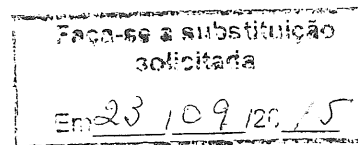
Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a substituição da indicação do Deputado **Paulo Magalhães (PSD-BA)** pelo Deputado **Joaquim Passarinho (PSD-PA)**, como SUPLENTE da Comissão Mista da Medida Provisória nº 691, de 2015.

Atenciosamente,



Deputado **Rogério Rosso**
Líder do PSD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 1324

Brasília, 23 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

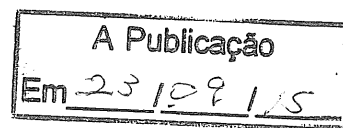
Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **DANIEL VILELA – PMDB/GO** passa a integrar, na qualidade de **TITULAR**, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 677/2015**, que "Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica, e altera a Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004", em substituição ao Deputado **DANILO FORTE – PMDB/CE**.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **LEONARDO PICCIANI**

Líder do Bloco **PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN**



86/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº *1325*

Brasília, *23* de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, indico a Vossa Excelência o nome do Deputado **JÚLIO LOPES - PP** para integrar, na qualidade de **TITULAR**, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 692/2015**, que "Altera a Lei nº 8.981, de 20.01.1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21.07.2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT.", em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **LEONARDO PICCIANI**
Líder do Bloco **PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN**

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 134, DE 2015

(Nº 3.700/2012, NA CASA DE ORIGEM)

Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de João Pedro Teixeira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, o nome de João Pedro Teixeira, herói das ligas camponesas e dos trabalhadores rurais do Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=981462&filename=PL+3700/2012

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 135, DE 2015

(Nº 6.371/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei define o momento processual em que o juiz inverte o ônus da prova no âmbito da lei que dispõe sobre a proteção do consumidor.

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“**Art. 6º**

§ 1º

§ 2º Deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo, definir a distribuição do ônus da prova, observado o inciso VIII deste artigo.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1137157&filename=PL+6371/2013

À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 136, DE 2015

(Nº 6.517/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Inscribe o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, o nome de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3C0CECCC6F68233CDEA2F34CF4ACB7B5.proposicoesWeb1?codteor=1152747

À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 137, DE 2015

(Nº 3.772/2000, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 453. No tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave ou recebido indenização legal.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º A concessão de benefício de aposentadoria a pedido do empregado não rescinde o contrato de trabalho.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1368733&filename=PL+3772/2000

À COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 138, DE 2015

(Nº 5.284, NA CASA DE ORIGEM)

Veda a importação de pele de cães,
gatos e animais selvagens exóticos e
de artigos dela derivados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos sem origem certificada, bem como de artigos dela derivados.

Art. 2º É vedada a importação de pele de cães e gatos e de artigos dela derivados.

Art. 3º É vedada a importação de pele de animais selvagens exóticos sem origem certificada e de artigos dela derivados.

Art. 4º Excetua-se das disposições dos arts. 2º e 3º as peles animais e os artigos delas derivados destinados a instituições educativas e científicas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=659473&filename=PL+5284/2009

À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 139, DE 2015

(Nº 6.787/2010, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre a obrigação de as operadoras de cartão de crédito ou débito disponibilizarem aos clientes de bares, restaurantes, hotéis e assemelhados fatura específica para gorjeta.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É obrigatória a disponibilização aos clientes, a ser feita pelas operadoras de cartões de crédito ou de débito, de fatura específica para gorjeta, em bares, restaurantes, hotéis e assemelhados onde se utilize cartão de débito ou crédito.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos seis meses de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=733148&filename=PL+6787/2010

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 140, DE 2015

(Nº 1.920/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.

Art. 2º O art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente mediante licenciamento eletrônico.

.....

§ 3º O licenciamento eletrônico dar-se-á com a inserção das informações pelo proprietário no sistema do órgão executivo de trânsito do Estado, relativas às condições físicas do veículo que

possibilite seu tráfego com segurança.

§ 4º O proprietário é integralmente responsável pelas informações prestadas para todos os efeitos.

§ 5º O Certificado de Licenciamento Anual será remetido via postal mediante o pagamento das despesas de postagem pelo proprietário.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=021194859ECDD39EB6EC8197CF3D4CE6.proposicoesWeb2?codteor=904020

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 141, DE 2015

(Nº 2.114/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre a isenção de impostos e de contribuições na importação de equipamentos e materiais para uso exclusivo das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam isentos da incidência do Imposto de Importação - II, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços - PIS/PASEP-Importação e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - Cofins-Importação os equipamentos e materiais importados para uso exclusivo no exercício das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera.

§ 1º As isenções previstas no caput deste artigo somente serão concedidas aos equipamentos e materiais que não possuam similar nacional.

§ 2º A aquisição dos equipamentos de que trata o caput deste artigo,

em conjunto ou isoladamente, obedecerá ao limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ficando o beneficiário pela isenção obrigado a permanecer de posse do equipamento adquirido pelo prazo mínimo de dois anos.

§ 3º Em caso de acidente, extravio, perda, furto ou roubo, equipamento idêntico poderá ser adquirido com o benefício previsto no caput nos termos e condições estipulados em ato do Poder Executivo.

Art. 2º Os equipamentos e materiais fotográficos e cinegráficos a que esta Lei se refere são aqueles classificados sob os códigos 90.02, 90.06, 90.07, 90.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Art. 3º Sem prejuízo de outras exigências previstas em regulamento, o beneficiário da isenção de que trata esta Lei deverá atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação do exercício das profissões de fotógrafo, repórter fotográfico e cinematográfico, cinegrafista e operador de câmera, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS regularmente assinada, contrato de trabalho ou, ainda, se servidor público, mediante certidão expedida pelo departamento de pessoal do órgão ao qual é vinculado ou, em caso de prestador de serviço autônomo ou prestador de serviço pessoa jurídica, respectivamente, apresentação da inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e recolhimento da contribuição previdenciária, ou o contrato social da empresa e recolhimento da contribuição previdenciária;

II – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;

III – atestado de inexistência de produção nacional (não similaridade);

IV – declaração à Receita Federal do Brasil de que destinará o equipamento exclusivamente ao uso próprio e ao exercício das atividades de que trata o caput do art. 1º.

Art. 4º O não atendimento aos requisitos estabelecidos nesta Lei importará ao responsável pelo fato o pagamento dos impostos dispensados acrescido de juros de mora e atualizado na forma da legislação tributária.

Art. 5º O Poder Executivo, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º e nos arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante de renúncia da receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implantado o disposto neste artigo.

Art. 6º O benefício de que trata esta Lei vigorará pelo prazo de cinco anos, a contar da publicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912628&filename=PL+2114/2011

ÀS COMISSÕES DE ASSUNTOS SOCIAIS; E DE ASSUNTOS ECONÔMICOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 142, DE 2015

(Nº 2.862/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Dispõe sobre a substituição de aparelhos de telefonia celular defeituosos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a substituição de aparelhos de telefonia celular defeituosos.

Art. 2º Durante o prazo de vigência da garantia, é direito do consumidor que apresentar aparelho de telefonia celular defeituoso em posto de assistência técnica autorizada receber aparelho que possibilite, pelo menos, originar e receber chamadas e enviar mensagens de texto.

Parágrafo único. O empréstimo do aparelho não acarretará ônus para o consumidor, que o devolverá nas mesmas condições em que o recebeu.

Art. 3º Os infratores ao disposto nesta Lei sujeitam-se às penalidades definidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=948333&filename=PL+2862/2011

À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



SENADO FEDERAL

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 16, DE 2015, AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2009

(Nº 2.387/2011, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

(do Senador Cristovam Buarque)

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que "dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências", para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 24 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24.

.....

IV - nos casos de simples execução instrumental ou vocal, o Hino Nacional será tocado ou cantado integralmente, sem repetição;

..... ." (NR)

Art. 2º O art. 25 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso III e § 5º:

"Art. 25.

.....

III - na abertura das competições esportivas organizadas pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto, conforme definidas no art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

.....

§ 5º Em qualquer hipótese, o Hino Nacional deverá ser executado integralmente e todos os presentes devem tomar atitude de respeito, conforme descrita no *caput* do art. 30 desta Lei." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5700.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/106396.pdf>

**À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTE.**



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2015

(Nº 695/2012 NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA E BENEFICENTE AMIGOS
DO RIO PAU D'ARCO para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Pau
d'Arco, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a
Portaria do Ministério das Comunicações nº 340 de 17 de
agosto de 2011, que outorga autorização à Associação
Comunitária e Beneficente Amigos do Rio Pau d'Arco para
executar, por dez anos, sem direito de exclusividade,
serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pau
d'Arco, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor
na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1013511&filename=TVR+154/2012

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM
DECISÃO TERMINATIVA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2015 (Nº 1.310/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para
executar serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de
Tailândia, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 934 de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável de Tailândia para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1085584&filename=TVR+415/2013

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM
DECISÃO TERMINATIVA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2015 (Nº 1.646/2014 NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO DE
DIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO
JALAPÃO - ADCPDJ para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Lizarda,
Estado do Tocantins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 250 de 7 de agosto de 2013, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Portal do Jalapão - ADCPDJ para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1274924&filename=TVR+868/2014

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM
DECISÃO TERMINATIVA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 356, DE 2015 (Nº 42/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO DE
PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTÍNIA
para executar serviço de
radiodifusão comunitária na cidade
de Tocantínia, Estado do
Tocantins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 284 de 27 de setembro de 2013, que outorga autorização à Associação de Pequenos Produtores de Tocantínia para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tocantínia, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1274931&filename=TVR+872/2014

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM
DECISÃO TERMINATIVA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 357, DE 2015

(Nº 69/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE JUNQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 170 de 20 de junho de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS
DOCUMENTOS

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275182&filename=TVR+810/2014

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM
DECISÃO TERMINATIVA



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 358, DE 2015

(nº 75/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TERRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 426 de 5 de outubro de 2012, que outorga permissão ao Sistema Terra de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1277764&filename=TVR+915/2014

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM
DECISÃO TERMINATIVA

ABERTURA DE PRAZO

Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 353 a 358, de 2015**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

OFÍCIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. n. 667 /2015/PS-GSE

Brasília, 11 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 7.760/2010, do Senado Federal (PLS nº 493/2009, na Casa de origem), que "Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder o adicional de periculosidade aos empregados de condomínios residenciais ou comerciais, verticais ou horizontais, nos serviços de portaria, vigilância e segurança".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 17:06h
Assinatura de Betinho Mansur
Assessor da Câmara dos Deputados - M. 2342-10
11/09/2015



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 568 /2015/PS-GSE

Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 1.658/2011, do Senado Federal (PLS nº 43/2011, na Casa de origem), que "Acrescenta § 5º ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação coletiva dos intervalos para repouso e alimentação de empregados condutores e cobradores no transporte coletivo urbano de passageiros e dá outras providências".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR

Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 17:27
Juliana da Silva Radicchi - Mat. 2500
SCLSF-EGM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 65^a/2015/PS-GSE

Brasília, 12 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 4.134/2012, do Senado Federal (PLS nº 476/2008, na Casa de origem), que "Altera o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que 'dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências', para dispor que o auxílio-acidente será concedido em valor nunca inferior ao de 1 (um) salário-mínimo".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR

Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 17:28h
Inês da Silva Radicchi - Mat. 254846
SCLEP-SQM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 560 /2015/PS-GSE

Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 4.770/2012, do Senado Federal (PLS nº 287/2010, na Casa de origem), que "Acrescenta art. 42-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por invalidez aos segurados acometidos pelas doenças ou afecções que especifica".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 17:28h
Assinado digitalmente por
SILVEIRA DA SILVA RADIJECH - Matr. 134677
SCLSP-GCM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 561/2015/PS-GSE

Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 6.813/2010, do Senado Federal (PLS nº 454/2003, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e dá outras providências".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR

Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 13:29
Jeferson da Silva Radicchi Mat. 25484
SCLSP-RQM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 562 /2015/PS-GSE

Brasília, 12 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 6.700/2013, do Senado Federal (PLS nº 429/2012, na Casa de origem), que "Acrescenta § 14 ao art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para sujeitar os dirigentes de entidades desportivas profissionais à responsabilização civil, se houver antecipação de receitas, por meio da formalização de contratos, cujos vencimentos sejam posteriores ao término de seus mandatos".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR

Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 19:13
Assinatura de Silva Radicchi - Mat. 254846
SC1,SP-SQM

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. n. 563 /2015/PS-GSE

Brasília, 11 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 c/c art. 54, do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 4.733/2009, do Senado Federal (PLS nº 349/2007, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a Criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Guajará-Mirim, no Estado do Rondônia".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 17:30h
Folha de Silva Radicebi - Mpl. 254670
GCLSP-SQM

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. n. 564 /2015/PS-GSE

Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 c/c os arts. 54 e 133, do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de injuridicidade e rejeição, do Projeto de Lei nº 2.726/2007, do Senado Federal (PLS nº 574/2007, na Casa de origem), que "Introduz § 3º ao art. 801 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 15:31h
Juliana da Silva Radicchi - Mat. 254876
SCLSF-PCR

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. n. 565 /2015/PS-GSE

Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 c/c art. 54, do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 6.468/2005, do Senado Federal (PLS nº 517/2003, na Casa de origem), que "Dispõe sobre repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Nº 17132

Juliano da Silva Padicchi - Matr. 23684
SCLSP-SOM



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 566 /2015/PS-GSE

Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 58 c/c art. 54, do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 409/2007, do Senado Federal (PLS nº 237/2005, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para submeter os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia ao regime cumulativo da contribuição para os Programas de Integração Social e da Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)".

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

Recebido em 22/09/15
Hora 17h32

Juliano da Silva Radicchi - Mat. 25484

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 11 de 2015-CN (Mensagem nº 350/2015, na origem) que encaminha, em cumprimento ao art. 52 da Lei nº 13.080, de 2015, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2015.

São as seguintes a mensagem e a exposição de motivos:



CONGRESSO NACIONAL

MENSAGEM Nº 11 DE 2015-CN

(MENSAGEM Nº 350/2015, NA ORIGEM)

Encaminha, em cumprimento à nº 13.080, de 2015, art. 52, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 4º bimestre de 2015.

AUTOR: Presidente da República

ROL DE DOCUMENTOS

- Mensagem
- Exposição de Motivos
- Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias



Mensagem nº 350

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2015, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 21 de setembro de 2015.

Assinatura manuscrita de Paulo Renato de Almeida Faria.

EM Interministerial nº 00137/2015/MP/MF

Brasília, 21 de setembro de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.
2. A Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, LDO 2015, por sua vez, estabelece em seu art. 52 que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.
3. A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual de 2015, LOA-2015, foi publicada no dia 22 de abril de 2015, posteriormente ao prazo legal para envio do Relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao primeiro bimestre aos Demais Poderes, ao MPU e à DPU, estabelecido pelo § 4º do art. 52 da LDO-2015. Dessa forma, o relatório não foi elaborado, pois não havia como analisar a variação da reestimativa de receitas e despesas, já que a lei orçamentária não havia sido aprovada, e nem havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento só podia ser executado apenas para as despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015, as quais integravam a programação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.
4. Encerrado o segundo bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF, procedeu-se à revisão das estimativas das receitas e despesas primárias, considerando-se parâmetros macroeconômicos atualizados e dados realizados até abril de 2015, em sua maioria. O resultado dessa avaliação indicou a necessidade de redução dos limites de empenho e de movimentação financeira, no montante de R\$ 70.881,1 milhões, para todos os Poderes. Os resultados dessa avaliação foram operacionalizados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.

5. Por ocasião da verificação das receitas e despesas primárias relativa ao 3º bimestre, em que pese as medidas adotadas com vistas à recuperação da arrecadação de receitas e redução de despesas, não se obteve arrecadação suficiente à realização de superávit primário no patamar necessário ao atendimento da meta de superávit primário estabelecida pela LDO-2015.

6. Nesse sentido, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional Projeto de Lei que altera a LDO-2015, conforme Exposição de Motivo Interministerial nº 105/2015 MP MF, de 22 de julho de 2015, de modo a reduzir a meta de resultado primário. Na ocasião, procedeu-se à reavaliação, nos moldes daquela feita para o segundo bimestre, com dados realizados, em sua maioria, até junho de 2015 e parâmetros macroeconômicos atualizados. Os resultados dessa reavaliação apontaram para a necessidade de contingenciamento adicional das despesas e mostraram a possibilidade de redução de R\$ 8,6 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, do MPU e da DPU, em relação aos limites apurados no bimestre anterior, o que totalizou uma redução de R\$ 79,5 bilhões no ano. No âmbito do Poder Executivo, os resultados da avaliação do terceiro bimestre foram operacionalizados pelo Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015.

7. Cumpre salientar que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2015 já considerou o Projeto de Lei de alteração da LDO enviado ao Congresso Nacional. Em termos nominais, o Projeto de Lei encaminhado fixa a meta de superávit primário do setor público não financeiro consolidado para 2015 em R\$ 8.747,0 milhões, equivalente a 0,15% do PIB, sendo R\$ 5.831,0 milhões do Governo Central. Em relação aos entes subnacionais, os quais também têm observado perdas em sua arrecadação tributária, seja em relação a receitas próprias, seja em relação a transferências recebidas, sua meta foi alterada de R\$ 11.046 milhões para R\$ 2.916 milhões, havendo possibilidade de compensação mútua entre estes e o Governo Central, em caso de não alcance de uma das referidas metas.

8. O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2015, por sua vez, também se pauta pela meta de resultado primário definida no Projeto de Lei que altera a LDO-2015, conforme Exposição de Motivo Interministerial nº 105/2015 MP MF/2015. Este relatório reflete a realização de receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de agosto de 2015, em sua maioria, e a reavaliação de seus valores projetados até o final do ano, levando em consideração essa realização, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.

9. Em relação aos parâmetros macroeconômicos, a previsão para 2015 do crescimento real do PIB foi reduzida de -1,49% para -2,44%, enquanto o índice de inflação (IPCA) passou de 9,00% para 9,29%, ambas revisões alinhadas com as expectativas de mercado. A estimativa de inflação sugere certa persistência em 2015, refletindo o realinhamento dos preços administrados e a desvalorização cambial. Já a taxa de crescimento da massa salarial nominal, foi majorada de 1,74% para 4,33%. Essa mudança é explicada principalmente pela reversão dos prognósticos em relação ao rendimento real do trabalho com carteira do setor privado.

10. A estimativa da receita, considerando os esforços adicionais desenvolvidos no último bimestre, aponta para resultado líquido de transferências a estados e municípios com decréscimo de R\$ 11,3 milhões em relação àquela constante do Relatório do 3º bimestre. Essa

variação decorreu da frustração observada na maior parte das Receitas Administradas pela RFB/MF, nos Dividendos, na Cota-Parte das Compensações Financeiras e Demais receitas, compensada pela majoração da estimativa de arrecadação líquida para o RGPS e pela queda das Transferências aos Entes Subnacionais.

11. O esforço de arrecadação e obtenção de receitas explicitado no Relatório não é isento de riscos, até pela incerteza circundando a atual conjuntura econômica. Dá-se assim maior complexidade para a previsão e realização das receitas, em particular daquelas que dependam de operações no mercado de capitais, tais como a abertura do capital da Caixa Seguridade e o leilão de renovação de concessões de geração hidroelétrica. Assinale-se, no entanto, que essas operações estão dentro do cronograma estabelecido e as receitas esperadas decorrentes de sua realização suportadas por estudos técnicos extensivos.

12. As despesas primárias de execução obrigatória, por seu turno, apresentaram redução de R\$ 11,3 milhões, resultantes de aumentos principalmente nas projeções do Abono e Seguro Desemprego e da Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha, compensadas principalmente por decréscimos nas projeções de Benefícios da Previdência e de Prestação Continuada da LOAS/RMV.

13. Diante da combinação dos fatores citados, mantiveram-se os limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias sem alteração em relação aos limites constantes da Avaliação do 3º bimestre, conforme demonstrado a seguir:


Discriminação	R\$ milhões Variações em relação à Avaliação do 3º Bimestre
1. Receita Primária Total	(7.080,4)
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	(7.069,1)
3. Receita Líquida de Transferências (1-2)	(11,3)
4. Despesas Obrigatórias	(11,3)
5. Despesas discricionárias (3-4)	0,0
5.1. Poder Executivo	0,0
5.2. Demais Poderes	0,0

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

14. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao 4º bimestre de 2015, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 52, da LDO-2015, propondo seu encaminhamento à

Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,



A rectangular stamp is visible behind the signature. It contains the text "COMISSÃO MISTA" at the top, followed by "DE" and "DO SENADO FEDERAL" in two lines. The signature "Nelson Barbosa" is written in black ink over the stamp.

Assinado por: Nelson Barbosa, Joaquim Vieira Ferreira Levy

Calendário de tramitação (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 23/9/2015

Até 28/9 prazo para publicação da matéria;

Até 13/10 prazo para apresentação de relatório e projeto de decreto legislativo;

Até 20/10 prazo para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo; e

Até 27/10 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O inteiro teor do relatório pode ser encontrado na consulta à tramitação da matéria, no sítio do Senado.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ofício nº 56, de 17 de setembro de 2015, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao **Requerimento nº 662, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

DELIBERAÇÕES DA MESA DO SENADO FEDERAL

Em sua 4ª Reunião, realizada no dia 18 junho de 2015, a Mesa do Senado Federal deliberou pela aprovação, nos termos do Relatório, do **Requerimento nº 527, de 2015**, que trata da inserção da biografia e obra do ex-Senador Luiz Henrique da Silveira na coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

Dessa decisão, foi dada ciência ao setor competente para as devidas providências.

O Requerimento vai ao arquivo.

Em sua 6ª Reunião, realizada no dia 16 de setembro de 2015, a Mesa do Senado Federal deliberou sobre as seguintes matérias:

- Pelo deferimento dos **Requerimentos de Informações nºs 799, 874, 895, 904, 905, 906, 910, 911, 912, 913, 914, 916 e 925, todos de 2015**, nos termos de seus relatórios;

- Pela aprovação do **Requerimento nº 974, de 2015**, de tramitação conjunta dos **PLS nº 308 e 485, de 2015**;

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE e à Comissão de Assuntos Sociais - CAS, em decisão terminativa;

- Pela aprovação do **Requerimento nº 992, de 2015**, de tramitação conjunta dos **PLS nº 581, de 2007, e nº 466, de 2009**;

As matérias vão, à Comissão de Assuntos Sociais - CAS, à Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI e à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa;

- Pela aprovação do **Requerimento nº 1035, de 2015**, de tramitação conjunta dos **PLS nº 118 e 181, ambos de 2015**;

As matérias retornam à Secretaria Geral da Mesa para atender requerimento de tramitação conjunta;

- Pela aprovação do **Requerimento nº 1036, de 2015**, de tramitação conjunta dos **PLS nº 564, de 2015, e nº 316, de 2011**;

As matérias vão à Comissão de Educação - CE e à Comissão de Direitos Humanos - CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa;

- Pela aprovação do **Requerimento nº 1056, de 2015**, de tramitação conjunta dos **PLS nº 463 e 519, de 2015**;

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa;

- Pela aprovação do **Requerimento nº 1058, de 2015**, de tramitação conjunta dos **PLS nº 317 e 383, ambos de 2014**;

As matérias vão a Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa;

Serão cumpridas as determinações da Mesa.

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA

O Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2014-Complementar, vai à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em atendimento ao Ofício nº 3/2015, do Presidente daquela Comissão.

É o seguinte o Ofício:



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ofício nº 003/2015 – CDEN

Em 23 de setembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

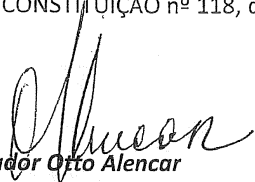
Assunto: Envio de matérias à Comissão do Desenvolvimento Nacional

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que envie a esta Comissão, para apreciação, as seguintes matérias:

- 1- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 613, de 2015;
- 2- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 595, de 2015;
- 3- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 74, de 2015;
- 4- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 122, de 2015;
- 5- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 187, de 2012;
- 6- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 385, de 2012;
- 7- PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 30, de 2015;
- 8- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 124, de 2011;
- 9- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 298, de 2011;
- 10- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 280, de 2014;
- 11- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 25, de 2014;
- 12- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 16, de 2015;
- 13- PROJETO DE LEI DO SENADO nº 348, de 2012;
- 14- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 85, de 2015;
- 15- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 118, de 2015.

Respeitosamente,


Senador Otto Alencar
Presidente

Recebido 23/9/2015
José Tadeu Faria Júnior
Secretário-Geral da
Mesa Adjunto

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pela ordem.) – Eu penso seja a primeira inscrita para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Comunicação inadiável, primeira inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Iniciando os nossos trabalhos, passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que fez uma permuta com o Senador Cristovam Buarque. Com a palavra, V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin; Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e Rádio Senado, uma grande parte dos rondonienses e acrianos novamente viveram, nos últimos 40 dias, pelo menos seis interrupções no fornecimento de energia elétrica, que podemos caracterizar como verdadeiros apagões, visto que essas interrupções perduraram por mais de três horas, não só no Estado de Rondônia, mas também no Estado do Acre.

Vejam que coisa impressionante: Rondônia, agora geradora de energia para o Brasil inteiro, com queda de energia! E a queda ocorreu não só no nosso Estado, que está gerando energia, mas também no Estado vizinho, o Acre, que depende da nossa energia elétrica.

Depois de muitas promessas, muitos compromissos com a população do Estado de Rondônia, nós vivenciamos novamente apagões, depois de muitos anos sem isso acontecer. Depois de termos visto o início da geração de energia por Jirau e Santo Antônio, Rondônia passa novamente por apagões de energia elétrica.

Segundo informações da Eletrobras, em alguns apagões, o sistema de alívio de carga da estação coletora de Porto Velho, que atende aos dois Estados, foi acionado e desligado automaticamente por conta da sobrecarga, interrompendo o fornecimento de energia elétrica nos dois Estados. Em outros casos, o sistema foi desligado automaticamente pela perda da conexão ao Sistema Integrado Nacional entre as cidades de Pimenta Bueno e Ji-Paraná, atingindo as capitais Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) e regiões adjacentes.

Apagões como esse, de cerca de três horas, eram coisa rotineira em Rondônia, mas isso muito tempo atrás. Aliás, antes da entrada em operação da Usina Hidrelétrica Samuel, em 1996, o fornecimento de energia era paralisado todos os dias à meia-noite, só retornando às seis horas da manhã do dia seguinte. No entanto, com a entrada em operação da Usina de Samuel, Rondônia passou a ter autossuficiência energética e começamos a abastecer também o Estado vizinho, do nosso amigo Presidente, o Estado do Acre.

Com a interligação de Rondônia ao Sistema Integrado Nacional, em 2008, a regularidade no fornecimento para todo o Estado foi assegurada, ampliando-se para mais de 15 mil ligações na área rural, somente através do Programa Luz para Todos. Foi um avanço muito grande nesse momento!

Com a entrada em operação de parte das turbinas das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, a partir de 2012, Rondônia passou a exportar energia para os demais Estados brasileiros.

Portanto, é muito estranho que apagões dessa ordem ocorram agora, justamente quando temos sobra de energia elétrica suficiente para alimentar os demais Estados brasileiros através do Sistema Integrado Nacional, com o linhão transmitindo a energia produzida em Rondônia diretamente para o Estado de São Paulo.

Mesmo admitindo a sobrecarga no sistema, as causas dos apagões precisam ser mais bem esclarecidas e, o que é mais importante, resolvidas de imediato.

Essas informações ainda não estão sendo apuradas pela Eletrobras e pelo Operador Nacional do Sistema, que ainda não apresentaram relatórios conclusivos e totalmente transparentes sobre esses problemas. No entanto, informações preliminares dão conta de que o problema atingiu apenas o sistema de corrente alternada, que atende os Estados de Rondônia e Acre. Ou seja, a Estação Coletora Porto Velho não teria capacidade para converter a totalidade da energia produzida nas usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio para o sistema de corrente alternada, que atende aos Estados de Rondônia e Acre.

Além disso, ainda existiram conflitos tecnológicos nas conexões da rede. Isso ocorre justamente porque todo o aparato tecnológico implantado a partir do Complexo do Madeira privilegia a distribuição de energia elétrica pelo sistema de corrente contínua, que transmite a energia diretamente da Estação Coletora Porto Velho para a Estação Distribuidora de Araraquara, em São Paulo. Ou seja, vai a Araraquara e depois retorna a Rondônia. Passa por cima de todas as cidades, passa por cima de todas as casas e vai diretamente a Araraquara, num linhão que foi recém-construído.

Vários alertas sobre o risco dessa opção tecnológica para Rondônia foram feitos por especialistas, empresários, industriais, através da Fiero, que é a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, que inclusive fez campanha contra esse modelo. No entanto, nada foi feito, até o presente momento, para assegurar a regularidade do fornecimento e distribuição de energia elétrica necessária para assegurar a qualidade de vida de nossa gente, bem como para alavancar o desenvolvimento da indústria no nosso Estado de Rondônia, para que possamos atrair investimento de outras indústrias ao nosso Estado, já que hoje nós somos não somente autossuficientes na produção de energia elétrica, mas somos exportadores de energia elétrica.

É evidente que ajustes tecnológicos são necessários. No entanto, enquanto esses ajustes são implementados, sugerimos que se mantenha em funcionamento a usina termelétrica da TermoNorte, que deve operar como um sistema paralelo de segurança. É uma alternativa para que não ocorra novamente esses apagões no nosso Estado.

Com prazer, ouço o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Nobre Senador Acir Gurgacz, V. Exª traz um tema nesta tarde já bastante difundido, mas sempre é bom continuar batendo na tecla. Foi uma situação muito complicada a que aconteceu em Rondônia e Acre, a população sofreu muito e ainda sofre pelos prejuízos que continuam mesmo depois do equacionamento do problema. Para nós que temos hoje energia sobrando em Rondônia, teoricamente sobrando, é contrassenso ver apagões e apagões: seis apagões em menos de 40 dias! No domingo, eu falava com o Presidente Costa, da Eletrobras, por telefone. Na segunda-feira, no final do dia, estive pessoalmente com o Ministro Eduardo Braga, que ligou, na minha frente, para o Ministro e para outras autoridades do setor, dizendo que resolvesse o problema, senão cabeças iriam rolar, porque não era possível que um Estado... Ele disse assim: "Se olharmos de Porto Velho, a 2km ou 3km, vê-se uma usina gigantesca, a Usina de Santo Antônio, na porta de Porto Velho, gerando uns 2 mil ou 3 mil megawatts, mandando energia para fora do Estado; e Rondônia e Acre no escuro, com apagões?" Isso não é admissível! Acho que eles estão tomando as providências e me garantiram – lógico que nunca se tem 100% de certeza – que a partir de ontem, terça-feira, os testes já estariam quase concluídos, que não haveria mais esse problema. Esperamos, com o apelo que V. Exª faz neste momento, como também fizemos eu e o Senador Ivo Cassol, que ontem bateu muito nessa tecla aqui da tribuna, para que o Ministério de Minas e Energia, que o Operador Nacional, que a Eletrobras e todo o conjunto... Eu fui saber, ontem também, que a verdadeira responsável é a Eletronorte, não é nem a... Quer dizer, a Eletronorte é do Sistema Eletrobras, da *holding* Eletrobras, e a Eletronorte é a responsável por esse sistema de ligações e testes das subestações lá de Jirau e de Santo Antônio. Parabéns a V. Exª. Para a térmica, ontem me disseram também que compraram combustível para uma semana, porque é o período que dura... Porque, se há energia gerando em Santo Antônio e Jirau, não há necessidade de gerar a térmica.

(Soa a campanha).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Claro!

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não há necessidade nenhuma de gastar óleo diesel, gastar dinheiro a custo altíssimo. Mas, nesse período em que ainda há risco de apagão, eles compraram combustível para uma semana para a TermoNorte. Parabéns a V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria... Estou aqui ampliando o tempo, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Deixe-me só resolver o problema do tempo, Senador Acir.

Eu queria... Acho que o Senador Raupp colocou o assunto com muita propriedade. Isso é um tema gravíssimo, e eu, já, já, estarei na tribuna para tratar dele também.

Nós organizamos, Senador Raupp e Senador Acir, uma audiência de toda a Bancada com o Ministro, logo pela manhã. Eu falei ontem, daqui da tribuna, e marquei com o Ministro. Nós queremos levar toda a Bancada. O Senador Raupp tinha dado a informação de que o Ministro estava surpreso.

É uma situação vexatória, gravíssima, muitos prejuízos, com consequências. Imaginem: pessoas compraram equipamento, perderam, tomaram prejuízo e vão fazer o quê? Às vezes, têm conta para pagar no banco e não vão poder pagar porque o equipamento queimou.

Nós temos realmente que responsabilizar, ter uma posição oficial da Eletrobras e da Eletronorte para darmos uma satisfação para a opinião pública.

Então, queria parabenizar V. Exª, Senador Acir, e dizer que estamos realmente juntos – as Bancadas do Acre e de Rondônia aqui no Senado –, porque não é possível. Rondônia hoje é superavitária, está ajudando a resol-

ver o problema energético do País afora, com as duas hidrelétricas. Nós ali somos da Bacia do Abunã, ajudamos de algum jeito no Acre, temos benefícios. Mas como pode uma energia cara, ruim, um sistema absolutamente inseguro, como está sendo? É muito grave. E V. Ex^a, acertadamente, traz este tema para a tribuna do Senado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana e Senador Valdir Raupp.

O fato, Senador Raupp, é que, no primeiro apagão, eu fiz uma fala na Comissão de Infraestrutura, e, imediatamente, o Presidente da Eletronorte me ligou: “Olhe, não vai acontecer mais. Foi um erro e tal.” E já aconteceu o segundo e o terceiro.

Então, eu já não sei mais se é verdade que não vai acontecer um novo apagão no Estado de Rondônia ou se estão nos enganando mais uma vez, pois, da primeira vez, eu pedi que tomassem providências ou nos informassem: “Olhe, temos problema, vai acontecer isso dia tal”. Vamos programar! Se é um problema de manutenção, que é possível que aconteça, não há nenhuma dificuldade de informar a população para que nos programemos para o problema.

Espero realmente que, desta vez, a fala dos técnicos da Eletronorte, da Eletrobras e do Ministério seja verdadeira, porque a população não quer saber se a responsabilidade é da Eletronorte, da Eletrobras ou do Ministério de Minas e Energia; a falha é do Governo, e o Governo é um só.

V. Ex^a é do partido que comanda o Ministério de Minas e Energia. Nós todos queremos que não aconteçam mais esses apagões no nosso Estado. Portanto, vamos aguardar o parecer do ONS sobre esses apagões.

Além do mais, Sr. Presidente, precisamos saber quem vai pagar os prejuízos dos empresários, dos comerciantes, dos agricultores, das famílias rondonienses que perderam alimentos, eletrodomésticos ou tiveram que parar a produção em pleno funcionamento e, por isso, deixaram de honrar compromissos com seus clientes. Quando não se paga energia, elétrica...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... o corte é imediato. Agora, quando tem um prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós ainda estamos pagando a bandeira vermelha, que é a tarifa mais cara, um adicional que a Aneel encontrou...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... para nos premiar negativamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Exatamente.

Em contrário, quando há algum problema, o corte é imediato e ninguém conversa com a população.

Além disso, já solicitamos a revisão de nossa tarifa de energia, uma vez que pagamos uma das tarifas mais altas do País e ainda estamos pagando um adicional de 18% de bandeira vermelha por contra da crise hídrica do Sudeste.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu entendo que Rondônia deveria ser privilegiada com uma tarifa mais baixa por estar contribuindo com a distribuição de energia elétrica do Brasil inteiro. Com prazer, ouço a Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E eu serei breve, porque sei que seu tempo já se vai, mas acho que seria interessante eu fazer esse aparte para trazer informação para V. Ex^a. Já tive a oportunidade de falar aí, na tribuna, sobre esse assunto, que é fundamental. Nós ingressamos, por conta, exatamente, da cobrança das bandeiras tarifárias para os nossos Estados... Porque, desde maio, quando ligaram Manaus ao linhão de Tucuruí, todo o Estado foi considerado como interligado ao sistema nacional, e, a partir do mês de julho, Senador Acir, começaram a cobrar as tais bandeiras tarifárias e a bandeira vermelha...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bandeira vermelha.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e cobrando retroativo, desde maio, que foi quando consideraram Manaus interligada. Pois bem, ingressei com uma representação no Ministério Público. Na sequência, o Procon ingressou, a Assembleia Legislativa, a Câmara de Vereadores, enfim, várias entidades, e conseguimos: o Ministério Público ajuizou uma Ação Civil Pública, e o Poder Judiciário, o juiz federal, concedeu uma liminar. Portanto, no Amazonas, Senador, está suspenso. Penso que seria interessante que isso também ocorresse...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... no Estado de V. Ex^a, em Rondônia, porque, no nosso caso, nós somos 62 Municípios, somente 5 ligados parcialmente. Manaus não tem nem

50% de energia recebida através do linhão de Tucuruí – se tiver 20%, é muito. E cobrar? De todos? Inclusive de quem vive lá, na Cabeça do Cachorro, na fronteira com a Venezuela? Não é justo. Mas a Justiça Federal foi muito sensível e conseguimos suspender até o julgamento do mérito, Senador Acir. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa, pela sua sugestão, e parabéns pela conquista para o Estado do Amazonas, da sua cidade de Manaus.

Mas, aí, fica uma pergunta: então, quando interligamos, Senador Jorge Viana, interligamos no linhão nacional, a energia fica mais cara?

Quando nós produzimos a nossa própria energia, mesmo que termelétrica, é mais barato? É um pouco estranho. É um pouco esquisito, mas, enfim, vamos aguardar que se tome uma posição com relação a isso.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Por isso, Sr. Presidente, também apresentamos uma PEC, para que pelo menos metade do repasse do ICMS da comercialização de energia elétrica também seja feito para os Estados produtores. Hoje, Senador Jorge Viana, não recebemos nenhum centavo de ICMS do consumo de energia elétrica, é tudo para os Estados consumidores. Essa PEC pede para que sejam repassados 50% para os Estados produtores também.

Essa mudança na tributação tem que ser feita com urgência, para que Rondônia e outros Estados da Amazônia, como Pará, Tocantins, que estão construindo megasusinas hidrelétricas, sejam devidamente compensados por enviar energia para o Centro-Oeste, Sul e Sudeste e por garantir segurança energética ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento, mais uma vez, V. Exª, Senador Acir, pelo pronunciamento oportuno, ao qual me associei junto com outros colegas, como a Senadora Vanessa, o Senador Valdir Raupp.

Convido, para fazer uso da tribuna, para uma comunicação inadiável, a querida Senadora Ana Amélia.

Todo mundo ainda está com a cara de ontem – de hoje, porque ficamos até quase 3h –, mas é assim mesmo. Hoje de manhã já estávamos aqui no batente, cedo, e agora vamos seguir até tarde, porque hoje temos Ordem do Dia também bem densa no Senado.

Com a palavra, V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Jorge Viana, caros colegas Senadoras e Senadores. Foi bom V. Exª ter lembrado. Se essa ressaça da votação que acabou na madrugada de hoje tivesse pelo menos resolvido uma questão crucial de pessoas, Senador Paim, que aguardavam pacientemente lá, que são os nossos aposentados do Aerus... Eu até queria louvar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª sabe que sou dessa causa junto com o Paim, estava em uma torcida, e lamentavelmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... a manifestação do Senador Pimentel, lembrando exatamente o compromisso com essa categoria. Era meia dúzia, eu pedi ao Presidente para fazer uma inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu conversava, inclusive, com o nosso Diretor Bandeira, e ele falava: “Puxa vida, é logo após o 26, nós vamos sair...”

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Era só votar aquilo antes de começar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agora tem de ser uma causa nossa o quanto antes. Não é possível tanto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Fizemos o pedido, porque era uma matéria em que não havia controvérsia. O próprio Governo estava sabendo, é uma decisão judicial, e já há a provisão da receita para pagar.

Senador Paim, fiquei assim penalizada por ver a face da Graziella Baggio, quase chorando naquela hora da madrugada, por conta de não termos decidido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos, em breve, se Deus quiser.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, penso que aqui, agora, é um compromisso de todos que têm trabalhado nessa matéria.

Queria também dizer, caros colegas Senadores, que a gravidade da situação do Rio Grande do Sul levou hoje o Governo do Estado a colocar na mão do Supremo Tribunal Federal a questão da dívida com a União.

É um tema que entendo muito delicado. Aliás, demorou o Governo do Rio Grande do Sul a entrar nesse debate. Ontem, o Tribunal de Contas da União foi também provocado pelo Deputado Jerônimo Goergen e por alguns membros da Bancada gaúcha, inclusive eu, para fazer uma auditoria desse contrato da dívida no Tribunal.

O Presidente Aroldo Cedraz foi extremamente solícito, vai examinar as condições técnicas de o Tribunal de Contas fazer a auditoria dessa dívida da União com os Estados e Municípios. É uma situação dramática.

A propósito disso, acho que a iniciativa do Governador José Ivo Sartori foi correta. Ontem ele teve um embate duro lá na Assembleia: conseguiu vencer por 27 votos a 26. É um tarifaço que não é bom, aqui se falou muito.

E nós, os três Senadores, Senador Paim, Senador Lasier e eu, apresentamos um projeto, propondo um novo índice da correção da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, que vale para os demais. Ele já foi distribuído, Senador Paim, na Comissão de Constituição e Justiça, ao Senador Lindbergh Farias. E espero que o Senador tenha sensibilidade para essa matéria.

Nós, nesta madrugada, tivemos algumas matérias que foram deliberadas com a manutenção de alguns vetos, porque a votação foi na Câmara dos Deputados, e claro que todos nós aqui...

Eu, como Senadora independente, não sou de oposição, não sou do quanto pior, melhor. Não sou desse time, não sou dessa forma e quero ajudar no que for possível.

Mas, vejam só, o Governo está encaminhando para o Congresso Nacional o projeto da recriação da CPMF. E, agora há pouco, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Valdir Raupp e o Senador Jorge Viana falaram de uma questão relacionada à falta de energia lá na Região Norte do País, em Rondônia; acho que lá em Roraima também há problemas; na região do Acre. E é uma empresa que tem aumento de energia cobrado.

A Senadora Vanessa lembrou bem, é uma estatal, é uma empresa estatal. Houve aumento do custo para o usuário da energia, e apagões estão acontecendo. O que é isso? Ineficiência – a custo de o contribuinte pagador da energia estar sendo penalizado pela má qualidade dos serviços.

Ora, se é uma empresa estatal, ela tem de funcionar adequadamente, com eficiência para os usuários que pagam a conta.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Governo, em vez de mandar para cá um pedido de recriação da CPMF, deveria... Veja só: criou uma empresa, a EPL (Empresa de Planejamento e Logística), Senador Raupp, para quê? Foi criada, Senador Douglas, para operar o trem-bala Rio de Janeiro-São Paulo. O projeto do trem-bala foi sepultado. E a empresa? Está funcionando livre, leve e solta. Muito bem, gastando direito, para um projeto que já não existe mais, Senadores!

Temos que ter racionalidade com o custo. A Eletronorte foi citada aqui, a Eletrobras foi citada aqui, com uma deficiência num serviço de uma conta muito cara para o usuário, para o pagador da conta, que é a energia bem mais cara agora, pelo tarifaço que foi aplicado com a crise da energia em nosso País. E a EPL funcionando.

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Estou terminando, Senador Jorge Viana.

Então, uma empresa foi criada para o projeto do trem-bala, o trem-bala já não existe mais, é inviável econômica e financeiramente, até imagino que do ponto de vista ambiental, são muitos morros a se cruzarem lá; não existe mais o projeto do trem-bala, mas a empresa está lá, funcionando, gastando dinheiro – dinheiro que é escasso hoje, e aí o Governo faz essa guerra.

Penso que essas falhas que foram citadas aqui com muita insistência revelam a ineficiência do nosso Estado. Não discuto se o Estado tem que ser grande, pequeno ou médio. A questão é que o Estado brasileiro, as suas estatais precisam ser eficientes, porque quem paga a conta de tudo isso é o contribuinte, o cidadão, a população.

Precisamos que o Governo repense a questão da CPMF. Não é dizer que não custa nada, que é muito pouco, que só paga quem tem dinheiro em banco, quem lida com cheque. Não é assim. Esse preço aumentado com o imposto da CPMF vai ser repassado aos serviços, aos produtos, a tudo que nós pagamos.

Aliás, a Presidente Dilma, Senador Jorge Viana, demonstrou que tem capacidade política sim, porque o que ela fez ontem revelou a sua capacidade e o seu poder de relacionar-se, ela pessoalmente, com o Parlamento. Aí a diferença que aconteceu foi que o Governo não levou tudo, não ganhou tudo, mas demonstrou ontem, pelo menos, o trato. Posso discutir os meios usados. Posso discutir isso, mas a Presidente ontem mostrou que ela é capaz de fazer. Está nas mãos dela, portanto, a solução da crise política que o País está vivendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ainda há um tempinho, mas cumprimento V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Houve aqui uma permuta. A inquieta, no bom sentido, Senadora Vanessa Grazziotin, já fez uma permuta com o Senador Telmário Mota e S. Ex^a, então, vai usar da tribuna pelo espaço de Liderança. Depois, seguimos com a lista de oradores: o Senador Telmário Mota e o Senador Paulo Paim.

Eu também estou inscrito para uma comunicação inadiável, sou o segundo, depois da Senadora Ana Amélia. E, posteriormente, vou ao Supremo, onde vamos acompanhar, daqui a pouco, essa história do financiamento empresarial, em boa hora. Nós aqui tomamos a iniciativa – eu que trabalhei tanto esse tema junto com outros colegas – e agora temos de acompanhar de perto essa decisão histórica do Supremo.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Jorge Viana. Agradeço ao Senador Telmário por sua compreensão, permitindo que eu falasse antes dele.

Sr. Presidente, como V. Ex^a, que, por várias vezes, e eu acompanho sempre com muita atenção, veio a esta tribuna e falou sobre as posições do Papa Francisco, sobretudo as relacionadas às mudanças climáticas – V. Ex^a, que teve a possibilidade, inclusive, de estar em uma audiência com o Papa e tratar com ele exatamente dessas questões ambientais que envolvem o Planeta como um todo –, eu, neste momento, Senador Jorge Viana, venho à tribuna também para falar sobre essas mobilizações, sobre os posicionamentos que o Papa vem adotando diante das populações do mundo inteiro.

E venho neste momento porque procurei acompanhar de perto o que foi a visita do Pontífice de três dias a Cuba, sendo que hoje ele chegou aos Estados Unidos e foi recebido pelo Presidente Barack Obama.

A aproximação dos Estados Unidos com Cuba, Sr. Presidente, as mudanças climáticas e a crise migratória dos refugiados foram os temas centrais das conversas mantidas entre o Papa e o Presidente Raul Castro; entre o Papa e o Presidente Barack Obama.

Na ocasião em que estive com o Presidente dos Estados Unidos, o próprio Presidente norte-americano agradeceu ao Pontífice por seu papel na reaproximação entre os dois países. Aliás, a comunidade mundial celebra a retomada do contato, depois de 53 anos de embargo econômico à ilha, principal problema ainda a ser resolvido pelo Congresso e pelo Governo norte-americano.

Não há como deixar de reconhecer, Sr^s e Srs. Senadores, o papel desempenhado pelo Papa nas articulações que resultaram no acordo anunciado, em dezembro passado, para a normalização das relações bilaterais e o restabelecimento dos laços diplomáticos entre Cuba e Estados Unidos. E agora o Papa Francisco segue solicitando que os Estados Unidos, de uma vez por todas, Senador Telmário, ponham fim ao embargo econômico, que tem sido, sem dúvida nenhuma, a maior causa de sofrimento vivido pelos cubanos nos últimos anos.

No tocante às mudanças climáticas, penso, Sr. Presidente, ter sido salutar a conversa havida entre o Presidente dos Estados Unidos e o Papa, antes da realização da importantíssima Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP 21, que acontecerá entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro deste ano, em Paris, na França.

De todas, esta será talvez uma das mais importantes, porque precisamos efetivamente substituir o Protocolo de Quioto no sentido de que todos os países assumam obrigações, não somente internas, mas diante da comunidade internacional, a fim de contribuir para que não avance ainda mais o aquecimento climático no mundo em que todos estamos inseridos.

Creio que esse foi um encontro crucial no sentido de que os países escolham os caminhos que nós devemos trilhar na área ambiental. No caso brasileiro, por exemplo, precisamos avançar rumo à harmonização necessária da nossa legislação, porque o meio ambiente é um tema sobre o qual legislam,...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... concorrentemente, União, Estados e Municípios.

Quando dirigi, Senador Telmário, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, fizemos um belo seminário para debater e apontar caminhos rumo à harmonização da legislação ambiental brasileira.

Eu sou da opinião de que uma forma de preservar o meio ambiente em nosso País – não apenas eu; hoje, isto é quase um consenso – é promover o desenvolvimento sustentável, em que seja possível o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, o cuidado com o meio ambiente.

O Presidente Barack Obama apoiou o pedido feito pelo Pontífice a todos os líderes mundiais, de que devem, na opinião do Papa, apoiar as comunidades mais vulneráveis às mudanças climáticas e, dessa forma, preservar o mundo para as futuras gerações.

Ou seja, eu tenho aqui a cópia de uma publicação...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de um documento pontifício, de número 22, que é a Encíclica do Papa que trata sobre mudanças climáticas. E aqui, Senadora Ana Amélia, penso que a posição da Igreja Católica aproxima-se muito da posição dos países emergentes, sobretudo daqueles que compõem a organização chamada BASIC, composta por Brasil, África do Sul, Índia e China. Esse é um grupo de que o Brasil participa e em que tem um posicionamento muito importante.

O que o Brasil defende, ao lado dessas outras nações, é que haja uma obrigação vinculante para todos os países, inclusive países em desenvolvimento, os países emergentes, mas que essas obrigações sejam diferenciadas de acordo com a responsabilização e com o grau de desenvolvimento que tem cada país.

O Papa disse: “Quando se trata de cuidar de nosso lar comum, estamos vivendo um momento crítico na história. Ainda temos tempo para fazer as mudanças, sabemos que as coisas podem mudar”.

Creio que esse posicionamento do Papa, diante da importância da COP 21, que, repito, deverá assinar um protocolo que substitua o Protocolo de Quioto, é fundamental para a busca do sucesso nas negociações durante a COP 21, durante a conferência sobre mudança climática.

No campo da reaproximação entre os dois países, Sr. Presidente, Cuba e Estados Unidos, o Papa foi fundamental para iniciar uma luta que, certamente, colocará fim aos mais de 50 anos de hostilidades. Como bem destacou Frei Betto num belo artigo – entre aspas:

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... “A Revolução liderada por Fidel, vitoriosa em 1959, não se fez contra a religião. Fidel e Raul são de família católica, e durante mais de dez anos foram alunos internados em escolas católicas”. Fecha aspas.

A intervenção do Papa, portanto, é importante para acabar com esses anos de bloqueio econômico desumano dos Estados Unidos contra Cuba, o mais antigo da história da humanidade. Imaginem como isso é importante em um país que possui índice de mortalidade infantil de 4,9% e expectativa de vida de 77 anos, superiores a países como os próprios Estados Unidos, o Japão e a Dinamarca.

Ou seja, Cuba, mesmo enfrentando todo o bloqueio, segue contribuindo muito para o desenvolvimento dessa nação.

Portanto, concluo o meu pronunciamento, fazendo aqui uma saudação ao Papa e ao papel que ele vem desempenhando na reaproximação de Cuba com os Estados Unidos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª. Não preciso dizer que estamos juntos nesse tema.

Ainda hoje, disse ao Ministro Herman Benjamin que o Parlamento brasileiro foi o primeiro a fazer um seminário, um encontro, um audiência para debater a Encíclica Verde do Papa. É um extraordinário documento. Aconselho todos a fazerem uma leitura atenta e debatê-lo. Farei inclusive, em Rio Branco, um seminário sobre esse documento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite, Senador Jorge Viana, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas deverá também fazer uma publicação tratando da Encíclica e da audiência pública realizada.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Fernando Bezerra já me relatou isso.

Parabéns.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu convido o Senador Telmário Mota para...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente, por favor. Eu gostaria de pedir minha inscrição pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª está inscrito. Há apenas o Senador Medeiros antes de V. Exª. Depois, mais dois...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Depois dele, Medeiros?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, depois dele, há uma comunicação inadiável e depois...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, são dois os motivos para que eu venha hoje a esta tribuna.

Primeiro, eu quero fazer aqui uma justa homenagem, Senadora Ana Amélia, ao Dia do Agente de Trânsito.

Qualquer pessoa que transite pelas ruas e avenidas, seja como pedestre ou não, está habituada a ver a ação dos agentes de trânsito. No entanto, são poucos os que atentam para a importância do trabalho que esses profissionais realizam, diariamente, nas vias públicas de qualquer cidade brasileira.

Eles são mais que fiscais do trânsito. Seja debaixo de sol ou chuva, lá estão, sempre comprometidos, para inclusive salvar vidas. O agente de trânsito facilita a acessibilidade de todos os usuários da via pública, fazendo a travessia de pedestres, dando fluidez ao tráfego, orientando e oferecendo informações aos cidadãos.

Em Roraima, são aproximadamente 150 agentes ligados ao Detran, 90 ligados à Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Trânsito e 101 agentes da Polícia Rodoviária Federal – que o nosso Senador José representa muito bem; e daqui a pouco, naturalmente, vai defender essa categoria –, com a atribuição de melhorar a qualidade das vias, mas, principalmente, de educar as pessoas para mudar a realidade da insegurança no trânsito.

Deixo aqui meu reconhecimento não só para os agentes de trânsito, mas também para as suas entidades de classe, que, cada vez mais, fazem proposições para combater a violência no trânsito. Essas proposições devem ser ouvidas atentamente, tanto pelo Parlamento como pelo Executivo, para a formalização da Política Nacional de Trânsito.

Portanto, nesta data, quero parabenizar todos aqueles que estão diuturnamente no sol, na chuva, no vento, na sombra, a proteger a vida, a orientar e, sobretudo, para bem encaminhar o trânsito brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o trabalho chegou muito cedo a minha vida. Com nove anos de idade, já era vaqueiro em Roraima; depois, ocupei vários outros cargos braçais. Indo para a cidade, fui *office-boy*, fui auditor fiscal, gerente auditor em banco privado e assessor técnico do Tribunal de Contas do meu Estado.

Lutei pelo povo de Boa Vista, como vereador, e hoje, com muito orgulho, defendo o povo de Roraima como Senador da República. Em 48 anos de labuta, nunca me deixei intimidar por dificuldades. Se o peso é grande, faço mais força; se o caminho é árduo, finco os pés com mais firmeza no chão; se a tarefa é difícil, aumento meu empenho.

Pois chegou a hora, Sr^{as} e Srs. Senadores, de redobrar meus esforços nesta Casa: tive a honra de ser escolhido como Vice-Líder do Governo no Senado Federal.

As atribuições desse cargo jamais foram fáceis, porém, ficaram mais complicadas nestes tempos de crise. Será um grande desafio para mim, mas, como eu disse há pouco, jamais desviei meu caminho diante de dificuldades. Aceitei a função por entender que posso contribuir para restaurar a imagem do Governo junto à sociedade, além de colaborar na construção de soluções favoráveis ao povo brasileiro.

Na condição de Vice-Líder, acompanharei ainda mais de perto os trâmites das proposições enviadas ao Congresso pelo Executivo. Nosso trabalho será calcado no diálogo com Parlamentares de todos os partidos, de modo a encontrar as melhores soluções para essas matérias.

Mais do que isso, nós, da Liderança do Governo, tentaremos ajudar na criação de pontes entre as três esferas do Executivo. Acredito que a unificação de esforços de prefeitos, de governadores e da Presidente da República será indispensável para descobrirmos saídas deste período tão conturbado.

Ressalto que continuaremos a defender os mais humildes. Faremos tudo ao nosso alcance para que eles não sejam sacrificados pelos efeitos da atual crise econômica. Trabalharemos pela formulação de alternativas que promovam o crescimento nacional e voltem a trazer prosperidade aos brasileiros, como no caso da Agenda Brasil, proposta nesta Casa Federal.

Acima de tudo, continuaremos a defender o respeito ao processo democrático no País. Um processo que funciona sem rupturas há mais de 25 anos e que garantiu à Presidente Dilma Rousseff seu segundo mandato, lastreado pelos votos de 54,5 milhões de eleitores brasileiros.

Agora querem retirar esse mandato de Dilma, querem desfazer a vontade de mais da metade do eleitorado nacional? Falam em crime de responsabilidade sem que haja quaisquer das hipóteses constitucionais que o caracterizam. Falam em *impeachment* sem que haja nenhuma – repito: nenhuma – base para o início desse processo.

Senhoras e senhores, pode-se não gostar da Presidenta Dilma; pode-se discordar de sua forma de conduzir; pode-se até achar que as soluções apresentadas por ela não são as melhores para o Brasil. Isso tudo é esperado e faz parte do jogo democrático.

O que se faz inaceitável, inadmissível e intolerável, Sr. Presidente, é querer tirar a Presidenta de seu cargo por divergências políticas ou econômicas, como tentam fazer agora. Não podemos falar em impedimento com tamanha leviandade. Para cogitar o impedimento da Presidenta, é indispensável existirem provas fortíssimas que a desqualifiquem para o exercício do cargo. Provas que não foram apresentadas até então.

Sr^{as} e Srs. Senadores, temos de respeitar a decisão das urnas. Devemos criar um clima de estabilidade no País, para que possamos enfrentar os atuais desafios da melhor maneira possível, dando tranquilidade aos mercados e à população.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não é hora de usar subterfúgios que solapem nossa democracia; é hora de nos unirmos na busca de soluções para o Brasil.

É disso que o povo brasileiro precisa. É isso que o povo brasileiro merece.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que agora podemos usar aquela célebre frase de John Kennedy: não pergunte o que o Brasil pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo Brasil.

Não vamos confundir, se há algum procedimento, corrupção, etc., em qualquer que seja o órgão, federal, municipal ou estadual, isso não é razão suficiente para arrancarmos a Presidenta de uma eleição legítima. É, sim, de fazer o que a Presidenta vem fazendo: deixando e permitindo que todos os órgãos constituídos deste País atuem livremente, penalizando todos os responsáveis, doa a quem doer, mas de forma que a coisa pública seja protegida. E isso a Presidenta vem fazendo com maestria.

Não é hora de usar subterfúgios que comprometam, sem nenhuma dúvida, a economia brasileira e, podemos até dizer, que até quebrem o País.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A título de exemplo, se ontem os vetos não fossem derrubados, a Nação ia ter que arcar com R\$127,8 bilhões até 2019. Só até o ano que vem, seriam R\$23,5 bilhões. O reajuste dos servidores do Judiciário custa R\$36,2 bilhões – é bom entender que há um projeto nesta Casa que reajusta os servidores judiciários em 23,2% na folha de pagamento em quatro anos. A dedução do Imposto de Renda para gasto com professores, R\$16 bilhões. Ampliação no reajuste de salário mínimo de todos os beneficiados do INSS custa R\$11 bilhões.

(Interrupção do som.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O Governo também vetou o projeto que institui a regra 85/95, mas encaminhou uma medida provisória que vai fazer as devidas correções de forma progressiva.

Paim dizia hoje: “Perdemos, vamos para cima da medida para sair com a menor dor”. Quem fala isso é um incansável lutador do serviço público, das pessoas mais humildes, dos excluídos, principalmente dos aposentados.

Senador Paim, eu sou testemunha ocular de que todos os passos e procedimentos de V. Ex^a são no sentido de não permitir que se tire nenhum direito aqui conquistado. Mas V. Ex^a, neste momento, cede os dedos e deixa irem os anéis. E vamos trabalhar essa medida para que não penalize e busque a maior proximidade do ideal.

Portanto, Sr. Presidente, era o que eu tinha para falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Telmário, e convido para fazer uso da tribuna, como orador inscrito, o Senador Paulo Paim, que tem que sair correndo para outra missão aqui no Senado. Depois, eu farei uso da tribuna também.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vamos para a reunião da Agenda Brasil e, depois, temos também a discussão da medida provisória que vai tratar do fator previdenciário. De acordo com o resultado de ontem, o veto não será derrubado e, conseqüentemente, vamos tratar da MP para que ela fique o mais ampla possível, o que, na visão dos trabalhadores, significa fortalecer a fórmula 85/95, que é o que estava no projeto original que foi vetado.

Também foi vetado, embora tenha sido destacado – nós percebemos que, no conjunto, os vetos não serão derrubados –, o reajuste dos aposentados. Isso é democracia e prevalece a vontade da maioria. Eu dizia sempre que quero é que vote. Que cada um vote com a sua consciência. Infelizmente, a Casa assim votou ontem. Faltaram só seis destaques, e aí vem aquele velho choro de todos nós, que é a questão do Aerus. Mas estou confiante de que, na próxima sessão que vamos ter do Congresso, vamos apreciá-lo, companheiros do

Aerus que estão nos assistindo neste momento. Estamos convictos de que isso vai ser resolvido de uma vez por todas e que vocês vão receber o que lhes é de direito.

Eu falei pessoalmente, ontem, com o Presidente Renan, que estava assessorado pelo Bandeira. Ele me garantiu que essa matéria seria votada no final da sessão. Só que ele também não sabia que o quórum ia cair. E, quando o quórum caiu, os vetos não foram votados. Consequentemente, ficou o compromisso de votarmos na próxima sessão do Congresso.

Então, meus guerreiros e guerreiras do Aerus, guerreiros e guerreiras do povo brasileiro, como eu digo sempre, vocês de cabelos brancos mostram a fibra e a raça dos heróis desta Pátria. E há de se fazer justiça, espero eu, já a partir da próxima sessão do Congresso, quando a gente votar o PL 2, de 2015, que assegura os vencimentos de vocês de forma decente, porque o que recebem, hoje, é totalmente indecente.

Mas, Sr. Presidente, antes de ir para a comissão, eu não poderia deixar de vir à tribuna para mostrar a minha preocupação com a discussão que está havendo para a fusão do Ministério do Trabalho e Emprego com o Ministério da Previdência Social. Isso já aconteceu no passado e, em todas as vezes que houve essa fusão, o resultado foi desastroso, não funcionou nem o Ministério do Trabalho nem o do Emprego, os servidores foram colocados à disposição, enfraqueceram as duas Pastas, que são Pastas fundamentais, tanto a da Previdência Social quanto a do Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, o apelo que eu quero fazer aqui – claro que quem decide é a Presidenta e a sua equipe – é no sentido de que não haja a fusão desses dois importantes ministérios, como há o Ministério da Indústria e Comércio e não vai ser fundido com outro.

Eu quero apenas que seja dado o mesmo tratamento que se dá ao Ministério da Indústria e Comércio ao Ministério do Trabalho e Emprego.

E faço aqui, Sr. Presidente, uma pequena retrospectiva para mostrar que isso já foi feito muitas vezes, e sempre deu errado. A gente volta, tentando fazer a mesma coisa.

A criação do Ministério do Trabalho, Sr. Presidente, ainda como parte do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, se deu em 1930 como uma das primeiras medidas do governo de Getúlio Vargas, como parte de um processo ao mesmo intervencionista e modernizador sob a égide da concepção daquela época.

Em 1960, o Ministério passa a ser chamado Ministério do Trabalho e Previdência Social, situação que ficou até 1974, quando ocorre a divisão das duas áreas e o Ministério do Trabalho passa, efetivamente, a se dedicar exclusivamente às questões do mundo do trabalho.

Em 1990, ocorre o primeiro retrocesso: o Ministério volta a ser unificado com a Previdência Social, e passa a chamar-se Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A tentativa de unificação, que teve como corolário a absorção das atividades executivas nos Estados pelo então criado Instituto Nacional do Seguro Social, foi desastrosa, resultando no desmonte das estruturas da área do Trabalho, no desprestígio do seu quadro de pessoal, na canibalização de recursos de uma área em benefício da outra, sem nenhum ganho quer de eficiência, quer de profissionalização, quer de melhoria da qualidade dos serviços.

É triste ainda hoje a lembrança do sucateamento, Sr. Presidente, naquela época então ocorrido da colocação de servidores em disponibilidade, sem critério algum, da carência de recursos e da subordinação da área trabalho à outra Pasta.

Felizmente, em 1992, essa malfadada fusão foi desfeita, com a recriação do Ministério do Trabalho, que assumiu, por curto período, a função de Ministério do Trabalho e da Administração, para cuidar também dos temas relativos aos servidores públicos.

Igualmente, Sr. Presidente, essa unificação não deu certo e, em 1995, volta a existir o Ministério do Trabalho, que, em 1999, passa a chamar-se Ministério do Trabalho e Emprego.

Sr. Presidente, o Ministério do Trabalho e Emprego exerce um papel fundamental na interlocução entre trabalhadores, suas entidades, os empresários e o Governo. Ele é como um ministério setorial, dedicado à defesa dos interesses dos trabalhadores e de seus direitos, o contrapeso à visão da área econômica e à influência do setor empresarial na defesa de políticas que apenas visam otimizar o lucro.

Trata-se de uma Pasta que, no contexto que se avizinha, de crescimento do desemprego, do aguçamento da crise, da informalidade, da precarização do emprego e do aumento da exclusão social que deles decorre, merece, em lugar de um rebaixamento, recuperar a sua importância histórica, ser objeto de uma abordagem que valorize e priorize o seu papel de contrapeso e equilíbrio na busca do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

O Ministério do Trabalho e Emprego é, por si mesmo, uma Pasta complexa, que envolve a formulação de políticas de emprego, a gestão do sistema do seguro-desemprego, gestão das relações de trabalho e o próprio registro sindical, a curadoria do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a pesquisa na área de segurança e saúde do trabalhador e, ainda, a inspeção do trabalho.

Uma eventual unificação com a Previdência vai só complicar, e a nova Pasta combinaria as políticas de previdência social e complementar, e a gestão dos regimes de previdência social e complementar, a cargo do INSS, da Previc e outras secretarias da Previdência com as mais variadas competências originárias da área correspondente.

Sr. Presidente, a inspeção do trabalho, por se tratar de função exclusiva de Estado, é indelegável e privativa da União, uma área que merece atenção especial, cuja existência não apenas justifica, mas reclama a especificidade dessa Pasta.

O Brasil é signatário da Convenção nº 81, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, convênio relativo à inspeção do trabalho, o qual tem força de lei ordinária em território nacional.

Segundo a Convenção, o Brasil deve observância aos seus princípios e orientações, assim como às normas acessórias, como a Recomendação nº 82, de 1947, e o Protocolo de 1995, que trata de sua extensão aos demais setores não originalmente por ela cobertos.

Para tanto, o Brasil instituiu e mantém a inspeção do trabalho organizada sob a forma de Sistema, tendo como princípios básicos velar pela aplicação da legislação trabalhista, orientar os empregadores e trabalhadores quanto ao cumprimento da lei, cabendo-lhe ainda, no âmbito da administração tributária, fiscalizar o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

As suas raízes remontam, Sr. Presidente, ao Decreto 1.313, de janeiro de 1891, que já previa a instituição da fiscalização permanente de todos os estabelecimentos fabris em que trabalhassem menores no antigo Distrito Federal.

A sua evolução levou à inclusão, na CLT, em 1943, de regra...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... específica, reconhecendo *(Fora do microfone.)* a sua relevância, atribuindo expressamente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

A adesão à Convenção nº 81 da OIT, em 1957, determinou a sua sujeição à vigilância e ao controle de uma autoridade central de nível federal, como também determinou a composição de um quadro de pessoal estatutário, estável e permanente, independente de influências indevidas e em número suficiente para garantir o bom desempenho e a devida fiscalização.

Apesar do retrocesso ocorrido no período autoritário, com a denúncia da Convenção 81 em 1971, a partir de 1987, a Inspeção do Trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho, volta a obter o seu reconhecimento, com o revigoramento da Convenção e com o *status* constitucional atribuído a essa função pelo art. 21, XXIV, da Carta Magna de 1988.

A missão fundamental da Inspeção do Trabalho é a de contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, em cujo processo o trabalho tem papel crucial.

Sr. Presidente, para tanto, cabe ao Estado, como destaca Marcelo Julio Navarro, jurista argentino, desenhar e implementar políticas que sejam de interesse dos trabalhadores, seja do campo, seja da cidade. Valorizar o social, Sr. Presidente.

A proteção do trabalhador também é um dos compromissos do Brasil, como signatário da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas, proteção essa a ser alcançada por meio do desenvolvimento inclusivo, da erradicação da pobreza e do combate a todo tipo de discriminação.

Sr. Presidente, apenas no período de janeiro a junho de 2014, a fiscalização do trabalho, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, alcançou 121,4 mil empresas, resultando na formalização de 161 mil trabalhadores, dos quais 83 mil na condição de aprendizes, 18.183 pessoas com deficiência. Foram autuadas 35 mil empresas, com a lavratura de 83 mil autos de infração.

Sr. Presidente, eu poderia aqui avançar muito mais, mas, como o meu tempo termina, quero aqui reafirmar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a pode falar pelo tempo necessário, Senador Paim, pois sabemos da importância do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Estou fazendo esta defesa, Sr. Presidente Jorge Viana, eu lhe confesso, a pedido de todas as centrais, de todas as confederações, de todos os sindicatos dos trabalhadores, que não querem que essa fusão venha a enfraquecer o Ministério do Trabalho. Ele, com efeito, mesmo com o respaldo institucional e legal, e com funções de enorme relevância, vem perdendo força e vai perder muito mais da sua condição de ser sujeito no mundo do trabalho, se essa fusão acontecer.

Exemplificando, o número de auditores fiscais do trabalho em atividade é sabidamente insuficiente, dadas as dimensões continentais do País e a dispersão e a diversidade das empresas a serem objeto de sua atua-

ção. Apesar de ter havido um crescimento, a partir de 2003, no quadro total de auditores, existem atualmente menos auditores em atividade do que no ano de 2003.

A área sabidamente mais importante do Ministério, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, responsável pelo combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, ao resgate de trabalhadores em situação de trabalho degradante, não consegue nem sequer repor os seus quadros ao longo do tempo. Além da existência de mais de 1.100 cargos vagos, entre os 3.600 cargos de auditor fiscal do trabalho existentes, há a iminência de que mais de 500 servidores requeiram a aposentadoria. Aí nós temos de pensar como vamos repor para continuar a fiscalização. Com a suspensão dos concursos públicos em 2016, a preocupação aumenta ainda mais.

É por isso tudo que vim à tribuna, Sr. Presidente. Este meu pronunciamento visa fortalecer um Ministério que é de interesse, eu diria, de mais de 200 milhões de brasileiros, porque todos os brasileiros, sejam empregados, sejam empregadores, sejam aqueles que vão ser trabalhadores efetivos, mesmo aqueles terceirizados, têm um porto seguro no Ministério do Trabalho. Se fundirmos o Ministério do Trabalho com o Ministério da Previdência, nós vamos enfraquecer duas pastas fundamentais para o mundo do trabalho: o Ministério do Trabalho e também a Previdência, que é aquela que tem o objetivo de cuidar da nossa aposentadoria depois de 35 anos de contribuição, no caso do homem, e de 30 anos, no caso da mulher, homens com mais de 60 anos e mulheres com mais de 55 anos de idade.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que o Ministério do Trabalho tem acompanhado muito, por exemplo, a NR nº 12, que é aquela que garante segurança, para evitar acidentes nas máquinas de trabalho; e também a NR nº 15, que vai na mesma linha. As Portarias de nºs 1, de 1991, e 1.510, de 2009, respectivamente, instituindo limites de tolerância para poeiras minerais e o registro eletrônico de ponto; e a Instrução Normativa SIT nº 114, de 5 de novembro de 2014, e a Instrução Normativa nº 18, de 7 de novembro de 2014, são instruções editadas pelo Ministério do Trabalho, o que diminuiu em muito os acidentes do trabalho no País com relação ao número do que acontecia antes das NRs construídas por esse órgão.

O número de acidentes do trabalho é também um fator preocupante, Sr. Presidente. Por exemplo, eu queria informar a todos que, segundo dados de 2013, ocorreram 1,5 milhão de acidentes em trajeto, ou seja, indo ou voltando do trabalho. E mais de 1,6 milhão de trabalhadores foram impedidos, pelo acidente sofrido, de exercer suas atividades laborais.

Esse Ministério esteve sempre acompanhando, discutindo, fiscalizando, cobrando. Se não fosse o Ministério, com certeza, o número seria o dobro.

Assim, promover o esvaziamento do Ministério responsável pela fiscalização do trabalho implica ampliar os riscos sociais e negligenciar a proteção social, que deve ser ampliada e fortalecida.

O Ministério do Trabalho e Emprego requer, Sr. Presidente – isso, sim –, mais investimento, mais estrutura para atender a demanda eu diria de empregados e empregadores.

Sucatear o Ministério não é um bom caminho.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste último minuto, Sr. Presidente, só quero dizer que seria uma cegueira tecnocrática, que não pode prevalecer. Não podemos permitir essa visão de enfraquecer o Ministério do Trabalho, que só vai prejudicar todos: empregados, empregadores e a sociedade brasileira.

Por isso, fica o apelo aqui à Senhora Presidenta – eu sei que está sob pressão –, para que ela não aceite esse enfraquecimento do Ministério do Trabalho e que ambos fiquem independentes. O Ministério do Trabalho é uma coisa, Ministério da Previdência é outra coisa.

Sr. Presidente, peço o favor, se puder, de considerar na íntegra o meu pronunciamento.

Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidente Dilma Rousseff acha-se em vias de enviar ao Congresso Nacional proposta de reestruturação ministerial, que poderá acarretar a redução de cerca de dez pastas, e a redução de cargos em comissão no Poder Executivo.

Essa proposta foi rechaçada pela então candidata à reeleição em 2012, sob o argumento de que as pastas ministeriais são fundamentais para implementar políticas públicas, e que a especificidade lhes confere força política para tratar de temas relevantes, sobretudo na área social.

A presidenta chegou a afirmar que a defesa da extinção de ministérios, em particular nas áreas de direitos humanos, igualdade racial e mulheres, seria “uma imensa cegueira tecnocrática”.

Agora, está sendo cogitada, e é dada como certa pelos veículos jornalísticos, a fusão entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social.

Essa proposta, ao nosso ver, padece do mesmo grau de “cegueira tecnocrática”, além de evidenciar uma falta de percepção sobre a evolução institucional do Ministério do Trabalho e Emprego, sua relevância social e econômica, e até a ignorância histórica do que, em passado recente, foi implementado e, por ter produzido efeitos perversos, desfeito.

A criação do Ministério do Trabalho, Senhor Presidente e Colegas Senadores e Senadoras, ainda com parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, se deu em 1930, como uma das primeiras medidas do Governo Revolucionário de Getúlio Vargas, como parte de um processo ao mesmo tempo intervencionista e modernizador, sob a égide da concepção corporativista.

Em 1960, o Ministério passa a ser denominado Ministério do Trabalho e Previdência Social, situação que perdurou até 1974, quando ocorre a divisão das duas áreas e o Ministério do Trabalho passa, efetivamente, a se dedicar exclusivamente às questões do mundo do trabalho.

Em 1990, ocorre um primeiro retrocesso: o Ministério volta a ser unificado com a Previdência Social, e passa a denominar-se Ministério do Trabalho e Previdência Social.

A tentativa de unificação, que teve como corolário a absorção das atividades executivas nos Estados pelo então criado Instituto Nacional do Seguro Social, foi desastrosa, resultando no desmonte das estruturas da área do Trabalho, no desprestígio do seu quadro de pessoal, na canibalização de recursos de uma área em benefício da outra, sem nenhum ganho quer de eficiência, quer de profissionalização, quer de melhoria da qualidade dos serviços.

É triste, ainda hoje, a lembrança do sucateamento então ocorrido, da colocação de servidores em disponibilidade, sem critério algum, da carência de recursos e da subordinação da área trabalho à área previdenciária.

Felizmente, em 1992 essa malfadada fusão foi desfeita, com a recriação do Ministério do Trabalho, que assumiu, por curto período, a função de Ministério do Trabalho e da Administração, para cuidar, também, dos temas relativos aos servidores públicos.

Igualmente, essa unificação não deu certo, e em 1995 volta a existir o Ministério do Trabalho, que em 1999 passa a se denominar Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, o Ministério do Trabalho e Emprego exerce um papel fundamental na interlocução entre trabalhadores e suas entidades de classe com o Governo.

Ele é, como um Ministério setorial dedicado à defesa dos interesses dos trabalhadores e seus direitos, o contrapeso à visão da área econômica e à influência do setor empresarial na defesa de políticas que apenas visam otimizar o lucro.

Trata-se de uma pasta que, no contexto que se avizinha, de crescimento do desemprego, do aguçamento da informalidade, da precarização do emprego e do aumento da exclusão social que deles decorre, merece, em lugar de um rebaixamento, recuperar a sua importância histórica, ser objeto de uma abordagem que valorize e priorize o seu papel de contrapeso e equilíbrio na busca do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

O Ministério do Trabalho e Emprego é, por si mesmo, uma pasta complexa, que envolve a formulação de políticas de emprego, a gestão do sistema do Seguro-desemprego, a gestão das relações de trabalho e o registro sindical, a curadoria do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a pesquisa na área de segurança e saúde do trabalhador e, ainda, a inspeção do trabalho.

Uma eventual unificação com a Previdência implicaria em que a nova Pasta combinaria as políticas de previdência social e complementar, e a gestão dos regimes de previdência social e complementar, a cargo do INSS, da PREVIC e das secretarias das áreas previdenciária, com as competências originárias da área de trabalho, que tem foco distinto e dinâmicas específicas.

A Inspeção do Trabalho é, por se tratar de função exclusiva de Estado, indelegável e privativa da União, uma área que merece atenção especial, e cuja existência não apenas justifica, mas reclama, a especificidade dessa Pasta.

O Brasil é signatário da Convenção nº 81, da Organização Internacional do Trabalho – OIT – Convenio relativo à Inspeção do Trabalho, o qual tem força de lei ordinária em território nacional.

Segundo a Convenção, o Brasil deve observância aos seus princípios e orientações, assim como às normas acessórias, como a Recomendação nº 82, de 1947, e o Protocolo de 1995, que trata de sua extensão aos demais setores não originalmente por ela cobertos.

Para tanto o Brasil instituiu e mantém a Inspeção do Trabalho, organizada sob a forma de Sistema, tendo como princípios básicos velar pela aplicação da legislação trabalhista e orientar os empregadores e trabalhadores quanto ao cumprimento dessa legislação, cabendo-lhe, ainda, no âmbito da Administração Tributária, fiscalizar o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A suas raízes remontam ao Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891, que já previa a instituição da fiscalização permanente “de todos os estabelecimentos fabris em que trabalharem menores” no antigo Distrito Federal.

A sua evolução levou à inclusão na CLT, em 1943, de regra específica, reconhecendo a sua relevância, atribuindo expressamente ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

A adesão à Convenção nº 81 da OIT em 1957 determinou a sua sujeição à vigilância e controle de uma autoridade central de nível federal, e à composição de um quadro de pessoal estatutário, estável e permanente, independente de influências indevidas, e em número suficiente para garantir o desempenho efetivo das funções do serviço de inspeção.

Apesar do retrocesso ocorrido no período autoritário, com a denúncia da Convenção 81 em 1971, a partir de 1987 a Inspeção do Trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho, volta a obter o seu reconhecimento,

com o revigoramento da Convenção, e com o status constitucional a essa função atribuído pelo artigo 21, XXIV da Carta de 1988.

A missão fundamental da Inspeção do Trabalho é a de contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, em cujo processo o trabalho tem papel crucial.

Para tanto, cabe ao Estado, como destaca Marcelo Julio Navarro, jurista argentino, desenhar e implementar políticas que favoreçam a criação do emprego em igualdade de oportunidades e velar para que a prestação do trabalho se dê em condições dignas.

E o valor social do trabalho é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º da Constituição.

A proteção dos trabalhadores é, também, um dos compromissos assumidos pelo Brasil como signatário dos compromissos da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas com o desenvolvimento inclusivo, a erradicação da pobreza e de todas as formas de discriminação.

Os resultados apresentados pela Inspeção do Trabalho ilustram a sua importância.

Apenas no período de janeiro a junho de 2014, a Fiscalização do trabalho a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego alcançou 121,4 mil empresas, resultando na formalização de 160.149 trabalhadores, dos quais 82.837 na condição de aprendizes e 18.183 pessoas com deficiência. Foram autuadas 34.881 empresas, com a lavratura de 82.666 Autos de Infração.

Mas, ainda assim, o Ministério do Trabalho e Emprego não tem sido priorizado nem valorizado pelas ações de Governo.

Ele, com efeito, mesmo com o respaldo institucional e legal, e com funções de enorme relevância, vem perdendo protagonismo e importância, o que demonstra uma postura contraditória com o discurso governamental.

Exemplificando, o número de Auditores Fiscais do Trabalho em atividade é sabidamente insuficiente, dadas as dimensões continentais do País e a dispersão e diversidade das empresas a serem objeto de sua atuação.

Apesar de ter havido um crescimento a partir de 2003 no quadro total de Auditores, existem atualmente menos auditores em atividade que havia no ano de 2003.

A área sabidamente mais importante do Ministério - a Secretaria de Inspeção do Trabalho, responsável pelo combate ao trabalho infantil e o resgate de trabalhadores em situação de trabalho degradante ou escravo - não consegue, assim, sequer repor os seus quadros ao longo do tempo.

Além da existência de mais de 1.100 cargos vagos entre os 3.600 cargos de Auditor Fiscal de Trabalho existentes, há a iminência de que mais de 500 servidores requeiram a aposentadoria, pois já cumprem os requisitos para tanto.

Com a suspensão de concursos públicos em 2016, e o prolongamento da situação até que possa haver novos provimentos, é de se estimar que, até o final de 2018, parte expressiva do contingente deixe os quadros da Inspeção do Trabalho, deixando o trabalhador vulnerável, sem quem fiscalize o cumprimento das obrigações trabalhistas.

Se já enfrenta essas dificuldades com o atual status institucional, é de se supor que, fundido a uma outra Pasta, responsável pela gestão dos regimes de previdência social e complementar, com estru-

ras já consolidadas, que envolvem orçamentos e quantitativos de servidores muito maiores, haverá um novo processo de rebaixamento e desprestígio.

Isso não apenas do ponto de vista da hierarquia, mas até mesmo da gestão e da divisão de recursos – escassos – que, novamente, poderão ser canalizados para o setor dotado de maior força política.

Essa fusão, que é desaconselhável sob todos os aspectos, pode vir a ocorrer num momento particularmente perigoso para a sociedade.

Está em curso uma investida empresarial sem precedentes nos últimos 20 anos sobre os direitos dos trabalhadores, que vai desde a tentativa de terceirização e pejetização precarizantes, passando pela tentativa de instituição da prevalência do negociado sobre o legislado, até a tentativa de suspensão de várias Portarias e Normas Regulamentadoras (NR) do Trabalho.

Tramitam no Congresso Nacional pelo menos uma dezena de projetos de decreto legislativo suspendendo normas de proteção ao trabalho, como as NRs de nº 12 e 15, respectivamente sobre a segurança no trabalho em máquina e equipamento e sobre as atividades sob céu aberto; as portarias de nºs 1/1991 e 1.510/2009, respectivamente instituindo “limites de tolerância para poeiras minerais” – asbestos e o registro eletrônico de ponto; e a Instrução Normativa SIT nº 114, de 5 de novembro de 2014, e a Instrução Normativa nº 18, de 7 de novembro de 2014, ambas editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para tratar da fiscalização do trabalho temporário.

O número de acidentes do trabalho é também um fator preocupante. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE, de 2013, apontam a ocorrência, num período de 12 meses, de 4,9 milhões de acidentes de trabalho envolvendo pessoas com 18 ou mais anos de idade.

Desse total, apenas 717 mil foram notificados à Previdência Social, como fato gerador de benefício previdenciário. Ou seja: em média, 689% mais pessoas disseram ter sofrido acidente do trabalho em relação aos acidentes do trabalho registrados pela Previdência Social em 2013, sendo que essa diferença chega a ser de 3.933% no Estado do Maranhão, com grave situação nos Estados mais pobres.

Um total de 1,5 milhão de acidentes ocorreram em trajeto, ou seja, indo ou voltando do trabalho.

E mais de 1,6 milhão de trabalhadores foram impedidos, pelo acidente sofrido, de exercer suas atividades habituais.

Assim, promover o esvaziamento do ministério responsável pela fiscalização do trabalho implica em ampliar os riscos sociais, e negligenciar a proteção social que deve ser ampliada e fortalecida.

O papel do Ministério do Trabalho e Emprego requer uma estrutura dedicada, integralmente, às suas funções.

Requer um orçamento adequado e proporcional a essas responsabilidades. Requer um quadro de pessoal dedicado e suficiente. Requer inserção política, visibilidade e protagonismo. Requer identidade institucional e o reconhecimento social.

Não é aceitável que, em nome do ajuste fiscal, se promova uma fusão despropositada, que comprometa funções essenciais do Estado, como a fiscalização do trabalho, sucateando ou esvaziando as atribuições dessa Pasta que, sobretudo, simboliza o compromisso do Estado com a valorização da função social do Trabalho, objetivo fundamental da República.

A cegueira tecnocrática não pode prevalecer e prejudicar a continuidade e recuperação do Ministério do Trabalho e Emprego para que cumpra, efetivamente, a sua missão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Queria chamar o Senador José Medeiros para presidir... Eu acho que o Líder Humberto Costa está se dirigindo para...

Então, José Medeiros, se puder presidir para eu fazer um pronunciamento... Em seguida, V. Ex^a será o orador inscrito, e o Senador Humberto... Ah, ainda há o Senador Cristovam.

Sou eu para a comunicação inadiável, um orador inscrito e o Senador Cristovam.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente José Medeiros, colegas Senadores, Senador Cristovam, antes, farei um comentário sobre a sessão de ontem.

Eu dei uma entrevista... Eu conversava, ainda há pouco, com o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Vejam como são as coisas: ontem, foi como se tivéssemos sido tomados por uma sensatez. Nós tivemos de apreciar centenas de vetos, quando se entra no detalhamento, em matérias que passaram aqui no Senado e na Câmara. Ficaram faltando alguns. Matérias que, depois de apreciadas nas duas Casas, alguém fez a conta e disse: "Isso vai causar um transtorno econômico-financeiro para o País que vai desequilibrar as contas".

Eu fiquei contente, porque eu espero, sinceramente, que possamos trabalhar melhor essas matérias aqui no plenário, na Câmara e no Senado, e que o próprio Governo seja mais eficiente no sentido de alertar, acender a luz vermelha no nascedouro dos debates – coisa que não ocorreu –, para que não tenhamos de viver essa situação, que é parte do processo legislativo e só termina com a apreciação de vetos.

Mas eu não sei se as pessoas que me acompanham na Rádio e TV Senado, em casa, sabem que o Brasil não apreciava vetos, quer dizer, nós não concluíamos o processo legislativo. Isso é algo recente, que começou a valer no Governo da Presidenta Dilma, a partir da pressão da opinião pública, da pressão de colegas Senadores, de cobranças.

Tomara – na condição de Vice-Presidente da Casa, tenho um bom diálogo com todo mundo aqui – que se possa... Por isso, até falo que essa autoridade fiscal independente que o Presidente Renan sugeriu, que muitos parlamentos têm, talvez seja interessante, não só para dar parecer independente sobre propostas que venham do Governo, mas também para dar parecer sobre propostas que o Parlamento, às vezes, tenta debater e passar adiante sem levar em conta de onde virão os recursos, sem considerar quem vai pagar a conta.

Eu, na condição de Senador da República, representando o povo do Acre, estou muito preocupado.

Senador Lasier, V. Ex^a é do Rio Grande do Sul. Alguns dizem que o Rio Grande do Sul, um dos Estados mais ricos do País, pelo menos no passado, que mais teve Presidentes da República, certamente – isso mostra um pouco da inserção dos gaúchos na vida nacional, chegando a ocupar a Presidência da República em maior número do que qualquer outro Estado –, é um Estado que está pré-falimentar. Estou falando do ponto de vista da máquina pública administrativa. Como chegou a esse ponto? Como? Quem levou o Estado a essa situação de ter que fazer, por enquanto, o pagamento parcelado dos servidores? Mas não tenho nenhuma dúvida de que, se a situação seguir-se agravando, vai ter que atrasar salário, vai ter que transformar o mês de salário dos gaúchos em 60 dias. Quer dizer, no mês, vai trabalhar 60 para receber 30. Ou seja, vão ficar 30 dias para trás.

Quando eu assumi o Governo do Acre, o atraso era de cinco meses para alguns servidores, e, para todos, inclusive os dos Poderes, três meses de salários atrasados. No primeiro mês, conseguimos pôr em ordem, e, de lá para cá, nunca mais atrasou. Institucionalizou-se novamente o respeito pelos servidores.

Estou fazendo aqui apenas uma breve referência sobre a sessão de vetos que nós tivemos na madrugada. Cheguei em casa quase às 3 horas da madrugada de hoje e já estava aqui de volta cedo.

Nós estamos tendo uma piora na arrecadação, Senador Lasier. No mês de agosto, a queda foi muito alta, quase 10%.

Se a arrecadação dos Estados, da União Federal cair de 5% a 10% nesse semestre – já caiu no primeiro, mas agora vai cair mais fortemente –, nós podemos ter uma redução na receita da União, aquela que compõe os Fundos dos Estados e Municípios, acima de 5%, de 5% a 10%.

Se isso ocorrer, os Estados tiverem uma queda real nos repasses constitucionais – eu estou me referindo basicamente ao Fundo de Participação dos Municípios e ao Fundo de Participação dos Estados –, o que vai acontecer, Senador Cristovam, e eu estou prevendo que será fato, vai acontecer, é que milhares de Municípios vão descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e dezenas de Estados também vão descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que significa descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal? Não é pedalada, é crime de responsabilidade, dos governadores e prefeitos. Como é que o País vai ficar? Esse nosso País precisa cair na real. Não se trata se é muito erro ou pouco erro, mas nós estamos, há 15 anos, acostumados a só votar e apreciar aumento de despesas.

Nós vamos ter que, agora, dar passo atrás. Não tem possibilidade. E o grave é que, se tiver, então, uma queda de 5% a 10% na receita real, as despesas fixas permanentes, que já estão no limite prudencial, talvez... Eu falei com os jornalistas ontem. "Mas nós não tínhamos pensado nisso, Senador."

Pensem. Eu fui Prefeito, eu fui Governador. Quando eu fui Governador, eu recebia cartas do Ministro, do Chefe do Tesouro, Joaquim Levy na época, elogiando a minha rigidez fiscal, Senador Cristovam Buarque, que já foi Governador também.

A informação que eu tenho é de que a situação do Governo do Distrito Federal, dada pelo nosso amigo Rodrigo Rollemberg, é de extrema gravidade. Agora, como um Estado, uma Capital da República, Distrito Federal, que todos falam que era o melhor lugar para ser administrado, porque uma parcela importante das despesas é custeada pela União – estou me referindo a pessoal, V. Ex^a foi Governador –, chega numa situação

parecida com a do Rio Grande do Sul, que também é parecida com a do Rio de Janeiro? Imagine nós, do Norte e do Nordeste, a situação que vivemos.

Então, nós estamos vivemos uma quadra – eu estou me referindo ao voto de ontem, à derrubada dos vetos –, que não se trata aí de governo A, B, C ou D, mas de nós pensarmos um pouco o País, e que essa sensatez possa dominar um pouco os Plenários, porque, independentemente...

Eu conversava com o Senador Aloysio ali, ele falou: “Não voto favorável a essas medidas porque luto nas comissões”, ele, que é duro contra o Governo porque não acendeu a luz vermelha lá no nascedouro, às vezes deixou a questão evoluir a ponto de chegar aos Plenários.

Então, não estou eximindo o Governo da culpa, dos erros, mas tomara que, daqui para a frente, sob pena de agravarmos a situação do País e, com esse agravamento, agravarmos a situação dos Estados e, com isso, agravarmos a situação dos Municípios, e atingirmos fortemente, às vezes pelas decisões que tomamos, ou às vezes pela leitura não completa do cenário, a vida do cidadão brasileiro... Crise passa, supera-se.

Ouvirei o Senador Lasier e, em seguida, V. Ex^a, Senador Cristovam, com muita satisfação.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estou acompanhando, Senador Jorge Viana, com toda atenção, o seu pronunciamento muito procedente e profundo. Já que V. Ex^a se referiu ao Rio Grande do Sul, ocorre-me dizer que há um dogma, uma sentença, um aforismo que significa o seguinte.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não é possível gastar mais do que a previsão de receita, não é admissível gastar mais do que se arrecada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Que se recebe.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse foi o problema fundamental do Rio Grande do Sul, onde houve uma questão crucial que se chama não cuidado com a Previdência pública. Essa é a causa do rombo do Rio Grande do Sul.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Acho que essa doença está contaminando os Municípios e os Estados brasileiros, todos, sem exceção.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato. E o que acontece? No Rio Grande do Sul, atualmente, 53% da folha de pagamento da administração pública é com os inativos e está crescendo extraordinariamente, principalmente agora, por desilusão dos militares, os brigadianos, como chamamos no Rio Grande do Sul, professores, um mundo de funcionários públicos desiludidos, desencantados, que estão pedindo aposentadoria. São aos milhares. Então, chegaremos ao ano que vem com uma folha ainda maior sob o ponto de vista de inatividade.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso não foi corrigido ao longo da história, não se criou um fundo previdenciário. Esse é o problema principal, a tal ponto que – estou concluindo – o débito da Previdência para este ano vai ser de R\$5,5 bilhões. Então, estamos atravessando uma quadra da gestão pública no Brasil que tomara seja uma advertência definitiva. O estilo de administrar um Município, um Estado, um país tem que mudar, do jeito que vem até agora não é possível continuar. E V. Ex^a está relatando, fazendo um retrospecto do que aconteceu com o Governo da União, que está agora nesse verdadeiro brete, que chegou a um desaguadouro na noite de ontem. Terminou às 2h30 da madrugada, com a questão dos vetos, e vai prosseguir nos próximos dias. Tudo por quê? Porque houve incúria lá no passado. Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

Eu ouço o Senador...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Depois de ouvir o Senador Cristovam, ouço V. Ex^a, Senador Flexa.

Nós temos uma situação grave. Estou prevendo com a queda real. Sempre prefeitos e governadores chegam e dizem: houve uma queda na receita. Faz mais de 15 anos que não há queda de receita, mas neste ano estamos tendo queda real. O que havia era uma queda na previsão de aumento de receita. Então, num mês, a previsão não se realizava, mas sempre tivemos crescimento nominal e real também. Mas este ano estamos tendo queda real, e a queda real pode levar os Estados e Municípios, muitos deles, milhares de Municípios, a descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Isso é crime de responsabilidade para o gestor. Como vai ficar? Vai vir, certamente, algum engenhoso para dizer: muda-se a Lei de Responsabilidade Fiscal, e põe-se todo mundo. E aí vamos para o andar de baixo.

Ouçó o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, fico satisfeito de o senhor estar trazendo esse problema...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... porque ontem fiquei até o final, como muitos, quase todos nós, e, enquanto estava lá, eu ficava olhando, Senador, aqueles 600 Parlamentares. A liderança brasileira inteira estava ali, porque hoje a gente não vê grandes lideranças, com todo o respeito, entre os Governadores e, felizmente, não há lideranças expressivas entre os militares, digo “felizmente”. Nós somos as lideranças, nós, aqueles quase 600 que estavam ali. E nós estávamos, todo o tempo, debatendo o conjuntural com enfoque corporativista. Ali não apareceu a Nação brasileira, a não ser do ponto de vista fiscal para dizer “não dá para continuar gastando tanto”.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se votar, não vai pagar.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso. Então, nós precisamos debater – e é o que o senhor está trazendo aqui – a crise estrutural, que é muito maior do que essa. Temos uma Constituição que proíbe demissão e redução de salários; temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe gastar mais do que certo valor. Isso vai ficar incompatível se a gente não for realmente sério na responsabilidade. O que vai acontecer? O senhor já tocou: haverá a tentação de resolver o problema por meio da inflação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mudando-se a lei.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por meio da inflação. A gente dá aqui 80% de aumento e, na hora de pagar, tira 80% pela inflação, como já chegou a ser no Brasil a inflação de um ano.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mensal.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E chegou até a ser mensal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Chegou a ser mensal, 80%, no governo Sarney.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, essa é a maneira que eu considero a pior de todas as corrupções, porque é a corrupção que não vai para o bolso de ninguém em particular – propina –, mas vai para o Tesouro, tirando-se do povo. A gente dá aumento de 100 para 120, e, quando paga, não vale nem 100 mais, vale 80. Esse é o receio, que nós estejamos caminhando nesta direção: a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o mesmo que revogar as quatro operações aritméticas, é dizer que dois mais dois é igual a cinco. É isso que se faz com a inflação. Na inflação, dois e dois não são quatro, são cinco, porque o cinco só vale quatro. E quem tem um pouco mais de idade – não são os jovens –, que viveu a inflação, sabe a tragédia que isso representa. Nós temos que nos sentar, Senador, e debater não só aquilo que era importante ontem, mas debater o nosso papel de líderes deste País, como a gente enfrenta a crise estrutural. Por exemplo, a Previdência. Nós nos acostumamos a querer receber aposentadoria jovem, mesmo que, quando ficar velho, não receba mais, ou porque quebra a Previdência ou porque vai receber uma moeda inflacionada. Não seria muito melhor discutirmos aqui uma idade mínima para aposentar-se e saber que quando ficar bem velho vai poder receber, e sem inflação? Seria. Mas não estou vendo essa disposição de uma agenda, não do Brasil – e acabo de vir da comissão –, mas uma agenda estrutural. Está faltando um debate sobre a agenda estrutural no Brasil. E eu sou pessimista hoje, porque quando eu vejo ficarmos cinco horas ali, até de madrugada, debatendo apenas corporativismo e imediatismo, disputa governo/oposição, sem uma perspectiva de longo prazo que nos unifique, eu fico pessimista. E aí a gente não sabe o que vai acontecer. Depois se resolve, mas resolve-se depois de muito sacrifício. Tínhamos que evitar esse sacrifício. Felizmente, o senhor trouxe esse assunto aqui, vamos começar a debater não só o imediato e o corporativo, mas o longo prazo da Nação brasileira. Isso está faltando entre as lideranças brasileiras de hoje, inclusive me considero parte delas, mas me ponho também como um dos que não está preenchendo o vazio que este País precisa hoje ver preenchido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Governador Senador Cristovam Buarque, que engrandece as minhas palavras, no sentido de alertar o País sobre o que temos pela frente.

Eu tenho falado para prefeitos e governadores, para o Governador do Acre mesmo, que o momento vai se agravar ainda para os gestores públicos, e as medidas precisam ser adotadas imediatamente, senão vamos perder algo que é precioso, que é o tempo, para superarmos essa dificuldade.

Ouçõ o colega, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a sabe que eu não comungo com a maioria dos pensamentos de V. Ex^a. Tenho por V. Ex^a uma admiração e uma amizade muito grandes, mas discordamos na maior parte dos pontos de vista. V. Ex^a vem cumprir o seu dever para com o seu Governo e com o seu Partido de fazer a defesa das propostas do Governo. O Brasil, lamentavelmente, encontra-se na situação em que está pelo desgoverno ao longo desses treze anos e, em especial, ao longo dos últimos sete

anos. Eu vou fazer um pronunciamento em que vou ler um discurso da Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher, que ficou na história pelo programa de privatização que ela fez na Inglaterra, lá na década de 80...

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que hoje veio trazer os resultados. O Brasil o iniciou, ele foi interrompido pelo PT, que não continuou as reformas, como o Senador Cristovam se referiu, que deveriam ter sido continuadas e nos levou a essa situação em que nós estamos.

Hoje, a *Folha de S.Paulo* traz uma matéria, que também farei constar dos *Anais do Senado* e do pronunciamento, sobre as propostas que o Governo enviou ao Congresso. Se formos fazer um levantamento dessas propostas, é só em cima do cidadão. São só cortes, cortes. E cortes de quê? No cidadão: aumento de tributos, a CPMF, o aumento de Imposto de Renda, a retirada do Minha Casa, Minha Vida os recursos do Tesouro, colocando só os do FGTS. Ou seja, colocar em risco os recursos, e não são do Governo, são do trabalhador.

Eu fiz um requerimento à Mesa – e V. Ex^a é o 1º Vice-Presidente – para que nós possamos saber qual é a inadimplência do Minha Casa, Minha Vida e do Minha Casa Melhor, de que ninguém fala mais. Foi um programa eleitoreiro! São R\$5 mil para quem era do Minha Casa, Minha Vida, para comprar eletrodomésticos, com dinheiro da Caixa Econômica, não foi dinheiro do Tesouro. Foi a Caixa Econômica que emprestou. Eu quero saber se isso está retornando para a Caixa Econômica.

Mas disse a Primeira Ministra Margaret Thatcher, em 1983 – estamos falando de 32 anos atrás. Vou citar dois trechos apenas, a leitura eu farei depois, mas nós temos tempo, o Presidente José Medeiros é...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Benevolente.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... benevolente. Vou ler apenas três, quatro linhas para V. Ex^a. Disse a Primeira-Ministra britânica, Margaret Thatcher: “Um dos grandes debates do nosso tempo é sobre quanto do seu dinheiro [dinheiro do contribuinte, lógico, do cidadão] deve ser gasto pelo Estado e com quanto você deve ficar para gastar com sua família”. Isso em 1983. Mais adiante, em pronunciamento na Conferência do seu partido, o Partido Conservador, ela disse: “Nenhuma nação [e é para refletir sobre isto, Senador Jorge Viana] jamais se tornou próspera por tributar seus cidadãos além de sua capacidade de pagar”. Esses dois trechos do pronunciamento da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, feito em 1983, levam-nos a refletir sobre a situação do nosso País. O Estado do Pará, Senador Jorge Viana, da nossa Amazônia, administrado pelo Governador Simão Jatene, é a menor relação dívida com Receita Corrente Líquida do Brasil: apenas 0,10%. Não sei quanto é no Acre. No Pará é de 0,10%. Lamentavelmente, no Estado do Senador Lasier, o Rio Grande do Sul, de é 253%. O Estado do Pará tem financiamentos aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional junto ao BNDES e junto à CAF, e não são liberados. Não são liberados por quê? Porque vão refletir na dívida pública. Isso penaliza os paraenses, que já são penalizados pelo Governo, ao não pagar a Lei Kandir. Está pagando agora a de 2014, e não diz como vai pagar a de 2015.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Flexa. Eu não vejo, e sei que, no fundo, V. Ex^a também não, tantas divergências entre nós, mas há algumas que vale ressaltar.

Quanto à leitura do cenário de hoje e de ontem – e sou obrigado a fazer um pouco isto –, eu não sei se é uma boa referência nós nos prendermos aqui à política clássica neoliberal, simbolizada pelo governo da Sr^a Margaret Thatcher.

Na segunda feira, estive em uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores, acompanhando o Senador Aloysio Nunes, a Senadora Ana Amélia e o Senador Ferraço, na Fiesp, com toda a indústria de defesa nacional. Situação delicada, pois é uma área estratégica importante. Lá eu me lembrei de que o governo de V. Ex^a, quando governava o País, tentou imitar, trazer um pouco dessa visão ou implantar um pouco dessa visão aqui no Brasil, fez a primeira privatização do Sistema Telebras.

O Brasil, naquela época, com a Embratel, tinha uma estatal. O Brasil lançava satélites, tinha satélites. V. Ex^a sabe que o Brasil não tem mais satélites? O satélite, que era do povo brasileiro, estratégico, fundamental para a indústria de defesa, para a segurança nacional, para as telecomunicações, sabe de quem é? Do México. Um dos homens mais ricos do mundo ficou com ele. Essa é a política, e nós estamos pagando o pato, literalmente, comendo o pão que o diabo amassou.

Não há como analisar um país que seja influente no mundo se ele não tiver controle e presença no espaço. O Brasil não tem mais. Tem uma das regiões mais importantes para lançamento de satélites do mundo e não consegue ter satélites, porque não adianta ter satélite, tem que ter lançador e satélite – essa é uma área em que trabalhei um pouco mais –; e nós não temos, porque nos desfizemos do nosso. Poderíamos ter feito a privatização – sim, por que não? – do serviço para as operadoras e ter o controle daquilo que é estratégico para a Nação.

Sabe o que é que ocorreu na Guerra das Malvinas, Senador Flexa? Os Estados Unidos, que controlam boa parte do espaço – ou controlavam, agora são várias nações –, utilizaram como sombra as comunicações do Brasil e da Argentina. Quando os aviões ingleses iam atacar, os argentinos não sabiam de onde vinham os aviões, nem onde estavam, porque todo o monitoramento dependia de comunicação via espaço, de satélite dos Estados Unidos.

Quem tem o controle lá em cima controla todos nós aqui. Se eles quiserem desligar hoje, não há saída a não ser estabelecer uma conversa. Mas o nosso País, que desenvolveu o ITA, que tem um centro de desenvolvimento de tecnologia, tem pecados mortais dentro do Governo – mortais. Não conhecemos sequer o endereço desse tema tão importante dentro do próprio Governo. Eu não tenho nenhum problema em criticar.

Mas eu queria dizer também que não podemos satanizar. O problema que estamos vivendo neste momento é gravíssimo. Podem perguntar: “Ah, vai querer comparar?”

Mas, olha, com inflação, taxa de juros, desemprego, construção de moradia, infraestrutura, os números, apesar da gravidade, hoje são muito melhores do que na época em que o PSDB governava este País.

Enfim, ficam estabelecidas as convergências, e eu estou acentuando um pouco mais as divergências, mas dentro do debate democrático.

Queria concluir, então, Sr. Presidente, falando de duas coisas, notícias boas para o meu Estado.

A primeira é que hoje celebrei, com o Prefeito da capital, Marcus Alexandre, a liberação de R\$553 mil, mais uma parcela, para a obra do que se chama Shopping Popular, no centro de Rio Branco, uma organização espacial que estamos fazendo, uma obra que estou ajudando, como Parlamentar. O Governador Tião Viana deu uma contribuição também, mas é uma dedicação do Prefeito Marcus Alexandre. Eu, como ex-Prefeito, que cumpri também o papel de ordenar o espaço urbano de Rio Branco, preparando-a para o turismo, para que a cidade possa funcionar melhor.

Hoje o Ministro Henrique Alves liberou mais R\$553 mil. Já liguei agradecendo, já liguei para o Prefeito, e estou aqui fazendo o registro, porque essa é uma obra que não pode parar. O Ministro deve ir, a meu convite, a Rio Branco, proximamente.

Queria também aqui cumprimentar e agradecer o Ministro Gilberto Occhi a liberação – pois já está em fase de liberação, está aprovada – de quase R\$4 milhões, para fazermos frente a problemas gravíssimos que são consequência da calamidade que Rio Branco viveu com a cheia do Rio Acre, que alagou um terço da cidade, Senador. Quase 40% da cidade ficou sem energia elétrica, com 30 mil moradias atingidas. Foi decretada calamidade pública. A Presidenta Dilma esteve lá, o Prefeito e o Governador trabalharam muito, e quando o rio baixou, houve o desbarrancamento do Rio Acre, porque baixou muito rapidamente.

Aqui, depois de pelo menos seis audiências com o Ministro Occhi – mas estou muito grato –, ele aprovou agora o projeto. Foi um pedido meu, pessoal, e do Prefeito Marcus Alexandre. Eu queria cumprimentar a equipe dele e a do meu gabinete, que trabalharam nesses projetos, que foram refeitos várias vezes, assim como toda a equipe do Ministério e da Prefeitura de Rio Branco. Estão sendo liberados quase R\$4 milhões para fazermos quatro grandes obras de recomposição, de reconstrução das encostas: uma no bairro da Base; outra no bairro 6 de Agosto;...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... e a mais emblemática delas, na Epaminondas Jácome, o Calçadão Raimundo Escócio.

Estou falando isso porque eu soube – até conversei com o Prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, e quero também cumprimentar o Presidente do Sindicato dos Camelôs e os comerciantes – que já existem políticos mandando dizer que são eles que estão liberando os recursos. É duro. A gente batalha, está aqui, longe, Senador Flexa – V. Exª também, de vez em quando, deve sofrer um pouco isso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Eu não libero.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Libera. O Governo é republicano. V. Exª é muito ativo e sempre consegue. Com o seu jeito, com esse jeitinho que o senhor tem, a experiência, eu sei que libera. Portanto, estão sendo liberados esses recursos. São R\$3,975 milhões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vou pedir ajuda a V. Exª, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu quero agradecer ao Ministério, mas quero dizer a todos os comerciantes que estou muito satisfeito.

No sábado, estarei em Rio Branco. Provavelmente, na segunda-feira, vou fazer uma visita...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pretendo fazer uma visita, na segunda-feira, com o Prefeito Marcus Alexandre, com o Juruna, do sindicato, e mais alguns comerciantes, e vou prestar contas.

Espero sinceramente, colegas Parlamentares, por favor, que não tentem agora pegar carona num trabalho que não fizeram. Esse trabalho foi difícil. Começamos em Rio Branco, trabalhando com técnicos, no final de semana, elaborando o projeto dentro da Prefeitura de Rio Branco, quando o rio estava alagado. Depois seguimos trabalhando com a equipe do Prefeito Marcus Alexandre, e agora tenho a satisfação de informar, pois na semana que passou tivemos audiência com o Ministro Occhi, que foi aprovado o projeto e agora o recurso vai ser liberado.

E queria dar aqui um último recado. Amanhã, quinta-feira, também a pedido nosso, teremos uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e com o Dr. Romeu, Diretor da Aneel.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com Eduardo Braga, no Ministério de Minas e Energia, será às 11h da manhã, para tratar do apagão. Em uma semana, foram cinco apagões no Acre e em Rondônia –inexplicáveis, pois temos geração de energia –, sem nenhuma satisfação dada à opinião pública.

Desde já, agradeço ao Ministro Eduardo Braga por prontamente atender a uma solicitação nossa. Espero que o coordenador Raimundo Angelim tenha chamado toda a Bancada Federal. Nós aqui, no Senado, vamos ver se levamos os três Senadores. Às 11h da manhã, estaremos com o Ministro de Minas e Energia, amanhã, quinta-feira, e, às 15h30, na Aneel, que é quem pode tomar as providências e identificar os responsáveis a fim de que possamos dar uma satisfação à opinião pública do Acre, aos pequenos comerciantes, a todos aqueles que sofreram prejuízos. Se nós não adotarmos essas medidas, ficará ao deus-dará, ficará sem explicação esse desrespeito?

(Soa campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esse gravíssimo problema causou um prejuízo incalculável em vários Municípios que estão interligados no entorno de Rio Branco.

Fica aqui o agradecimento ao Ministro Gilberto Occhi pela liberação dos recursos, ao Ministro Eduardo Braga e ao Diretor da Aneel. Amanhã faremos essa audiência e, depois, voltarei à tribuna para prestar contas ao povo do Acre.

Muito obrigado e peço desculpas pelo tempo, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Eduardo Amorim, que está presidindo, a colaboração e a tolerância.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente dos trabalhos, Senador Eduardo Amorim, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, estou chegando do Supremo Tribunal Federal, onde estive até há pouco com a Senadora Fátima Bezerra, a Senadora do Piauí, Regina Sousa, o Senador Randolfe Rodrigues, representantes da CNBB, o Dr. Marcello Lavenère, da OAB, entre outras personalidades.

Lá estivemos para entregar uma moção de apoio, de regozijo ao Presidente Ricardo Lewandowski, que nos recebeu com muita cortesia, como é do seu hábito, pela decisão do Supremo Tribunal Federal de acabar com as doações de empresas privadas para campanhas eleitorais, que veio ao encontro da decisão aqui do Senado Federal, no último dia 2 de setembro, quando, por 36 a 31, também tomamos atitude idêntica, de não mais permitir recursos de entidades privadas para campanhas eleitorais, seja para candidatos, seja para partidos.

Ouvimos do Presidente Lewandowski, do Presidente do Supremo, a afirmação – está aqui chegando a Senadora Fátima Bezerra, que lá esteve conosco – de que não haverá mais barreiras nem modulações na decisão tomada semana passada. Isso foi motivo de satisfação, porque, assim como o Senador Jorge Viana, que há pouco estava aqui na tribuna e foi o Presidente da nossa Comissão de Reforma Política, que prosseguirá nos próximos dias, a Senadora Fátima, a Senadora Lídice, o Senador Reguffe e tantos outros batalhamos muito, na Comissão de Reforma Política, para que se acabasse com esse vício nefasto, conforme têm mostrado eleições anteriores.

Sim, Senadora Fátima.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lasier, apenas para compartilhar, no seu pronunciamento, o sentimento que V. Exª expressa nesta tribuna, da importante vitória que a democracia brasileira acaba de obter. Realmente, Senador Lasier, do ponto de vista do Supremo Tribunal Federal, conforme o senhor já mencionou, este assunto está decidido. Ou seja, o Supremo, a nosso ver, interpretou o sentimento majoritário da população brasileira, que deseja, sim, avançar na perspectiva de uma reforma política com mais ética, com mais democracia, com mais participação da sociedade. A população brasileira tem muita sabedoria, Senador Lasier, quando identifica, no modelo de financiamento às campanhas e partidos, hoje, um modelo que só tem causado deformações no processo político eleitoral em curso no nosso País. Por isso, a população foi contra. Quero dizer a V. Exª que vamos agora, às 17 horas – e contamos com a presença do senhor –, dando prosseguimento à nossa luta, ao Palácio do Planalto entregar o manifesto da coalizão subscrito por 37 Senadores. Vamos entregá-lo à Presidenta da República. Portanto, renovar o nosso apelo à Presidenta da República para que ela, em sintonia com a decisão histórica que o Supremo Tribunal tomou, com o sentimento popular, vete o dispositivo da Lei nº 5.735, que infelizmente a Câmara restabeleceu, no que diz respeito à questão das doações empresariais. Então, congratulo-me aqui com o seu pronunciamento, dizendo o quanto ficamos contentes com a participação que V. Exª teve nessa luta toda. E quero pedir permissão, Senador Lasier, para solicitar ao Presidente em exercício aqui no Senado, que conste dos *Anais do Senado* da República do Brasil o manifesto da coalizão subscrito por nós. Obrigada, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, por sua participação. E também devo referir que esta moção que levamos ao Presidente Supremo tinha as 37 assinaturas dos Senadores. Poderia até ter sido lá mais, mas foram colhidas ontem à tarde numa leva muito rápida; poderia ter havido mais assinantes.

Dito isso, Presidente Eduardo Amorim, eu queria lembrar que nós estamos em plena Semana Nacional do Trânsito e Dia do Agente de Trânsito. E falo sobre este assunto por sua importância.

O trânsito brasileiro, Senador Reguffe, tornou-se a causa de morte de milhares de brasileiros todos os anos. As nossas ruas e estradas se tornaram fonte de autêntico holocausto de pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas de automóveis, caminhões e ônibus.

Não se trata de exagero retórico. É a mais pura e genuína verdade. E é dever trazer o tema à baila quando se comemora, então, essa Semana Nacional do Trânsito, que está nos correntes dias 18 a 25 de setembro, e o Dia Nacional do Trânsito, que ocorrerá depois de amanhã, dia 25.

Levando-se em conta 181 países, à guisa de esclarecimento, o Brasil era, em 2010, o 33º com a maior faixa de mortalidade no trânsito, considerando apenas os veículos motorizados com duas ou três rodas. Já entre 122 países, o Brasil tinha a 13ª maior taxa de mortalidade no trânsito.

Então, o Mapa da Violência 2013, de autoria do sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz, trouxe informações assustadoras. Em 1980, por exemplo – comparação –, houve 20.203 vítimas fatais em acidentes de trânsito. Já em 2011, mais recentemente, 31 anos depois, esse número mais do que dobrou, passando a 43.256 vítimas fatais. É uma multidão!

Em 31 anos, isto é, nesse decurso de 31 anos a que estou me referindo, de 1980 a 2011, vejam quanta gente morreu em acidentes de trânsito, é um número estarrecedor: 980.838 pessoas!

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Praticamente um milhão de pessoas morrendo no trânsito em 31 anos!

Em termos relativos, passou de 17 por 100 mil habitantes, em 1980, para 22,5 por 100 mil habitantes, em 2011. Lembrando, é claro, que em 1997, tivemos a promulgação do Código Nacional de Trânsito.

Agora, um outro fator superveniente – e que é alarmante – a que eu quero me deter um pouquinho mais, Sr. Presidente: o número de vítimas fatais com motociclistas, que aumentou – vejam que cifra devastadora! – 932%. Passaram a representar 1/3 das mortes no trânsito!

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Segundo o próprio Mapa da Violência: “Se excluíssemos os motociclistas dos cálculos, veríamos que, entre 1996 e 2010, o número de mortes no trânsito cairia de 33,9 mil para 27,5 mil, uma diminuição de 18,7% [...]”.

Então, os acidentes com motocicletas se tornaram, de tal forma, mais do que um trágico problema de trânsito. Passaram a ser um grave problema de saúde pública, com muitos gastos na Previdência Social à nossa custa, dos contribuintes.

Em 1998, para exemplificar, as internações no SUS causadas por acidentes de trânsito em que os motociclistas estavam envolvidos eram 17,41 % do total. Já em 2012, esse percentual passou para 55,56% do total.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ou seja, um crescimento de 366%! Esse é o problema da moto. É um flagelo no Brasil, Srs. Senadores.

Para falar a verdade, em todas as outras categorias – pedestres, ciclistas, automóveis, carga, ônibus – diminuiu o número de internações no SUS, mas aumentou consideravelmente o número de motociclistas. E aí a motocicleta se transformou numa devastadora máquina de matar. Essa é a realidade que nós vivemos. Hoje, conduzir uma motocicleta se transformou em atividade de enorme risco.

Pensando nisso, nessa quantidade de acidentes, apresentei um Projeto de Lei aqui no Senado, o de nº 498, que atualiza os valores pagos pelo DPVAT em caso de acidente de trânsito.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Parece mais do que evidente que o Código Nacional de Trânsito foi positivo para todas as categorias, exceto, é claro, para os motociclistas. Os motociclistas vivem o holocausto.

Assim, existem elementos claros de que é preciso agir em ações tópicas que envolvam o uso de motocicletas.

Na última segunda-feira desta semana, anteontem, eu recebi representantes da União Geral dos Trabalhadores, a UGT do Rio Grande do Sul – o Presidente da entidade, Paulo Roberto Barck; e o Presidente da ONG Viva a Vida, uma organização de solidariedade, Marcelino Pogozelski –, que trouxeram propostas para incluir na NR-6, do Ministério do Trabalho, que trata da regulamentação de equipamentos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... de proteção individual – isso vai ser muito importante –, equipamentos para motociclistas, a fim de que se reduzam o número de mortes, de acidentes com sequelas, como luvas, calçados fechados, cotoveleiras, ombreiras, jaquetas e caneleiras.

Assim, a proposta da UGT – que já vê o exemplo em programas dos motociclistas da Polícia Rodoviária Federal e que agora está programando um grande seminário sobre trânsito em novembro – tem o propósito de fazer com que profissionais e trabalhadores que utilizam as motocicletas para uso contínuo no seu trabalho recebam equipamentos de proteção que deverão reduzir fatalidades ou diminuir os impactos em caso de acidentes.

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A medida me parece das mais meritórias e vou enviá-la ao Ministro do Trabalho, a quem pretendo fazer uma visita pessoal, para que possa ser analisada pela equipe técnica da Pasta. Essa proposta de incluir na NR-6 a necessidade do uso desses inúmeros equipamentos de proteção: cotoveleiras, ombreiras, jaquetas e caneleiras. Alguém haverá de dizer: “Isso aumenta o custo”. Fizemos uma avaliação e fica em torno de R\$300,00 o custo desses equipamentos, mas haverá de salvar muitas vidas, que, em última análise, é o mais importante.

Será um passo, mas não creio que seja suficiente. É preciso mais. Conduzir uma motocicleta é hoje atividade perigosíssima. Milhares morrem todos os anos – eu diria todos os dias –, outros muitos milhares ficam mutilados ou são obrigados a viver com sequelas físicas pelo resto da vida.

Evidentemente, está claro que ações fiscalizadoras do Poder Público devem dar ênfase especial às motocicletas. É preciso verificar se os condutores estão habilitados, se possuem as condições necessárias para se utilizar desse tipo de veículo.

Também mais exames de alcoolemia para os condutores de motocicletas.

Enfim, é preciso agir na frente legislativa. Na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, já existe um projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Ferro (PT-PE), que trata da obrigatoriedade dos equipamentos de segurança como luvas, jaquetas, cotoveleiras, joelheiras para todos os condutores de motocicletas. Parece-me um avanço importante e merecedor de apoio.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

E o projeto merece maior celeridade na sua tramitação exatamente pela urgência.

Creio que, passados 18 anos do Código Nacional de Trânsito, é preciso aprimorá-lo no que tange ao uso de motocicletas. E esse também é o nosso desafio.

Para isso, pretendemos continuar trabalhando e esperamos, nesta Semana Nacional do Trânsito, que está em andamento, receber da sociedade civil, das universidades e dos especialistas no tema contribuições para que possamos evitar que milhares de brasileiros continuem a morrer no trânsito todos os anos.

Era o que tinha a dizer, Presidente Dário Berger, agradecendo a oportunidade e a tolerância do tempo.

Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu que cumprimento V. Ex^a por mais um pronunciamento.

Dando sequência aos nossos oradores inscritos, está o Dr. Eduardo Amorim, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas Senadores, ouvintes da Rádio Senado, todos que nos assistem pela TV Senado e todos que nos acompanham pelas redes sociais, ontem, após quase seis horas ininterruptas, a sessão do Congresso Nacional destinada a analisar os vetos presidenciais foi suspensa. Dos 32 vetos, 26 foram mantidos, quando a madrugada já avançava e o quorum, por sua vez, recuava e diminuía. Agora a apreciação dos seis vetos restantes dependerá de uma nova sessão conjunta do Congresso em data a ser definida.

Fato é que, dentre os vetos que não foram votados ontem, estão: a exploração de direitos patrimoniais decorrentes da ocupação de terras da União, que chamamos de imposto cobrado em muitas cidades brasileiras, especialmente cidades litorâneas, imposto de marinha, imposto do séc. XIX, acredite; dedução do IRPR para professores; valorização dos benefícios para aposentados e pensionistas; regime especial de tributação para entidades profissionais desportivas; fundo de transferência dos depósitos judiciais e administrativos; e, por fim, o sexto item: o aumento de remuneração dos servidores do Judiciário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, V. Ex^{as} conhecem minha posição em relação aos vetos presidenciais.

Voto o veto como votei na ida.

Todos sacrificam a população, entre eles o que derruba o reajuste dos servidores do Judiciário, categoria que muito tem lutado, incansavelmente, por uma Justiça melhor neste País.

Para mim, é inadmissível o que o Governo Federal vem fazendo. Ao invés de cortar na própria carne, de dar o bom exemplo, penaliza cada vez mais a população brasileira e o servidor público.

Em outras oportunidades, disse nesta tribuna e hoje vou repetir: o que o País precisa urgentemente e verdadeiramente, além da reforma tributária, é de uma reforma administrativa.

Sr. Presidente, o povo brasileiro não suporta mais carregar o peso de uma máquina inchada, ineficiente, extremamente pesada. Continuo, como sempre fiz, visitando os diversos Municípios do meu Estado, conversando com as pessoas, sobretudo ouvindo-as, aprendendo com elas, buscando a percepção que estão tendo da realidade do País neste momento e também do meu Estado.

Nesse último final de semana não foi diferente, e muito me chamou a atenção a perplexidade de meus conterrâneos com as últimas atitudes do Governo Federal. Os sergipanos – e com certeza muitos outros brasileiros – não estão admitindo um Orçamento negativo que foi elaborado, não concordam de jeito nenhum com essa forma de governar, com o aumento e com a recriação de tributos, como a CPMF. Estão alarmados com tanta corrupção, cansaram e estão contra tudo isso que aí se apresenta.

A indignação do povo do meu Estado está no fato de que o Governo gasta mais do que arrecada, e já estamos pagando por isso, pois a simples elaboração e o envio ao Congresso, pelo Governo, desse Orçamento negativo trouxe consequências desastrosas para o País, quais sejam: a perda do grau de investimento e o rebaixamento do conceito do País por agências de risco, o que piora mais ainda nossa difícil situação econômica, levando a um estado de descrença.

Contudo, o Governo ainda quer mais, quando impõe à sociedade que pague pelos erros que ele, o próprio Governo, cometeu e vem cometendo. Uma verdadeira falta de planejamento para o curto, o médio e, sobretudo, o longo prazo.

Este Governo não planeja, e quando o faz muitas vezes faz de forma ruim, péssima.

E, como disse, a população não concorda com o aumento de tributos, com a recriação da CPMF, com a perda de conquistas sociais, com o adiantamento de correção salarial de servidores públicos. Nós, brasileiros, já pagamos impostos demais, e temos muito pouco em troca, se comparados a países vizinhos, como o Uru-

guai e a Argentina. É vergonhosa a situação da saúde pública no Brasil. Quem precisa de tratamento médico dificilmente consegue ser atendido dignamente.

A educação pública brasileira precisa melhorar muito, precisa ter melhores salários, precisa ter melhor estrutura, precisa ter um estímulo maior para ter melhores resultados para os alunos.

A segurança pública praticamente inexistente em muitos cantos deste País. Para fugir da bandidagem, as pessoas estão trancadas em casa, estão aprisionadas em suas próprias casas.

Voltando ao que ouvi no meu Estado, as pessoas não suportam mais tantos desvios de dinheiro público. Vivemos não só uma crise econômica, não só uma crise fiscal, nós vivemos uma crise ética, uma crise moral.

A corrupção é outro fator decisivo para o dramático quadro atual da economia brasileira, com desemprego crescente, com inflação em alta, falta de investimento, falta de credibilidade. O certo é que o Brasil e o povo brasileiro não merecem isso, não merecem esse estado de coisas. A gente brasileira é gente digna, é gente correta, é gente trabalhadora, é gente sincera, é gente do bem.

Acredito que o Brasil tem jeito, e como tem jeito. O que nós temos hoje não é uma crise de Estado, é uma crise de Governo, que não planejou adequadamente. Por isso, estamos pagando não somente na conta, mas com aquilo que não temos. Precisamos de um novo rumo para o nosso País, mas dificilmente conseguiremos esse rumo com as práticas do atual Governo. Eu não acredito mais! Precisamos aguardar com serenidade o desdobrar dos acontecimentos, mas o certo é que precisamos ter atitude para que o País volte a encontrar uma direção para sair de tamanha crise.

Para finalizar, Sr. Presidente, bem antes do tempo a mim destinado, peço a Deus que não tenha chegado o triste momento antevisto por Rui Barbosa, quando disse, há quase um século:

De tanto ver triunfar as nulidades,
De tanto ver prosperar a desonra;
De tanto ver crescer a injustiça.
De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus,
o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Sr. Presidente, continuo acreditando que este País tem jeito. Mas tenho toda convicção de que o jeito quem dá somos nós, com as nossas atitudes e com as nossas escolhas.

É hora de corrigir o rumo. Mas, lamentavelmente, o Governo não tem contribuído para isso.

Façamos a nossa parte, cumprimos a nossa missão dignamente, enfrentando realmente os equívocos cometidos por este Governo e defendendo, sobretudo, a honra do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me um aparte, Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu quero parabenizá-lo, parabenizá-lo pelo pronunciamento de V. Ex^a, que, de forma didática, mostra aos brasileiros, através da TV Senado, da Rádio Senado e em especial para os seus conterrâneos lá de Sergipe, mostrando que o que ocorre em Sergipe ocorre com seu amigo lá do Pará também. Ao caminhar pelo Estado, vejo a situação que os paraenses, como os sergipanos se encontram, de descrença, descrença total com o Governo que aí está. Perdeu aquilo que é irreversível, que é a credibilidade, a confiança. Então, ela está ocupando uma cadeira, mas tem que ficar fazendo negociações. Continuam. Continuam. Ainda há pouco o Senador Jorge Viana – é que não pude voltar e pedir um aparte a ele – veio criticar o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter privatizado o sistema de telefonia no Brasil e, com isso, o Brasil não ter satélite. O PT está há 13 anos no Governo. Por que não pôs satélite? Mas, se não tivesse privatizado, se não tivesse privatizado a Vale, nós teríamos outros escândalos produzidos pelo PT. Não seria só o mensalão, o petrolão, o eletrolão. Teria também o valão, o embratelão. Ou seja, vários outros escândalos que foram impedidos pela privatização. E as reformas que ele tanto falou foram suspensas pelo Governo do PT. Então, o responsável, como V. Ex^a colocou, pela situação lamentável que o Brasil se encontra é este Governo que está aí. É o Governo que está aí. E quer que os brasileiros paguem a conta pelos erros que eles cometeram. Então, V. Ex^a tem toda razão. Quero parabenizar o povo de Sergipe, que o colocou aqui, como Senador, para defender esse Estado tão querido por todos nós e que, tenho certeza, ele há de reconhecer sua importância e sua capacidade para, daqui a algum tempo, termos outro cargo importante para V. Ex^a exercer lá no Estado de Sergipe. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro e muito obrigado a vocês que estão aqui nos acompanhando.

Eu sou um daqueles que está aqui por missão, não por profissão. Minha profissão é a Medicina. Sou bacharel em Direito também e, por ora, faço a faculdade também de Jornalismo. Mas minha profissão é a Medicina.

Como médico especialista em dor, passei a perceber, muito antes de me tornar político e estar como político, que a pior de todas as dores não é aquela que atinge só um como a dor do câncer, a dor do trauma, mas aquela que atinge milhares, em uma única atitude: a atitude a que assistimos hoje pelo País. Atitude nas omissões: um Governo omissivo, um Governo que não tem a construção do bem, um Governo criativo para o mal. Agora começamos a ver e a compreender figuras e vocábulos diferentes: Orçamento negativo, pedalada fiscal, ou seja, um novo vocabulário está sendo construído nesse meio, fruto da criatividade para o mal desse Governo que aí está.

Digo que, como milhões de brasileiros, não tenho vergonha de dizer: eu também acreditei! Mas, como milhões de brasileiros, eu também fui enganado. Mas é hora de corrigir o rumo. Deus, em sua generosidade infinita, nos dá o milagre da vida – e como é milagre mesmo! São mais de 100 mil batidas cardíacas todos os dias, Ana Amélia. Não fazemos essa conta, mas o coração de cada um de nós bate mais de 100 mil vezes por dia. E, quando juntamos esses dois grandes ingredientes, vida e liberdade, vamos para o destino que quer.

Como disse aquele poeta, Willian Ernest Henley, no final do século XIX, poeta inglês e jornalista também:...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... “Eu sou senhor do meu destino. Eu sou dono do meu destino.” É verdade, porque Deus nos dá a vida e nos dá liberdade. Então, eu posso escolher para onde vou.

Então, é a hora de o povo brasileiro escolher um destino melhor e refletir sobre tudo isso.

Refletir com esse sofrimento, com o que nós estamos vivendo neste País. Jeito há, mas quem dá o jeito somos nós, com as nossas escolhas. Errar não queremos mais, não podemos mais, porque quem pagará pelos nossos erros, nossos equívocos, sobretudo nas nossas escolhas, são não só as nossas gerações, mas, com certeza, muitas outras gerações. É hora de plantarmos uma semente melhor. É hora de escolhermos um destino melhor para o nosso País, porque nenhum canto do mundo, Senador Flexa, é tão rico em recursos minerais, em recursos naturais como o nosso. O que falta, com certeza, é escolhermos os gerentes certos...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... aqueles responsáveis pela condução deste País. Como vivemos uma democracia, com certeza quem faz a escolha desses gerentes somos nós. Não temos o direito de errar.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A Sra Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Eduardo Amorim, eu queria lhe agradecer porque, mesmo com a dureza de mostrar o aprofundamento da crise, que é de vários matizes – é uma crise financeira, é uma crise política, é uma crise ética, é uma crise moral –, V. Exª consegue, ao final do seu pronunciamento, dar uma luz de esperança, tratando, em termos poéticos, do significado da vida. Concordo com V. Exª. Está nas nossas mãos o poder da escolha. Não podemos transferir essa responsabilidade das escolhas a não ser para nós mesmos, mas também precisamos fiscalizar e cobrar dos nossos líderes, dos nossos governantes, dos líderes dos outros Poderes também o compartilhamento das responsabilidades. Então, queria cumprimentá-lo pela manifestação. Foi um alento ouvi-lo agora à tarde, nesse olhar, com essa visão humanista de um médico, que cuida da dor. Talvez a dor maior seja a dor da desesperança, a dor de não vislumbrar uma saída para os problemas. Mas nós sabemos que podemos. E tenho dito, Senador Eduardo Amorim: o Brasil é maior que a crise, e nós temos capacidade de superá-la. Parabéns, Senador Eduardo Amorim!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Já vou encerrar, Presidente. Só mais alguns segundos.

Senadora Ana Amélia, sou um admirador da sua postura e das suas atitudes. V. Exª sabe disso.

Se eu pudesse dizer uma coisa à Presidente, eu diria: Presidente, a crise é de diálogo também.

Converse mais. Não se trata de bandeiras partidárias. Queremos um Brasil melhor, Presidente. Estamos aqui para ajudar, para lutar por um Brasil melhor.

Não escute alguns apenas, não, Presidente. Escute mais, ouça mais. Escute pessoas sinceras, que com certeza querem ver este País no trilho certo, no trilho da dignidade, no trilho, realmente, que o povo brasileiro merece e não está tendo. Ao contrário, está pagando a conta.

O paciente está numa situação extremamente grave, diria que está na UTI, mas o tratamento é muito simples. O tratamento é de diálogo, o tratamento é de conversa. E parece que custa muito, Senador Flexa Ribeiro, para essas pessoas conversarem e ouvirem, sobretudo aqueles que sonham, lutam, que cumprem a sua missão aqui e desejam ver um país melhor.

Presidente, converse mais, dialogue mais. Não com alguns, mas com mais gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, eu também agradeço ao Senador Eduardo Amorim, e V. Exª fez um amplo diagnóstico da realidade brasileira neste momento, a quem eu quero também cumprimentar e parabenizar.

V. Exª abordou diversos temas. Dentre eles, a um eu quero, também, trazer uma certa relevância. Considerando que V. Exª é médico, que V. Exª tem conhecimento diferenciado dos problemas que nós enfrentamos hoje na área da saúde, eu acho que, de todos os problemas, evidentemente...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... que a crise é um grande problema; agora, a saúde pública no nosso País, realmente, está indo para o colapso.

Nós não podemos poupar recursos, nem investimentos, nem nada, para que possamos criar uma logística própria, urgente para atender os nossos semelhantes em tempo real.

Os hospitais não atendem mais as nossas necessidades. Vemos os corredores cheios, as pessoas tratadas com falta de respeito e até de forma indigna, e eu queria me associar a V. Exª, porque a saúde é o melhor bem que o cidadão pode ter e as pessoas querem viver mais e viver melhor. Para isso, nós não podemos nos dividir aqui.

Nós temos que nos somar para enfrentar a crise, resolvê-la, o mais rápido possível, e buscarmos novamente, Senador Flexa Ribeiro, o caminho do crescimento, do desenvolvimento, da prosperidade de um país que considerávamos, há pouco tempo, como o país do futuro.

Então, Senador Eduardo Amorim, nosso médico do Senado, mais um médico, meus parabéns pelo seu pronunciamento. V. Exª eleva a discussão no Senado, e tenho muito prazer de fazer parte de seu Colegiado.

O próximo orador inscrito é o eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

Enquanto S. Exª se dirige à tribuna, registro, com muito prazer, com muito orgulho para o Senado Federal, a visita e a presença dos alunos do curso de Gestão Pública da Faculdade Projeção de Taguatinga, no Distrito Federal.

Muito obrigado pela presença de todos vocês. Sejam todos bem-vindos e fiquem à vontade!

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário Berger, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje, mudei meu pronunciamento, Senador Dário, eu ia fazer um pronunciamento que estava para fazer desde ontem sobre um seminário que realizamos, sexta-feira, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, presidida pela Senadora Ana Amélia, lá em Belém, tratando da cacauicultura, da situação da Ceplac, mas farei este pronunciamento amanhã, até porque a conjuntura me leva a falar hoje sobre a situação do Brasil, lamentável, e, em especial, Senador Lasier, sobre as propostas que foram encaminhadas ao Senado pela Presidenta Dilma.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa, V. Exª me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, com muito prazer.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes que V. Exª comece a falar nisso, queria registrar uma visita muito especial que estamos recebendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Suas conterrâneas, não é?

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A rainha e as princesas da Fenachamp, uma das grandes festas do Rio Grande do Sul. Estão aqui sendo recepcionadas pela nossa conterrânea Ana Amélia, a Caroline Brugaili, a Diana Borghetti, Iris Shmidt, rainha e princesas, o Presidente da Fenachamp, Clóvis Furlaneto, e o Prefeito de Garibaldi, Antônio Cettolim. O evento vai ocorrer de 1º a 25 de outubro. O Senador Flexa está convidado, o Senador Moka, o Senador Acir, o Senador Raupp, a Senadora Simone Tebet...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu também quero me convidar, Senador. Também quero me convidar.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Dário Berger. Saibam que é uma das festas mais saborosas. O espumante gaúcho vive uma fase de ouro, e é uma festa com grandes atrações folclóricas. Então, estão todos convidados. E recepcionamos aqui a rainha, as princesas e essa luzidia caravana. Muito obrigado pelo aparte. Vamos continuar acompanhando o registro de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Lasier, quero também saudar a presença das princesas, da rainha, do Presidente da Federação, do Prefeito, que veio até aqui conosco no plenário do Senado Federal,...

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Presidente da Fenachamp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... do Presidente da Fenachamp. E, na saudação que faço, quero dizer a vocês, que representam neste instante o querido povo do Rio Grande do Sul, que estão muito bem representadas no Senado Federal.

Não poderiam estar melhor com a representação que têm da Senadora Ana Amélia, do Senador Lasier, do Senador Paim. Os três representam os interesses do Estado do Rio Grande do Sul permanentemente, diuturnamente, e isso faz, com certeza absoluta, com que todos nós, brasileiros, compartilhemos e sejamos solidários com o povo do Rio Grande do Sul pela fase aguda que está atravessando, mas que será vencida com a ajuda permanente dos Senadores aqui, que fazem seu trabalho para ajudar o Estado do Rio Grande do Sul a vencer a crise e a voltar ao caminho do desenvolvimento.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sejam felizes lá no encontro. Se eu puder ir...

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Será muito bem recebido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... estarei, com certeza, até em agradecimento pela presença, pela visita que a Senadora Ana Amélia fez a Belém, ao meu Estado do Pará, na última sexta-feira.

Como disse, iria falar hoje, Senadora Ana Amélia, sobre o nosso encontro lá, mas, em função do envio pelo Executivo das mensagens aqui para o Congresso, vou ter que inverter a ordem e falarei amanhã sobre o nosso encontro lá em Belém.

Desde já quero agradecer a V. Ex^a.

Quero começar o meu pronunciamento, Senador Dário Berger...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vou ampliar o tempo de V. Ex^a, com muita justiça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Ex^a.

Vou começar o meu pronunciamento lendo, porque nada melhor que a história. Se formos buscar a história de milênios atrás, vamos ver textos que estão adequados exatamente à situação por que estamos passando hoje. Mas não vou tão longe, vou há 32 anos.

Vou ler, para constar dos *Anais* do Senado, Senador Moka – e pediria a atenção de V. Ex^a para essa leitura –, um texto do discurso da ex-Primeira-Ministra Margaret Thatcher, na Conferência do Partido Conservador, que era o partido da primeira-ministra em 1983, há 32 anos.

Em seu discurso, que se adapta como luva à situação para onde esse Governo que aí está levou o Brasil. Diz a Primeira-Ministra:

Um dos grandes debates do nosso tempo é sobre quanto do seu dinheiro deve ser gasto pelo Estado e com quanto você deve ficar para gastar com sua família. Não nos esqueçamos nunca dessa verdade fundamental. O Estado não tem outra fonte de recursos além do dinheiro que as pessoas ganham por si próprias. Se o Estado deseja gastar mais, ele só pode fazê-lo tomando emprestado sua poupança ou te cobrando mais tributos. E não adianta pensar que alguém irá pagar. Esse alguém é você.

Diz mais a Primeira-Ministra: “Não existe essa coisa de dinheiro público.” Isso aqui é importantíssimo, porque o Governo Federal chega e diz: “É o Governo Federal que está fazendo tal obra.”

Vou fazer um aparte aqui no meu discurso.

O Governador Simão Jatene, do meu Estado, diz, nas inaugurações, que aquela obra ali que está sendo inaugurada só possível porque a população do Estado contribuiu com os impostos para que ele, como Governador, voltasse com benefícios para a população, mas o dinheiro não é do Estado, é do povo, como diz a Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Vamos voltar ao texto.

A prosperidade, [é importante, Senador Moka, Senador Raupp, V. Ex^a, que é da Base do Governo, observar o que ela diz aqui] não virá por inventarmos mais e mais programas generosos de gastos públicos. [Parece que ela estava falando para o Brasil, para o Brasil do Governo do PT.] Você não enriquece por pedir outro talão de cheque ao banco e nenhuma nação jamais se tornou próspera por tributar seus cidadãos além de sua capacidade de pagar [eu vou repetir essa frase: nenhuma nação jamais se tornou próspera por tributar seus cidadãos além de sua capacidade de pagar. É isso que o Governo que aí está mandou aqui para o Senado Federal, a que eu vou me referir mais diante]. Nós temos o dever [diz a ex-Primeira-Ministra] de garantir que cada centavo que arrecadamos com a tributação seja gasto bem e sabiamente, pois é o nosso partido que é dedicado à boa economia doméstica. Na verdade atrevo-me a apostar que, se o Sr. Gladstone estivesse vivo, filiar-se-ia ao Partido Conservador

[que era o partido da Primeira-Ministra]. Proteger a carteira do cidadão, proteger os serviços públicos. Essas são as nossas duas maiores tarefas e ambas devem ser conciliadas. Como seria prazeroso, como seria popular dizer “gaste mais nisso, gaste mais naquilo”. É claro que todos nós temos causas favoritas. Eu pelo menos tenho, mas alguém tem que fazer as contas. Toda empresa tem de fazê-lo, toda dona de casa tem de fazê-lo, todo governo deve fazê-lo, e este irá fazê-lo.

Assim, termina o pronunciamento da ex-Primeira-Ministra, Margaret Thatcher, que nunca foi tão próprio para que este Governo possa tomar uma lição de governar como a ex-Primeira-Ministra da Inglaterra, que teve um papel importante e foi um símbolo, chamada de dama de ferro àquela época, pelas reformas que levou para a Inglaterra, transformando-a na capacidade econômica que é hoje.

Então eu não vou nem pedir a inserção nos *Anais* porque eu já fiz a leitura do texto por completo. Mas hoje pela manhã, lendo a *Folha de S. Paulo*, fui alertado para um programa de contenção de gastos que o Governo encaminhou para o Congresso Nacional – está aqui o programa como um todo.

Se nós formos abrir o pacote de maldades, como disse o Senador Eduardo Amorim, nós vamos ver que ele começa com a CPMF, começa logo com a CPMF, exatamente ao contrário do que diz a Margaret Thatcher, ou seja, ele como não quer diminuir o tamanho do Estado, que é o que teríamos de fazer, quer arrecadar mais. E nenhuma nação será próspera se quiser cobrar impostos além da capacidade do seu povo de pagá-los. A população brasileira já passou do limite. Então não há como criar novos impostos. O que tem de ser feito é este Governo que está aí diminuir os gastos.

Aí nós vamos ver – olha as maldades que estão aqui no Senado, Senador Alvaro Dias e que nós vamos discutir e vamos, se Deus quiser, refutá-las – primeiro a CPMF, contra os brasileiros; depois um corte no Sistema S, contra os trabalhadores; depois o corte no Reintegra, que é o benefício a exportadores – vão reduzir o nível. Ou seja, na hora em que a balança comercial aponta para ser deficitária, ele reduz o Reintegra, que é um programa do próprio Governo – este Governo que vai e volta, vai e volta.

Aí vem e aumenta o Imposto de Renda de Pessoa Física quando há ganho de capital.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para o ganho acima de R\$1 milhão, ele passa de 15% para 30% a cobrança do Imposto de Renda, contra a população, contra os brasileiros; juros sobre capital próprio, aumenta o imposto das empresas; PIS e Cofins, vai reduzir o benefício, vai aumentar a contribuição das empresas do setor químico, novamente aumentando a carga tributária. Esse é o aumento de receita.

Vamos ao corte de gastos, Senador Dário: salário dos servidores federais. Quem paga a conta? Os servidores federais, os trabalhadores, Senador Paim, que V. Ex^a tanto defende aqui; Minha Casa Minha Vida, o grande programa da mãe do PAC, tida como a grande gestora, que mostrou o caos que é como gestora da coisa pública. Vai tirar o recurso do Tesouro Nacional que subsidiava o Minha Casa Minha Vida, vai usar somente recursos do FGTS, ou seja, vai colocar em risco, Senador Alvaro Dias, os recursos dos trabalhadores.

Eu fiz um requerimento pedindo informação ao Ministro da Fazenda quanto à inadimplência do Programa Minha Casa Minha Vida e do Minha Casa Melhor, aquele programa eleitoral. A Caixa Econômica deu – diz que financiou, mas deu – R\$5 mil para comprar eletrodomésticos, o que era...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...na efetividade, compra de votos feita pela então candidata Dilma, estelionato eleitoral.

Assim ela quer pegar, para corte de gastos, as emendas dos Parlamentares e quer que elas sejam direcionadas para as obras do PAC. Então, se o seu Estado não tiver obra do PAC, não tem como fazer, tem de direcionar para o Governo e não para as necessidades da sua base.

Saúde, terá que direcionar, porque já estavam nas emendas também. Acho correto direcionar as emendas, só que elas teriam que ser um acréscimo sobre – V. Ex^a falou ainda agora – a saúde, que é um caos.

Então, nós contribuímos com 50% das nossas emendas para a saúde nacional, perfeito, desde que isso fosse um acréscimo ao que o Executivo colocasse no Orçamento. Não é! Se as emendas derem R\$4 bilhões, ela vai reduzir R\$4 bilhões do Orçamento e repor com as emendas. Quer dizer, é continuar mentindo para o povo.

O que o Partido dos Trabalhadores faz, e faz bem, é enganar a população brasileira. Isto ele consegue fazer: é enganar, como enganou os eleitores em 2014; é continuar enganando, como enganou ontem à noite, como engana aqui, hoje, quando vem fazer pronunciamento para defender o indefensável – vem fazer por um dever de ofício, que, lamentavelmente, tem de ser feito.

Mas adiante: concursos públicos. Vou pular a Administração Pública; depois eu volto a ela.

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a V. Exª que me conceda mais um tempo, porque eu quero concluir aqui o pronunciamento.

Concursos públicos: suspende todos! Prejudica quem? Os brasileiros. Abono de permanência: prejudica quem? Os brasileiros. Agricultura: vai cortar os programas de garantia dos preços agrícolas, é o preço mínimo. O que é isso? É para proteger o pequeno produtor, a agricultura familiar, que não consegue ficar com a sua produção, porque precisa pagar o financiamento. Se a Conab não comprar a produção, ele vai ter que entregar por qualquer preço, para poder quitar suas dívidas. Então, ela vai reduzir isso, vai contra a agricultura familiar. E os servidores públicos: disciplina o teto salarial. Acho que nesse caso está até correto.

Agora vamos voltar. Tudo isso dá 26 bilhões. Quando chega na parte da Administração Pública, nos cortes dos Ministérios, que ela não diz quais são os Ministérios, coloca aqui como R\$2 bilhões de economia. Eram R\$200 milhões – já multiplicou por dez e tem que mostrar que milagre é esse. Cristo fez a multiplicação dos pães, aqui ela está fazendo a multiplicação do corte de gasto. Eram R\$200 milhões, anunciados pelo Governo, e agora viraram R\$2 bilhões, sem que se saiba quais são os Ministérios, quantos cargos de livre provimento, Senador Jorge Viana, serão cortados deste Governo.

Quero pedir a V. Exª que faça constar dos *Anais do Senado Federal* esta página do jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, para que possamos, na história, mais tarde, fazer a conferência. Ainda da *Folha de S.Paulo*, também peço a V. Exª, Senador Dário, que faça constar nos *Anais* um artigo do economista Antonio Delfim Netto, respeitado por todos os brasileiros, inclusive era um dos gurus deste Governo do PT.

Vou ler somente dois trechos do que ele diz no artigo e vou pedir a transcrição na íntegra. Diz o economista Antonio Delfim Netto:

Olhado com algum cuidado, o ‘novo’ plano de ajustamento fiscal que promete gerar um superávit primário de 0,7% do PIB (0,55% da União e 0,15% dos entes federados), parece ser mais uma não-solução. Foi a insensatez de apresentar ao Congresso Nacional um orçamento com um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões que levou a Standard & Poor’s, surpresa, perplexa e arrependida por ter dado um voto de confiança ao Ministro Joaquim Levy, a acelerar o seu passo: tomou-nos o grau de investimento, o que deteriorou dramaticamente, a imagem externa do País.

É claro que as agências de risco, como aliás, todos os críticos da política econômica só são oráculos confiáveis quando apoiam o Governo. [Está se referindo aqui ao ex-Presidente: “nunca dantes na história deste País”, ele costumava sempre dizer. E aqui digo: “nunca dantes na história deste País se roubou tanto dinheiro da população brasileira quanto ao longo desses treze anos. Mas diz o ex-ministro Delfim Netto: Caso contrário [ou seja, quando não apoia o Governo], não têm importância! Mas isso é irrelevante.

Mais adiante, para concluir a leitura ele diz:

O mínimo que se pode dizer do “novo” projeto de “ajuste”, enviado com o Orçamento para 2016, é que eles negam a disposição de um olhar de longo prazo para enfrentar os gravíssimos problemas em que estamos metidos.

Então, peço a V. Exª que faça constar, na íntegra, o artigo do economista Antonio Delfin Netto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger .Bloco Maioria/PMDB - SC) – Será atendido o pedido de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E, para concluir, eu quero dizer, como disse o Senador Eduardo Amorim: Presidente Dilma, saia da toca, saia da clausura. V. Exª hoje tem apenas – tinha, vai sair uma nova pesquisa – 8% de aceitação da população brasileira, ou seja, 92% da população brasileira não a quer na Presidência da República. E não é pelo que está ocorrendo, é por tudo de mentira que foi dito. A população se sente enganada, foi enganada. Ela não se enganou, ela foi enganada. É diferente. Então, venha para o diálogo.

(Soa a campanha)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos fazer o ajuste fiscal não em cima da população brasileira. Vamos fazer o ajuste fiscal diminuindo o tamanho do Estado. O Estado não pode ser do tamanho de um paquiderme, como está.

Esse corte de R\$30 bilhões na máquina pública é fácil de ser alcançado. Há os cartões corporativos, a diminuição de ministérios, pois 29 ministérios é muita coisa ainda. O próprio PMDB, lamentavelmente, se do-

brou à sedução da Presidente Dilma e fez uma negociação de ministérios e o Brasil tem que pagar a conta. Ela negocia ministério.

Enquanto o Brasil dorme, a Presidente age; enquanto o Brasil dorme, o PT age. Então, cada dia que amanece, a situação do Brasil é pior porque esse Governo continua aí, negociando. Parece que não está acontecendo nada porque as práticas são as mesmas.

Lamentavelmente, nós tivemos o episódio de ontem. O partido, que eu não digo nem que dá sustentação, Senador Valdir Raupp, não é o partido de sustentação, é o partido que governa o Brasil, hoje, porque o PT é a rainha da Inglaterra: ele governa, mas não manda em nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- Para acalmar agências de risco, governo envia proposta de CPMF.
- Artigo do economista Antonio Delfim Netto na *Folha de S.Paulo*.

Para acalmar agências de risco, governo envia proposta de CPMF

Criação do tributo, medida de maior impacto do ajuste, foi uma das quatro publicadas ontem

Planalto ainda quer negociar mudança no Sistema S e no direcionamento das emendas parlamentares

GUSTAVO URIBE
JULIA BORBA
DE BRASÍLIA

Em um esforço para acalmar as agências de classificação de risco e evitar um novo rebaixamento do grau de investimento do país, a presidente Dilma enviou ao Congresso as primeiras medidas do pacote fiscal para tornar as contas públicas superavitárias no ano que vem (veja quadro ao lado).

Em reunião com representantes da agência Fitch, o ministro Joaquim Levy (Fazenda) ouviu o alerta de que a demora na edição das medidas do pacote fiscal levantava dúvidas sobre a convicção do governo nas propostas e a viabilidade de sua aprovação (leia texto ao lado).

A tarde, em edição extra do "Diário Oficial da União", o Palácio do Planalto publicou 4 das 16 iniciativas anunciadas pela equipe econômica na semana passada.

A principal delas é uma PEC (proposta de emenda à constituição) que recia pelo período de quatro anos a CPMF. Com alíquota de 0,20%, o chamado "imposto do cheque" será destinado ao custeio da Previdência e tem expectativa de arrecadar R\$ 32 bilhões por ano.

No início deste mês, a Standard & Poor's (S&P) tirou o grau de investimento, o selo de bom pagador, do Brasil. Nesta terça-feira (22), o economista Mauro Lemos, responsável pela classificação de risco da Moody's na América Latina, afirmou que, sem a criação da CPMF, o "cenário fica muito ruim".

A recriação do tributo tem sofrido resistência tanto no Congresso Nacional como no setor empresarial. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), já disse que há "chance zero" de a CPMF ser aprovada neste ano e a Fiesp iniciou campanha nacional contra o imposto.

Levy voltou a afirmar que não se deve ter a ilusão de que há "fórmulas mágicas e heterodoxas para se chegar a um crescimento mais acelerado" do país.

MEDIDAS

Além da recriação da CPMF, o governo enviou ao Congresso proposta de emenda constitucional que acaba com o chamado abono de permanência de servidores e projeto de lei que disciplina o teto de remuneração do setor público. A expectativa é de que as duas medidas reduzam em cerca de R\$ 2 bilhões sobre os gastos públicos.

A equipe econômica também publicou medida provisória que altera o Imposto de Renda sobre ganhos de capital. Atualmente, a tributação é de 15%. Agora, ela será gradativa, entre 15% e 30%.

Para evitar um maior desgaste neste momento, o governo federal preferiu não enviar por enquanto as mudanças no Sistema S e o redirecionamento de emendas parlamentares. A intenção do governo federal é discutir melhor as iniciativas com os setores afetados.

Nesta terça, o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, reuniu-se com o presidente da CNI, Robson Braga, para tentar chegar a um acordo sobre a redução de recursos para o Sistema S.

O governo poderia reduzir de 30% para 20% o corte na verba do sistema. O problema é que só isso não era suficiente para o setor, que pressiona por mais concessões.

PACOTE PELA METADE

Governo apresenta ao Congresso parte das medidas para equilibrar o Orçamento

AUMENTO DE RECEITAS

O que o governo propôs

Impacto, em R\$ bi

Foi enviado ao Congresso

CPMF - Cobrança de 0,2% sobre cada transação bancária, com redução no IOF

32

✓ *PEC*

Sistema S - 30% da arrecadação das entidades passará para a Previdência

6

Reintegra - Benefício a exportadores será reduzido aos níveis de 2014

2

Não depende do Congresso

IR-Sistema S - valor que pode ser deduzido do IR por doações às entidades diminuirá

2

IRPF - Aumento da cobrança sobre ganhos de capital acima de R\$ 1 mi na venda de propriedades

1,8

✓ *MP*

Juros sobre Capital Próprio (JPC) - Gera aumento do Imposto de Renda de empresas

1,1

PIS/Cofins - Benefício para a indústria química será reduzido em 50%

0,8

Total
R\$ 45,7 bi

CORTES DE GASTOS

Salário de servidores federais - Adiantamento do reajuste de janeiro para agosto

7

Minha Casa, Minha Vida - Maior uso de recursos do FGTS para o programa

4,8

PAC - Direcionamento de parte das emendas parlamentares a obras

3,8

Saúde - Direcionamento de parte das emendas parlamentares para o setor

3,8

Administração pública - Corte de ministérios e gastos com servidores e revisão de contratos

2

Concursos públicos - Suspensão em 2016

1,5

Abono de permanência - Fim de bônus para servidores que têm idade para aposentadoria

1,2

✓ *PEC*

Agricultura - Corte nos programas de garantia de preços agrícolas

1,1

Servidores públicos - Disciplina na aplicação do teto salarial em todos os níveis administrativos

0,8

✓

Total
R\$ 26 bi

antonio delfim netto

Dificuldades

23/09/2015 02h00

Olhado com algum cuidado, o "novo" plano de ajustamento fiscal que promete gerar um superavit primário de 0,7% do PIB (0,55% da União e 0,15% dos entes federados), parece ser mais uma não-solução. Foi a insensatez de apresentar ao Congresso Nacional um orçamento com um deficit primário de R\$ 30,5 bilhões que levou a Standard & Poor's, surpresa, perplexa e arrependida por ter dado um voto de confiança ao ministro Joaquim Levy, a acelerar o seu passo: tomou-nos o grau de investimento, o que deteriorou dramaticamente, a imagem externa do país.

É claro que as agências de risco, como aliás, todos os críticos da política econômica só são oráculos confiáveis quando apoiam o governo. Caso contrário, não têm importância! Mas isso é irrelevante.

Graças ao "lobbyism", elas cavaram há algum tempo uma decisão administrativa nos EUA que proíbe suas aplicações em empresas que não tenham grau de investimento em pelo menos duas delas.

A presidente Dilma tem dado demonstrações que começa a introjetar a crise fiscal a que nos levou a política voluntarista e tumultuada de 2012-2014. Infelizmente, entretanto, os seus recentes movimentos não indicam um objetivo estratégico bem definido, conscientemente apoiado por ágeis movimentos táticos.

O mínimo que se pode dizer do "novo" projeto de "ajuste", enviado com o Orçamento para 2016, é que eles negam a disposição de um olhar de longo prazo para enfrentar os gravíssimos problemas em que estamos metidos.

No tumulto de sua apresentação, deu-se a impressão que o exigido sacrifício do Executivo seria atendido com um "corte" de R\$ 24,7 bilhões, somado a um aumento de receita de R\$ 40,2 bilhões, para cobrir o deficit de R\$ 30,5 bilhões somado ao superavit primário de R\$ 34,4 bilhões (64,9): para cada real "cortado na carne" o Executivo pedia à sociedade R\$ 1,6 de imposto. Mas a realidade é bem outra.

O "corte", se acontecer (tem contra o "sindicato" dos funcionários públicos: o PT) será de apenas R\$ 12,5 bilhões (19% do total do ajuste).

O aumento de impostos será de R\$ 35,7 bilhões (55% do ajuste). A diferença, R\$ 16,7 bilhões (26% do ajuste), é mera transferência de recursos de fontes cuja produtividade, na origem, seria, certamente, maior do que na nova aplicação. No final, pede-se, para cada "imaginado" corte de um real, uma receita "real" de R\$ 4! Ele é, paradoxalmente, inflacionário e recessivo.

Pela estupefação da sociedade e do Congresso, a probabilidade de seu sucesso parece muito pequena.

Talvez tenhamos perdido mais uma oportunidade para começar a corrigir a tragédia fiscal que nos devora.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Meus cumprimentos mais uma vez ao Senador Flexa Ribeiro, que contou com a minha tolerância aqui, para que pudesse concluir, com a aquiescência dos colegas, companheiros Senadores, desta Casa.

O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias, que falará pelo Bloco de Oposição e usará a palavra como Liderança da oposição e do PSDB nesta Casa.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Senador Flexa Ribeiro, há pouco, enumerou as providências que o Governo anuncia a pretexto de recuperar economicamente o País, cuja crise se aprofunda de forma dramática para os brasileiros.

Nessas medidas propostas pelo Governo, nós não encontramos aquela que seria essencial: a reforma administrativa, com a eliminação dos paralelismos existentes, que se tornaram necessários para atender o apetite fisiológico de uma imensa Base de Apoio no Congresso Nacional, que foi sendo arquitetada com métodos escusos e que teve como consequência trágica o mensalão e, na sequência do mensalão, o petrolão. Enfim, trata-se de um modelo de gestão, um sistema de governança promíscuo, que se transformou em usina dos grandes escândalos de corrupção na História do País e dos desgovernos. Sistema, inclusive, que passou a se tornar suprapartidário, já que foi clonado em alguns Estados e em muitos Municípios brasileiros.

O que se esperava não aconteceu até agora. E, quando se fala em reforma administrativa, o que se vê é a mudança nos ministérios, prevalecendo o sistema.

A Presidente, num momento de fragilidade, num momento de ausência de apoio, com o surgimento de dissidências no Congresso Nacional, colocando em dificuldades o Governo, tenta rearrumar, rearranjar a sua Base de Apoio, oferecendo, como moeda de troca, ministérios, cargos. Quando se imagina que nós teremos a extinção de ministérios, a eliminação de cargos públicos, o que se vê é a manutenção desse processo de loteamento do Governo para obtenção de apoio no Congresso Nacional.

É uma vergonha! Não há nenhum apreço à eficiência, não há nenhum respeito à população. É evidente que um governo não consegue eficiência administrativa quando é loteado, quando a Presidente oferece a este ou aquele partido político a oportunidade de indicar Ministros, como vem ocorrendo agora. Quando se imaginava que, diante da crise, do desgaste imenso, da impopularidade crescente, a Presidente adotaria outro tipo de postura para governar o País, há uma enorme frustração, porque o que prevalece é o loteamento

escancarado, desrespeitoso e que, sem dúvida, tem, como consequência, a consagração da incompetência administrativa, de forma histórica, no País.

Enfim, o que esperar de um Governo como esse, que, em meio à tempestade da crise, leiloa cargos, loteia o Governo, em troca de votos, com a prevalência desse balcão de negócios repugnante, consagrando a tese de que é impossível governar sem promiscuidade? Ou seja, é aquela rima: promiscuidade com governabilidade. Isso é uma ofensa ao Parlamento. Obviamente, não é uma ofensa a qualquer tipo de Parlamentar, mas é uma ofensa, uma afronta ao Parlamento como instituição. É evidente, Sr. Presidente, que o Governo tem que buscar apoio no Congresso Nacional, mas de forma republicana.

Nós não condenamos o entendimento, a busca do apoio através da conversação, com decência. O que se condena é a barganha, no campo da promiscuidade, o famoso toma lá, dá cá. E nós verificamos que isso ocorreu ontem. Talvez tenha sido o motivo do atraso na sessão de ontem, porque essa organização, que começa pelo não cumprimento de horário, não se justifica. É um desrespeito aos pontuais. Uma sessão convocada para as 19h começa depois das 21h, invadindo a madrugada. E já se sabe que a madrugada não é boa conselheira.

Ao que assistimos ontem? Foi à desistência como demonstração de insatisfação, à ausência no plenário para o protesto, ou foi ao sono, ao cansaço? De qualquer forma, empurrar para a madrugada decisões de tamanha importância não me parece ser uma atitude inteligente, a menos que seja de má-fé, porque não se busca, com esse tipo de procedimento, eficiência; ao contrário, compromete-se a eficiência legislativa com esse tipo de procedimento.

Portanto, Sr. Presidente, nós viemos à tribuna hoje para dizer que não encontramos a justificativa para as propostas encaminhadas pelo Governo. Fomos ao *site*, a proposta da CPMF está sem justificativa. As outras propostas, também aqui referidas pelo Senador Flexa Ribeiro, não estão acompanhadas da justificativa oficial do Governo. Será porque o Governo não tem justificativa para elas? Ou é a improvisação? Enfim, o Governo está perdido e coloca o País numa situação de apreensão permanente. E, obviamente, quando o Governo propõe o aumento de impostos – neste caso, através da CPMF –, retira as esperanças de muitos brasileiros de verem a economia recuperando o seu crescimento em curto prazo. É óbvio que aumentar impostos é comprimir mais. Se já há uma compressão, se já há uma recessão, se já há inflação, se já há desemprego, aumentar impostos não é solução; aumentar impostos, ao contrário, é o comprometimento das possibilidades de recuperação econômica em curto prazo. Não é aumentando impostos que se promove crescimento da economia.

Portanto, Sr. Presidente, o combate à CPMF no Congresso Nacional é uma necessidade não apenas da oposição; é uma obrigação daqueles que não querem essa trombada com a realidade que nós estamos vivendo no País.

É evidente que nós teremos que ainda deliberar sobre alguns vetos que, em razão dos procedimentos adotados ontem, não foram votados. Entre eles, aquele que diz respeito a servidores da Justiça Federal, o veto mais polêmico e que provocou a pressão maior sobre o Congresso Nacional. O Governo poderia estar comemorando ontem uma vitória. É evidente que um método que condenamos, o da barganha, o do balcão de negócios, mas poderia estar comemorando uma vitória, se tivesse adotado procedimentos ágeis para a deliberação, se não empurrasse para a madrugada. Evidentemente, teremos mais alguns dias de apreensão, até que o Congresso Nacional possa se reunir para deliberar.

Muito obrigado, Presidente, pela condescendência do tempo.

Finalizando, quero dizer do nosso inconformismo, da nossa revolta, mesmo diante desse comportamento antirrepublicano do Governo, o comportamento de um Governo que elegeu o balcão de negócios como o caminho para resolver os problemas do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu agradeço e cumprimento, mais uma vez, o Senador Alvaro Dias, legítimo representante do nosso querido Estado-irmão, Paraná.

Eu havia oferecido a palavra a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

V. Ex^a me perdoe, porque o Senador Paulo Bauer, inscrito que estava, chegou ao plenário e solicitou. Então considero que o Senador Paulo Bauer está legitimamente inscrito para usar a tribuna como orador neste momento.

Passo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário Berger, cumprimentando V. Ex^a, que neste momento preside esta sessão, eu também estendo meus cumprimentos a todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras presentes nesta tarde, nesta sessão.

Eu quero aqui me manifestar a respeito da sessão do Congresso Nacional ocorrida na noite de ontem, que, certamente, por muito tempo será lembrada por todos nós, Senadores que dela participamos, bem como pelos Deputados Federais que estavam lá em número muito significativo, de mais de 420 Deputados, que foi

acompanhada, através dos canais da TV Senado e da TV Câmara, por muitos brasileiros, por milhares de brasileiros de todas as regiões e de todos os Estados.

Na sessão do Congresso Nacional de ontem, foram votados os vetos que a Presidente da República após a vários projetos de lei que foram aprovados tanto pela Câmara dos Deputados como pelo Senado da República.

A Presidente da República, quando coloca um veto a uma determinada lei, a um artigo desta lei, segundo prescreve a nossa Constituição, coloca esse veto porque o artigo votado pela Câmara e pelo Senado não corresponde a determinados projetos, a determinadas intenções que o Governo está adotando como política pública ou porque há uma divergência em relação à aplicabilidade daquela lei ou daquele dispositivo tanto pelo Governo Federal como por outras unidades governamentais. Pode também a Presidente da República vetar simplesmente porque considera aquele artigo ou aquela lei inconstitucional, apesar de ela ter sido considerada como tal tanto pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado quanto pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

É uma faculdade, é uma condição constitucional que se oferece à Presidência da República dentro do regime democrático e dentro do sistema político que nós temos no Brasil.

Nós não questionamos a autoridade da Presidente da República em apor vetos a projetos de lei aprovados pela Câmara e pelo Senado. Ela tem esse direito, Senador Alvaro Dias, e eu até diria, tem esse dever!

Havendo uma divergência, uma dúvida, uma inconsistência, uma impossibilidade, a Presidente deve apor o veto. E o projeto do volta para o Congresso Nacional, que, reunido em uma única sessão em que estão presentes Senadores e Deputados, aprecia esses vetos.

Nós levamos várias semanas até que se reunisse o Congresso Nacional, não porque o Presidente Renan Calheiros, que é o Presidente do Congresso, não tivesse convocado a sessão. Demoramos várias semanas para chegar ao quórum necessário, porque a base do Governo, Deputados e Senadores que compõem os partidos que apoiam o Governo não compareciam à sessão. E, por isso mesmo, a sessão não podia deliberar.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senador Paulo Bauer...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu faço questão...

Senador Alvaro, pois não.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Alguns certamente estavam criando dificuldades para arrumar as facilidades que conseguiram ontem, até que a sessão se realizasse. Esta é a estratégia: criam-se dificuldades para arrumar facilidades.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É a famosa negociação, que nem sempre pode ser completamente divulgada. Trocam-se Ministério e cargos no Governo, liberação de emendas e de coisa parecida pelo quórum e pela presença de Deputados que são da base do Governo na sessão que vai discutir vetos e que vai servir para convalidar a decisão da Presidente ou não.

Eu faço questão, Senador Dário, de aqui nesta tribuna fazer este esclarecimento, porque milhares de brasileiros não compreendem claramente o que é e como funciona a mecânica do veto e da reunião do Congresso.

Se ontem tivemos, então, a sessão do Congresso com o quórum – e o quórum só foi alcançado porque partidos da base do Governo conseguiram do Governo, da Presidente da República concessões e atenções que não lhes vinham sendo dispensadas –, no momento em que começamos a discutir as matérias, no momento em que começamos a deliberar, precisamos e foi necessário seguir um rito, o rito da votação, que permite que haja solicitações e requerimentos de destaque pelos quais matérias podem e devem ser votadas com a identificação do voto de cada Senador e de cada Deputado.

E a votação de outros vetos pode ser feita de uma maneira mais geral, através de uma cédula única em que todos os projetos são indicados e os Deputados indicam se votam a favor ou contra.

Muitos projetos puderam ser votados desta forma, através de um voto coletivo, feito numa folha de votação, e esse assunto andou.

No PSDB, meu Partido aqui no Senado, muitos votos foram dados a favor do veto e muitos foram dados contra o veto. Na Câmara dos Deputados, a nossa Bancada de Deputados preferiu adotar a postura de negar apoio a todos os vetos, ou seja, votaram “não” a todos os vetos da Presidente. É processo político, legítimo, democrático, transparente, com voto aberto.

Agora, vários projetos foram objeto de requerimento para votação em separado. Dentre eles, um que interessa muito ao nosso Estado, Senador Dário Berger, é o que trata das terras de marinha. Com certeza, isso vai merecer – e precisa merecer – atenção, já que nós queremos que essa questão das terras de marinha se torne uma coisa do passado, porque isso incomoda, ofende, machuca todas as pessoas que vivem na beira da praia, na beira de rios e na beira de baías, que sofrem influência de maré, e que pagam taxas altíssimas todos os anos para permanecer nessas áreas.

Quando se foi votar essa matéria, a Câmara dos Deputados constatou falta de quórum, ou seja, Deputados da Base do Governo não compareceram à sessão para que a matéria pudesse ser votada, e a sessão caiu, precisou ser encerrada.

Ora, muitos funcionários do Judiciário que se encontravam nas galerias da Câmara dos Deputados, onde se realizava a sessão, se manifestaram absolutamente contrariados, decepcionados, porque o veto seguinte seria o deles. E o veto seguinte não pôde ser apreciado exatamente por quê? Porque faltou quórum para apreciar a questão das terras de marinha, que era do interesse do Espírito Santo, do Maranhão, de Santa Catarina e de outros Estados principalmente.

E por que não houve quórum? Não houve quórum, Senadores, porque o partido que fez acordo com o Governo compareceu, mas os partidos que não levaram nada não compareceram. E aí faltaram votos.

Este Governo é uma tragédia. Este Governo é desarticulado, é um Governo que não tem inteligência, é um Governo que não tem competência, é um Governo que se mostra cada dia mais e cada vez mais absolutamente imprevisível, Senador Magno Malta.

E concedo a V. Ex^a o aparte se o Presidente me conceder mais dois minutos.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Fala.

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR – ES) – Obrigado, Presidente. Este alagoano, só porque tem mais idade do que eu, está me dando grito aqui do lado: vai, fala, fala.

O Sr. Benedito de Lira (Bloco Apoio Governo/PP – AL) – Fica calado.

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas vou respeitá-lo, porque antiguidade é posto, não é, Senador Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – É verdade.

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Ex^a relata para a sociedade brasileira o drama de ontem, o *Sai de Baixo* sem ensaio. *Sai de Baixo* era um programa de humor da Rede Globo que acontecia ao vivo, depois do *Fantástico*, e até acabou, de anarquia, uma série de coisas. Foi uma anarquia contra a sociedade brasileira o que ocorreu ontem, mas é coisa muito interessante. Na hora de votar os terrenos de marinha, e me impressiona muito a Presidente vetar, porque vai precisar daqui a pouco desses terrenos, vai ter que desocupar, tirar as casas, tirar as barracas, tirar tudo, a Marinha vai ter que colocar os canhões, porque nós vamos entrar em guerra. Então ela está certa. O Ministro Jaques Wagner deve tê-la orientado vetar, porque a Marinha vai colocar os seus canhões nas praias de Alagoas, de Santa Catarina...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – E as caravelas também.

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR – ES) – ...vai derrubar a casa das pessoas que moram lá, que pagam taxa há muitos anos injustamente. E o Ministério Público Federal, provocado, comete atrocidade. Por exemplo, esses dias, o Ministério Público Federal mandou derrubar as barracas Axé Moi, Tôa Tôa, aquelas grandes barracas de Porto Seguro que atraem o mundo inteiro para lá, de onde vive o turismo, uma indústria forte que há na Bahia. Mandou derrubar, e uma luta muito grande. Isso acontece, por exemplo, nas praias do seu Estado, nas areias, com quem trabalha, que chama a atenção do turista e faz comidas típicas. Aquelas barracas estão ali na marra, muitas por força de liminar. Tem que se desocupar o lugarzinho da barraca, porque a Marinha precisa botar um canhão. Tem que desocupar. Então, o Ministro é muito inteligente. Inteligente! E a orientou: então a senhora veta, eles vão continuar pagando, porque nós vamos ter que demolir tudo, porque vai ter uma guerra do mundo contra o Brasil e a nossa costa toda vai ter que ser desocupada. Lá no Espírito Santo está até no Parque Moscoso. Dentro do centro de Vitória...

(Soa a campanha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR – ES) – ...as pessoas pagam taxa de marinha. São donos, mas não são donos. Uma hora qualquer vão ter que sair para uma tropa da Marinha entrar. Eu me recuso a dizer que isso é palhaçada, para não ofender os palhaços nem o circo. Isso é uma anarquia. Então, neste momento, quando o Senador Ricardo Ferraço fez o seu relatório, falando desse absurdo que mutila não só o povo do meu Estado, do seu e do Senador Benedito, de Alagoas, as pessoas que trabalham e atendem os turistas do mundo inteiro em Alagoas, que tem um turismo relativamente forte nas praias, o trabalhador de praia, que é desrespeitado, enxotado, por causa dessa história de terreno de marinha, constatou-se a falta de quórum. Foi aí que veio a lucidez de dizer: estamos todos em obstrução. Na hora em que essa base gelatinosa do Governo... Sabe por que a sociedade não acredita nestas duas Casas? Porque estão cheias de Senadores e Deputados que são mosca de padaria: só querem estar onde está o doce. Então, a Dilma, ontem, ofereceu doce e voou todo mundo para lá. Agora vejam a decepção. Eu aqui falo para os serventuários do Judiciário que ficaram decepcionados ontem: a melhor coisa que ocorreu foi não ter havido a apreciação do veto de vocês, ter acabado a sessão, porque nós vamos ganhar tempo. Olhe que inteligência! Dilma não cumpre acordo. Eles são moscas

de padaria. Dilma não vai cumprir, não vai entregar o doce. Eles vão ficar com raiva e, na hora em que o veto for colocado, eles o derrubam para se vingar. Agora eu soube que o Ministro Chioro, da Saúde, dançou porque o acordo foi feito com o PMDB. Ministro... Como é o nome dele? Chioro, mas tem um nome antes, não tem? Arthur Chioro, meu amigo...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não é mais ouro.

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR - ES) – ...o seu nome é Arthur bijuteria. Que ouro é o PMDB. Ouro é o PMDB. Tu és bijuteria! Tu já dançaste, Arthur bijuteria. Foi demitido, porque o ouro, que é o PMDB, vai assumir. Agora, venha cá, meu amigo. O compromisso é com cargos? O compromisso é com divisão de cargos? Quer dizer, uma força política dessa, que na mesma hora em que fala que está do lado da nação, que está do lado do povo, que é uma reação do Presidente da Casa, da Câmara, uma reação do Presidente do Senado, no segundo momento não é mais nada disso? Como o povo vai acreditar, eu pergunto a V. Ex^a, numa classe política como esta? Como? Além de estar criminalizada pela mídia, porque a classe política no Brasil é criminalizada, ainda se comporta de tal forma, em um momento tão grave da vida da Nação. Eles aceitaram, então, manter os vetos, para ganhar o Ministeriozão forte da Saúde, para salvar o Brasil. “Mamãe me acorde, vamos salvar o Brasil!” Eles vão tirar a corda do pescoço do Governo, tira-lo da força.

(Soa a campanha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR - ES) – Eles só não estão informados de que, quanto a esses arrogantes, se você folgar um milímetro da corda do pescoço deles, eles aumentam o salto, porque eles nunca desceram de lá, e dizem: “Vejam, a grande crise que o País atravessou, nós, o nosso partido...”, porque foram eles que descobriram o Brasil. Quem rezou a primeira missa no Brasil foi Lula, ele rezou a primeira missa no Brasil, tudo foi feito por ele. “Nós salvamos o Brasil!” Se depender de mim, cidadão, não se aprova nada: CPMF, legalização de jogo no Brasil, a contravenção contra uma sociedade majoritariamente cristã. Então, que os servidores do Judiciário saibam que a melhor coisa que aconteceu foi que os Deputados e os Senadores juntaram-se e derrubaram aquela manobra sórdida, porque a Presidente pensou que ontem ela poderia dormir sem lexotan, porque estava tudo dominado. Mas vai ter que tomar mais lexotan, porque nós vamos derrubar o veto.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, acolhendo a manifestação do Senador Magno Malta, sempre muito inspiradora e muito inspirada, eu quero apenas registrar aqui o meu agradecimento aos Senadores, aos 32 Senadores, que ontem, entendendo a minha proposta, votaram pela derrubada do veto da Presidente ao Projeto de Lei nº 572. Foi uma vitória do Senado: 32 votos para a derrubada do veto e 31 para a sua manutenção, segundo a apuração feita. Ou seja, se fosse por uma regra matemática o veto estaria derrubado, mas, como o Regimento estabelece que precisamos da maioria qualificada, isto é, 50% mais um, não tivemos o número de votos suficientes para derrubar o veto.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – E qual era o veto? O veto era um projeto de minha autoria que tramitou por todas as Comissões desta Casa, foi aprovado em todas por unanimidade; que tramitou por todas as Comissões da Câmara dos Deputados, foi aprovado lá por unanimidade; voltou ao Senado, em que foi relatado, em caráter terminativo, pelo Senador Randolfe Rodrigues, e também foi aprovado por unanimidade, cinco Comissões ao todo. E a Presidente vetou.

E o que é que o meu projeto dizia? Todo pai, ou mãe, ou responsável que matricular seu filho numa escola deve indicar, no ato da matrícula, o nome da pessoa que pode ter contato com a criança durante o ano letivo; que pode entrar no recinto escolar, para conversar com o aluno; que pode buscar o aluno na escola antes de terminar a aula; enfim que pode ter qualquer relação com o aluno, de responsabilidade, de cuidado. E a Presidente vetou, porque o Ministério da Educação disse, primeiro, que este era um assunto dos Municípios e dos Estados. Então a criança que é de Florianópolis não é brasileira; a criança que é do Maranhão não é brasileira; nós temos que fazer uma lei em cada Estado.

Segundo, o Ministério da Educação disse que esse era um problema para as APPs resolverem. E eu digo que esse é um assunto que deve estar estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, como direito da criança, porque é dever dos adultos zelar pelas crianças neste País. E, enquanto as crianças do Brasil inteiro dormiam, o Senador José Pimentel, representando o Governo,...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... teve a brilhante ideia de dizer, na sessão do Congresso, que deveria ser derrubado o meu projeto e mantido o veto, porque essa providência causava despesas para o Governo dos Municípios e para o Governo dos Estados.

O Sr. Magno Malta (Bloco União e Força/PR - ES) – Foi um momento de fraqueza dele. Perdoe-o, foi um momento de fraqueza dele!

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Desde quando, mencionar o nome de alguém no ato da matrícula – José, Pedro ou Maria – custa dinheiro? Parece que a Presidente Dilma, o Ministro da Educação e muitos que apoiam o Governo não têm lembrança e não têm memória, porque foi lá na escola do Realengo, no Rio de Janeiro, em 2011, que um maníaco, um débil, ingressou na escola e, de arma em punho, matou 12 crianças. Aí, quando mataram doze...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Aí, quando mataram 12, a Dona Dilma foi para a televisão dizer que se solidarizava com os coitados que morreram e com suas famílias.

Aqui neste plenário, no Senado, não foi um nem dois, foram muitos os Senadores que se manifestaram solidários; lá na Câmara, e o Ministro da Educação também, manifestaram-se, dizendo que providências iriam ser adotadas. Nenhuma providência, nenhuma palavra, nada! Nenhuma portaria, nenhum decreto, nenhuma reunião!

Incompetentes, vão para casa! Vocês não servem para governar este País. Vocês não têm moral e não têm autoridade.

Quem não sabe cuidar de criança não serve para ser pai, não serve para ser mãe, muito menos para ser mãe da República e do País. Vá para casa, Dilma! Chega!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Nós não estamos aqui falando de ideologia política. Nós não estamos fazendo o combate político de oposição e situação. O projeto que foi discutido em todas as Comissões e aprovado apenas falava de uma coisa: proteger crianças, evitar assassinatos.

Lá, no Congresso, mais de 500 Parlamentares do Brasil inteiro ouviram o meu discurso, ouviram outros e, lamentavelmente, deram razão para a Dilma: manteve-se o veto. Mas ano que vem a gente apresenta outro projeto parecido ou igual. Quem sabe o Governo acorda e descobre que, com coisas simples, Senador Dário – V. Exª que foi Prefeito de Florianópolis e que sabe que, às vezes, as providências simples têm grandes resultados...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... e efeitos –, a gente pode resolver grandes problemas.

E essa seria uma providência simples, barata; uma providência única, que seria transformada não numa regra educacional ou de Administração Pública, mas apenas num direito das crianças, mas a decisão do Governo prevaleceu. E nós continuamos aqui e continuaremos aqui defendendo os que sofrem, os que morrem, os que não têm força, os que precisam efetivamente do nosso apoio. E, entre todos eles, sem dúvida nenhuma, as crianças são as que mais merecem a nossa atenção.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira, pela ordem, eu concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda bem que V. Exª chegou para abrir a Ordem do Dia.

Eu queria lamentar um acidente trágico que aconteceu hoje no nosso Estado. Um helicóptero, pertencente à Secretaria de Ação Social e Defesa Social de Alagoas, infelizmente, no momento em que possivelmente ele decolava de onde estava estacionado, para fazer aquelas supervisões de praxe, circulando os bairros mais populosos do meu Estado, em uma vigilância permanente com relação à segurança pública, explodiu no ar. A explosão gerou a morte de quatro policiais que estavam dentro do aparelho. Tenho certeza absoluta de que, pelo trabalho eficaz que faz o atual Secretário de Segurança Pública de Alagoas, irá adotar todas as providências para saber os motivos e a causa do acidente.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a fizesse constar em Ata um voto de pesar, lastimando a ocorrência e dando as nossas condolências às famílias daqueles que foram tragicamente mortos nesse acidente. Tenho certeza absoluta de que, em breve, saberemos os motivos e as razões do acidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu quero, em nome da Mesa Diretora, apresentar a nossa solidariedade ao Senador Benedito de Lira e ao povo alagoano, e determinar a transcrição em Ata do voto de pesar proposto por V. Ex^a. É realmente um acidente lamentável, triste, numa hora em que a própria Polícia Militar de Alagoas se agiganta, no sentido de dar respostas de que a sociedade precisa. De modo que, em nome do Senado e a exemplo do que propõe o Senador Benedito de Lira, gostaríamos de prestar a nossa mais sincera solidariedade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Humberto Costa, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para registrar aqui a visita da Assembleísta pela Província de Manabí, no Equador, Verónica Rodríguez, juntamente com a Embaixadora do Equador e o Cônsul, que vem aqui tratar conosco – já estive com a Senadora Vanessa Grazziotin – sobre uma importante questão que trata da atuação da Chevron no Equador e envolve um posicionamento do Ministério Público Federal brasileiro. Então, apenas para fazer esse registro.

Agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Senado Federal dá boas-vindas à Congressista!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A nossa Ordem do Dia continuará trancada, porque uma das medidas provisórias completaria o prazo de 48 horas em tramitação aqui no Senado Federal. Mas outra que chegou logo depois, mais antiga, inclusive, com precedência, portanto, ela não completou ainda as 48 horas. Como há um acordo de procedimento no Senado de que nós não devemos votar medidas provisórias antes dessas 48 horas, a pauta continuará trancada.

Nós vamos votar alguns outros itens que não dependerão diretamente do trancamento da pauta. Nós temos alguns requerimentos sobre a mesa. (*Pausa.*)

Quero registrar, com muita satisfação, as presenças honrosas dos estudantes do curso de Direito da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Sejam bem-vindos e bem-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – **Item 5 da pauta:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, DE 2015

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.*

Parecer nº 685, de 2015, da CCJ, Relator: Senador José Serra, favorável à Proposta e às Emendas nºs 1, 7, 8, 11 e 11, apresentadas perante a Comissão, nos termos da Emenda nº 15-CCJ (Substitutivo), que oferece. As demais emendas não serão objeto de deliberação, por não terem sido acatadas, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno.

Senador Cássio Cunha Lima, eu acabei de informar que, das duas medidas que estão trancando a pauta, uma delas não completou o prazo ainda de 48 horas. Portanto, nós vamos continuar com a pauta trancada e estamos priorizando as matérias que não dependerão do trancamento da pauta.

Esta é a quinta e última sessão de discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação em primeiro turno.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º da Constituição Federal combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende para sua aprovação do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Lindberg Farias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Fernando Bezerra Coelho, com a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – É apenas uma ponderação. Estamos observando um quórum relativamente baixo para uma matéria que exige um quórum qualificado para a sua aprovação.

A minha sugestão é que ficássemos com o encerramento da discussão e deixássemos para apreciar numa próxima sessão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima e Senador Humberto Costa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu vou me somar à preocupação pertinente do Senador Fernando Bezerra, quanto ao quórum visivelmente baixo para a votação de uma proposta de emenda à Constituição.

O mérito é louvável, não há o que se discutir quanto a isso. Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa e o Senador Serra pela relatoria, mas me somo e me acosto à preocupação do Senador Fernando Bezerra quanto ao quórum para que não tenhamos o risco de ter matéria relevante, que exige quórum qualificado, prejudicada por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Eu queria me manifestar não somente quanto à oportunidade, mas também quanto a essa urgência. Nosso entendimento – e acho que V. Ex^a foi muito claro – é que, da mesma forma como aconteceu na Comissão que tratava do Pacto Federativo, nós íamos classificar as propostas a partir de uma conversa entre os Líderes.

Há assuntos que são praticamente consensuais, que nós podemos votar o mais rapidamente possível; há assuntos que exigem certa discussão, uma discussão um pouco mais aprofundada; e outros que exigem uma discussão mais aprofundada ainda.

Inclusive, eu creio que boa parte dos Senadores não tem sequer conhecimento desse tema. Acho que não foi uma coisa boa nós fazermos um pedido de urgência. Eu acho que o ideal seria que o Relator, da mesma forma como procedeu o Senador Fernando Bezerra naquela Comissão do Pacto Interfederativo, trouxesse inclusive uma ordem de prioridades do que pudesse ser votado e nós pudéssemos fazer algo que, da mesma forma que lá, redundasse em avanços importantes.

Então, eu faria um pedido a V. Ex^a para que não colocasse em votação, não começasse inclusive a discussão. E que nós pudéssemos, na semana que vem, já todos tendo conhecimento, dentro da reunião de Líderes, definir o cronograma do que deveria ser colocado para ser votado dentro do trabalho dessa Comissão, que é tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Faremos exatamente isso que sugere o Senador Humberto Costa, o Senador Cássio Cunha Lima, o Senador Fernando Bezerra.

A pauta continua trancada. Nós vamos encerrar a Ordem do Dia e voltaremos à lista de oradores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente, antes de V. Ex^a encerrar a Ordem do Dia, eu gostaria de fazer um apelo à sua indulgência. Leia, por favor, a sessão de discussão da PEC do Crivella, aquela do soldado, aquela do Governador Pezão, daquela ligação que ele fez para V. Ex^a.

Nós precisamos contar o prazo. São cinco sessões.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, DE 2007

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 104, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta um §3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.*

Parecer sob nº 793, de 2009, da CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão da proposta e da emenda, em primeiro turno.

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão por hoje.

Encerramos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Humberto Costa. Antes, porém, pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente Renan Calheiros.

Eu encaminhei a V. Exª, à Mesa do Senado, apresentando cinco projetos ou iniciativas de minha autoria que integram a pauta positiva para o Brasil, da Agenda Brasil da Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, proposta por V. Exª e comandada pelo Senador Otto Alencar e o Senador Blairo Maggi. Estou, por sugestão do Relator e Presidente, encaminhando-os a V. Exª, para encaminhamento à Comissão da Agenda Brasil, assim chamada. Então, eu queria o apoio de V. Exª no encaminhamento dessa pauta, pois são matérias que eu entendo sejam de interesse para essa agenda positiva.

E também queria saudar o Senador Lindbergh Farias, que acaba de chegar, que foi designado Relator da PEC que os Senadores Paulo Paim, Lasier Martins e eu fizemos, em relação à dívida dos Estados e Municípios, um trabalho muito extenso, amplo, com o apoio da Consultoria do Senado, e V. Exª será o Relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigada, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Lindbergh Farias, ainda com a aquiescência do Senador Humberto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Humberto, é só um minuto.

Inclusive, Presidente Renan Calheiros, eu estou inscrito para falar hoje e falar no dia de amanhã sobre os episódios de violência no Rio de Janeiro, o arrastão que existiu no final de semana nas praias.

Sabemos que a polícia pode, em cima do delito, prender quem cometeu o crime, mas o que me chamou a atenção, Sr. Presidente, foi o fato de um grupo de jovens de classe média, na Zona Sul, parar, Senador Paim, um ônibus que ia para a Zona Norte. O que me chama a atenção, Sr. Presidente, é um grupo de jovens de Zona Sul, com tacos de *baseball*, pararem um ônibus, Senador Magno. Era um ônibus que ia para a Zona Norte e que tinha jovens; havia jovens negros dentro daquele ônibus. Nenhum tinha sido acusado de delito, porque quem comete um crime tem que ser preso pela polícia na hora.

Mas, no caso, parecia o seguinte: é como se todo jovem pobre e negro, morador da periferia, fosse culpado. Uma cena de selvageria! E bateram num jovem desses que não tinha envolvimento algum com o crime na praia. Eu digo: a polícia tem que agir na hora, tem que prender. Isso é uma coisa; o que não podemos aceitar é a criminalização da pobreza, é a criminalização do jovem negro.

Porque agora estão, Senador Paulo Paim – esse tema tem a ver com a sua história –, parando ônibus, como se, num ônibus que vem da periferia, todos fossem culpados; como se todo jovem negro tivesse culpa.

Então, quero trazer aqui, Sr. Presidente... Vou fazer discursos aprofundados sobre o tema, mas é uma sensação de barbárie. Quero trazer aqui, como Senador do Rio de Janeiro, o meu repúdio a atos como esse. Nós não podemos misturar as coisas. Para quem comete crime tem que haver punição, mas não pode haver criminalização da pobreza, em especial da juventude negra do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, quero, antes de iniciar a minha fala, concordar com o Senador Lindbergh Farias. Mas também quero registrar aqui o meu repúdio a uma agressão da qual foi vítima, no dia de hoje, o dirigente nacional do MST, João Pedro Stédile, quando foi ao Estado do Ceará para participar de um evento que trata da reforma política.

Ele foi agredido, de forma premeditada, por um grupo de pessoas que compõem um desses movimentos que coordenam essa mobilização que há pelo impedimento da Presidenta Dilma. Foram recepcioná-lo no aeroporto de forma agressiva, cercando-o, agredindo-o, numa demonstração do clima de intolerância política que há hoje no nosso País, patrocinado por muitos desses que, em nome de uma pseudodemocracia, fazem agressões a pessoas em restaurantes, nas ruas, e que, na verdade, precisam ter um basta.

O Brasil é um País tradicionalmente marcado pela tolerância política, pela tolerância social, pela tolerância religiosa, racial. E hoje vemos o nosso País transformado num espaço de expressão de ódio por uma minoria que não aceita a convivência democrática.

Assinei uma manifesto nacional de repúdio a essa atitude e não gostaria de fazer a minha fala hoje aqui sem registrar esse fato lamentável, que reproduz outros que vêm acontecendo em nosso País, nos últimos tempos.

Eu queria registrar aqui hoje, Sr. Presidente, que nós trabalhamos no Congresso Nacional até às 2h30 da madrugada de hoje para dar uma significativa contribuição do Legislativo à retomada do crescimento sustentado no Brasil.

Por mais de seis horas, nós, Deputados e Senadores, nos reunimos para discutir uma pauta de 32 vetos apostos pela Presidência da República a leis aprovadas pelas duas Casas.

O veto é uma prerrogativa constitucional do Chefe do Executivo, previsto no art. 84 da nossa Lei Maior, que não pode ser tratado como um desrespeito ao Legislativo, mas, antes de tudo, como uma chamada aos Parlamentares para nova reflexão sobre as razões que levaram aquela norma a não ser acatada, seja total, seja parcialmente.

E creio que essa nova reflexão foi muito frutífera porque, depois de um exaustivo debate que só findou nas primeiras horas desta quarta-feira, todos os 26 vetos analisados pelo Congresso foram mantidos com expressiva margem.

Quero registrar aqui que não houve vitoriosos ou derrotados entre Governo e oposição nessa sessão que realizamos da noite de ontem à madrugada de hoje. Só houve, de fato, um ganhador: o Brasil.

Essa pauta, que carrega o DNA desta Casa, continha um explosivo potencial de impacto de mais de 128 bilhões sobre as contas públicas nacionais. Isso enterraria, de vez, qualquer capacidade de reação brasileira em busca do seu reequilíbrio fiscal e da retomada do crescimento.

Felizmente, dos 32 vetos existentes na pauta, nós conseguimos desarmar, somente ontem, esses 26, mantendo-os tal qual foram apostos.

Muitos Deputados e Senadores de oposição atenderam a voz da consciência e o chamado à responsabilidade e foram altivos, ao mostrarem que são adversários políticos do Governo e não do País. Não foram poucos os que, militando na oposição, se somaram aos esforços para que mantenhamos o Brasil nos trilhos e reconquistemos a confiança dos investidores estrangeiros e das agências de classificação de risco internacionais.

Não vi qualquer problema no fato de, já perto das 3h da manhã, não termos mais alcançado o quórum mínimo na Câmara dos Deputados, razão por que a sessão teve de ser encerrada. Quem quer derrubar veto é quem tem que mobilizar Parlamentares; quem os quer manter, não. De forma que credito o encerramento da sessão desta madrugada ao cansaço de todos, especialmente dos Parlamentares da Base. E tenho certeza de que isso nos dará mais tempo para que possamos trabalhar no convencimento de outros companheiros sobre os vetos restantes.

Muitos Congressistas já foram prefeitos, já foram governadores e sentiram na pele o que é comandar uma cidade ou um Estado com as contas no vermelho e sem perspectivas de futuro. Não queremos isso para o País. E, nessa última sessão, mesmo quem não chefiou o Poder Executivo imbuíu-se da responsabilidade fiscal, com a qual se deve agir em relação às receitas e às despesas públicas. Essa foi a razão pela qual recebemos muitos apoios do campo da oposição. Foram Parlamentares que agiram movidos por um profundo dever republicano, de maneira que estou confiante de que os próximos seis vetos serão mantidos, como foram os outros 26 que analisamos entre a madrugada de ontem e a madrugada de hoje.

Volto a dizer que não queremos, aqui, entrar no mérito dessas propostas, se são justas ou não. Para algumas – como a do reajuste dos servidores do Judiciário Federal ou a da aplicação da política de valorização do salário mínimo aos benefícios de aposentados e pensionistas –, há até justiça no pleito. O que não há, infelizmente, é a oportunidade, são as condições para que as aprovemos neste momento.

Creio que maioria expressiva do Congresso Nacional tem a plena consciência disso. E vamos aprofundar nossos entendimentos para que, já na próxima sessão, nós possamos assegurar a manutenção desses vetos finais, dar novos sinais positivos ao mercado sobre a saúde financeira da nossa economia, sinais extensivos à sociedade, e, finalmente, trabalhar juntos por alternativas viáveis às propostas que foram vetadas. Dessa forma, ganham todos os interessados, e, especialmente, ganha o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, a todas e a todos...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu só queria, Senador Humberto Costa, associar-me a V. Ex^a quando V. Ex^a prestou solidariedade a João Pedro Stédile. Eu acho que é preciso aqui responsabilidade, inclusive porque esse episódio do Ceará não é um episódio qualquer. Quem esteve à frente, organizando e divulgando nas redes, tem nome, chama-se Paulo Angelim e é filiado ao PSDB. Então, eu chamo aqui responsabilidade desses partidos por esse clima de intolerância que cresce no País. É preciso responsabilidade nossa, mas também dos partidos de oposição. E eu quero aqui parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e também manifestar solidariedade ao companheiro João Pedro Stédile.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Humberto, na mesma linha, a nossa solidariedade, a solidariedade do PMDB do Paraná. Nós temos que ser tolerantes com os conflitos e as crises sociais, mas a tolerância só não pode suportar a intolerância. Isso tem que ter um fim. A mais absoluta e completa solidariedade ao amigo e companheiro Pedro Stédile.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Exª e incorpo...

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Humberto.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Humberto, eu gostaria de...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) –... os dois pronunciamentos ao meu pronunciamento.

Eu escuto a Senadora Fátima Bezerra.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Humberto, também na mesma linha aqui do Senador Requião e do Senador Lindbergh, quero trazer aqui a nossa manifestação de solidariedade. São condenáveis os atos de intolerância praticados ontem, na cidade de Fortaleza, com relação a João Pedro Stédile, que merece, sem dúvida nenhuma, todo o nosso respeito pela sua história, pela sua biografia, pelo brasileiro que é, pelo quanto ele lutou e continua lutando em prol da cidadania do campo e da cidadania da cidade, em prol da cidadania do povo brasileiro, em defesa da democracia. Ficam aqui o meu abraço e o de todos que fazem o Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Norte.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) –Agradeço a V. Exª.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Humberto Costa.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Humberto, eu quero me somar às manifestações de solidariedade ao grande líder ruralista a favor dos trabalhadores do campo Stédile, que não merece, de maneira nenhuma, ser desfeiteado publicamente. Acho que essas atitudes não condizem com a plenitude do nosso regime democrático. Acho que a tolerância está acima de tudo, e a unidade do nosso País se fortalece cada vez mais quando nós respeitamos as divergências. Se um cidadão tem um pensamento diferente do meu, eu o respeito na medida em que a defesa dos seus pontos de vista seja feita de forma aberta, transparente e sem uso de qualquer subterfúgio. Portanto, V. Exª tem toda a razão quando ocupa a tribuna para, no atendimento ao pensamento democrático vivenciado por V. Exª, pedir respeito a essa liderança do nosso campo brasileiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Exª.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Humberto Costa, de forma muito rápida, cumprimento V. Exª por trazer este tema à tribuna. Eu recebi aqui no celular uma gravação que mostra a agressão ao João Pedro Stédile e a sua esposa, que, inclusive, estava – eu diria – apavorada, assustada com aquilo que estava acontecendo naquele momento. Ficam aqui o meu total apoio e a solidariedade, na certeza de que João Pedro Stédile é um intelectual, um pensador que expressa o seu ponto de vista, claro, sempre do lado dos sem-teto, dos sem-terra, dos mais pobres, daqueles que mais precisam. Quem pensa diferente que pense; agora, agressão, não. Intolerância, não podemos admitir de jeito nenhum. Cumprimentos a V. Exª por trazer esse assunto à tribuna do Senado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Exª.

Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Humberto Costa, eu quero primeiro registrar que o seu pronunciamento é muito oportuno, num momento em que, no Brasil e no mundo, assistimos a uma escalada de ódio e de perseguição aos mais pobres, quando se vê o Primeiro Mundo, como é conhecido o continente europeu, impedindo o livre trânsito de pessoas que são vítimas de guerras patrocinadas por aqueles que vendem armas, que são os países mais ricos e, ao mesmo tempo, que não aceitam receber essa população que ontem era colônia desses mesmos países europeus que hoje os rejeitam; quando se assiste a uma senhora jornalista agredir um senhor já idoso com uma criança nos braços simplesmente por ele não ser do continente europeu. Essas coisas também estão presentes aqui no Brasil, em que assistimos a um conjunto de atos. Ontem mesmo, durante a sessão do Congresso Nacional, nós assistíamos a alguns “convidados” – entre aspas – agredindo diretamente aqueles que pensam diferentemente ou que têm a coragem de registrar que determinados procedimentos da chamada pauta-bomba não cabem no Orçamento da União e não cabem nas obrigações do Estado nacional. Esse evento com João Pedro Stédile é parte desse processo. Ele representa a agricultura familiar, ele representa aqueles que lutam para ter um pedaço de terra para dali tirar o alimento da sua família e nos alimentar na cidade, porque, na cidade, nós podemos não ter um carro para passear, podemos não ter uma bicicleta para andar, mas, se na panela não houver o arroz, o feijão, a farinha de mandioca,

não sobrevivemos. E é isso o que o João Pedro Stédile representa. Por isso, eu quero aqui me solidarizar com o João Pedro Stédile e dizer que a cultura do Ceará não é essa. É uma meia dúzia de pessoas conhecidas, que, ontem, eram a base da ditadura militar – eu conheço grande parte deles – ou filhotes e herdeiros daqueles da ditadura militar, que assim age, mas o povo cearense é um povo ordeiro, trabalhador, acolhedor como são a Região Nordeste e o povo brasileiro. Volto a registrar: nós precisamos, nosso Líder Humberto Costa, trazer isso para a agenda política para que, no dia de amanhã, não haja atos de intolerância, que fazem parte da história brasileira. Os períodos democráticos do Estado democrático de direito do Brasil, como você acompanha de perto, são poucos e curtíssimos: nesses 515 anos, de 1946 a 1964 e de 1988 para cá. Portanto, a cultura do Estado brasileiro é a cultura autoritária, ditatorial. Nós outros procuramos construir uma nova Nação que possa conviver com as diferenças. E o seu pronunciamento, o seu mandato e a sua vida são voltados para isso. Portanto, parabéns pelo pronunciamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço a V. Exª e incorporo o seu aparte ao meu discurso.

Agradeço a todos e, especialmente, à tolerância do nosso Presidente.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gladson Cameli, 3º Secretário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de pedir à Mesa que coloque em votação, o mais rápido possível, o Requerimento nº 1.075/2015, da minha autoria, que apresenta congratulações ao Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto, e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Conselheiro Carlos Pinna, pelas comemorações do centenário do ex-Governador Lourival Baptista. O povo sergipano rende essas homenagens ao ex-Governador Lourival Baptista pela passagem do seu centenário.

Além de excelente médico, humanista, o Dr. Lourival Baptista marcou a sua honrosa trajetória em solo sergipano como um político desenvolvimentista que deixa um legado para as atuais e futuras gerações. Ele governou Sergipe com ênfase no trabalho e no progresso sendo a ele atribuído o título de “O Realizador”.

Sr. Presidente, o Senador Lourival Baptista nasceu na Bahia. Já formado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, Lourival chegou ao nosso Estado e, constituindo família, adotou Sergipe como seu lar. Exerceu sua profissão em São Cristóvão. Porém, sua grande vocação política falou mais alto. No ano de 1947, foi eleito Deputado Estadual e, em seguida, Prefeito de São Cristóvão, que foi a primeira capital de Sergipe. Conhecido por ser um político moderado e inteligente, no ano de 1959, já logrou, com votação consagradora, a Câmara dos Deputados e, em 1966, assumiu o Governo de Sergipe. Conspícuo administrador do erário público, ético, decente, manteve-se com inflexível coerência, fiel ao seu propósito de promover o desenvolvimento do Estado.

Ele implantou o primeiro distrito industrial de Sergipe e iniciou a reforma agrária, com desapropriações rigorosamente pagas pelo Poder Público ou utilizando terras do Estado.

Foi um exímio gestor, que marcou o seu nome na história de Sergipe, com obras marcantes, como a construção do grande estádio Batistão e também do Edifício Estado de Sergipe, além de ter construído várias e várias rodovias que ainda hoje existem e pontificam na oferta de saídas para a nossa produção.

Candidatou-se ao Senado, foi Senador por três vezes e defendeu, nesta Casa, os altos interesses do nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V. Exª que, ainda nesta sessão, se possível, coloque em votação o Requerimento nº 1.075. Como a Ordem do Dia já terminou, peço a V. Exª que faça o agendamento da votação desse requerimento para amanhã à tarde.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Senador Valadares, esta Presidência irá acatar o pedido de V. Exª.

Para dar continuidade aos oradores inscritos, eu convido a Senadora Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

Não se encontrando, Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro, com a palavra. *(Pausa.)*

O Senador Walter Pinheiro permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Exª está sendo convidado à tribuna.

Senador Sérgio Petecão, seja bem-vindo! Espero que a saúde de V. Exª tenha melhorado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças – 23 de setembro é o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças –, que representa a oportunidade para relembrarmos a vileza e a covardia daqueles que compram e vendem outros seres humanos como se fossem mercadorias.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não tinha como, no dia de hoje – e agradeço ao Senador Walter Pinheiro, que me permitiu voltar à tribuna –, deixar de falar deste tema.

Enfim, mais do que isso, a data nos convida à reflexão e ao debate sobre os caminhos para aperfeiçoarmos a nossa legislação quanto à prevenção dessa prática delituosa, o atendimento às suas vítimas e a represão a seus agentes.

Essa forma moderna de escravidão constitui, com certeza, uma grave violação dos direitos humanos e reflete profundas contradições históricas e sociais, com atos de covardia.

Seus determinantes encontram-se não apenas na violência criminal, mas também na desigualdade social e em outras formas de opressão, como a discriminação por raça, pela cor, por etnia, por orientação sexual, identidade de gênero e a precarização do trabalho.

Sobretudo, Sr. Presidente, esse tipo de violência é viabilizado pelas deficiências da ação do Estado no cumprimento de suas responsabilidades no que tange à garantia e ao fortalecimento de direitos, gestão de políticas públicas universais, punição dos responsáveis, atualização do arcabouço normativo, capacitação de profissionais da área jurídico-policial no enfrentamento desta questão e promoção do protagonismo infanto-juvenil.

Trata-se, sabidamente, de um fenômeno complexo, multidimensional, multifacetado e transnacional. Assim, de qualquer maneira, a repugnante prática comprova que, em pleno século XXI, a humanidade ainda não conseguiu se desvencilhar da lógica da mercantilização da vida.

Motivadas pela insaciável ganância, que induz à busca desenfreada pelo acúmulo de bens materiais, muitas pessoas ignoram qualquer limite ético, admitindo até mesmo a comercialização de seres humanos.

Com efeito, sob a ótica da ideologia neoliberal hoje imperante, o culto ao dinheiro, ao prazer e ao poder coloca-se acima do respeito à própria criatura humana.

O Papa Francisco, em uma de suas tantas falas contra essa chaga do mundo, afirmou que não tem cabimento – disse ele – “ficar impassível sabendo que existem seres humanos tratados como mercadorias! Pense-se em adoções de crianças para remoção de órgãos, em mulheres enganadas e obrigadas a prostituir-se, em trabalhadores explorados, sem direitos a viver com dignidade e sem direito à voz.”

Sr. Presidente, e, de fato, as vítimas da exploração sexual e do tráfico de pessoas são tratadas, repito, como mercadorias, o que traz consequências irreparáveis, tanto do ponto de vista físico como também do psicológico.

No Brasil, as vítimas são, predominantemente, mulheres e garotas negras ou morenas, embora seja crescente a inclusão de meninos entre o alvo desses bandidos.

A faixa etária é variável, predominando a idade entre 12 e 18 anos. E os estudos apontam que a maioria dessas mulheres, crianças e adolescentes já sofreu algum tipo de violência intrafamiliar – como abuso sexual, estupro, sedução, negligência, abandono, maus tratos, violência física e psicológica – e extrafamiliar – seja na rua, na escola, em abrigos ou em qualquer outro local.

Sr. Presidente, no dia 30 de julho último, foi lançado o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas.

Naquela oportunidade, o Secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, disse que o Governo espera ver aprovado, até o final deste ano, o projeto de lei em tramitação no Congresso que tipifica o crime de tráfico de pessoas, o qual deverá, além de contribuir para a prevenção e repressão desse tipo de delito, qualificar as medidas de atenção às vítimas.

Já durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, instalada em 2011, alertava-se para o completo descompasso de nossa legislação, não apenas com o Protocolo Adicional da Convenção de Palermo da ONU sobre tráfico de pessoas, mas também com a realidade social do nosso País.

Ocorre que os arts. 231 e 231-A do Código Penal Brasileiro, que tratam, respectivamente, do tráfico internacional e do tráfico interno de pessoas, cuidam apenas do tráfico “para fins de exploração sexual”. No entanto, como é notório, o tráfico de pessoas serve também a outras finalidades, trabalho forçado, ou escravo, ou mesmo muitos são mortos para a remoção de órgãos.

Assim, a CPI sobre o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas propugnava, já naquele ano de 2011, pela harmonização de nossa legislação penal com a realidade social e com a Convenção de Palermo.

De fato, é imprescindível que a tipificação dos crimes de tráfico internacional e interno de pessoas abarque também as modalidades desses crimes que tenham por finalidade o trabalho forçado, a remoção de órgãos ou qualquer outro fim que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou à sua integridade física.

Também, por ocasião, Sr. Presidente, do lançamento do Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas, em julho, foram divulgados dados do último relatório global das Nações Unidas sobre essa prática criminosa, correspondente, ali no caso, ao ano que havia passado.

Esse documento dá conta de que o tráfico para fins de exploração sexual é a modalidade mais comum, atingindo 53% das vítimas, seguido do tráfico para o trabalho escravo, com 40%.

Além desses e da remoção de órgãos, ocorre também o tráfico de crianças e adolescentes para adoção ilegal, para mendicância forçada e mesmo o tráfico de pessoas vinculado ao tráfico de drogas.

Vale lembrar, aqui, o caso, que teve grande repercussão em 2012, das crianças baianas traficadas para adoção por casais paulistas. Foram cinco crianças retiradas da posse dos pais biológicos, na cidade de Monte Santo, sertão da Bahia, entregues a quatro casais paulistas em apenas 24 horas. Sem que os pais biológicos houvessem consentido com a adoção, as crianças foram retiradas da casa pela própria polícia.

Para entregar as crianças à adoção, o então juiz da comarca destituiu os pais do pátrio poder em tempo recorde, sem que qualquer pessoa da família ou o representante do Ministério Público estivesse presente, em flagrante afronta à legislação.

O episódio evidencia que uma quadrilha atuava no tráfico de crianças, lamentavelmente com o apoio dentro – vejam bem, senhoras e senhores – do próprio Poder Judiciário.

Além da deficiência ainda não sanada na legislação penal, outra dificuldade para o enfrentamento da odiosa prática do tráfico de pessoas é a falta de informações sistematizadas que permitam a elaboração de diagnósticos e o planejamento de políticas públicas. Aliás, o aperfeiçoamento da legislação vai também possibilitar a qualificação dos dados.

Entre as informações, Sr. Presidente, constantes do Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas divulgado em julho, está o levantamento feito nas delegacias das polícias civis de 18 Estados, segundo o qual 254 pessoas teriam sido traficadas no Brasil somente em 2013. Sr. Presidente, esse número está muito distante da realidade, pois é certo que o número de vítimas é, no mínimo, o dobro.

Dados da Polícia Rodoviária Federal revelam que 590 crianças foram resgatadas só das rodovias brasileiras em 2013, por estarem em situação de vulnerabilidade e de exploração sexual.

É digno de nota, também, o aumento significativo do número de denúncias ao Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e ao Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher).

De 2011 para 2013, o número de denúncias ao Disque 100 saltou de 26 para 218, e as denúncias ao Ligue 180 passaram de 35 para 340.

O mais comum sempre foi que os crimes de exploração sexual e de tráfico de pessoas sequer chegassem ao conhecimento das autoridades, em virtude do constrangimento das vítimas e do medo das testemunhas, ou até por a pessoa desconhecer que ela está em condição de vítima.

A experiência recente mostra que, quando se criam canais e campanhas, quando se realiza um esforço para sensibilizar e informar a sociedade sobre a realidade do tráfico, as pessoas passam a ter maior confiança nas instituições governamentais, e as denúncias se multiplicam.

Segundo o representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil, Rafael Franzini, há estimativas de que 20 milhões de pessoas são traficadas por ano no mundo já que, a cada vítima identificada, existem cerca de 20 sendo exploradas.

Ressaltando a importância de se conhecerem as especificidades, Sr. Presidente, do crime e de disponibilizar canais de denúncia para a população, Franzini disse: “A expectativa é de que os números atualmente divulgados cresçam nos próximos anos em função dos esforços desenvolvidos em nível mundial no combate ao tráfico e à exploração sexual.”

É fundamental ter sempre em mente que o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de pessoas não se resume à punição do bandido que comete esse tipo de crime, mas, sim, de uma campanha muito bem articulada em nível nacional.

Idêntica prioridade tem de ser concedida à proteção das vítimas e à própria mudança cultural, Sr. Presidente. É preciso que a legislação e as políticas públicas abordem os múltiplos aspectos envolvidos no tráfico covarde de pessoas.

O Estado e a sociedade precisam se qualificar adequadamente para o tratamento das diversas situações onde isso acontece.

Tanto as leis quanto a execução das políticas públicas devem combinar mecanismos adequados de imigração com a escuta das vítimas que desejam ser protegidas. Do contrário, nem chegaremos a tomar conhecimento de sua existência.

Lembrando que o Brasil é também receptor de pessoas traficadas, originárias principalmente de países vizinhos e asiáticos, precisamos ter claro que não se podem tratar as vítimas com, simplesmente, a deportação.

Sem tratamento humanitário, sem escuta, sem respeito, ou seja, sem uma metodologia adequada para abordagem de vítimas em situação de vulnerabilidade, estaremos fadados ao fracasso nesse importante combate.

O alicerce de qualquer política para o enfrentamento de questões como essa é a compreensão de que ela tem que ser abordada a partir de uma perspectiva de direitos humanos, segundo a qual a proteção e a assistência às vítimas sejam independentes do processo legal de investigação e responsabilização dos explorados.

É indispensável que se dê atenção humanizada às populações vulneráveis, garantindo-lhes um serviço de qualidade que integre assistência social, atendimento jurídico, regularização de documentos, atendimento psicológico e educacional, diagnóstico de situação migratória ou de vitimização, inserção social e também econômica, buscando a reintegração familiar.

Ao registrar esta data de mais um Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, conclamamos a todos, a toda a sociedade brasileira a cerrarmos fileiras contra essa prática abjeta, que reduz o ser humano à condição, repito, de mera mercadoria, a ser usada e depois descartada.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que a construção de um país melhor para todos somente será possível se formos capazes de assegurar o primado dos direitos humanos em toda a sua extensão.

Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Humanos também recebe denúncias, quase toda semana, de violência contra mulheres, crianças, adolescentes, contra meninos e meninas.

E, Sr. Presidente, a orientação que nós podemos, naquela Comissão, dar é, primeiro, que a denúncia seja feita. Não tenham medo de fazer a denúncia. E, ao mesmo tempo, entendemos que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República deve, cada vez mais, fazer campanhas educando, instruindo, alertando para que grande parte do nosso povo não sofra questões elementares, mas graves, que marcam para toda a vida, como essas que eu aqui relatei.

Sr. Presidente, nós mesmos já pensamos em aumentar a penalidade, por exemplo, da própria Lei Maria da Penha.

Porque fizemos a lei, aprovamos a lei e a violência contra as mulheres continua aumentando de forma covarde.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E não podemos, Sr. Presidente, continuar calados. É preciso agir. Por isso aproveitamos este dia para falar sobre a exploração sexual, o tráfico de mulheres, o tráfico de crianças, o trabalho escravo e a agressão covarde que, infelizmente, é feita por aqueles bandidos que exploram pessoas para faturar, para lucrar e que as tratam como mercadorias.

Vamos torcer, Sr. Presidente, para que, no ano que vem, nesta data, em 23 de setembro, eu possa vir à Tribuna, se assim o mestre maior lá de cima quiser, e possa apresentar outros números, números que digam que os direitos humanos são respeitados e que a vida humana, que a vida do Planeta, realmente ficará para sempre em primeiro lugar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Senador Paulo Paim, esta Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo grande trabalho que V. Ex^a faz em defesa da população brasileira.

Ao mesmo tempo, eu quero fazer um registro de uma viagem que eu fiz neste último final de semana, no Município de Sena Madureira, que é o terceiro Município do Estado do Acre, onde eu visitei várias comunidades, vários bairros.

Eu não posso deixar de registrar a comunidade do 2º Distrito de Sena Madureira, uma comunidade que sempre tem lutado por melhorias. E fui como Senador da República, como amigo. E lá me chamou a atenção um telespectador aqui da TV Senado, que não perde, toda tarde ele assiste, que é o senhor Ailton Carvalho, que está acompanhando os trabalhos aqui do Senado Federal.

Quero cumprimentá-lo e ao mesmo tempo aproveito esta oportunidade, Senador Paulo Paim, para dizer que, do dia 25 ao dia 28, será aniversário do Município de Sena Madureira e, dia 28 de setembro, da minha terra natal, que é Cruzeiro do Sul, pelos seus 111 anos. E o que é mais interessante, eu fui eleito Senador da República com o nº 111. Então, Cruzeiro do Sul também vai comemorar neste ano 111 anos de existência. A minha terra natal, onde nós estaremos presentes. Eu estarei fazendo uma grande agenda no interior do Estado do Acre, irei a Brasília, à região do Alto Acre, à região do Vale do Juruá e à nossa capital Rio Branco.

E para concluir, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de chamar o Senador Elmano para substituir a nossa Presidência, eu quero mandar um beijo e um abraço para o meu filho Guilherme que está me assistindo agora na nossa residência aqui em Brasília.

Então eu quero parabenizar todos e agradecer por esta oportunidade.

Eu convido para assumir esta Presidência o Senador Elmano Férrer.

O Sr. Gladson Cameli, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pela ordem de oradores inscritos, nós temos aqui a Senadora Fátima Bezerra, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Douglas Cintra. *(Pausa.)*

Pela Liderança do PPS, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pelos canais de comunicação da Agência Senado, pelas redes sociais, agora há pouco o Senador Humberto Costa falou aqui desta tribuna sobre intolerância, foi aparteado por diversos Senadores, e eu quero me juntar a eles também.

Não cabe, no mundo de hoje, a intolerância, seja ela religiosa, seja ela política, seja em que campo for. E principalmente na seara política, porque a política é para se discutirem ideias, para se discutirem caminhos, saídas, e não para as pessoas se digladiarem.

Foi colocado aqui pelo Senador Humberto Costa que foi agredido o Sr. Pedro Stédile, e cabe aqui fazer também a ressalva: lamentamos que ele tenha sido agredido. Lamentamos que tenham feito esse ataque à pessoa dele. Mas quero lembrar aqui que o Sr. Stédile plantou vento o tempo inteiro neste País, quando se trata de política, e acabou colhendo tempestade.

O Sr. Stédile foi um dos sujeitos que mais plantou intolerância na política brasileira. Por onde esse senhor passa, planta intolerância. Os seus discursos são de ódio, as suas falas são de ataques aos adversários, mas não ataques verbais.

Recentemente, na Venezuela, ele disse é seguinte: “É preciso entrar em guerra para salvar a Pátria grande; é preciso se juntar para atacar os opositores da Presidente Dilma no Brasil.” Isso lá, na Venezuela.

Recentemente também um companheiros deles falou em pegar em armas, e, infelizmente, uma das figuras mais tolerantes e que sempre gostou de discutir ideias, mas fazendo referência ao Sr. Stédile, disse recentemente, o Presidente Lula acabou dizendo: “Eu vou convocar o exército do Stédile.” Eu não tenho dúvida de que o Lula não estava falando em... Ele falou de forma retórica. Mas por que ele falou “convocar o exército do Stédile”? Porque a figura do Stédile representa isto: representa exército, representa combate, representa ódio.

E esse tipo de coisa é que não podemos tolerar. Não podemos tolerar os malucos que foram atacar o Stédile, como também não podemos tolerar o maluco do Stédile, com suas falas fora de hora, fora do timbre da música da política brasileira. Nós precisamos discutir ideias. Não é porque está na presença dele, porque ele está neste plenário, não.

Eu sou de um partido de oposição ao PT, mas uma das figuras que eu mais respeito na política brasileira, e sempre respeitei, chama-se Senador Paulo Paim. E por quê? Ele toda vida fez o bom combate, toda vida fez o combate aguerrido da política, mas no campo das ideias, respeitando todos os seus adversários. Isso é fazer política, isso é tornar grande um partido, isso é o que engrandece um homem público, isso é o que engrandece as ideias no campo político, isso é que faz a população querer fazer política.

Por que a população hoje quer se distanciar e, às vezes, quando se diz de política, falam “eu quero distância disso”? É por causa disso. É quando eu penso que só eu tenho razão, quando eu olho para o Governo, por exemplo e digo: “Não, só eu, que sou oposição, tenho razão.” Eu não vejo nada de qualidade do outro, ou, então, quando eu estou no Governo e eu acho que só eu faço as coisas corretas e não tem.

Esse é o pensamento do Sr. Stédile, essa é a forma de ele fazer política. O outro eu tenho que destruir.

O outro, o meu adversário, não é um adversário para combater no campo das ideias, não, eu tenho que atacar. São palavras dele. Espero que não aconteça mais nada com ele, torço muito, porque isso é intolerável, quer seja da parte dele, quer seja da parte dos outros. Realmente, temos que combater a intolerância.

Recentemente, estive numa conferência que tratava justamente da intolerância religiosa, que não é só no Brasil, é mundial. O Senador Pimentel lembrou muito bem da intolerância que alguns países estão tendo com os refugiados. Temos que combater isso, mas de todos os lados. Não podemos admitir esses discursos odiosos. Temos que respeitar.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) - Senador Medeiros, eu queria fazer um aparte a V. Ex^a, primeiro, cumprimentando-o pelo eixo do seu pronunciamento. V. Ex^a faz um pronunciamento construtivo, na linha de que discordar, divergir, votar contra, votar a favor, faz parte da democracia. Fazer o bom debate, o bom combate no campo das ideias é muito bom. Eu sempre digo: que bom que a gente tem oposição! Ruim são os países onde não é dada voz à oposição para expressar seus pontos de vista. Recentemente, tive uma experiência muito interessante – V. Ex^a estava lá – na Comissão de Direitos Humanos. Discutimos a NR-12 e o Senador Cássio, que é Líder da oposição e tinha apresentado o requerimento, foi lá, fez o debate e no final ele disse: “olha,

eu vou retirar o requerimento, atendendo ao pedido do movimento social, para que busquemos uma alternativa". O Senador Douglas estava como Relator. Eles retiraram o requerimento, para ouvir mais o movimento social. Isso é muito bom. Ambos foram aplaudidos. Entendo que a sua fala, neste momento, vai no sentido do diálogo, da busca de um entendimento comum. O bom senso é que faz com que avancemos. Às vezes – e me permita-me, meu querido Senador Medeiros, V. Exª que é dessa jovem safra, que está trazendo mais oxigênio a este Senado –, na força do discurso, avançamos nas palavras. Eu confesso, me polio mesmo, e faz bem para mim, me cuido muito cada vez que estou no palanque. Por exemplo, o Vagner, Presidente da CUT, disse que, se preciso fosse, ele pegaria em armas. Mas foi a força de expressão que, naquele momento, ultrapassou o sinal e usou. Eu quero crer e gostaria muito também que, independente de centro, de esquerda, de direita – porque essa questão de centro, de esquerda e de direita também, a mim, não me convence –, cada vez mais, a gente saia do discurso do ódio, da acusação, da agressão, seja física, seja oral, e faça o debate no campo de quem está bem mais preparado para vencer aquele confronto, no campo das ideias. É assim que vejo a sua fala. Eu conheço João Pedro Stédile, ele é gaúcho também e posso lhe dizer que em todas as palestras que ouvi dele, no Rio Grande do Sul, ele foi muito competente, e é muito bem articulado. É um intelectual. Se alguma vez ele escorregou, e isso pode acontecer, eu espero que alguém não que diga que ele abriu precedente e agora vai levar com a mesma violência. Eu não sou da teoria olho por olho, dente por dente. Eu sou da teoria palavra por palavra, quem tiver mais argumentos que vença a batalha no campo das ideias. É para cumprimentar V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Essa tem sido, realmente, a história e a imagem que o povo brasileiro tem de V. Exª, justamente centrado, com um discurso coerente e com atitudes coerentes.

Ontem, era comentado, na sessão do Congresso, como deve ser difícil, por exemplo, para V. Exª até se contrapor, em determinado momento, a decisões do seu próprio governo, que V. Exª, o Partido, ajudou a chegar ao poder, e, de repente, falar: olha, eu vou parar por aqui, vou votar dessa forma porque a minha história foi essa. A gente imagina o conflito, porque V. Exª é um homem de partido também, mas V. Exª sempre disse aqui: "entre o meu Partido e os aposentados, eu vou ficar com os aposentados; entre meu Partido e os trabalhadores, eu vou ficar com os trabalhadores". É por isso que a população gaúcha tem sempre reconduzido V. Exª, porque reconhece essa coerência.

Sr. Presidente, essa questão da intolerância, realmente, tem que ser um ponto. Temos que lutar com todas as forças, porque ela tem sido latente nas redes sociais. Os discursos têm ficado muito polarizados. Eu penso que saída, realmente, seja essa que o Senador Paulo Paim disse: que a polarização seja no campo das ideias e que quem tiver melhor argumento possa vencer. E que a ideia possa ser essa aqui também.

Recentemente, tivemos a questão desses vetos, e o principal deles foi esse veto que trata dos servidores do Judiciário. Essa é uma questão que tem inquietado por demais o Parlamento, inquietado os servidores do País inteiro, porque é uma questão que não é só afeta os servidores do Judiciário, mas que diz respeito a todos.

O que nós temos entendido aqui é que temos que votar. O Parlamento não tem que se debruçar sobre as questões só quando há consenso. E é por isso que uma coisa que vinha depondo muito contra o Congresso... Aproveito aqui para parabenizar o Presidente do Senado Federal e também do Congresso Nacional, o Senador Renan Calheiros, porque ontem pôs para votar. Abriu uma sessão do Congresso, o Congresso se manifestou e houve os embates. Eu penso que tem que ser essa forma, e não aquela como vinha, de adiar, de forma sorrateira, e de terminar a sessão de forma abrupta, porque isso não passa uma imagem boa para a população. Então, é o raciocínio que o Senador Paulo Paim disse: "vamos para o voto. Quem tiver melhores argumentos, quem tiver a maioria vai vencer e pronto". Eu penso que tem que ser nessa linha.

Eu tenho aqui alguns questionamentos a fazer, especificamente, sobre a sessão de ontem, e não é choro de perdedor, porque estou aqui justamente defendendo, mas eu penso que os Poderes precisam ser mais independentes. Ontem, eu vi um verdadeiro rolo compressor do Governo. Não sei se por força dos jornais terem meio que antecipado uma prévia do *impeachment* ali, o fato é que foi encarado como se assim fosse e isso acabou ficando projetado na figura do veto dos servidores do Judiciário. Não vou repisar esse assunto, porque todos já conhecem a minha posição sobre aquele veto, mas esse projeto foi mandado pelo Governo para cá, para a Casa; foi mandado para a Câmara, votado na Câmara e aprovado; veio aqui para o Senado e foi aprovado, e, de repente, o Governo resolveu vetar. Mas fariam sentido os argumentos do Governo, porque ele tem dito que nós estamos numa crise e que esse veto seria para não impactar nas contas do Governo. Mas, paralelo a isso, veio para cá um projeto, enviado pelo Presidente do Supremo Tribunal, Ministro Lewandowski, para que seja votada essa recomposição de perdas dos servidores do Judiciário. Esse projeto tem o apoio do Governo, está aqui na Casa e veio com as bênçãos. Se vier para ser votado, tem o apoio do Governo, mas acontece que o impacto na folha, o impacto nas contas do Governo não é muito diferente, é pouca coisa entre um projeto e

outro. Um projeto, o Governo apoia; o outro, não. É por isso que nós temos dito que não confere o que o Governo tem dito que, se for derrubado aquele veto, o Brasil vai quebrar. Não é verdade.

A forma como foi tratado ali, ontem, era como se, ao votar, nós estivéssemos sendo irresponsáveis, se derrubássemos o veto, o Brasil estaria totalmente quebrado, a economia não tinha mais como sair, e o principal argumento era que o dólar iria explodir. Senador Douglas Cintra, não há como o dólar explodir, o dólar já explodiu faz tempo. Então, o argumento de que se o veto fosse derrubado o dólar explodiria não dá; o dólar explodiu já. O nosso problema da economia é outro. Nós precisamos – obviamente, compactuo com que o Senador Cristovam sempre diz aqui – achar um rumo para o País, sair da polarização, começar a discutir uma saída, tratar dos problemas conjunturais do Brasil. Mas dizer que fazer a recomposição da inflação dos salários dos servidores vai quebrar o Brasil, então está quebrado já, não vai quebrar não, porque, se uma nação não dá conta de pagar uma folha de pagamento, acabou, Senador Elmano. É um argumento que não se sustenta por si só.

A minha ressalva – e é o que eu tenho criticado – é que se têm trazido sofismas, ou seja, começam com premissas falsas para poder chegar a um suposto argumento verdadeiro. Não é o que está acontecendo. É a mesma coisa que se tem feito com relação a essa situação crítica da economia. Tem-se tentado jogar que o Brasil está nessa dificuldade, nessa crise política e nessa dificuldade toda por causa da oposição. Agora, começou-se uma cantilena de dizer: “olha, dizer *impeachment* aqui é a mesma coisa de dizer que está sendo golpista”. Se a oposição falar em *impeachment*, está fazendo golpe. Isso é um argumento que não se sustenta. E não se sustenta, por quê? O que é um *impeachment* – para quem está nos ouvindo pela TV? *Impeachment* é um impedimento da Presidente da República para se poder fazer uma investigação; é uma figura que existe na Constituição brasileira. Agora, o *impeachment* era, em tese, para ser uma figura jurídica, ou seja, para alguém ser afastado do cargo, teria que ser afastado com argumentos jurídicos e com todas as premissas jurídicas. Mas a gente sabe que não é bem assim que acontecem os afastamentos dos presidentes. Qualquer presidente, qualquer homem público só tem sustentação se tiver apoio da população. O alicerce de qualquer poder é o povo, quem segura é o povo. Ulysses Guimarães já dizia: “Nada se sustenta sem a voz rouca das ruas.”

E o que aconteceu com o Governo não é por causa da oposição, não é por causa de nada. É que as placas de sustentação começaram a se mexer, mas começaram a se mexer nas ruas há tempos. Desde 2013, o povo vem se manifestando, e, obviamente, esta Casa, este prédio, o Legislativo, que é quem deve julgar *impeachment* ou não, também se move de acordo com a movimentação dessas placas tectônicas, desse alicerce social. Logicamente que, se a palavra *impeachment* virou uma voz só na rua, começou a ter ressonância aqui. E não foi só aqui: começou a ter ressonância no Governo. Todo mundo passou a falar de *impeachment*. Então, não é uma coisa da oposição.

A gente tem que falar a verdade. Temos que ser claros. As pessoas não são tão enganáveis assim como o Governo pensa. Essa minha fala é justamente para desmistificar essa história de que, olha, tem um bando de golpistas querendo derrubar o Governo. Não, o Governo não precisa de ninguém para ajudá-lo a se derrubar. O Governo está caindo por si só porque prometeu demais, porque gastou demais, porque prometeu o que não tem como cumprir. Essa é a grande realidade. E, agora, o argumento máximo que está acontecendo.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Já estou indo para a conclusão, Sr. Presidente.

Peguem todos esses sofismas e tentem fazer uma construção de que “eu não tenho nada a ver com essa crise econômica”. A culpa é sempre do outro, ora dos servidores públicos, ora do cenário internacional, ora da oposição, mas não se assume e não dá um rumo. Então, a gente precisa avançar. Mas qual é a solução? A gente precisa falar da solução, porque até agora temos falado dos problemas, temos culpado o outro. Temos culpado, não. O Governo tem culpado os outros: o cenário internacional, a oposição, “pauta-bomba”. Inventaram o termo “pauta-bomba”. Então, quando se fala qualquer coisa de recomposição para os servidores, eles falam que é “pauta-bomba”.

Então, qual é a saída? Bom, o Governo tem que achar a saída. Recentemente, mandou a lei orçamentária para cá para nós acharmos a saída, dizemos aonde vai cortar.

Ora, não compete ao Congresso dizer aonde que vai cortar, mas a saída é o Governo dar um rumo para essa economia, sinalizar para o mercado, já que todo governo do mundo vive para sinalizar para essa entidade máxima chamada mercado. Então o Governo precisa sinalizar.

Nós temos inúmeros gargalos na economia, temos uma infraestrutura debelada. Eu moro num Estado que tem apenas duas rodovias. É um Estado que sustenta 25% da balança comercial brasileira, mas tem toda a sorte de gargalos para produzir.

O Estado de Mato Grosso, por exemplo, tem uma capacidade de produção, de produtividade muito superior à dos Estados Unidos, a de qualquer produtor no interior dos Estados Unidos. Entretanto, o produto produzido no interior de Mato Grosso chega ao mercado chinês bem mais caro do que o produto produzido no interior dos Estados Unidos. Então a nossa competitividade é baixa por falta de incentivo, por falta de uma política clara, por falta de infraestrutura.

Nós temos esse chamado Custo Brasil e agora o Governo se enrolou no cabelo das pernas, não tem demonstrado uma saída, um rumo. E nós precisamos começar a nos desenvolver para que possa todo mundo sair dessa pauta do disse me disse. E desenvolver é mexer na nossa infraestrutura, é fazer com que esses Estados que têm a sua vocação, a economia desses Estados vocacionados para essas produções tenha tranquilidade para produzir com melhores estradas, com toda a infraestrutura de que precisam. Nós temos que pensar numa economia com viés desenvolvimentista, de desenvolvimento, mas não temos nos preocupado. E os grandes temas, Senador Elmano, como a produção de conhecimento? Nós não temos feito isso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em um minuto encerro, Sr. Presidente.

Eu fico preocupado, Senador Elmano, porque moro num Estado que hoje produz e exporta soja. Quando olho para a história do café, da cana-de-açúcar, eu me lembro do interior de São Paulo, eu me lembro de Olin-da, eu me lembro da Bahia, do cacau. Foram grandes economias, grandes atores na economia brasileira que viraram história. E fico pensando no Estado de Mato Grosso, que produz apenas *commodities* para vender, para exportar. O que acontece? Nós não estamos produzindo conhecimento. A gente só exporta, Senador Elmano. A gente planta e exporta. E o Governo não tem um rumo para isso, uma saída para se produzir conhecimento. Eu fico preocupado.

Recentemente, ensinando a minha filha, que ia fazer uma prova de história, eu pedi para ela explicar o conteúdo e ela me disse: “Durante a colonização...”

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ...o Brasil vivia de exportar café”. E eu fiquei pensando: hoje a gente vive de exportar soja. Essa é a nossa realidade, Senador Elmano.

É desses temas que eu penso que o País tem que começar a falar. E o Governo tem que começar a se preocupar com melhor educação de base, com uma melhor produção de conhecimento e sair dessa pauta tã-canha, dessa pauta de simplesmente achar culpados e de se eximir da resolução dos problemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) –Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Pela ordem de oradores, nós temos o Senador Valdir Raupp, em seguida, pela Liderança do PP, o Senador Benedito de Lira e depois a Senadora Rose de Freitas.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Elmano, Sr^s e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, subo a esta tribuna mais uma vez para falar sobre os apagões de energia elétrica em Rondônia e no Acre. Já falei na segunda-feira, quando estive pessoalmente com o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga. Já havia falado, no domingo, com o Presidente da Eletrobras, Dr. José Costa. E, de lá para cá, venho falando todos os dias na tribuna do Senado Federal.

É claro que outros Parlamentares já falaram: o Senador Jorge Viana, a respeito do Acre, os Senadores Acir Gurgacz e Ivo Cassol, sobre Rondônia, os Deputados Federais do meu Estado de Rondônia e do Estado do Acre também já falaram sobre este assunto por diversas vezes. Esse é um tema que tem nos afligido, tem nos preocupado muito.

Eu acabei de receber a informação de uma nota do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS dando conta, Sr. Presidente, de que não está seguro, dizendo que poderá haver novos apagões até o mês de dezembro. E Rondônia e o Acre não vão aguentar, com energia sobrando em Rondônia. O problema é de subestação, o problema é de circuito. Eles estão dizendo que está quase pronto para se inaugurar um terceiro circuito que vai de Jauru, no Estado do Mato Grosso, até a cidade de Porto Velho. Aí ficaria seguro, mas isso vai até dezembro. Até lá esses apagões poderão continuar acontecendo.

Então, subo à tribuna novamente para alertar o Ministério das Minas e Energia. Inclusive para amanhã foi marcada pelo Coordenador da Bancada de Rondônia, Deputado Nilton Capixaba, uma reunião com o Ministro Eduardo Braga, das Minas e Energias, para tratar desse assunto.

Na segunda-feira, vai estar o Governador de Rondônia, Confúcio Moura, se não me falha a memória, às 15 horas, com o Ministro. E nós devemos acompanhá-lo, também para tratar do mesmo assunto.

Então, se não bastasse a crise que nós estamos vivendo nacionalmente por outros problemas, não só pela questão de energia, a crise econômica, a crise política e tudo o mais, agora Rondônia e Acre se deparam com um problema que a gente achava que era do passado. O racionamento de energia elétrica tinha ficado no passado.

Como é que nós podemos admitir, e o próprio Ministro falou com o Presidente da Eletrobrás na minha frente, perguntando como é que o povo de Porto Velho, o povo de Rondônia vai admitir isso. Das janelas das casas e dos apartamentos, se olhar em direção ao norte, você verá uma enorme usina, um paredão que é a usina de Santo Antônio, que já está gerando dois ou três mil megawatts e vai gerar mais de sete mil megawatts. Isso é o que Santo Antônio e Jirau vão gerar a partir de sua conclusão. Sem energia, olhando pela janela das casas e dos apartamentos, vê-se uma usina monumental construída, e a cidade de Porto Velho e as demais cidades de Rondônia no escuro. Isso é inadmissível. Nós não podemos admitir isso.

Por isso eu vim novamente, estou insistindo nesse tema, porque é um tema muito grave para Rondônia. E agora vem o Operador Nacional do Sistema - ONS admitir que poderão continuar a ocorrer apagões até o mês de dezembro, quer dizer até o Natal, até o ano novo.

Sr. Presidente, eu fui Prefeito de uma cidade de 50 mil habitantes, fui duas vezes Prefeito dessa cidade, por dois mandatos, e naquela época, há 30 anos, passei um Natal e um ano novo sem energia. Eu tinha uma viagem programada e cancelei. Eu era Prefeito e não podia sair da cidade, que estava às escuras. Lá eu fiquei, chorando com o povo da cidade, em um final de ano, um Natal e um ano novo sem energia. Mas isso aconteceu há 30 anos.

Agora, nós temos energia sobrando em Rondônia. Nós estamos despachando energia pelas duas linhas de transmissão, de Porto Velho a Araraquara, em São Paulo. São duas linhas gigantescas, de quase três mil quilômetros de extensão, que já estão mandando energia no momento de crise e de reservatórios vazios no Centro-Sul do País, no Sudeste, no Centro-Oeste e até no Nordeste. Certamente essa energia despachada de Rondônia para a subestação receptora em Araraquara, no Estado de São Paulo, ajudou muito, no momento de crise e de reservatórios vazios, a abastecer o Brasil. Agora nós, por ironia do destino, estamos ficando sem energia.

Eu acho que era melhor no tempo em que o sistema não era interligado. Hoje, a culpa é do sistema interligado, porque caem as subestações, caem esses equipamentos que estão em teste ainda, além desse terceiro circuito, que não fica pronto, em Jauru, no Mato Grosso. Nós temos uma cidade em Rondônia chamada Jaru, no centro do Estado, mas essa se chama Jauru. Esse circuito, que vai da cidade de Jauru, perto de Cáceres, Pontes e Lacerda e Comodoro, no Mato Grosso, até Porto Velho, realmente está em construção. Mas é preciso encontrar um caminho. Com toda a tecnologia, com toda a modernidade que existe hoje, não é possível que o ONS - Operador do Sistema Nacional e a Eletrobras, com a capacidade que têm, não consigam resolver esse problema de Rondônia. São dois Estados importantes do Brasil. Não são Estados grandes como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas são Estados importantes. São Estados produtores de energia elétrica, são Estados que produzem muitos alimentos para abastecer o Brasil. Agora, nós não podemos pagar o preço de ficar novamente com racionamento de energia elétrica.

Fiquei muito preocupado. Eu estava até aliviado, porque o Presidente da Eletrobras havia dito para mim e também para o Ministro que, desde ontem, terça-feira, o risco de apagão seria mínimo, praticamente não haveria mais esse problema. Agora vem o Operador do Sistema Nacional - ONS dizer que essa situação poderá continuar até dezembro. Isso vai alvoroçar novamente os ânimos da população, que paga uma energia muito cara. Rondônia paga tarifa vermelha. Não deveria estar na tarifa vermelha, mas está pagando mais do que outras regiões do Brasil. E agora sofre esse racionamento.

Então, eu subo a esta tribuna para fazer esse apelo veemente à Eletrobrás, à Eletronorte, que também é responsável, a todo o sistema elétrico nacional, ao Ministério de Minas e Energia para que tomem providências para que Rondônia e o Acre não vivam novamente esses apagões que viveram nas últimas semanas, nos últimos 40 dias.

Sr. Presidente, era essa a minha fala, era esse o apelo que eu queria fazer neste momento e, para encerrar, dizer que o Governo Federal começou a respirar um pouco mais aliviado desde ontem. Não estamos aqui comemorando, de maneira nenhuma, mas, se ontem não tivesse tido o desfecho que teve na sessão do Congresso Nacional, certamente a situação do País hoje seria muito pior. O País teria amanhecido pior do que teria anoitecido.

Então é momento de levantar a cabeça, é momento de sacudir a poeira, de o Governo Federal começar a se mexer também com os cortes anunciados, com o enxugamento da máquina, colocar a despesa dentro da receita, começar vida nova, para que o País possa voltar a crescer e para que Rondônia, o Acre e todo o Brasil não sofram também racionamento de energia elétrica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e convidado o Senador Benedito de Lira para ocupar a tribuna, pela Liderança do PP - Partido Progressista. Senador por Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou aproveitar a tarde de hoje para fazer alguns comentários que reputo importantes para a vida do nosso País.

Nós temos ouvido ultimamente uma sequência de observações que se fazem com relação ao ajuste fiscal, com relação ao processo de *impeachment* da Presidenta, com relação a determinadas matérias que nascem no Planalto, a imprensa divulga, depois elas não acontecem. E estas duas Casas do Congresso Nacional têm dado demonstração de que precisam ser parceiras do País. O Brasil precisa da participação de todos nós, independentemente de paixão política.

Eu tenho participado desses encontros, desse processo, ao longo desses últimos meses. Qual é problema que hoje nós temos no País? Dificuldade do ajuste e falta de recursos no Tesouro para cumprir com as obrigações que o Governo tem com os projetos sociais, os projetos de infraestrutura e com a sociedade brasileira. Quando acontece um fato dessa natureza, a primeira ideia que vem, nobre Senador do Piauí, meu querido amigo Elmano, é logo o desejo, a hipótese, a orientação para aumentar tributos, para aumentar imposto, porque é através dele que se pode fazer o caixa, mas há outras tangentes que se pode tomar, independentemente de fazer aumento de impostos.

E trago, hoje, uma matéria que não é também pacífica, não é um projeto de convento, é um projeto que poderá ser polêmico, mas muito mais fácil de ser absorvido do que a CPMF, que está chegando à Casa, porque há uma série de informações e de declarações que as pessoas não estão querendo tocá-la. Qual é, Sr. Presidente? O que trago hoje?

Trago, hoje, algumas considerações a respeito de um assunto que tratei com o Governo, numa das reuniões de Líderes do Senado com a Presidente Dilma, no dia 8 de setembro passado e, posteriormente, no dia 17, que é exatamente a pauta que desejamos que seja colocada em prática aqui, nas duas Casas do Congresso Nacional, que é a regulamentação dos jogos de azar. Aí, as pessoas haverão de perguntar ou de dizer: “Mas jogo, logo jogo?” Sim.

Por que logo jogo? Porque este jogo existe no Brasil clandestinamente, em todos os lugares. No mundo civilizado, na América Latina, na América do Norte, na Europa, todos estes países regularizaram, regulamentaram. Veja o exemplo de Las Vegas.

O que era Las Vegas? Las Vegas era exatamente um deserto dentro do território americano. À medida que se regulamentava o jogo nos Estados Unidos, o mesmo acontecia em Las Vegas. E o que é Las Vegas hoje? Las Vegas hoje é uma cidade com mais de 48 milhões de habitantes, que não precisa mais do jogo para sua sobrevivência, para dar dignidade às pessoas, porque é uma cidade que virou turística – e a mesma coisa pode acontecer aqui, nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Então, em reunião do dia 17 de setembro, no Palácio do Planalto, a Presidenta Dilma e alguns Ministros consultaram Líderes governistas da Câmara dos Deputados a respeito da receptividade das Bancadas à proposta de legalização dos jogos de azar no País. Segundo reportagem publicada na *Folha de S. Paulo*, a maioria dos consultados mostrou-se favorável à ideia. Esse clima de receptividade foi confirmado, ainda no dia 17 de setembro, pelo Presidente da Câmara, S. Ex^a o Sr. Deputado Cunha, que reconheceu haver boa chance de a matéria ser aprovada naquela Casa Legislativa.

Esse movimento político, Sr. Presidente, demanda providências ágeis deste Senado Federal, pois é aqui que tramita a mais completa proposição que dispõe sobre a exploração de jogos de azar em Território nacional. Refiro-me ao Projeto do Senado Federal 186, de 2014, de autoria do nobre Senador Ciro Nogueira, meu colega de legenda e conterrâneo de V. Ex^a. A matéria encontra-se sob os cuidados da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tendo sido designado Relator, em maio deste ano, o Senador Wellington Fagundes.

E eu fui Relator desta mesma matéria, quando era membro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no ano passado. Infelizmente, terminou aquele período legislativo, e não foi possível apreciar a matéria.

É necessário, Sr. Presidente, que o PLS 186, de 2014, tramite de modo célere aqui no Senado. Estou convencido de que foi correta a inclusão da proposição por informações que tive na Agenda Brasil, um conjunto de propostas apresentadas pelo Presidente da Casa Renan Calheiros, para incentivar a retomada do crescimento econômico no País.

Muito mais do que uma oportuna medida do ponto de vista de incremento de receitas do Governo, a legalização dos jogos é, a um só tempo, providência indispensável à recuperação e à modernização da economia brasileira, bem como oportunidade imperdível para reconciliarmos ainda, que com atraso de mais de duas

décadas, legislação carcomida e prática social consagrada, encerrando, de uma vez por todas, um debate cujo anacronismo só não é mais impactante do que os prejuízos que causa ao País.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, antes de expor tudo o que perdermos em decorrência de nossa legislação ultrapassada, cito apenas alguns dos benefícios, algumas múltiplas vantagens, que a urgente reforma da legislação referente aos jogos de azar nos oferecerá. Além de fomentar o turismo, estimular o investimento em infraestrutura, o reconhecimento da legitimidade dos jogos de azar criará milhares de empregos e, além de regularizar 450 mil subempregos apenas do jogo do bicho, elevará substancialmente o potencial de arrecadação do Erário.

E, quando eu digo, Sr. Presidente, 450 mil pontos de jogos, é porque eles existem, mas eles existem clandestinamente. E, infelizmente, nós fazemos olhos grossos para isso. É aquela história: cego é aquele que não quer ver, e, na verdade, precisamos abrir os olhos para isso.

Além disso, protegerá milhões de jogadores e apostadores brasileiros dos riscos da clandestinidade. Romperá o elo macabro que liga os jogos de azar ao submundo do crime. Dinamizará regiões do País que permanecem ainda à margem do desenvolvimento.

Alguns dizem o seguinte: que os jogos de azar motivam o crime organizado e a lavagem de dinheiro. E motivam, sim, hoje, porque são clandestinos, ocorrem na clandestinidade. E, quando forem regulamentados, logicamente as autoridades constituídas do País, os órgãos de fiscalização, os órgãos de observação e coercitivos, a polícia, enfim, todos os instrumentos necessários irão de encontro àqueles que estejam a transformar essa atividade que existe de forma clandestina hoje no Brasil em uma atividade macabra.

A medida também habilitará o País a se beneficiar do acelerado crescimento do setor de jogos *on-line*, que é um potente indutor do desenvolvimento tecnológico, sobretudo na área da tecnologia e da informática. A melhoria da infraestrutura de conexões de banda larga e o avanço do mercado de apostas no setor de telefonia móvel estão criando um vetor muito mais fértil para os negócios e para o crescimento econômico. Lamentavelmente, no entanto, estamos ficando à margem dessas oportunidades, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Ciro Nogueira, Autor do projeto, que fez um projeto com todos os ditames da legalidade, com uma banca jurídica, que está dando toda a assistência jurídica. Isso, porque aqui não vamos discutir aquilo que não serve, que não presta. Nós vamos discutir um projeto absolutamente enquadrado com toda a legislação, para proteger aqueles que jogam, aqueles que vão amanhã bancar os jogos, e para proteger o País.

Somente as apostas equivocadamente relegadas à clandestinidade por um decreto-lei movimentam no Brasil, a cada ano, cerca de R\$20 bilhões. Sr. Presidente, como é que um país que atravessa inúmeras dificuldades no setor social, na educação, na saúde, na infraestrutura, enfim, naquilo que é importantíssimo para desenvolver um país do tamanho, da dimensão e da grandeza do Brasil abre mão disso? Quem abre mão dessas cifras vive nadando em cima de cifras maiores do que essas, e, na verdade, não é o que está acontecendo.

Segundo estudos do Instituto Brasileiro Jogo Legal, que não é de uma instituição clandestina, não é de uma instituição fora da lei, sozinha essa cifra já impressiona, mas sua magnitude fica patente, quando a comparamos com os números dos chamados jogos oficiais. Vejam só, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Petecão, as loterias estaduais, os jôqueis-clubes e as loterias da Caixa Econômica Federal movimentam conjuntamente, a cada ano, nobre Senador Ciro Nogueira, cerca de R\$14 bilhões, o que equivale a apenas dois terços do montante envolvido nos jogos ilegais.

Tomemos, para ilustrar...

O Sr. Ciro Nogueira (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Permite-me um aparte depois, Senador? V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Com muito prazer, nobre Senador. Mesmo que eu não quisesse, tinha a obrigação de conceder um aparte a V. Ex^a, porque V. Ex^a é o Autor do projeto.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – E o Líder do Partido também.

O Sr. Ciro Nogueira (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Senador Benedito, primeiro, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Saiba que, se esse projeto veio à discussão hoje, da forma como está vindo, foi muito graças ao trabalho e às colocações que V. Ex^a tem feito, seja no Palácio, seja aqui no Congresso Nacional, como é o exemplo do seu discurso de hoje. Eu acho que, hoje, nós temos uma oportunidade de discutir um assunto que estava renegado, como se não existisse no País. O Brasil gosta de tapar o sol com a peneira às vezes. Temos que conviver com a realidade, Presidente Elmano, de que, para cada R\$3 jogados no País, R\$2 são jogados de forma ilegal, favorecendo a corrupção e a ilegalidade. E a sociedade não está ganhando nada com isso. Toda a infraestrutura que poderia ser investida... Vou dar um exemplo, Senador Benedito: os Estados Unidos têm uma cidade no meio do deserto que recebe 47 milhões de turistas anualmente. O Brasil recebe, com toda a sua imensidão, com todas as praias, todas as belezas naturais, Senador Elmano, em torno de 7 milhões

de turistas por ano. Então, temos que trazer essa realidade para o País. É uma discussão. Se, pura e simplesmente, a proibição eliminasse o jogo no País, mas isso não acontece. O jogo no País é uma realidade. Então, se é uma realidade, a sociedade tem que se beneficiar dela. Então, parabênz V. Ex^a. O senhor está corretíssimo. Parabéns pelo seu discurso. Existe uma intenção de se colocar, agora, na Agenda Brasil essa discussão no Congresso Nacional, em especial aqui no Senado. Eu tenho certeza de que a sociedade vai tirar muito proveito se nós legalizarmos e tirarmos da clandestinidade essa questão do jogo no Brasil. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Ciro Nogueira. V. Ex^a tem mais propriedade que eu, porque foi o Autor, estudou e analisou para que pudesse tramitar.

Sr. Presidente, para ilustrar de outra forma a questão, tomemos o exemplo do jogo do bicho, atividade que completou, em 2015, 123 anos de operação. Agora, ela está proibida há 74 anos, mas existe – ela está proibida, mas existe! Ela recebe, diariamente, apostas de mais de 20 milhões de brasileiros e é responsável pela arrecadação de aproximadamente R\$12 bilhões por ano; só o jogo do bicho.

A rede de comercialização do jogo do bicho, que se espalha por todo o País, é formada por mais de 300... Sr. Presidente, peço a atenção da sociedade brasileira que está assistindo a esta sessão do Senado Federal. A rede de comercialização do jogo do bicho, que se espalha por todo o País, é formada por mais de 350 mil pontos de venda. Essa capilaridade, além de representar testemunho incontestável da relevância histórica e cultural do jogo no Brasil, faz parecer insignificante a já imensa rede lotérica mantida pela Caixa Econômica Federal, que é formada por meras 13.241 unidades.

Enquanto o jogo do bicho tem 350 mil pontos de jogo, a Caixa Econômica apenas tem 13.241 unidades no Brasil inteiro. Em outras – e mais diretas – palavras, Sr. Presidente, para cada um dos pontos de aposta disponibilizados pela Caixa Econômica, há mais de 26 estabelecimentos nos quais se pode tentar a sorte no jogo do bicho.

Ora, Sr^s e Srs. Senadores, considerada a proeminência política que assumiu a crise fiscal nos últimos meses, convém focar, entre os vários pontos positivos do projeto do Senador Ciro Nogueira, a questão potencial arrecadatória.

O potencial do mercado de jogo totalmente legalizado a partir da introdução de um marco regulatório legal pode girar, anualmente, em torno de R\$60 bilhões, equivalente a 1% do PIB – destaca estudo do Instituto Brasileiro Jogo Legal.

A média da tributação mundial do jogo gira em torno de 30%, e, nesse caso, o Brasil deixa de arrecadar, anualmente, cerca de 18 a 20 bilhões em tributos com esse setor, conforme dados divulgados pelo mesmo instituto.

Esses valores, Sr. Presidente, de 18 a 20 bilhões em impostos serão obtidos em caso de legalização de todas as modalidades, como o jogo do bicho, o bingo, vídeo bingo, cassino, apostas esportivas e i-Gaming.

Neste caso, não estamos computando os tributos municipais (5%) sobre o lucro das casas de apostas, as outorgas que serão cobradas pela emissão...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... de licenças para operação dos cassinos e as taxas anuais de apostas, o que aumentaria ainda mais a arrecadação.

Isso significa, Srs. Senadores, que o Governo deixa de arrecadar com essas apostas, a cada ano, pelo menos R\$18 bilhões, soma equivalente a cerca de 30% do valor total do ajuste anunciado pelo Governo para o ano de 2016. E R\$18 bilhões seriam mais do que suficientes para cobrir a redução de 5,3 bilhões da arrecadação projetada para o ano que vem.

Se fizermos, Srs. Senadores, uma comparação entre essa expectativa de arrecadação e os valores correspondentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, que incide nos setores de bebidas, fumo e veículos, nos ajuda a colocar em perspectiva o real significado desses 18 a 20 bilhões de reais que deixamos de auferir todos os anos.

De acordo com dados da Receita Federal, no ano de 2012, foram arrecadados 3,1 bilhões por meio do IPI incidente sobre bebidas; 4 bilhões em decorrência do IPI incidente sobre o fumo; e 4,1 bilhões decorrentes da incidência desses impostos na indústria automobilística. Portanto, o impacto dos 18 a 20 bilhões arrecadados com a tributação dos jogos de azar seria tremendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Pergunto, caros colegas: é justo, é sensato, é racional aplaudirmos duros cortes orçamentários em áreas estratégicas do Governo, ao mesmo tempo em que renunciamos a receitas tributárias vultosas, como as que seriam asseguradas com a regulamentação dos jogos de azar?

Não é hora de analisarmos a questão com o olhar pragmático que os novos tempos nos demandam?

Faz sentido mantermos a posição de isolamento internacional que o Brasil adota em relação aos jogos de azar?

Se me permitem o trocadilho, nossa sorte há de melhorar, se abraçarmos a causa da legalização dos jogos de azar.

É necessário superarmos o hábito de pregação vazia dos supostos bons costumes tão ao gosto dos moralistas de fachada.

O Sr. Manuel San Román Benavente, que ocupa o cargo de diretor de Jogos de Cassino e Máquinas Caça-Níqueis em um dos nossos países vizinhos, o Peru, tem uma frase lapidar a esse respeito – abro aspas: “Se proibimos o jogo, não podemos controlá-lo. Jogo não se proíbe e nem se estimula, jogo se tolera”.

A aposta, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fenômeno que deita raízes profundas na história brasileira. Não é possível desvincular o hábito do jogo da própria formação da cultura nacional. Os bingos, as casas de pôquer, os caça-níqueis estão espalhados Brasil afora. E mesmo a análise mais superficial permite, Sr. Presidente, contestar que sua freguesia transcende as divisões entre as classes sociais.

Sr. Presidente, o senhor me desculpe, mas é que o pronunciamento é um pouco longo, para fazer ver à sociedade brasileira que isto não é uma mera especulação ou desejo de praticarmos aquilo que não está dentro das regras legais daquilo que aprovamos nesta Casa.

Não faz sentido algum continuarmos a tapar o sol com a peneira. É hora de encerrarmos um debate que se estende há 74 anos, desde 1941, quando o Decreto-Lei nº 3.688, a Lei das Contravenções Penais, definiu como contravenção relativa à polícia de costumes o estabelecimento ou a exploração de jogos de azar em locais públicos ou acessíveis ao público.

O Brasil não precisa de polícia de costumes. O Brasil precisa é de acesso ao século XXI. Vamos, então, como diz Manoel San Román, tolerar o jogo. Vamos colocá-lo a serviço da sociedade. Vamos transformá-lo em um instrumento de desenvolvimento econômico.

O avanço na questão das apostas ilegais é necessário e, mais do que nunca, oportuno. É por isso que tenho certeza, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... esta Casa está pronta para fazer a escolha certa, está apta a representar e produzir, por meio do voto, a maturidade que o povo brasileiro demonstra já ter atingido.

Portanto, no caso do jogo, só temos duas opções: jogo legal ou ilegal. A opção “não jogo” é impossível, pois o jogo clandestino já existe e está totalmente disseminado na sociedade brasileira. No fundo, apostas em jogos de azar e loterias são uma forma lúcida de se pagar impostos.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

Não vamos fazer, tenho plena confiança, o elogio hipócrita ao verniz superficial do falso moralismo. Não vamos tolerar que se sacrifiquem programas importantes do Governo Federal no altar de uma retrógrada, cega e pretensa superioridade moral.

É por isso que conto desde já e espero que os Srs. Senadores possam amadurecer a ideia e possamos na verdade discutir essa matéria com decência, acima de tudo pensando neste País, pensando exatamente em tirarmos aquilo que existe na clandestinidade, fora da lei, para a lei, porque assim, Sr. Presidente, nós estamos ajudando a desenvolver o País, que precisa, neste momento de dificuldade, neste momento de escassez de recursos dos cofres públicos, precisa realmente, sem aumentar impostos, fazer arrecadação em benefício do País e dos segmentos da sociedade.

Eu vejo, por exemplo, que aqui nós vamos ter esse debate, e ter um debate muito saudável, porque há opiniões contrárias e a favoráveis. São contra aqueles que acham que o jogo...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... vai criar dificuldade para as famílias. Não! E a cachaça? E o cigarro? E outros vícios? Cada um faz o que quer; joga quem quer, fuma quem quer e bebe cachaça quem quer.

Por isso, vamos acabar com essa hipocrisia de dizer que o jogo legalizado pode trazer consequências para a família brasileira. A consequência existe no momento em que ela precisa de uma ação mais efetiva do Governo, de uma ação mais efetiva do serviço público, de uma educação de qualidade, de saúde, de infraestrutura, de emprego.

Então, minha gente, qual é a desvantagem que traz tudo isso? Existem os mecanismos de fiscalização e os mecanismos de proibição daquilo que é malfeito.

Por isso, Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exª pela gentileza de ter me dado mais tempo do que o Regimento me permite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Exª e, pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Douglas Cintra, do PTB de Pernambuco.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Elmano tem por hábito debater aqui, em nossa Casa, a necessidade que precisamos ter em nosso País de melhorar a nossa gestão pública, não só do Governo Federal, mas dos governos estaduais e municipais, para que a população possa receber de volta melhor tudo aquilo que ela investe, os seus impostos. E, Senador Elmano, eu acho e vejo que uma das grandes oportunidades que existem para melhorar a nossa gestão é exatamente estimular a que as prefeituras e os Estados possam fazer melhores concursos públicos, possam contratar melhores pessoas para atender, assim, melhor a nossa população.

Um dos obstáculos a que muitos Municípios e até mesmo alguns Estados da nossa Federação possam recrutar e selecionar quadros técnicos e gerenciais à altura de suas necessidades, de uma gestão eficiente, eficaz e efetiva reside na ausência de normas claras para a realização de concursos públicos, principalmente dos Municípios.

Com a finalidade de suprir essa deficiência, acabo de apresentar a Proposta de Emenda à Constituição nº 75/2015, destinada a alterar os arts. 24 e 37 da Constituição da República, estabelecendo a competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para legislar sobre esses certames.

A proposição já se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo por Relator o nosso ilustre colega Valdir Raupp, ex-governador de Rondônia – portanto, bastante familiarizado com essas dificuldades. Por ela, a competência da União consiste na fixação de normas gerais claras, sem entrar em detalhes, que, conforme os mais salutares princípios federalistas, deverão ficar a cargo dos governos estaduais e das prefeituras. Sua preocupação é tão-somente fornecer uma moldura geral consistente a essas unidades subnacionais, que haverão de enriquecê-la e adaptá-la às particularidades regionais e locais deste nosso País-Continente.

Cabe observar que, a despeito das várias proposições – mormente projetos de lei – que tramitam no Congresso Nacional no intuito de disciplinar o tema, ainda não foi aprovada a lei abrangente a esse respeito.

Sr. Presidente, inúmeros brasileiros e brasileiras que se candidatam a concursos públicos conhecem e sofrem com problemas frequentes, tais como: editais sem a devida publicidade; prazos de inscrição exíguos; regras ambíguas; ausência de indicações bibliográficas; impossibilidade de recursos de provas discursivas e orais; prazo exíguo para a interposição de tais recursos ou indeferimento imotivado dos mesmos; exigência de protocolizar pessoalmente esses recursos – sem possibilidade de fazê-lo via internet ou correio –; ausência de comunicação – por correio ou *e-mail* – aos candidatos aprovados quanto à sua nomeação, muitas vezes depois de passado um longo período da homologação do certame; omissão do Poder Judiciário diante de causas envolvendo concursos públicos, sob a alegação de que se trata de mérito administrativo, privativo da banca examinadora, configurando nítida negativa de prestação jurisdicional ao concursando – entre outras dificuldades.

Infelizmente, a maioria das fraudes que maculam os concursos públicos tem ocorrido nos Municípios, principalmente nos pequenos, como testemunham numerosas reportagens veiculadas na imprensa e na mídia eletrônica.

Ora, tendo em vista que a competência para legislar sobre concursos públicos é privativa de cada ente federativo, de vez que o Constituinte originário não a incluiu entre as chamadas competências concorrentes dos três níveis de governo, seria de todo interessante e pertinente inseri-los no âmbito das atribuições da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Isso permitiria à primeira editar lei geral aplicável a todos os níveis, contribuindo para uniformizar o tratamento da matéria, com regras moralizadoras válidas para todos os entes públicos.

Claro está que as chamadas especificidades locais não são suficientes para que se justifique a manutenção da repartição de competência legislativa quanto ao tema concursos públicos, pois a matéria se apresenta de forma semelhante, independentemente das características locais. Também está bem claro que a proposta em tela não anulará a participação dos demais entes federativos na regulamentação dos concursos públicos, que poderão legislar sobre as normas específicas para atender a suas peculiaridades. Apenas permitirá que a União estabeleça, repito, normas gerais sobre a matéria, uniformizando e moralizando os concursos públicos em todo o País.

Por último, a fim de que não parem dúvidas acerca da constitucionalidade da lei sobre concursos públicos de iniciativa parlamentar, a proposta deixa claro que o Poder Legislativo terá competência para desencadear o processo legislativo sobre a matéria. Dessa maneira, para encerrar de vez a discussão, o ideal é prever expressamente que o Poder Legislativo poderá dar início a projeto de lei que trate da realização de concursos

públicos, corroborando o entendimento da nossa Corte Suprema. Ficará, assim, clara a possibilidade de que Parlamentares apresentem projetos de lei sobre o tema.

Observo que a ampliação dos legitimados a apresentar projetos de lei sobre concursos públicos tenderá a ampliar o número de proposições em tramitação, a exemplo do PLS 74/2010, recentemente aprovado por esta Câmara Alta. Isso fomentará o debate sobre o assunto, ampliando as chances de vermos aprovada, finalmente, uma lei geral nacional de concursos públicos, para combater irregularidades como as que os meios de comunicação vêm, insistentemente, noticiando.

Para a concretização dessa relevante e oportuna mudança, quero encerrar esta fala reiterando o meu apelo para que V. Ex^{as} possam aprovar a PEC 75/2015.

E aí, meu Presidente, caro Senador Elmano, que – eu repito – gosta tanto de debater sobre a eficiência da máquina pública, poderemos, assim, ter um novo caminho para conseguir dar à nossa população tudo aquilo que ela merece, que é um atendimento público à altura e com a dignidade do que recolhe em impostos.

Com essas palavras, Presidente, eu espero estar contribuindo para melhorar a vida de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Parabenizo o nobre Senador pelo excelente discurso pronunciado neste instante.

E, com a devida paciência e tolerância do Senador Walter Pinheiro, do PT, da Bahia, e da Senadora Lídice da Mata, também da Bahia, eu peço permissão para conceder a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Fátima Bezerra, do PT, do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro aqui dar conhecimento à nossa Casa e aos que estão nos escutando e nos vendo neste exato momento de que amanhã, nesta quinta-feira, há um indicativo de que a Presidenta da República, a Presidenta Dilma, vai receber a coordenação do movimento da coalizão em prol da reforma política. Essa coordenação é formada por CNBB, OAB, UNE, centrais sindicais, plataforma dos movimentos sociais, bem como também por Senadores e Senadoras, a exemplo de V. Ex^a, que se somaram a essa luta cívica em prol exatamente da reforma política com ética, com democracia, com eleições limpas.

Essa luta culminou, inclusive, com uma vitória extraordinária, quando, na última semana, o Supremo Tribunal Federal acolheu os argumentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela OAB e declarou inconstitucional o uso das doações privadas e das doações empresariais, ou seja, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o uso do financiamento empresarial a partidos e campanhas.

Hoje, inclusive, estivemos no Supremo, quando do início da sessão, e entregamos ao Ministro Lewandowski uma cópia do manifesto da coalizão, assinado por 37 Senadores e Senadoras. Na verdade, havia mais Senadores para assinar. Ocorre que alguns estavam viajando em missão oficial, como o Senador Requião, o Senador Lindbergh e outros, mas o fato é que esse manifesto – encabeçado por OAB, CNBB, entidades da coalizão e assinado pelos Senadores – foi entregue hoje ao Ministro Lewandowski. E é esse manifesto, Senador Elmano, que nós queremos entregar às mãos da Presidenta Dilma.

O que pede esse manifesto? Em sintonia com o que decidiu a nossa Corte Maior, que declarou inconstitucional o financiamento privado a campanhas e partidos, em sintonia com o que pensa a maioria da sociedade, que, em pesquisas, já se manifestou claramente contra o financiamento empresarial a partidos e campanhas, o que nós queremos, nesse manifesto, que nós esperamos entregar amanhã à Presidenta Dilma, é que ela vete os dispositivos do Projeto de Lei nº 5.375, de 2013, que, lá na Câmara, restabeleceu as doações empresariais. Nós queremos, portanto, que ela vete os dispositivos desse projeto de lei no que diz respeito exatamente ao financiamento empresarial a partidos e campanhas.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu quero daqui, da tribuna, mais uma vez, falar sobre a greve dos professores das universidades e dos servidores técnico-administrativos das instituições de ensino superior públicas de todo o País, greve essa, Senador Walter Pinheiro, que já se arrasta exatamente há quatro meses.

Desde o início, como Coordenadora do Núcleo de Educação da Bancada do PT, junto com a Deputada Margarida Salomão e o Deputado Angelim, nosso coordenador do Núcleo também na Câmara, em nome do Núcleo de Educação da Bancada do PT, nós nos colocamos à disposição e temos exercido a mediação entre a luta dos servidores, dos professores das universidades junto ao Governo. Ainda na semana passada, nós estivemos, junto com o comando de greve da Fasubra, em uma audiência com o Secretário Executivo, Prof. Luiz Cláudio, dando continuidade aos esforços que precisam ser cada vez maiores e mais intensos, para que nós possamos chegar a um entendimento.

Eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que estamos muito esperançosos de que a greve possa ter o seu desfecho, ou seja, de que a greve dos servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior do nosso País possa terminar, uma vez que avançaram as negociações com o Governo. Ontem mesmo, o comando de greve da Fasubra orientou a categoria, em todo o País, a aceitar a proposta de reajuste salarial do

Governo e a suspender a paralisação. Com essa orientação do comando, os servidores técnico-administrativos em todo o País que têm o seu sindicato vinculado à Fasubra estão realizando as suas assembleias, avaliando a proposta que finalmente foi negociada com o MEC. Portanto, a nossa expectativa é a de que, depois da avaliação que está sendo feita pela categoria dos servidores técnicos e administrativos em todo o País, a proposta possa ter aceitação da maioria.

Eu quero aqui dizer ainda, Sr. Presidente, que, durante todos esses quatro meses, atuamos, junto com outros Parlamentares, com o Núcleo de Educação da Bancada do PT, comprometidos e sensíveis com a luta pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, como sempre fomos, para mediar as negociações. E nós fizemos assim por entender que as reivindicações são mais do que justas e por entender que este foi sempre o nosso compromisso, o compromisso do Partido dos Trabalhadores: lutar pela valorização do serviço público, que passa, fundamentalmente, pelo respeito e pela valorização salarial e profissional dos servidores, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O Governo terminou – repito: fruto de toda essa pressão, fruto de toda essa luta dos servidores técnico-administrativos liderados pela Fasubra – apresentando essa contraproposta, que agora está sendo avaliada em todo o País. Quero destacar, Sr. Presidente, que, nessa proposta, o Governo se comprometeu com um aumento de 10,8% nos vencimentos, a serem pagos em dois anos, além de reajustes em benefícios como auxílio-alimentação e auxílio pré-escolar e na parcela de ressarcimento dos planos de saúde.

É claro que essa contraproposta que o Governo Federal apresentou está muito longe ainda de responder ao atendimento total das reivindicações, que passam não só pela questão da reposição salarial, mas, fundamentalmente, pelo aprimoramento do plano de cargos, carreiras e salários dos servidores técnico-administrativos das universidades, plano esse que tive a alegria de relatar, quando Deputada na Câmara. Porém, em que pese, repito, a proposta do Governo não atender na totalidade as reivindicações da Fasubra, eu quero aqui, neste momento, destacar o bom senso dos coordenadores do movimento, do comando de greve e dos coordenadores da Fasubra em avaliar a atual conjuntura que nós estamos vivenciando e, portanto, orientar os servidores a voltarem ao trabalho, o que não quer dizer, de maneira nenhuma, que a luta por melhores salários e condições de trabalho mais dignos esteja terminada. Muito pelo contrário, a luta vai, sem dúvida nenhuma, continuar.

Eu quero aqui, mais uma vez, reafirmar que, como Bancada, o Partido dos Trabalhadores, seja aqui no Senado, seja na Câmara, estaremos sempre a postos aqui para continuar nos empenhando no sentido de fazer o Governo, cada vez mais, avançar.

Eu quero aqui, inclusive, fazer um destaque: vamos continuar insistindo, Senador Walter, para que a proposta que o Governo anunciou, no conjunto das medidas recentemente divulgadas pelo Governo Federal, de adiar o reajuste do funcionalismo, que, inicialmente, estaria previsto para janeiro, para agosto, possa ser revista. Nós consideramos essa proposta um equívoco injusto e vamos continuar lutando para que não haja o adiamento do pagamento do reajuste salarial do funcionalismo público, dos servidores do Governo Federal, inclusive dos servidores técnico-administrativos, dos professores e de todos aqueles que venham a fazer os acordos e chegar ao entendimento com o Governo Federal. Nós vamos continuar insistindo – repito – para que não haja o adiamento do reajuste salarial a ser concedido ao funcionalismo público federal, particularmente aos servidores técnico-administrativos e aos professores, em debate aqui.

Eu também quero aqui dizer que nós vamos continuar lutando para que o Governo reveja mais um equívoco daquelas medidas que é a intenção do Governo de extinguir o chamado abono de permanência. Isso é um equívoco também. Em outro momento, eu voltarei a falar sobre esse ponto, mas também vamos lutar para que essa questão da extinção do abono de permanência seja revista.

Sr. Presidente, como relatora, como já mencionei, quando Deputada, do plano de cargos e salários dos servidores técnico-administrativos das instituições superiores, faço questão de reafirmar que está mais do que na hora de rever vários itens desse plano. E estamos confiantes de que o Governo será sensível e avançará o suficiente para reconhecer esses direitos dos servidores técnico-administrativos consignados no plano de cargos, carreiras e salários.

Portanto, quero aqui colocar que, se a decisão dos servidores for, repito, de voltar ao trabalho, isso não significa que a luta terminou e muito menos que as negociações terminaram, de maneira nenhuma.

Tanto o Governo como a direção da Fasubra já estabeleceram, inclusive, um calendário para discutir cada um dos itens do Plano de Carreira que precisa ser aprimorado.

Volto a dizer: nós continuaremos sempre atentos, vigilantes e comprometidos com a defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nós nos colocaremos sempre à disposição, no que for necessário, para atuarmos, fazendo a mediação junto ao Governo Federal, na perspectiva não só de respeito, mas de reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras das instituições federais de ensino superior em todo o nosso País.

Reconhecer os direitos dos servidores técnico-administrativos das universidades que estão em greve passa, fundamentalmente, por avançarmos no que diz respeito à implementação do Plano de Cargos, Carreira e Salários desses servidores.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui também, neste momento, falar de outra greve no meu Estado. Refiro-me agora à greve dos professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. O que motivou essa greve, Senador Elmano, foi exatamente um acordo que havia sido celebrado com o governo anterior. Esse acordo estabelecia, dentre outros itens, a questão da reposição salarial. Havia já, dentro do acordo, o compromisso de uma parcela dessa reposição salarial ser paga agora no primeiro semestre.

O Governador, apesar dos esforços que foram feitos, alegou que há o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o Governo do Estado está acima desse limite, e, portanto, não foi possível atender a essa justa reivindicação dos professores.

Mas eu quero aqui, mais uma vez, fazer um apelo ao Governador do Estado, fazer um apelo também ao Ministério Público, no sentido de que mais esforços sejam feitos. Já são mais de 120 dias de paralisação das atividades docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Nós não estamos falando de uma instituição qualquer. A UERN é um patrimônio do povo do Rio Grande do Norte, na medida em que cumpre um papel relevante, que é exatamente o de formar gerações e gerações.

A UERN, que tem o seu *campus* central em Mossoró, não está só em Mossoró, ela está em várias outras cidades polos do nosso Estado, inclusive, na capital, está no oeste, está, enfim, em várias regiões.

Cento e vinte e dias de greve, Sr. Presidente, significam meses de estudantes sem terem o seu direito sagrado de acesso ao ensino, de acesso ao saber, ou seja, sem aulas. Cento e vinte e dias de greve significam também a angústia dos professores e servidores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte que, na verdade, estão lutando por aquilo que lhes é de direito: o respeito e a valorização salarial e profissional.

O Governo do Estado já tem, inclusive, uma minuta pronta de um projeto de lei a ser enviado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para que se tenha o amparo jurídico e para que se conceda o reajuste aos professores e aos servidores.

De forma que quero aqui dizer, Sr. Presidente, que já participei de várias reuniões, inclusive com a presença do Governo do Estado, já fiz vários apelos, já estivemos no Ministério Público, fizemos apelos também ao Tribunal de Contas do nosso Estado, tendo em vista exatamente essa problemática da Lei de Responsabilidade Fiscal, à Assembleia Legislativa também, de forma que eu quero aqui encerrar dizendo, mais uma vez, da minha solidariedade aos colegas professores e servidores da UERN que estão em greve, ao mesmo tempo em que renovo aqui o meu apelo para que mais esforços sejam feitos pelo Governo do Estado, pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, pela Assembleia para que, enfim, seja encontrada uma saída capaz de atender às justas reivindicações dos professores e servidores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e, portanto, para que as atividades voltem à sua normalidade.

É isso exatamente que desejam não só os professores, os estudantes e as suas famílias, os servidores, mas também a população e a sociedade norte-rio-grandense como um todo.

Há inclusive um indicativo de uma nova reunião com o Governo do Estado nesta quinta-feira. Essa é a nossa expectativa, a nossa esperança.

Hoje mesmo falei com o Prof. Pedro Fernandes, que é o Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, e tenho mantido contatos também com a direção da Aduern, que é a Associação dos Docentes da Universidade Estadual. O Reitor me disse, hoje, que há um indicativo de uma nova reunião com o Governo do Estado nesta quinta-feira.

Portanto, fica aqui o nosso apelo. E, mais do que o nosso apelo, fica aqui a nossa esperança de que, nessa nova reunião, a negociação avance concretamente, para que se chegue a um entendimento a fim de que professores e servidores possam voltar ao trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço o pronunciamento à Senadora Fátima Bezerra.

Incontinênti, concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, eminente e competente Relator da Comissão Especial do Pacto Federativo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu companheiro Elmano, que, de forma muito carinhosa (*Fora do microfone.*), é chamado pelos piauienses de “O Veín Trabalhador”, é uma alegria muito grande vê-lo, neste encerramento dos trabalhos, na Presidência da Casa. Esta é uma oportunidade de poder falar sob a Presidência de V. Ex^a.

Meu caro Senador Elmano, eu diria que vamos fechar um período, talvez, não com uma lacuna, mas com uma expectativa relativamente frustrada. Refiro-me à reforma política, que todos esperavam, que todos desejavam, para que pudéssemos colocar algumas questões, eu diria, não só na linha, mas até em sintonia com o que foi o desejo de milhões e milhões de brasileiros, desejo este expresso desde junho de 2013, quando diversas manifestações tomaram conta das ruas do nosso País. E refiro-me a pontos cruciais, meu caro Elmano, óbvio que tivemos uma vitória excepcional pelo fato de o Supremo Tribunal Federal ter decidido pelo fim do financiamento privado, matéria esta que já havíamos, inclusive, votado aqui e que o Supremo também já havia até iniciado essa jornada, suspensa por conta de um pedido de vistas, e, agora, eu diria, já consagrada e liquidada a fatura. Portanto, uma importante conquista.

Não dá para dizer de todo que fomos derrotados nesse processo da reforma; esta é uma conquista importantíssima, democratiza o pleito, cria as condições para que todos e quaisquer cidadãos possam disputar um processo eleitoral, nivela e, ao mesmo tempo, cria um processo de ligação entre o eleitor e o seu candidato. Portanto, agora, a relação tenderá a ser cada vez mais próxima ou até, eu diria, mais sintonizada na construção do programa.

Mas, quando me refiro às frustrações, meu caro Senador Elmano, todas as pessoas que nos assistem pelo Brasil afora, refiro-me, por exemplo, ao desejo que sei toma conta de muita gente no País: acabar com esse negócio de eleição a cada dois anos no Brasil. Isso é ruim para a gestão pública, isso cria um processo permanente de inoperância da esfera pública e, ao mesmo tempo, introduzem-se anomalias no processo eleitoral, ou melhor, no processo de gestão. Ainda bem nem tomou posse um determinado Prefeito e, imediatamente, se prepara para enfrentar uma eleição. E alguém pode dizer: mas não é eleição dele. Mas é uma eleição em que ele se envolve. É uma eleição, meu caro Elmano, com todas as condições corretamente impostas pelo Ministério Público, pela própria legislação que aprovamos.

Portanto, isso também leva a uma paralisia. O mesmo para governador. Agora nós tivemos isso. Os governadores saíram de uma eleição de 2014, vão completar o seu primeiro ano, só que a efervescência do processo eleitoral de 2016 já se apresenta agora. O prazo de filiação é amanhã – amanhã, num esforço de linguagem aqui –, mas entre o final de setembro e início de outubro. Então, conseqüentemente, as disputas já estão dadas, os partidos estão se movimentando. Portanto, isso interfere no processo de gestão, e o ambiente vira um ambiente eleitoral e não um ambiente de eleição. Ainda bem não disputou eleição, a cabeça do governante já está em outra eleição, e, quando chega ao processo seguinte, dois anos depois, o governante começa agora a se preocupar com sua própria eleição.

Na realidade, essa foi uma lacuna.

Eu apresentei, meu caro Elmano, uma emenda à Constituição em que um dos pontos que eu toco é exatamente este: eleições gerais.

Poder-se-ia, por exemplo, sugerir, para essa eleição de 2016, a ampliação dos mandatos. Já que não achamos correto prorrogar mandato, chegarmos aqui e baixarmos um decreto – os mandatos dos prefeitos e vereadores, agora, serão mandatos de seis anos –, nós poderíamos, por exemplo, apontar para a eleição de 2016 e dizer que os mandatos eleitos, portanto escolhidos pelo povo, serão exercidos em seis anos. Portanto com isso, projetando esse mandato de seis anos a partir das eleições de 2016, nós teríamos, na eleição de 2022, eleições coincidentes, ou seja, os que estão no cargo agora, que se elegeram nas eleições de 2014, poderiam tranquilamente concorrer à eleição ainda em 2018, mas, no processo de 2018 para 2022, já encontraríamos, já provocaríamos a reunião ou a junção entre todos os mandatos no Brasil, e, em 2022, faríamos, portanto, as eleições gerais no País.

E, aí, nós aproveitaríamos, digamos assim, essa questão, para, em 2022, também, além do fim de eleições a cada dois anos, também poderíamos introduzir o fim da reeleição, preservando efetivamente os mandatos dos que se elegerão em 2018. Em 2022, teríamos já consagrado o fim da reeleição.

Então, na realidade, esses pontos são os pontos importantes. Ontem, por exemplo, tivemos a notícia da criação ou da autorização pelo TSE para criação do Partido Rede, partido que tem diversas Lideranças no Brasil, dentre elas a nossa companheira Marina Silva.

Portanto, alguém pode dizer: “Pinheiro, você está contra a criação de partidos em uma das suas propostas?”. Não, não estou contra a criação de partido. O que fazem os companheiros e companheiras da Rede, na realidade, é a criação de uma instituição que nasce da base, com diversos quadros, com inserção política no Brasil.

A única exigência que tentei colocar na reforma política é a de que partidos podem ser criados. Estou dando o exemplo da Rede, que foi criado ontem, mas o importante é que esses partidos tenham a disposição de acabar com as comissões provisórias.

Portanto, sei que não é da índole de Marina isso. Pelo contrário, Marina, além da sua postura correta, além de firmeza na política, Marina tem coerência. Então, não cabe, por exemplo, para Marina Silva avaliar que Ma-

rina criou um partido para chama de seu. Portanto, tenho plena convicção de que esse partido, ontem, já com autorização para o seu funcionamento, estabelecerá as condições para que o diretório do Piauí, meu caro Elmano, o diretório do próprio Acre, Estado natal de Marina, tenham autonomia, não fiquem dependendo da Ata.

Uma das propostas que coloquei ou tentei viabilizar na reforma política é de que os partidos, para continuarem tendo acesso ao Fundo Partidário, ao tempo de televisão ou ao programa, utilizando o sistema de radiodifusão do nosso País, deveriam estar constituídos em 50% mais 1 dos Municípios brasileiros com diretórios e não comissões provisórias.

O nosso Relator, aqui, até que brincamos muito com ele dizendo que é o relator geral da República, Romero Jucá, levou minha proposta, junto com o Jorge Viana, e disse: "Pinheiro, não vai passar 50% mais um", aí apostou na possibilidade de 10% dos Municípios, e, aí, graduando isso, jogando um pouquinho para a frente, para crescer, nem isso passou. Que dizer, passou aqui no Senado e, portanto, foi derrubado do outro lado.

Então, agora, o sujeito pode ir em praça pública, pega 400, 500 mil assinaturas para formar um partido, mas depois não quer, nas mesmas cidades onde ele coletou assinaturas para criar o partido, ter diretório. Interessante, o sujeito vai na sua querida Teresina, chega lá, pega assinatura em praça pública, cria um partido em nível nacional e depois diz: "Elmano, lá em Teresina vou comandar o diretório a partir daqui", com comissão provisória, ou com uma expressão que uso muito, que diz assim "quem manda é a ata". O Cara bota a ata embaixo do braço e diz: "Aí é um partido para chamar de meu." Não é um partido efetivamente constituído.

Essa é uma outra lacuna. Eu diria que essa é uma derrota que nós sofremos. Não estou querendo tirar partido nenhum, nem proibir que se constituam partidos. Quem tem que decidir isso é o eleitor, e não a gente aqui com nenhum tipo de manobra. Mas, quando o eleitor decide, por exemplo, meu caro Elmano, que um partido não deve continuar existindo, e aí não lhe dá voto, não elege ninguém, então os partidos continuam tendo dinheiro do recurso do fundo partidário e tempo de televisão.

Mas o eleitor foi lá e disse que esse partido ele não queria, tanto é que não votou. No entanto, os partidos continuam existindo nacionalmente, e, dessa forma, nós vamos trabalhando com essa enxurrada de partidos. Esse é um ponto que eu diria problemático e seria importante que pudéssemos vencer essa etapa.

Então, na realidade, a expectativa minha na reforma política foi um pouco frustrada. Confesso isso. E ainda aqui assistimos muito a uma pressão para que aprovássemos a janela, a possibilidade de migração. Eu até sou favorável, Senador Elmano, sou favorável. Também não acho que temos que botar camisa de força em ninguém.

Então se permitir um período em que, principalmente no final de um mandato, se um Parlamentar quer, por discordância programática, só não pode permitir é que todo dia o sujeito saia de um partido para o outro –, aí talvez essa regra tão dura impõe essa necessidade de todo dia alguém estar criando um partido, porque aí o sujeito pode entrar num partido: "Partido novo pode!". Aí vai todo mundo correndo atrás de assinatura para criar um partido, como diz a velha música, "para chamar de meu".

Era melhor termos aprovado a janela e ter criado essas condições para o funcionamento efetivo de uma estrutura partidária condizente. Até porque não dá para você ficar botando camisa de força. Quando um partido muda de programa, por exemplo, o cidadão é obrigado a ficar no partido o tempo inteiro quando o partido anuncia um programa e depois passa a adotar outro.

Portanto, esse é um prejuízo, assim como um outro aspecto para o qual quero chamar a atenção, que são as coligações proporcionais: juntamos todo mundo num "chapão", como é chamado no processo eleitoral, e aí todo mundo se candidata a Deputado ali, numa alegria, numa chapa única. Depois, chega aqui no Congresso Nacional, a mesma chapa que foi eleita lá junta e aqui trabalha literalmente separada.

Eu não estou falando da fidelidade a governo, eu estou falando da fidelidade a programa, ao que é votado, como é que se comportam os Parlamentares de uma chapa que anunciou na campanha que seguiria certo nível de atuação, a partir do programa que foi gestado nessa campanha. Aí, quando chega aqui dentro, diz: "Não, não, não, não. Agora é cada um no seu, cada um na sua, e a amizade continua." Ora, cara pálida, então por que se juntaram na campanha? "Ah, não, é porque juntando na campanha, a gente aproveita a questão dos votos de legenda, a gente faz a junção". Então, na realidade, a junção não é programática! Ela é uma junção para conquistar os lugares!

Era importante que tivéssemos isso. Cada partido se apresenta na proporção com a sua fisionomia, com o seu programa. Então, isso era importante. Aí cada partido diz: "Olha, estou apresentando uma chapa de Deputados aqui, com esse, esse e esse programa." Então juntamos diferentes na campanha, dizendo ao povo que é tudo igual, e depois vem aqui para dentro e cada um começa a usar das diferenças que, efetivamente, marcam os partidos, por isso, porque se os partidos são diferentes. Portanto, começamos a dizer de forma diferente aquilo que foi dito aparentemente igual na campanha eleitoral.

Então, essa é outra lacuna que a reforma política deixa.

Mas até o dia 02 de outubro vamos ter uma severa mobilização de gente que se filia aqui, que se filia acolá, movimentação, isso para a campanha, nas questões que envolvem as disputas.

É óbvio que eu também tenho as minhas mobilizações. Eu tomei uma decisão, meu caro Elmano, de contribuir na campanha de 2016 não com a minha participação direta. Eu quero ajudar os companheiros em cada cidade. Vamos discutir programa. Mas eu, efetivamente, não quero ter a oportunidade de disputar a eleição. Se tivesse que disputar, efetivamente seria na cidade com a qual tenho o meu vínculo – não o vínculo eleitoral, mas a minha vinculação –, que é a minha querida Salvador.

Sou soteropolitano, nascido no subúrbio ferroviário de Salvador, mas creio que posso dar uma contribuição importante, em 2016, para a minha querida Salvador, assim como para os outros 416 Municípios – portanto, com Salvador, compondo os 417 Municípios da Bahia. Então, há uma decisão firmada de não disputar essa eleição e também de discutir de forma muito ampla qual a nossa tarefa daqui para frente.

Tenho dito a todo mundo que, na reforma política, por exemplo, eu enxergava um mecanismo para até buscarmos resolver diversas questões, como o drama que vivemos hoje aqui no Congresso, meu caro Elmano. É quando se fala de Base, que não sei o quê, de apoio, como vamos sair?

No último período, tenho focado muito nessa expectativa de contribuir para sairmos dessa crise em que nos encontramos. Tenho insistido, de forma veemente até, que tenho obrigação de fazer isso – tenho obrigação! Até muita gente faz confusão. Toda vez que faço uma crítica ao Governo, as pessoas: “Não, é que ele está para sair do PT, sair da Base, vai não sei o quê.” Eu não estou discutindo sair da Base coisa nenhuma, até porque tenho a obrigação de buscar ajudar na gestão, porque fui para a rua fazer campanha. Portanto, tenho um compromisso com o povo do meu Estado e, diria, até do País. Então, encontrar alternativa.

Então, eu tenho me posicionado quando algumas propostas são apresentadas,...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... eu tento apresentar a minha visão, tento dizer por que é que discordo. Em nenhuma delas eu disse “não” pelo “não”. Em todas elas, eu tenho apresentado, óbvio que sob a minha visão, qual é o caminho que eu gostaria que fosse adotado para este momento de crise que nós temos aí, no Governo, na economia. Portanto, eu tenho obrigação de ajudar como Senador.

O meu foco é esse. Esse é o foco desse período. Portanto, minha cabeça não está na eleição de 2016, muito menos na eleição de 2018. O que vai acontecer daqui para 2018 ainda tem um tempo para refletir, eu diria, muito.

Mas todo mundo sabe, inclusive, até já de um certo nível de decepção que temos por esses pontos que eu citei aqui agora. Eu gostaria muito de poder voltar a disputar uma eleição em condições, eu diria, de regras e condições eleitorais completamente diferentes das que nós disputamos em 2010.

Portanto, isso é um elemento até, eu diria, desanimador para qualquer um de nós no processo eleitoral. Mas, entre o desânimo dessa frustração de expectativa e o ânimo para contribuir com alternativas e com saída, eu fico com o ânimo porque o povo da Bahia me elegeu e me elegeu com essa tarefa. Então, não cabe a nós aqui ficarmos com análise das questões de caráter pessoal, muito menos ficarmos olhando para o umbigo, preocupados com o que eu vou fazer em 2016 e em 2018.

A preocupação é o que está acontecendo do ponto de vista da geração de postos de trabalho, o que está acontecendo em cada rua, em cada cidade, em cada Estado deste País, como é que vamos conseguir apresentar uma proposta que retome a atividade produtiva, que criemos as condições para este Brasil voltar a crescer.

Então, esse é o ânimo, esse é o desafio. Aprovar aqui na Casa... Por isso que eu tenho batido muito nessa questão da reforma do ICMS. Eu estou em uma linha e continuo insistindo nessa linha de que é muito melhor reduzirmos a carga tributária do que aumentar.

Eu posso até reconhecer o esforço, como diz lá o Ministro Joaquim Levy, do seu ajuste.

Mas eu ainda prefiro a expectativa de que a gente possa começar a pensar neste País num pós-ajuste, respostas para o crescimento, para a gente não ficar tirando o oxigênio de quem ainda está de pé; que a gente tenha a capacidade de alimentar esses que ainda estão de pé e prover o oxigênio e as condições para que aqueles que estão cambaleando ou para que aqueles que estão fora possam voltar a produzir, a se soerguerem, para que este País tenha a capacidade de voltar a produzir. Então, eu tenho a obrigação de fazer isso. Seria até cômodo chegar e anunciar que estou agora fazendo oposição ao Governo Dilma, mas o sujeito na rua ia dizer: ô Pinheiro, você esteve aqui para fazer campanha.

Então, você tem obrigação de fazer funcionar isso também; você é parte disso. Posso até não ser parte nas decisões que vêm de lá para cá, até porque nem consultados nós somos. Não estou querendo aqui que ninguém me consulte não, mas, como Senador, tenho obrigação de dar a minha contribuição, a partir daqui do Senado,

como tenho feito de forma cotidiana na nossa Comissão do Pacto Federativo, com propostas, com emendas à Constituição. Tenho insistido enormemente que é fundamental retomar o incentivo e a produção na ponta.

Os Estados estão padecendo, meu caro Elmano, a receita cai. Os Estados não estão tendo capacidade de fazer investimento. A atração de investimento é cada vez mais difícil. Como encontrar uma fórmula? Eu não sou dono da verdade e nem tenho uma fórmula pronta e acabada, mas é preciso também que o Governo e o meu Governo do outro lado da rua compreenda que, aqui, há 81 Senadores, mesmo os da oposição. Esta Casa tem condições de ajudar.

É importante que a gente faça esse diálogo com Senadores, que a gente faça o diálogo com governadores, com prefeitos e, principalmente, com o povo, para tentar juntar as partes, auscultar. Auscultar é muito mais que escutar. Auscultar é examinar, é tentar ouvir de dentro, é tentar buscar do mais profundo.

O Governo não pode ser capa de chuva, meu caro Elmano. Sabe como é capa de chuva? Bate e escorre. É impermeável. Toda vez que você fala, algumas pessoas do Governo... Aliás, há uma expressão que minha sogra usava muito. Ela dizia assim: alfinete de cuspe. Sabe? Melindroso. Toda vez que você faz uma crítica ao Governo ou apresenta uma proposta, o Governo se sente ferido, tocado.

Mas a crítica aqui é a crítica de quem quer acertar, de quem quer contribuir, de quem quer ajudar. Esse é o aspecto.

Já imaginou, Senador Elmano? Nós vimos para cá toda semana para quê? Para ficar aqui igual á vaca de presépio, balançando a cabeça? Ou para ficar igual àqueles bonecos infláveis de casa de autopeça, que o sujeito pega um ventilador e bota embaixo? Tome-lhe vento, e o bonequinho fica balançando os braços. Levanta o braço!

Não há nenhum problema de acompanharmos a proposta de governo, mas também não há nenhum problema de não acompanharmos a proposta de governo, inclusive apresentando soluções.

Eu ouvi aqui agora a minha companheira Fátima falar de um setor importante. Nós estamos aí com greve nas universidades, no INSS. Sei que é difícil o momento, mas é necessário também que se olhe para essas áreas, num processo de negociação.

Enfrentamos ontem essa batalha da questão do veto em relação ao reajuste dos servidores do Judiciário. Até fomos derrotados na questão do fator. Hoje se aprovou a medida provisória, vamos ver como é que anda. Mas também tentar classificar essas coisas todas como coisas absurdas! Tudo isso virou "pauta-bomba" da noite para o dia, a suspensão dos concursos. Então, de uma hora para outra, tum! Aí é a velha história do disco arranhado – no mesmo lugar.

Quer dizer, a mente criativa só aponta para um caminho. Então, é sempre no mesmo canto que eu tenho que tirar. É o abono permanência, é a suspensão de reajuste salarial, é a retirada de benefícios – a 664 e a 665, as duas medidas provisórias, foram isso –, é ali no fator. Está bom, é contribuir! É a introdução da idade mínima para o sujeito se aposentar. A Previdência está quebrada, está isso, está aquilo. Está bom, estamos tirando, tirando, tirando e botando o que no lugar?

Será que também não é possível olhar, para dizer que tem que botar também na atividade econômica, tem que reestimular, tem que voltar a crescer? Porque tem uma hora em que você vai tirar, tirar, tirar, tirar, e a fonte vai secar.

É com essa coisa que aqui, no Senado, nós estamos tentando contribuir o tempo inteiro. É o que estamos chamando de pós-ajuste. E aí, de vez em quando, somos classificados: "Ah, vocês estão batendo demais no Governo."

Eu não estou batendo em governo, não estou em luta de boxe. Nem com o Governo eu estou lutando. Nós estamos tentando lutar aqui para encontrar uma saída para o Brasil. E o Governo precisa também se permitir querer ser ajudado. Esta é uma coisa fundamental, o Governo precisa se permitir isso. O Governo precisa tirar a capa de chuva.

Nem aqui há sabidos demais, quer dizer, os detentores da verdade, nem do outro lado da rua. Só aqueles e somente aqueles têm as condições para encontrarem uma saída. É esse o nosso papel, Senador.

Então, fazemos uma crítica em relação a essa condução, porque é importante o funcionamento de uma máquina pública como universidade, atendimento à Previdência, os servidores do Judiciário, os servidores da Receita, os servidores da nossa Polícia Federal, do Ministério da Agricultura, enfim, esse servidor público que presta o serviço na ponta. Isso é fundamental para a estrutura de Estado atender o cidadão. Agora, não dá para atender precarizando completamente o trabalho e, de certa forma, pagando salários, eu diria, completamente ruins.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ontem, eu conversava com algumas pessoas da estrutura, engenheiros do setor elétrico, do setor da comunicação e técnicos, que me diziam: “Pinheiro, com esse salário é muito difícil que continuemos na estrutura pública. Vamos embora para a iniciativa privada, não tem como trabalhar aqui, ganhando salário desse tipo.”

Então, queremos discutir com o Governo, queremos colaborar. Agora, não dá é para ficar o tempo inteiro dizendo “sim, senhor; senhor, sim”, quando também estamos vendo que o remédio que está sendo baixado não é um remédio tão bom assim.

De dezembro para cá, meu caro Elmano, a palavra foi só “ajuste”. Tome-lhe buraco no cinto! Aperta o cinto! Ai é que fazemos a pergunta: e cadê o piloto dessa aeronave? Vamos lá sentar, dialogar.

Volto a dizer: nós temos compromisso, mas queremos também ser parte. Fizemos isso aqui, com o Pacto, agora com a Pauta Brasil, tentando contribuir. Continuo insistindo nessa questão da reforma. Eu disse ao Presidente Renan: nós não podemos atravessar esse ano de 2015 sem o Senado aprovar aqui a reforma do ICMS.

Vai ser uma derrota isso, vai ser uma derrota brutal. Na minha opinião uma grande derrota do Senado na contribuição, e, pior ainda, derrota para os Estados, porque essa história de dizer que os Estados vão voltar à guerra fiscal... Que Estados vão voltar à guerra fiscal?

O Rio Grande do Sul tem condições de dar incentivo a alguém para ir para lá hoje? O Rio Grande do Sul acabou de aprovar mudança no ICMS lá. Está pensando que dá para fazer a mesma coisa que fez ontem? A Bahia vai poder fazer a mesma coisa que fez no início dos anos 2000, final dos anos 90, início dos anos 2000? Não vai, a realidade é outra. Estive com o governador, que me disse: “Pinheiro, está difícil”. O governador está indo aqui e ali, vai fazer uma longa viagem em outubro, para atrair investimentos. E olha que a Bahia conseguiu fazer o seu dever de casa, mas a estrutura tem que começar daqui.

Quero encerrar, meu caro Elmano, dizendo que minha expectativa na reforma política é que poderíamos ganhar efetivamente uma condição, para termos um funcionamento das Casas, onde o debate fosse mais importante que a ocupação de espaços. O que cabe para mim? O que cabe para o meu Partido? O debate dos partidos e a contribuição dos Parlamentares aqui para a economia, para o País, para a população, esse é o debate que é importante travarmos. Continuo convencido de que fui eleito para isso e não para resolver onde vou ficar, o que vai ter aqui para mim depois daqui, dali e de acolá. A população não elegeu os Senadores para virem para cá tentar resolver o seu problema, mas para que pudessem contribuir para a solução, digamos assim, de problemas do Brasil.

Era isso, meu caro Senador Elmano. Espero que consigamos fazer isso.

Hoje, conversei com o Senador Renan, que está com disposição de novamente convocar o Congresso Nacional, para continuarmos apreciando os seis itens da pauta de ontem. Alguns falam em o Congresso ser chamado ainda na terça-feira. Outros propõem que seja chamado na terceira terça-feira de outubro, que, portanto, cairá o dia 20 de outubro. Acho que é importante mesurarmos direitinho. Acabei de falar com o Líder do Governo aqui na Casa, Senador Delcídio, para ponderar. Continuo ainda na tentativa de diálogo com o Judiciário para resolvermos essa pendência. Vamos precisar de um entendimento. Acredito que até amanhã, pela manhã. O Senado, principalmente o Presidente Renan, até me disse, de forma muito correta, que não quer tomar a decisão sozinho, que quer consultar os diversos Líderes e os Parlamentares da Casa, para ver qual o melhor momento. O melhor momento não pode ser a tática de postergar nem tampouco de ganhar no tempo para ver se vamos derrotar A ou B.

Eu acho que o melhor momento tem que ser o momento que se ajuste, para tentarmos resolver as coisas. Era importante que no dia de amanhã tivéssemos uma definição, meu caro Elmano, se chamaremos o Congresso para terça-feira ou se o Congresso será chamado somente na data prevista, que seria a terceira terça-feira de outubro.

Portanto, agora, é hora de a gente imaginar isso. Quais os passos que daremos nesta Casa para buscar saídas e alternativas para a crise que se apresenta no Brasil? A nossa tarefa, volto a dizer e tenho dito sempre, não é salvar a pele de A ou B; nós precisamos salvar é o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, que me inspiraram a convidá-lo a ocupar esta Presidência, no sentido de que eu possa fazer algumas considerações, considerando o brilhante pronunciamento de V. Ex^a neste final de noite aqui.

O Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ainda dando continuidade a esta sessão, passo a palavra ao Senador Elmano, do PTB do Piauí.

Tem V. Ex^a o tempo regimental, para uso da tribuna, na noite de hoje.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu nobre Presidente, Walter Pinheiro, as palavras de V. Ex^a, neste instante, me inspiraram a vir a esta tribuna. Inclusive, faço minhas todas as palavras e considerações feitas por V. Ex^a nesses instantes aqui.

V. Ex^a começou a falar em frustrações, que eu considero frustrações individuais, frustrações coletivas. E falar em frustrações é o termo que me remete a junho de 2013, quando vi uma das mais espontâneas e contundentes manifestações públicas em nosso País, um movimento originário ou decorrente de R\$0,20 que se transformou numa coisa maior, uma exteriorização de sentimento de indignação. Não só de frustrações, mas de indignações. Movimento que envolveu mais de dois milhões de brasileiros e brasileiras, crianças, velhos, adolescentes, pessoas com deficiência, e movimento sem bandeiras, sem líderes. Mas aquilo transmitia a perplexidade de um povo, de uma nação politicamente organizada. E me parece que, naquele momento, nem o Governo, que é transitório, que é passageiro, e também não sei se o Estado como instituição permanente, os dois, Governo e Estado, fizeram uma análise da etiologia, da origem, do porquê daquele movimento de indignação que mobilizou a Nação brasileira.

No meu entendimento, aquele povo está hibernado. Aquele povo se recolheu às suas casas. Não me refiro aos movimentos mais recentes, que traduzem sentimentos de oposição de um lado e de situação do outro lado. Aquele movimento de 2013, sim, foi um movimento espontâneo. Quando aquela massa de gente acorreu a esta Casa do povo, ao Congresso Nacional, no meu entendimento aquele povo deixou aqui, no Parlamento, uma mensagem, deixou aqui um recado. Qual foi o recado, no meu entender? Disse o seguinte: “Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores – isso é muito profundo, meu caro Presidente Walter Pinheiro –, vocês não nos representam”.

Questionar a democracia representativa? Isso é coisa grave. Não há democracia sem Parlamento. Não há democracia sem partidos políticos. Não há democracia sem os seus representantes, sem os representantes do povo.

Aquele povo, aqueles manifestantes saíram daqui e acorreram à Suprema Corte do nosso País, ou seja, ao Supremo Tribunal Federal. Qual é o recado? Uma insatisfação com relação à nossa Justiça. De lá foram para o outro Poder da República, para o Planalto, e lá deixaram também a última mensagem ao último dos três Poderes da República: a insatisfação com relação ao Estado brasileiro, aos serviços públicos, à ineficiência dos serviços públicos na área da educação, na área da saúde, da insegurança, porque não podemos falar, neste País, em segurança individual, em segurança coletiva. Lembro-me de que, na campanha passada, na menor cidadezinha do Piauí já havia uma grande preocupação com a insegurança que dominava aquele Município, aquela cidadezinha.

Meu Presidente, senhoras e senhores, expectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, é uma crise, no meu entendimento, profunda do Estado brasileiro. A crise maior é do Estado, que não mais atende às aspirações da coletividade, especialmente das pessoas mais simples, daquelas pessoas que precisam de um transporte urbano coletivo decente e eficiente, daquelas pessoas simples, que moram nas favelas, que moram em mocambos ainda, apesar de todos os programas de habitação popular do nosso País, que precisam de serviços públicos mais eficientes. O Estado autofágico não responde ainda aos anseios, às aspirações, aos desejos da coletividade, especialmente daquelas pessoas mais simples, que ganham pouco, e daqueles que não ganham nada.

É isso, no meu entendimento, meu caro e nobre Senador Walter Pinheiro. E se insere na crise do Estado a crise federativa que V. Ex^a, como relator dessa comissão especial nomeada pelo nobre Presidente Renan Calheiros, analisa, sob a presidência do não menos importante, competente, ex-Ministro, ex-Deputado Federal e hoje Senador pelo Estado de Pernambuco Fernando Coelho.

V. Ex^a e ele têm feito um trabalho importantíssimo no que se refere à reconstituição de um novo e decente pacto federativo e também na reforma política. Quando V. Ex^a falou em frustração, talvez fosse a frustração pela reforma com que todos nós sonhávamos e sonhamos, que não vai acontecer.

V. Ex^a começou a falar em eleições de dois em dois anos. Um país como o nosso, de dimensão continental, com mais de 130 milhões de eleitores, um país com problemas culturais, com problemas de educação e sentimentos coletivos de uma sociedade injusta não pode se dar ao luxo de ter eleições de dois em dois anos. Vejam o que está acontecendo em nosso país em decorrência de financiamento de empresas a partidos e a políticos. Daí por que somos contra. Toda a mazela que vivenciamos hoje decorre de um sistema que eu diria injusto para os iguais. Aliás, os desiguais beneficiam os maiores nesse processo de financiamentos e de doações a candidatos e a partidos.

V. Ex^a foi feliz ao celebrar a decisão que considero histórica do Supremo Tribunal Federal no que se refere à doação de empresas no processo eleitoral, por inspiração e iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil.

Então, V. Ex^a foi feliz no pronunciamento de hoje – eu me permitiria dizer que sei que V. Ex^a não pôde tocar em todos os temas –, mas há outro tema de que a coletividade fala muito, que é o instituto da reeleição. Tem um aspecto positivo, sim, mas nós ainda não atingimos o grau de maturidade política para adotar o que os Estados Unidos e algumas outras nações já fizeram, a proliferação de partidos políticos.

Realmente V. Ex^a foi muito feliz. Há verdadeiros cartórios que transformam os partidos criados em nosso País. Realmente não podemos cercear o direito de grupos, de políticos, de pessoas de criar partidos políticos, mas se não tivermos uma cláusula de barreira para que eles tenham representantes significativos nesse Parlamento nós não vamos aperfeiçoar a nossa democracia.

Um aspecto importante também a que V. Ex^a se referiu é a questão das coligações proporcionais. Antes, porém, eu sou do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Quando se falava em fusão de partido, eu sonhava, mas sei que é um sonho irrealizável, com a fusão do PTB com PDT, dois partidos que nasceram no trabalhismo de Getúlio, no trabalhismo de um Pascoalini, de um Santiago Dantas, mas é impossível, pelos interesses paroquiais e cartoriais dos partidos políticos que se transformaram aqui no nosso País.

Então, meu querido e nobre Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a foi mais além. Falamos aqui do financiamento empresarial de campanhas, de candidatos e de partidos. O que nós sonhamos todos, o Brasil sonha. Se nós voltarmos àquele movimento de 2013, o Brasil exige profundas transformações, transformações sociais menos injustas, porque, apesar de todos os esforços dos últimos governos, ainda somos um país desigual. Não chegamos ainda a erradicar a pobreza e a miséria, embora reconheçamos que o Partido de V. Ex^a é inspiração de um nordestino que saiu do interior de Pernambuco, tangido por uma seca, e veio para São Paulo, onde criou um Partido, uma transformação e chegou à Presidência da República. Estou me referindo ao Presidente Lula.

Vivenciamos ultimamente grandes e profundas transformações, mas, meu caro Presidente, ao falarmos de problemas e de crises, nós temos também que dizer que não há um país no mundo com as potencialidades e as riquezas do nosso País. Temos de tudo, desde recursos minerais da mais alta qualidade, e somos um País que exporta muito em termos de produtos originários do agronegócio, da agricultura e da pecuária. Somos um País que tem de tudo, dado pela natureza, para assegurar a todos os brasileiros uma vida melhor, uma vida digna com qualidade de vida. Então, é isso que nós queremos, é isso que nós sonhamos.

Por último, meu nobre e estimado Senador Walter Pinheiro, senhoras e senhores, eu queria levantar esta questão – não sou eu, muitos já estão levantando – da crise do Estado brasileiro.

No meu entendimento, dela decorre tudo o que nós estamos vendo: a crise econômica, política e social. E é das crises que saem as grandes oportunidades, as grandes inovações. É o que nós esperamos deste Senado da República.

Às vezes, meu nobre Presidente, eu vejo nesta Casa 15 ou mais ex-Governadores, ex-Ministros de Estado, até ex-Presidentes da República que já passaram por profundas dificuldades em seus Estados. A crise federativa já começou no Rio Grande do Sul, um Estado rico, potente, de uma economia sólida, de um povo que tem um grau de educação e de cultura elevado, influenciado por pessoas oriundas da Europa, da Ásia e de outros continentes.

Então, quando V. Ex^a vem se debruçando nesta Casa sobre o pacto federativo, eu me permitiria dizer que o pacto federativo, com os Estados membros da Federação, os Municípios e as cidades deste País, todos estão na UTI e poderão morrer amanhã. Daí a necessidade de transformarmos e fazermos uma verdadeira revolução no bom sentido do pacto federativo.

Lembro-me, meu nobre Senador, que há 22 anos, como Secretário de Planejamento em um fórum em Manaus, nós levantávamos, àquela época, há 22, 23 anos, naquele momento, o princípio da crise federativa. E hoje nós vemos aí os Municípios e os Estados, todos com profunda dificuldade. O Estado de São Paulo e sua capital, aliás, uma das maiores cidades do mundo com um endividamento brutal, um endividamento grande, e estou falando de São Paulo.

E eu pergunto: e os outros Estados? E o Nordeste? E o meu Piauí? Então, é isso aí.

Nós aqui nesta Casa, nós somos responsáveis. O que se diz aqui é que esta é a Casa da Federação, e a Federação com os Municípios e os Estados federados agonizam, estão agonizando. E, no passado, vim aqui para Brasília e aqui levava-se dinheiro, mas também o saco aqui já está vazio, não há mais recursos da União, daí o aprofundamento da crise do Estado brasileiro.

Então, meu querido Senador Walter Pinheiro, eram essas considerações, complementando as inteligentes, experientes colocações feitas por V. Ex^a, que já está aqui neste Parlamento, aqui no Congresso Nacional, como Deputado Federal, como Senador, com uma experiência muito grande, inclusive, de Deputado Estadual e Vereador, da nossa querida Salvador, uma experiência política de mais de 30 anos.

Eu, por exemplo, estou chegando aqui agora e, apesar do peso dos anos, eu me sinto jovem, com disposição de trabalhar. E vou trabalhar! Vou trabalhar muito pelo meu Estado do Piauí, como fiz na capital Teresina. Trabalhamos muito! Fizemos o impossível em pouco tempo e com pouco dinheiro.

Nós temos também um grave, um gravíssimo problema no Brasil, meu querido Walter Pinheiro, em todas as instituições públicas, sobretudo, que é a questão da gestão, da direção dos empreendimentos públicos. E a mortalidade de empresas privadas no Brasil também é grande. Qual é o problema? Gestão! O grande problema no Brasil, hoje, é gestão.

Nós desperdiçamos dinheiro. Nós jogamos dinheiro no mato. Há um ralo, e não há quem tampe esse ralo no Brasil, mas nós temos que lutar para isso. Com os poucos recursos que nós temos, nós poderíamos fazer muito mais, desde que houvesse probidade na aplicação dos recursos públicos.

Então, meu querido Presidente, eram essas as considerações que nós tínhamos a fazer. Essas palavras de hoje, que partiram do meu coração, foram inspiradas por V. Ex^a. Aliás, V. Ex^a, o Paim, o nosso Cristovam Buarque e grandes Senadores que temos nesta Casa têm me inspirado muito e fortalecido em mim o desejo de fazer muito mais pelo Estado do Piauí, nosso Estado, pelo Nordeste, mas, sobretudo, pelo nosso País.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Eram essas as nossas palavras no encerramento desta noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Elmano, é uma alegria poder compartilhar com V. Ex^a, no encerramento dos trabalhos, dessa boa contribuição, dessa contribuição vinda exatamente da experiência de um homem que talhou a sua vida servindo ao povo do Piauí e que, agora, no Senado, faz essa boa contribuição para o povo do Brasil inteiro.

Vamos aproveitar, meu caro Elmano, e encerrar esta sessão, agradecendo a todos que contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos, os nossos membros da Mesa, da Taquigrafia, a turma que trabalha por trás das câmeras, mas que nos levam a cobrir de maneira mais eficiente aí todo o País, os que estão nos bastidores, enfim, todos aqui, desde a turma que nos serve durante o dia com a água, portanto, vai provendo as condições de funcionamento.

Vamos encerrar os trabalhos de hoje. Amanhã, teremos sessão deliberativa no mesmo horário, a partir das 14 horas, dando continuidade a esta semana de pauta, que está trancada por uma medida provisória. Estamos, ainda, no aguardo de que, até o dia de amanhã, o nosso Presidente Renan possa anunciar a data de convocação para a sessão do Congresso Nacional, para, não só apreciar os vetos, mas também para votarmos matérias importantes, como a que trata da questão dos trabalhadores que aguardam ansiosamente uma decisão sobre a questão do Aerus, assim como os servidores do Judiciário, que aguardam decisão sobre a questão do reajuste dos salários, e os aposentados, pela definição do reajuste das aposentadorias no País.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o meu Estado de Roraima apareceu hoje, na mídia nacional, protagonizando uma confusão, entre representantes dos movimentos sociais de nossa capital, ligados à questão da regularização fundiária, e a segurança da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE/RR).

O episódio teve origem na entrega, ao Poder Legislativo, da Mensagem Governamental do Projeto de Lei para Regularização de Imóveis Urbanos no Estado, enviada pelo Governo de Roraima. A representação do governo ficou impossibilitada de protocolar a mensagem, tendo em vista um conflito gerado entre a segurança oficial e representantes dos sem teto, que queriam acompanhar o protocolo da mensagem governamental; prerrogativa legítima, pois os movimentos são compostos por famílias que há muito tempo reivindicam a aprovação de um projeto que regularize os imóveis urbanos em nosso Estado.

O conflito se estabeleceu e policiais da Casa legislativa foram autorizados a dispersar os manifestantes, com spray de pimenta e com uso da força física de policiais. A lei estabelece medidas para que os dirigentes públicos atuem no sentido de garantir a segurança dos espaços públicos; no caso em discussão, a Assembleia Legislativa do Estado. Todavia, em que pese esta prerrogativa do agente público, ainda assim, em situação como a que se deu ontem na ALE de Roraima, a tolerância é que deve estar no comando.

Aqui não há, a priori, um julgamento sobre quem estaria errado ou certo, no conflito instalado entre poder e sociedade. Há, todavia, uma convicção de que, somente à disposição ao diálogo e ao entendimento pode atenuar conflitos dessa ordem.

Nos dias atuais, nada parece ser possível se não tivermos a consciência de que vivemos sob a égide da pluralidade, do debate e da negociação.

Por isso, convicta dessa nova realidade, não enxergo nenhuma sintonia da ação do Poder Legislativo, com o que preconizam os novos tempos, nos quais o ativismo dos atores políticos e sociais recomenda a disposição ao diálogo e a aceitação da ação colaborativa das forças que compõem nossa sociedade.

A Constituição de 1988 estabelece a divisão entre os poderes na mesma medida em que determina que cabe ao Legislativo elaborar leis e fiscalizar os atos do Executivo. Mas cabe, também, àquele poder, debater as mensagens, projetos e medidas que lhe são enviadas, sugeridas e recomendadas.

Portanto, entendo que em casos como o que ocorreu na ALE de Roraima, a disposição ao diálogo e ao entendimento poderia ter dado outra condução ao conflito.

De igual modo, também compreendo que deve haver serenidade de nossos governantes e de nossos representantes legislativos. O Estado de Roraima não pode prescindir de seus representantes políticos. A população que os elegeu, tanto para o Parlamento quanto para o Executivo, espera deles o fiel compromisso com Roraima.

Sendo assim, apelo à humildade de nossos dirigentes políticos e administrativos, na busca da solução desta crise momentânea, instalada entre o Legislativo e o Executivo de Roraima.

Estou convicta de que a disposição das partes ao diálogo entre si assim e, também, com as representações sociais, poderá nos conduzir no caminho da paz para a governabilidade.

Precisamos de cabeças pensantes, mas, também, de corações abertos, para encontrarmos soluções aos enormes e complicados problemas que Roraima enfrenta. A busca do entendimento é o nosso caminho, para o bem de nosso povo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 52 minutos.)



SENADO FEDERAL

Agenda Cumprida pelo Presidente

23/09/2015

quarta-feira

16h00 Ordem do Dia

Plenário



CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 59, DE 2015-CN

(MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, DE 17 DE JUNHO DE 2015)

Da COMISSÃO MISTA, sobre a Medida Provisória (MPV) nº 676, de 17 de junho de 2015, que *“Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.”*

ROL DE DOCUMENTOS:

- Relatório apresentado em 22-09-2015 (Parecer nº 59/2015-CN aprovado)
- Errata apresentada em 23-09-2015
- Emenda de redação
- Ofício nº 029/MPV 676-2015 (aprovação do parecer pela Comissão Mista)
- Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015.

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, EDITADA EM 17 DE JUNHO DE 2015 E PUBLICADA NO DIA 18 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ALTERA A LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, DE 17 DE JUNHO DE 2015

(Mensagem nº 215, de 2015)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado AFONSO FLORENCE

I – RELATÓRIO

A Medida Provisória em exame acrescenta artigo 29-C à Lei nº 8.213, de 1991, para tratar da não incidência do fator previdenciário quando a soma do tempo de contribuição e da idade do segurado, na data em que preencher o requisito para aposentadoria por tempo de contribuição, for igual ou superior a 95, se homem, e 85, se mulher. O caput do art. 29-C assegura que sejam contabilizadas frações na soma, ou seja, meses de idade somados a meses de tempo de contribuição para formar 1 ano completo.

Os incisos I e II do citado dispositivo reforçam, ainda, que deve ser observado o tempo mínimo de contribuição de 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher, sem estabelecer a ressalva para o caso de professores e professoras, que, pelo §8º do art. 201 da Constituição Federal, têm assegurado o direito à aposentadoria por tempo de contribuição quando completarem 30 e 25 anos de contribuição, respectivamente.

Para efeito da não incidência do fator previdenciário ao longo do tempo, o §1º do art. 29-C, acrescido à Lei nº 8.213, de 1991, prevê a progressividade da soma de idade e do tempo de contribuição estabelecida no caput do dispositivo, resumida no quadro a seguir:

Data da Majoração	Soma de Tempo de Contribuição e Idade a ser atingida pela Mulher	Soma de Tempo de Contribuição e Idade a ser atingida pelo Homem
De 18/06/2015 31/12/2016 a	85	95
1º de janeiro de 2017	86	96
1º de janeiro de 2019	87	97
1º de janeiro de 2020	88	98
1º de janeiro de 2021	89	99
1º de janeiro de 2022	90	100

Por fim, o §2º do art. 29-C, inserido à Lei nº 8.213, de 1991, assegura que sejam acrescidos 5 anos à soma de idade e tempo de contribuição do professor e da professora que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

A vigência da Medida Provisória é a data de sua publicação, conforme previsto em seu art. 2º.

I.1 – Emendas

Foram originalmente apresentadas 184 emendas à Medida Provisória nº 676, de 2015. No entanto, foram apresentados requerimentos pelos respectivos autores para retirada das seguintes emendas:

- Senador Paulo Rocha: emenda nº 15;

- Deputada Professora Marcivania: emenda nº 154;

- Deputado Helio Leite: emenda nº 116; e

- Deputado Afonso Florence: emendas nºs 100, 101, 102, 103, 104, 143 e 144, em face da designação como Relator da matéria.

Não houve indeferimento preliminar de qualquer das emendas por parte da Presidência da Comissão, nos termos do art. 4º, § 1º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, norma conexa ao Regimento Comum.

As emendas sugeridas pelos nobres parlamentares podem se agrupadas por tema, da seguinte forma:

FATOR “85/95”

– Extinção da regra de progressividade: apresentadas um total de vinte e duas emendas: as de nºs 10, 12, 14, 36, 60, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 94, 99, 125, 146, 147, 150, 165, 171 e 183;

– Alteração da regra de progressividade: total de vinte e três emendas que variam quanto ao intervalo do acréscimo à soma da idade com o tempo de contribuição resumidas a seguir:

Aumento a cada dois anos: emendas nºs 77, 79, 97, 118, 124, 155, 156;

Aumento a cada três anos: emendas nºs 3, 46, 52, 108;

Aumento a cada cinco anos: emendas nºs 17, 27, 29, 106;

Aumento a cada seis anos: emendas nº 26, 59; e

Aumento a cada 10 anos: nº 182; e

Outra regra de progressividade: nº 37, 38, 44, 49, 74, 78 e 140;

– Aumento de cinco para dez anos no acréscimo à soma da idade com o tempo de contribuição do professor (a) que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio: emendas de nºs 13 e 48;

- Aumento de cinco para dez anos no acréscimo à soma da idade com o tempo de contribuição apenas da professora (e não para professor): emenda nº 43;
- Fixação em 30 e 25 anos, respectivamente, do tempo mínimo de contribuição do professor e professora, de acordo com o que prevê o art. 201, §8º, da Constituição: foram apresentadas seis emendas, sendo elas as de nºs 13, 42, 62, 66, 92 e 113;
- Recálculo da aposentadoria do segurado que se enquadra na regra “85/95”: foram apresentadas quatro emendas, sendo elas as de nºs 30, 54, 119 e 166;
- Veda recálculo do benefício de quem já está aposentado em decorrência da nova regra do fator “85/95”: emenda nº 109;
- Estabelece que podem ser somadas frações de idade com as de tempo de contribuição: emenda nº 2 e 114;
- Estende ao professor e a professora do ensino técnico e superior, ao funcionário do suporte administrativo ao magistério e ao trabalhador rural, o acréscimo de 5 pontos à soma da idade e do tempo de contribuição na aplicação da fórmula 85/95, respectivamente, as emendas nº 67, 121 e 181;
- Afasta a majoração de pontos na soma de idade e de tempo de contribuição quando o segurado, na data de 17 de junho de 2015, já tenha completado 75 pontos, se homem, ou 70 pontos, se mulher: emenda nº 33.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

- Extinção do fator previdenciário: foram apresentadas seis emendas, sendo elas as de nºs 88, 107, 122, 123; 151 e 183;
- Estabelece que o fator previdenciário passe a considerar a expectativa de sobrevida do estado da federação em que o segurado mais realizou contribuições: emenda nº 61; 5
- Assegura o cálculo da aposentadoria com base na expectativa de sobrevida vigente na data de cumprimento dos requisitos necessários à aposentadoria por tempo de contribuição ao segurado que opta por permanecer em atividade (congelamento da tabela do fator previdenciário): emenda nº 18, 28 e 172;
- Insere na Lei nº 8.213, de 1991, a garantia de não aplicação do fator previdenciário para a pessoa com deficiência: emenda nº 28, 158, 164 e 172.

OUTRAS MATÉRIAS PREVIDENCIÁRIAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

- Recálculo do valor da aposentadoria do segurado que permanecer em atividade: apresentadas oito emendas, as de nºs 19, 47, 64, 65, 80, 87, 89 e 98;
- Estabelece cálculo do salário de benefício baseado na média dos 70% maiores salários de contribuição: emenda nº 28 e 172;

– Confere exclusividade ao perito médico do INSS quanto à realização da perícia: total de oito emendas: as de nºs 95, 96, 111, 115, 141, 142, 157 e 176;

– Assegura reajuste do valor das aposentadorias com base no mesmo índice aplicado ao reajuste do salário-mínimo: quatro emendas apresentadas sendo elas as de nºs 82, 90, 152 e 153;

– Restabelecimento do abono de permanência em serviço, mediante a isenção de contribuição previdenciária do segurado do RGPS que preencher o requisito para aposentadoria por tempo de contribuição e, voluntariamente, permanecer em atividade: emendas 69, 70, 71 e 72;

– Propõe acréscimo de 25% ao valor da aposentadoria do segurado que necessitar de auxílio permanente de terceiros: foram apresentadas três emendas: as de nºs 1, 22 e 129;

– Adesão automática ao regime de previdência complementar do servidor público, com direito a requerer cancelamento da inscrição em 90 dias e resgate das contribuições: apresentadas as emendas de nºs 34 (servidores da União) e 68 (servidores dos Estados, DF e Municípios);

– Estabelece que o exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, pela pessoa com deficiência intelectual, mental ou grave não impede a manutenção da parte individual da pensão: emenda nº 105;

– As emendas nº 4, 1120, 21, 24, 32, 45, 51, 53, 63, , 73, 75, 81, 93, 112, 126, 127, 128, 130, 131, 162, 163 e 168 também tratam de matéria relacionada à seguridade social.

Foram, ainda, apresentadas, ainda, 52 emendas sem pertinência com o tema previdenciário: 5, 6, 7, 8, 9, 16, 23, 25, 31, 35, 39, 40, 41, 55, 56, 57, 58, 76, 110, 117, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 145, 148, 149, 159, 160, 161, 167, 169, 170, 173, 177, 178, 179, 180 e 184.

1.2 – Audiências Públicas

A partir do Requerimento nº 1, de autoria do Senador Eduardo Amorim e dos Requerimentos nºs 3, 4 e 5, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera, solicitando a realização de Audiência Pública, bem como do Requerimento nº 2, de 2015, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que solicita inclusão de convidado em Audiência Pública, foram realizadas 2 audiências públicas descritas a seguir:

Audiência Pública com Especialistas, realizada como 2ª Reunião da Comissão Mista, em 2 de setembro de 2015, com os seguintes participantes: Luis Henrique Paiva, Especialista em Políticas Sociais; Lilian Arruda Marques, Assessora da Coordenação Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Cláudio Crespo, Diretoria de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Thaís Maria Riedel de Resende Zuba; Presidente da Comissão de Seguridade Social da Ordem de Advogados do Brasil do DF – OAB/DF; Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT, Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho; Ivaneck Perez Alves, Assessor Jurídico da

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Guilherme Portanova, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Francisco Eduardo Cardoso Alves, Diretor Presidente da Associação Nacional dos Peritos da Previdência Social; Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Guilherme Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; e Plínio Gustavo Adri Sarti, Representante da Força Sindical.

Vários especialistas indicaram a importância de promover reforma no sistema de previdência social brasileiro em razão do envelhecimento populacional.

Representantes dos trabalhadores, por sua vez, denotaram preocupação com as constantes reformas e com a eventual instituição de idade mínima para acesso à aposentadoria.

Houve manifestação, ainda, da importância da perícia médica para promover concessão desses benefícios a quem de fato necessita, evitando o pagamento indevido de benefícios por incapacidade.

Representantes dos trabalhadores rurais enfatizaram a dificuldade de comprovação do efetivo tempo de contribuição para os que são assalariados rurais e não segurados especiais em regime de economia familiar.

Audiência Pública com Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Gabas, e o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, Marcelo de Siqueira Freitas, realizada como 3ª Reunião da Comissão Mista, em 9 de setembro de 2015.

O Exmo. Sr. Ministro apresentou projeções demográficas e esclareceu que a Previdência Social Pública é sustentável no presente, mas que são necessárias alterações para garantir a saúde financeira do sistema a longo prazo. Enfatizou que todo sistema previdenciário precisa ser planejado para o futuro e as alterações devem ser implementadas com antecedência para evitar imposição de regras abruptas sem transição. Ressaltou que a Previdência Rural brasileira é uma política pública importante, financiada tanto pelas contribuições sobre a produção rural, quanto pelas contribuições sociais previstas na Constituição Federal: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Parlamentares presentes à audiência pública discursaram sobre a importância de adoção de uma regra de progressividade mais branda.

II – VOTO DO RELATOR

II.1 – Da Admissibilidade e Constitucionalidade

Preliminarmente, deve ser examinada a admissibilidade da proposta, nos termos do caput e do § 5º do art. 62 da Constituição Federal, que permite a sua adoção pelo Presidente da República nos casos de relevância e urgência.

A Medida Provisória ora em análise atende aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, além de não incorrer em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º do art. 62 da Constituição Federal.

O requisito de urgência justifica-se na Exposição de Motivos nº 29, de 2015 que a acompanha, segundo a qual “a regra 85/95, prevista no Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2015, objeto de veto, era fixa ao não prever a progressividade da soma de idade e tempo de contribuição. Essa alternativa, desacompanhada da progressão da regra, levaria as despesas da Previdência Social a patamares insustentáveis no médio e longo prazo, por ignorar o processo de transição demográfica com o envelhecimento acelerado da população e o aumento crescente da expectativa de sobrevida”.

A relevância justifica-se porque a medida visa garantir a sustentabilidade financeira da Previdência Social Pública, atendendo ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 201 da Constituição Federal.

Quanto às vedações temáticas do § 1º do art. 62 da Constituição Federal, constata-se que a alteração de regra de cálculo de benefícios previdenciários não se insere entre as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF) ou de qualquer de suas Casas (arts. 51 e 52, da CF); e não se enquadra entre os casos de vedação da edição de medidas provisórias (art. 62, § 1º, da CF).

Nesse contexto, a Medida Provisória nº 676, de 2015, encontra-se em harmonia com o nosso ordenamento jurídico, não viola quaisquer dos princípios gerais do Direito e foi redigida com boa técnica legislativa.

Somos, portanto, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP em análise.

II.2 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que “o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Quanto à adequação orçamentária e financeira da MP nº 676, de 2015, a Nota Técnica nº 14, de 2015, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, aponta que “como haverá um represamento inicial de aposentadorias em função das pessoas terem que esperar um pouco para ter esse benefício, haverá uma redução de despesas no curto prazo”. Afirma, portanto, que “no

que concerne à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da proposição, a MP busca assegurar equilíbrio das contas públicas no curto prazo, portanto, na vigência do atual PPA”.

Embora no futuro o disposto na Medida Provisória representará maior despesa do que se fosse mantida a regra vigente de impor o fator previdenciário a qualquer aposentadoria por tempo de contribuição, necessário ressaltar que o Congresso Nacional está em vias de apreciar o Veto que instituiu o fator “85/95” sem regra de progressividade. Portanto, imprescindível que seja realizada análise do impacto financeiro vislumbrando não apenas a legislação vigente, mas comparando com a regra objeto de veto que pode, eventualmente, ser derrubado. Nesse aspecto, a Medida Provisória em tela representa também para o futuro uma redução nos gastos previdenciários.

Assim sendo, o confronto das disposições da matéria em análise com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União não revela impedimento passível de prejudicar a conformidade orçamentária e financeira da Medida Provisória em questão.

Com base nessa circunstância, votamos pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 676, de 2015.

II.3 – Das Emendas

Sobre as emendas oferecidas à Medida Provisória nº 676, de 2015, cabe-nos examiná-las sob o prisma da constitucionalidade, da adequação orçamentária e financeira e quanto ao seu mérito.

Não houve indeferimento preliminar de qualquer das emendas por parte do Senhor Presidente da Comissão, nos termos do art. 4º, § 1º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, norma conexa ao Regimento Comum.

Assim, as emendas apresentadas podem ser preliminarmente admitidas com relação à constitucionalidade e em relação à adequação financeira e orçamentária.

Passa-se agora à análise de mérito da Medida Provisória e das modificações sugeridas pelos nobres Pares.

II.4 – Do Mérito

O tema principal da Medida Provisória nº 676, de 2015, é a adoção de uma regra para afastar a incidência do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

O fator previdenciário foi um importante mecanismo adotado a partir da reforma previdenciária procedida pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que culminou com a aprovação de uma nova regra de cálculo por meio da Lei nº 9.876, de 1999.

A adoção do fator previdenciário teve por objetivo promover maior equilíbrio às contas do sistema previdenciário e evitar aposentadorias precoces. No entanto, considerando a falta de previsibilidade de seu valor em face da atualização anual da tabela de expectativa de sobrevida, esse instituto enfrenta forte resistência dos trabalhadores, que têm dificuldade de planejar o momento certo da aposentadoria.

O fator “85/95” ora proposto vem atender a esse anseio dos trabalhadores, na medida em que terão ao seu dispor um mecanismo que lhes permitirá programar facilmente o momento da aposentadoria, de forma que não venham a ter redução no valor de seus benefícios por conta da aplicação do fator previdenciário. Há de se reconhecer, ainda, a importância da adoção de uma regra de progressividade, justamente para garantir esse anseio do trabalhador realizar o planejamento de sua aposentadoria.

Importante deixar claro que o fator previdenciário permanece vigente, sendo um benefício para o trabalhador, uma vez que lhe permite, ao atingir o tempo mínimo de contribuição, optar a qualquer momento pela aposentadoria, ainda que não tenha alcançado a soma de tempo de contribuição e idade correspondente a 85, se mulher, ou 95, se homem. O segurado poderá avaliar o que melhor lhe atende: se quer se aposentar mais cedo, com aplicação do fator previdenciário e consequente redução no benefício, ou se prefere permanecer no mercado de trabalho até atingir a soma de idade e tempo de contribuição necessária à obtenção do benefício sem aplicação de redutor ou, ainda, se quer permanecer em atividade por mais tempo, poder obter um fator previdenciário que implique em aumento no valor de seu benefício.

Em suma, a Medida Provisória em tela garante o direito do trabalhador saber o momento em que poderá se aposentar sem redução do sua aposentadoria, mantém o direito daqueles que preferem sair mais cedo do mercado de trabalho, ao mesmo tempo que garante a sustentabilidade a longo prazo do sistema.

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial. No Brasil, felizmente, observa-se esse movimento intensamente. Conforme previsões do IBGE, em 2060, a expectativa de vida ao nascer deverá ser de 81,2 anos. Ademais, observa-se que, neste período, um em cada três brasileiros terá 60 anos ou mais, ou seja, a participação das pessoas idosas no total da população brasileira, que hoje é de 11,7% será de 33,7%.

Nesse cenário torna-se imprescindível reformular os sistemas de previdência. De início, importante reconhecer que, se as pessoas estão vivendo mais, será maior o tempo de pagamento dos benefícios da aposentadoria. Mas é preciso garantir o equilíbrio entre o tempo de financiamento do benefício e o tempo de pagamento, para tornar o sistema sustentável atuarialmente.

De outra parte, como o sistema de previdência social é baseado no modelo de repartição simples, no qual a geração em atividade financia os benefícios daqueles que estão aposentados, é necessário garantir o equilíbrio financeiro no longo prazo, um grande desafio num cenário em que se projeta que cerca de um terço da população será de pessoas idosas.

Portanto, oferecer aos trabalhadores uma Previdência Social Pública, em regime de repartição simples e solidariedade, com um sistema sustentável no longo prazo, demanda decisões estratégicas no presente para garantia da sua continuidade no futuro. É preciso dar segurança para os jovens que hoje entram no mercado de trabalho de que estão sendo realizados esforços, com base em dados e estimativas consistentes, para garantir-lhes também o direito ao seguro social público e, conseqüentemente, à aposentadoria.

Quanto às emendas apresentadas, ressaltamos, primeiramente, a importância de incorporar no texto a exceção constitucional prevista para o tempo de contribuição mínimo exigido dos professores de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, qual seja: 30 anos, se homem, e 25, se mulher. Embora a Constituição Federal se sobreponha a uma legislação infraconstitucional e, portanto, desde a edição da Medida Provisória é esse o tempo mínimo que deve estar sendo exigido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS na análise dos requisitos para acesso do professor a não incidência do fator previdenciário, importante aprimorar a redação no sentido de tornar clara essa diferenciação do professor também no que se refere ao direito à aposentadoria com a aplicação da fórmula 85/95.

Em face dessas ponderações, acatamos as **Emendas nº 13, 42, 62, 66, 92, 113 e 175**, integral ou parcialmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão.

Entendemos necessário realizar ajuste, também, na regra de progressividade. A justificação da Medida Provisória referencia que a progressão visa promover ajuste baseado no aumento de expectativa de sobrevida da população brasileira. No entanto, os dados apresentados pelo Exmo. Sr. Ministro Carlos Gabas na audiência pública desta Comissão apontam que a expectativa de vida, em 2010, atingiu 73,5 anos e prevê-se que atingirá, em 2030, 78,6 anos. Em outras palavras, haverá em 20 anos um aumento de cerca de 5 anos na expectativa de sobrevida, ou seja, apenas a cada 4 anos a expectativa de vida subirá 1 ano inteiro. Nesse sentido, entendemos mais consentânea uma regra de progressividade mais branda que se inicie em 1º de janeiro de 2018, e cuja soma de idade e tempo de contribuição seja majorada em um ponto a cada 2 anos. Nesse sentido, acatamos, na forma do Projeto de Lei de Conversão, parcialmente, as Emendas nº 3, 17, 26, 27, 29, 37, 38, 44, 46, 49, 52, 59, 77, 78, 79, 97, 106, 108, 118, 124, 155, 156, e 182.

Considerando que estamos tratando da sustentabilidade da Previdência, importante alterar, na forma do art. 4º do PLV, a regra de acesso ao regime de previdência complementar do servidor público instituído pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Em face da pouca divulgação junto aos novos servidores que percebem remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, muitos demoram a realizar a adesão ao sistema que lhes garantirá na aposentadoria a manutenção do seu padrão de vida mais próximo a sua realidade da ativa. Portanto, estamos parcialmente de acordo com a emenda de nº 34, no sentido de tornar automática a inscrição no regime a partir da publicação da Lei de conversão desta Medida Provisória e apenas para aqueles que ingressaram no serviço público durante a vigência do regime de previdência complementar do servidor público. Contudo, deixamos

de acolher a Emenda nº 68, visto ser tema que se acha na esfera dos entes subnacionais, a ser objeto de legislação editada em seus âmbitos de competência.

Alguns outros ajustes são, igualmente, pertinentes.

Imprescindível realizar justiça para com as esposas, filhos e outros familiares dos pescadores artesanais que, a partir da edição da Medida Provisória nº 665, de 2014, convertida na Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, estão com o acesso restrito ao seguro defeso, em face do impedimento de conceder o benefício às atividades de apoio à pesca.

As mulheres dos pescadores realizam diversas atividades de apoio para viabilizar a atividade de pesca artesanal de seu cônjuge, bem como os filhos. Entre as atividades de apoio, destacam-se a limpeza do pescado, reparos nas embarcações, confecção de redes, entre outras. No entanto, em face da atividade não ser caracterizada como pesca direta propriamente dita, passaram a deixar de fazer jus ao benefício do seguro defeso. Tal regra é contraditória ao próprio conceito do regime de economia familiar e das regras de acesso aos benefícios previdenciários para segurados especiais. A Previdência Social, por exemplo, garante que cada membro da família que trabalha no regime de economia familiar da pesca seja caracterizado como segurado especial e, portanto, terá acesso individualmente ao benefício previdenciário. Por sua vez, o benefício do seguro defeso é garantido a apenas ao pescador, em geral, ao marido. Assim, propomos alterar, na forma do art. 3º do PLV, o § 6º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar ao familiar que trabalha na atividade de apoio, também, o recebimento do seguro defeso.

Quanto à proteção àqueles que exercem atividade em regime de economia familiar, julgamos oportuno, ainda, garantir que o segurado especial possa se associar a cooperativas de crédito rural, sem descaracterizar o enquadramento nessa categoria de segurado. Tal direito já é assegurado para os que se associam a cooperativas agropecuárias, mas não para adesão a cooperativas de crédito rural. Ademais, se podem ser associados, deve ser permitido que participem da administração das cooperativas, como dirigente e, ainda, membros dos conselhos de administração e fiscal. Nesse sentido, altera-se, na forma do art. 1º do PLV, o §9º, inciso V e o § 10 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e, no art. 2º do PLV, o art. 11, § 8º, inciso VI e § 9º, inciso V da Lei nº 8.213, de 1991.

Entendemos oportuno o acatamento das Emendas nº 51 e 130, na forma do Projeto de Lei de Conversão, ajustando a redação do art. 16 da Lei nº 8.213, de 1991, que trata da relação de dependentes do segurado, e, como decorrência, ajustando também o inc. II do §2º do art. 77 da mesma norma, homogeneizando a sua redação com a prevista no art. 217 da Lei nº 8.112, de 1990, que trata da relação de dependentes para fins de pensão no serviço público civil.

Procuramos manter redação equivalente entre os regimes, respeitando os direitos alcançados pela pessoa com deficiência na redação que foi aprovada na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Outro item relevante, também constante do art. 16 da Lei nº 8.213, de 1991, é a previsão no texto atual de que o filho menor de 21 anos seja “não emancipado”, o que gera conflito com o novo Código Civil, onde a emancipação decorrente da maioridade ocorre a partir dos 18 anos. Igualmente, no serviço público não há essa previsão, e o filho menor de 21 anos de qualquer condição faz jus à pensão (art. 217, IV da Lei 8.112, de 1990). Assim para cumprir o que determina o art. 40, § 12 da CF, é necessário uniformizar o tratamento entre os dois regimes.

Contudo, para evitar conflitos relativos à vigência da Lei no tempo, uma vez que a nova redação de dependentes do RGPS da Lei nº 13.146, de 2015, foi aprovada para ter vigência somente a partir de 180 dias da sua publicação, propomos que essas alterações passem a vigorar apenas a partir de 3 de janeiro de 2016, nos termos do inciso I do art. 6 do PLV.

Também com o propósito de eliminar distorções no atual sistema, e superar veto oposto à regra similar já aprovada pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 664, de 2015, entendemos pertinente acatar as Emendas 18, 28 e 172, total ou parcialmente, na forma do PLV. Com a redação dada ao art. 29-D da Lei nº 8.213, de 1991, objetivamos preservar o “direito adquirido”, mas não exercitado, mediante a aplicação, para fins de cálculo do fator previdenciário, a partir do momento do cômputo do tempo de contribuição mínimo exigido para a aposentadoria, da tábua de expectativa de sobrevida vigente naquela data. Dessa maneira, evita-se que o crescimento da expectativa de sobrevida possa resultar em perda no valor do benefício, no caso de aplicação do fator previdenciário. Incentiva-se, assim, o segurado a permanecer em atividade e, com isso, obter um melhor benefício, reduzindo a insegurança e a oneração ao sistema previdenciário.

Com a mesma preocupação, incorporamos novo parágrafo ao art. 29-C, a fim de garantir ao segurado que atinja a pontuação requerida para optar pela não aplicação do fator previdenciário, mas permaneça em atividade e não requeira o benefício, o direito a exercer essa opção mediante o cumprimento do requisito exigido na data em que o direito tenha sido adquirido. Assim, com a progressão da pontuação, caso o segurado, por qualquer razão, deixe de requerer a aposentadoria no momento em que implementar os requisitos, não estará prejudicado pela exigência do acréscimo de pontos à “fórmula” 85/95, estabelecido pelo art. 29-C.

A fim de afastar dúvidas manifestadas em emendas apresentadas quanto à soma de frações de idade e tempo de contribuição, entendemos igualmente pertinente acatar as Emendas nº 2, e 114, no todo ou em parte, a fim de explicitar o que já prevê o “caput” do art. 29-C, ou seja, que as frações de tempo de contribuição e de idade em meses completos poderão ser somadas para os fins de cumprimento dos requisitos de 85 ou 95 pontos e da subsequente progressão.

Consideramos pertinente, ainda, o acatamento parcial da Emenda nº 50, nos termos da redação dada ao § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 1991, pelo art. 2º do PLV. Com efeito, as medidas nela propostas permitirão uma melhor identificação, pelo segurado, dos direitos à aposentadoria e condições para o seu

exercício em condições mais vantajosas, reduzindo a assimetria de informações quanto ao gozo de direitos. Propõe-se, porém, que haja um prazo de adaptação da Administração, a fim de que seja assegurada a efetividade da medida. Assim, esse requisito somente será exigido a partir de 1º de julho de 2016, como previsto no art. 6º, II do PLV.

Ainda com o fim de assegurar maior identidade entre o RGPS e o Regime Próprio dos Servidores Públicos da União, acolhemos a proposta contida na Emenda nº 127, dando nova redação ao inciso I do art. 74 da Lei nº 8.213, de 1991. A alteração visa afastar diferenciação entre o RGPS e o Regime Próprio dos Servidores, ampliando de 30 para 90 dias o prazo para que a pensão seja requerida com efeitos a partir da data do óbito. Nos termos da Lei nº 8.112, de 1990, a pensão é sempre devida a partir da data do óbito, enquanto, no RGPS, se houver demora no pedido, além de trinta dias, ocorre a perda do direito ao pagamento a partir da data do óbito. Tendo em vista os prejuízos advindos da norma em vigor para os segurados, principalmente os de baixa renda que possuem menor acesso à informação e enfrentam mais dificuldade de deslocamento, justifica-se a sua adoção da mudança proposta, reduzindo-se a assimetria de tratamento entre os regimes previdenciários da União.

Acolhemos, ainda, a Emenda nº 105, que propõe alteração ao § 6º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 1991, a fim de beneficiar as pessoas com deficiência que exerçam atividade remunerada, sem prejuízo ao direito à pensão. Em harmonia com o disposto no art. 35 da Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência –, é necessário que a legislação previdenciária promova as condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho, inclusive mediante o incentivo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo. Nesse sentido, o texto explicita que o fato de o dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave exercer atividade dessa ordem não afasta o direito à pensão, inclusive porque não se requer, para tanto, a condição de invalidez, ou sua interdição para os atos da vida civil.

Por fim, incorporamos, na forma do art. 5º do PLV, ajuste à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que trata do crédito consignado, e, ainda, na forma do art. 2º do PLV, alteração ao art. 115, VI da Lei nº 8.213, de 1991, para harmonizar esse dispositivo com aquela alteração.

A inclusão do art. 6º-A na Lei nº 10.820, de 2003, nos termos do art. 5º do PLV, visa permitir que sejam objeto de consignação em pagamento os empréstimos efetuados por participantes e assistidos junto a entidades fechadas e abertas de previdência complementar, equiparando-os aos realizados com instituições financeiras.

Atualmente, o crédito consignado não contempla essas possibilidades, mas apenas as operações de empréstimo realizadas com instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos. O ajuste ao inciso VI do art. 115 da Lei nº 8.213 visa permitir que a consignação seja feita também em relação aos benefícios do RGPS, na mesma situação.

Quanto às demais emendas em matéria previdenciária, grande parte ampliam direitos, descuidando-se da sustentabilidade futura do sistema e, por essa razão, não são viáveis de serem aprovadas.

No Projeto de Lei de Conversão são reproduzidas, com alterações, as medidas constantes da MP nº 676, de 2015, com as incorporações das propostas contidas nas emendas aprovadas.

Em razão do exposto, pronunciamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 676, de 2015, considerando atendidos os requisitos de relevância e urgência, bem como respeitadas as vedações expressas no texto constitucional. Manifestamo-nos, também, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, bem como pela adequação orçamentária e financeira.

Com base no exposto e em razão do mérito da proposta, votamos pela aprovação, da Medida Provisória nº 676, de 2015, e aprovação, total ou parcial, nos termos do Projeto de Lei de Conversão em anexo, das Emendas nºs 2, 3, 13, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 34, 37, 38, 42, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 59, 62, 66, 74, 77, 78, 79, 92, 97, 105, 106, 108, 113, 114, 118, 124, 127, 130, 155, 156, 172, 175 e 182; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 107, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183 e 184.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado AFONSO FLORENCE

Relator

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO À
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, DE 17 DE JUNHO DE 2015**

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural, e ainda essa última para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e empréstimo consignado; a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca; a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo; a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.....:

§9º

.....

VI - a associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural; e

.....

§10

.....

V – exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural, observado o disposto no § 13 deste artigo;

..... “ (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.....:

§8º

.....

VI - associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural; e

.....

§9º

.....

V – exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural,

observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

..... “ (NR)

“Art. 16.....:

I - o cônjuge;

II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;

IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:

a) seja menor de 21 (vinte e um) anos;

b) seja inválido;

c) tenha deficiência grave; ou

d) tenha deficiência intelectual ou mental;

V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e

VI - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do segurado e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV.

§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do caput exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.

.....

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas nos inciso I a IV é presumida e a das demais deve ser comprovada.”(NR)

“Art. 29-C. O segurado que preencher o requisito para a aposentadoria por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário, no cálculo de sua aposentadoria, quando o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição, incluídas as frações, na data de requerimento da aposentadoria, for:

I - igual ou superior a noventa e cinco pontos, se homem, observando o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos; ou

II - igual ou superior a oitenta e cinco pontos, se mulher, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta anos.

§ 1º Para os fins do disposto no “caput”, serão somadas as frações em meses completos de tempo de contribuição e idade.

§ 2º As somas de idade e de tempo de contribuição previstas no caput serão majoradas em um ponto em:

I - 1º de janeiro de 2018;

II - 1º de janeiro de 2020;

III - 1º de janeiro de 2022;

IV - 1º de janeiro de 2024; e

V - 1º de janeiro de 2026.

§ 3º Para efeito de aplicação do disposto no caput e no § 2º, o tempo mínimo de contribuição do professor e da professora que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio será de, respectivamente, 30 (trinta) e 25 (vinte e cinco) anos, e serão acrescidos cinco pontos à soma da idade com o tempo de contribuição.

§ 4º Ao segurado que alcançar o requisito necessário ao exercício da opção de que trata o “caput” e deixar de requerer aposentadoria, será assegurado o direito à opção com a aplicação da pontuação exigida na data do cumprimento do requisito nos termos deste artigo.

§ 5º O INSS deverá fornecer ao segurado que solicitar a aposentadoria por tempo de contribuição, de maneira clara e em linguagem de fácil compreensão, as seguintes informações:

I – estimativa da data em que o segurado poderá se aposentar sem a incidência do fator previdenciário, de acordo com os requisitos previstos no caput e nos §§ 2º e 3º deste artigo;

II – estimativa da data em que o fator previdenciário aplicável ao segurado deverá ser igual ou superior a 1,00 (um inteiro);

III – estimativa da renda mensal do benefício do segurado para cada ano adicional de contribuição, até atingir a data prevista no inciso I.”

“Art. 29-D É garantido ao segurado que optar por permanecer em atividade, se mais vantajoso, o direito ao cálculo do salário-de-benefício com base na expectativa de sobrevida presente na tábua de mortalidade vigente na data de cumprimento dos requisitos necessários à aposentadoria por tempo de contribuição, considerando-se sua idade e seu tempo de contribuição no momento de requerimento do benefício.”

“Art. 74.

I - do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;

.....”(NR)

“Art. 77.

.....

§ 2º

.....

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

.....

§ 6º O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.”(NR)

“Art. 115

.....

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta e cinco por cento do valor do benefício, sendo cinco por cento destinados exclusivamente para:

a) amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

b) utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

.....”(NR)

Art. 3º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 1º

.....

§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca, excetuadas as exercidas pelos familiares do pescador artesanal que satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei e desde que o apoio seja prestado diretamente pelo familiar ao pescador artesanal e não a terceiros.”(NR)

“Art. 2º

.....

§ 2º

I - registro como pescador profissional, categoria artesanal, ou assemelhado ao pescador artesanal, nos termos do § 10, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura com antecedência mínima de 1 (um) ano, contado da data de requerimento do benefício;

.....

§ 10 Considera-se assemelhado ao pescador artesanal, para os fins do disposto nesta Lei, o familiar que realiza atividade de apoio à pesca, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e de reparos em embarcações de pequeno porte ou atuando no

processamento do produto da pesca artesanal, prestada a membro do grupo familiar registrado como pescador profissional, categoria artesanal.” (NR)

Art. 4º O art. 1º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o atual parágrafo único para §1º:

“Art. 1º

§ 1º

§ 2º Os servidores e os membros referidos no caput deste artigo com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, que venham a ingressar no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, serão automaticamente inscritos no regime de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§ 3º Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento da inscrição do regime de previdência complementar.

§ 4º Na hipótese do cancelamento ser requerido no prazo de até noventa dias da data da inscrição, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas pelo participante, a ser paga em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.

§ 5º O cancelamento da inscrição do regime de previdência complementar previsto nos §§ 3º e 4º deste dispositivo não constitui resgate de contribuição.

§ 6º A contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.” (NR)

Art. 5º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 6º-A Equiparam-se, para os fins do disposto no art. 1º e no art. 6º, às operações neles referidas, as que são realizadas com entidades abertas ou fechadas de previdência complementar pelos respectivos participantes ou assistidos.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor:

I – em 3 de janeiro de 2016, quanto à redação dada ao art. 16 e inciso II do §2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 1991;

II – em 1º de julho de 2016, quanto à redação dada ao § 5º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 1991.

III - na data de sua publicação, para os demais dispositivos.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado AFONSO FLORENCE

Relator

COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, EDITADA EM 17 DE JUNHO DE 2015 E PUBLICADA NO DIA 18 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ALTERA A LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, DE 17 DE JUNHO DE 2015

(Mensagem nº 215, de 2015)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado AFONSO FLORENCE

ERRATA

Altere-se a redação dada pelo art. 2º do Projeto de Lei de Conversão, constante do Relatório apresentado em 22 de setembro de 2015 à Medida Provisória nº 676, de 2015, ao § 2º do art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para a seguinte:

“Art. 29-C.

.....

§ 2º As somas de idade e de tempo de contribuição previstas no caput serão majoradas em um ponto em:

I - 31 de dezembro de 2018;

II - 31 de dezembro de 2020;

III - 31 de dezembro 2022;

IV - 31 de dezembro 2024; e

V - 31 de dezembro 2026.

.....”

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado AFONSO FLORENCE

Relator

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, DE 2015**EMENDA DE REDAÇÃO**

No artigo 16, inciso V, da lei 8.213, alterada pelo artigo 2º do Projeto de Lei de conversão, onde se lê “dependência econômica do servidor”, leia-se “dependência econômica do segurado”.

Dê-se, ao art. 4º do Projeto de Lei de Conversão à MPV 676, constante do Relatório apresentado em 22 de setembro de 2015, a seguinte redação:

“Art. 4º O art. 1º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o atual parágrafo único para §1º:

‘Art. 1º

§ 1º

§ 2º Os servidores e os membros referidos no caput deste artigo com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, que venham a ingressar no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§ 3º Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

§ 4º Na hipótese do cancelamento ser requerido no prazo de até noventa dias da data da inscrição, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.

§5º O cancelamento da inscrição previsto no § 49 não constitui resgate.

§ 6º A contribuição aportado pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportado pelo participante.” {NR}

Sala da Comissão,

RELATOR

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

Ofício nº 029/MPV-676/2015

Brasília, 23 de setembro de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 14 do Regimento Comum, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão Mista aprovou, em reunião realizada no dia 23 de setembro de 2015, Relatório do Deputado Afonso Florence, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela aprovação da Medida Provisória nº 676, de 2015, e pela aprovação total ou parcial, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta, das Emendas nºs 2, 3, 13, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 34, 37, 38, 42, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 59, 62, 66, 74, 77, 78, 79, 92, 97, 105, 106, 108, 113, 114, 118, 124, 127, 130, 155, 156, 172, 175 e 182; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 107, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183 e 184.

Presentes à reunião os Senadores Eduardo Amorim, Valdir Raupp, Otto Alencar, Omar Aziz, Humberto Costa, Telmário Mota, José Pimentel, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Regina Souza, Fátima Bezerra e Flexa Ribeiro; e os Deputados Arnaldo Faria de Sá, Manoel Junior, Afonso Florence, Carlos Zarattini, Pauderney Avelino, Carlos Marun, Fernando Monteiro, Margarida Salomão, Paulo Magalhães, Wellington Roberto e Gonzaga Patriota.

Respeitosamente,

Senador EDUARDO AMORIM

Presidente da Comissão Mista

Excelentíssimo Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2015
(PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 676, DE 2015)

Altera a [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#) e a [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural, e ainda essa última para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e empréstimo consignado; a [Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003](#), para assegurar pagamento do seguro defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca; a [Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012](#), para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo; a [Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003](#), para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12.....:

§9º

.....

VI - a associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural; e

.....

§10

.....

V – exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural, observado o disposto no § 13 deste artigo;

..... “ (NR)

Art. 2º A [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11.....:

§8º

.....

VI - associação em cooperativa agropecuária ou de crédito rural; e

.....

§9º

.....

V – exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente, membro de conselho de administração ou fiscal, de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, ou de cooperativa de crédito rural, observado o disposto no § 13 do art. 12 da [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#);

..... “ (NR)

“Art. 16.....:

I - o cônjuge;

II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;

III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;

IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:

a) seja menor de 21 (vinte e um) anos;

b) seja inválido;

c) tenha deficiência grave; ou

d) tenha deficiência intelectual ou mental;

V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do segurado; e

VI - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do segurado e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV.

§ 1º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do caput exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.

.....

§ 4º A dependência econômica das pessoas indicadas nos inciso I a IV é presumida e a das demais deve ser comprovada.”(NR)

“Art. 29-C. O segurado que preencher o requisito para a aposentadoria por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário, no cálculo de sua aposentadoria, quando o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição, incluídas as frações, na data de requerimento da aposentadoria, for:

I - igual ou superior a noventa e cinco pontos, se homem, observando o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos; ou

II - igual ou superior a oitenta e cinco pontos, se mulher, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta anos.

§ 1º Para os fins do disposto no “caput”, serão somadas as frações em meses completos de tempo de contribuição e idade.

§ 2º As somas de idade e de tempo de contribuição previstas no caput serão majoradas em um ponto em:

I -31 de dezembro de 2018;

II - 31 de dezembro de 2020;

III - 31 de dezembro de 2022;

IV - 31 de dezembro de 2024; e

V - 31 de dezembro de 2026.

§ 3º Para efeito de aplicação do disposto no caput e no § 2º, o tempo mínimo de contribuição do professor e da professora que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo

exercício de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio será de, respectivamente, 30 (trinta) e 25 (vinte e cinco) anos, e serão acrescidos cinco pontos à soma da idade com o tempo de contribuição.

§ 4º Ao segurado que alcançar o requisito necessário ao exercício da opção de que trata o “caput” e deixar de requerer aposentadoria, será assegurado o direito à opção com a aplicação da pontuação exigida na data do cumprimento do requisito nos termos deste artigo.

§ 5º O INSS deverá fornecer ao segurado que solicitar a aposentadoria por tempo de contribuição, de maneira clara e em linguagem de fácil compreensão, as seguintes informações:

I – estimativa da data em que o segurado poderá se aposentar sem a incidência do fator previdenciário, de acordo com os requisitos previstos no caput e nos §§ 2º e 3º deste artigo;

II – estimativa da data em que o fator previdenciário aplicável ao segurado deverá ser igual ou superior a 1,00 (um inteiro);

III – estimativa da renda mensal do benefício do segurado para cada ano adicional de contribuição, até atingir a data prevista no inciso I.”

“Art. 29-D É garantido ao segurado que optar por permanecer em atividade, se mais vantajoso, o direito ao cálculo do salário-de-benefício com base na expectativa de sobrevida presente na tábua de mortalidade vigente na data de cumprimento dos requisitos necessários à aposentadoria por tempo de contribuição, considerando-se sua idade e seu tempo de contribuição no momento de requerimento do benefício.”

“Art. 74.

I - do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;

.....”(NR)

“Art. 77.

.....

§ 2º

.....

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

.....

§ 6º O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.”(NR)

“Art. 115

.....

VI - pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de trinta e cinco por cento do valor do benefício, sendo cinco por cento destinados exclusivamente para:

a) amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

b) utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

.....”(NR)

Art. 3º A [Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 6º A concessão do benefício não será extensível às atividades de apoio à pesca, excetuadas as exercidas pelos familiares do pescador artesanal que satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei e desde que o apoio seja prestado diretamente pelo familiar ao pescador artesanal e não a terceiros.”(NR)

“Art. 2º

.....

§ 2º

I - registro como pescador profissional, categoria artesanal, ou assemelhado ao pescador artesanal, nos termos do § 10, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura com antecedência mínima de 1 (um) ano, contado da data de requerimento do benefício;

.....

§ 10 Considera-se assemelhado ao pescador artesanal, para os fins do disposto nesta Lei, o familiar que realiza atividade de apoio à pesca, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e de reparos em embarcações de pequeno porte ou atuando no processamento do produto da pesca artesanal, prestada a membro do grupo familiar registrado como pescador profissional, categoria artesanal.” (NR)

Art. 4º O art. 1º da [Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012](#), passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o atual parágrafo único para §1º:

“Art. 1º

§ 1º

§ 2º Os servidores e os membros referidos no caput deste artigo com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, que venham a ingressar no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§ 3º Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

§ 4º Na hipótese do cancelamento ser requerido no prazo de até noventa dias da data da inscrição, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.

§ 5º O cancelamento da inscrição previsto no § 4º não constitui resgate.

§ 6º A contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.” (NR)

Art. 5º A [Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003](#), passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 6º-A Equiparam-se, para os fins do disposto no art. 1º e no art. 6º, às operações neles referidas, as que são realizadas com entidades abertas ou fechadas de previdência complementar pelos respectivos participantes ou assistidos.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor:

I – em 3 de janeiro de 2016, quanto à redação dada ao art. 16 e inciso II do §2º do art. 77 da [Lei nº 8.213, de 1991](#);

II – em 1º de julho de 2016, quanto à redação dada ao § 5º do art. 29-C da [Lei nº 8.213, de 1991](#);

III - na data de sua publicação, para os demais dispositivos.

Sala da Comissão, em 23 de setembro de 2015.

SENADOR EDUARDO AMORIM

Presidente da Comissão

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-6 / PP-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Wilder Moraes.	PP / GO
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB

Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Marta Suplicy.	SP
----------------	----

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Benedito de Lira (12,16,44) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (12,16,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (18)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (11)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (13,26)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (14,15,27) Vanessa Grazziotin (21,28) Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,17)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (14,15,27)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,28)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (51) Telmário Mota (9,34,41,52)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).

12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, o Senador Randolfê Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (PSB)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadãos

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Mauro Roberto Gomes de Mattos
Ives Gandra Martins
Otávio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Ricardo Vital de Almeida

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

RQS 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT) ⁽⁵⁾	5. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.
Senador Blairo Maggi (PR)	2.

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (PP)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (PP)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Wilder Moraes (PP) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
VAGO ⁽¹²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (PP)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (PP)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

**** Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.
	2.

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Quartas-Feiras 11h:30min -**Telefone(s):** 61 33032024**E-mail:** ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	Representante da sociedade civil organizada
	VAGO
	Pesquisador com produção científica relevante
	VAGO
	Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - PP/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Manicoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.
6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo**Telefone(s):** (61) 3216-6892**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br**Local:** Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PMN/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO**

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 478 páginas
(O.S. 13176/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

